

UMA CIDADE DO SERTÃO EM MEIO À DITADURA E À REDEMOCRATIZAÇÃO:

**PODER E SOCIEDADE – VITÓRIA DA CONQUISTA
(1962-1992)**

BELARMINO DE JESUS SOUZA





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Reitor

Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães

Vice-Reitor

Prof. Dr. Marcos Henrique Fernandes

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX)

Profª Drª Gleide Magali Lemos Pinheiro

Diretor da Edições UESB

Cássio Marcilio Matos Santos

Editor

Yuri Chaves Souza Lima

COMITÊ EDITORIAL

Profª Drª Alba Benemerita Alves Vilela (DS II/Jequié)

Prof. Me. Érico Rodrigo Mineiro Pereira (DCSA/VC)

Profª Me. Iara do Carmo Callegaro (DTRA/Itapetinga)

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (DELL/VC)

Prof. Me. José Antonio Gonçalves dos Santos (DCSA/VC)

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (DH/VC)

Prof. Dr. Mauro Pereira de Figueiredo (DFZ/VC)

Prof. Dr. Nilton Cesar Nogueira dos Santos (DS I/Jequié)

Profª Drª Gleide Magali Lemos Pinheiro (PROEX)

Adm. Jacinto Braz David Filho (Editor – Edições UESB/VC)

Cássio Marcilio Matos Santos (Diretor – Edições UESB/VC)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Editorial

Yuri Chaves Souza Lima

Normalização Técnica

Jacinto Braz David Filho

Editoração Eletrônica

Ana Cristina Novais Menezes (DRT-BA 1613)

Capa

Grayce Mayre Bonfim Souza

Revisão de linguagem

Luciana Moreira Pires Flores

Publicado em: dezembro de 2020.

BELARMINO DE JESUS SOUZA

**UMA CIDADE DO SERTÃO EM MEIO À
DITADURA E À REDEMOCRATIZAÇÃO:
PODER E SOCIEDADE – VITÓRIA DA CONQUISTA
(1962-1992)**



Vitória da Conquista – BA
2020

Copyright © 2020 by autor.

Todos os direitos desta edição são reservados a Edições UESB.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

S713u

Souza, Belarmino de Jesus.

Uma cidade do sertão em meio à ditadura e à redemocratização: poder e sociedade – Vitória da Conquista (1962 – 1922). / Belarmino de Jesus Souza.
- - Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

208p.

e-ISBN 978-65-87106-17-5

1. Vitória da Conquista (BA) - Democracia. 2. Governo municipal.
3. Vitória da Conquista (BA)- Redemocratização – Sucessões municipais. I. T.

CDD: 320.98142

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
Biblioteca Universitária Professor Antonio de Moura Pereira
UESB – Campus de Vitória da Conquista

Editora filiada à:



Campus Universitário – Caixa Postal 95 – Fone: 77 3424-8716
Estrada do Bem-Querer, s/n – Módulo da Biblioteca, 1º andar
45031-900 – Vitória da Conquista – Bahia
www2.uesb.br/editora – E-mail: edicoesuesb@uesb.edu.br

Para
Dona Lourinha
Zé Mineiro (*in memoriam*)
Grayce
Tata
Pabu
Garu

AGRADECIMENTOS

Esta obra foi originalmente a minha tese de doutoramento, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2010. O texto aqui publicado passou por ajustes, correções e atualizações ao longo do tempo, entre a defesa e a publicação.

Tive a fortuna de receber muitas contribuições para a materialização deste projeto. Não é possível indicar a todas e todos que muito colaboraram, opto, portanto, por registrar os agradecimentos apenas aos que estiveram diretamente relacionados ao trabalho de investigação e construção do texto.

Fui honrado em contar durante o doutoramento com a orientação da Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras, que, com seu conhecimento acadêmico, sua vivência de parte do período estudado, sua solidariedade e amizade, foi fundamental para que a empreitada levasse a um bom porto.

Agradeço aos funcionários do Museu Regional da UESB, Biblioteca Pública do Estado da Bahia e Arquivo Municipal de Vitória de Conquista por franquearem o acesso a fontes indispensáveis às minhas pesquisas.

Presto tributo aos senhores Ruy Hermann Araújo Medeiros, Roque Aras, José Fernandes Pedral Sampaio, Raul Ferraz, Hélio Ribeiro e Murilo Mármore, que foram muito prestativos em conceder-me entrevistas com preciosas e imprescindíveis informações para a pesquisa que estava em curso.

Sou grato à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pela viabilização da dispensa das atividades e manutenção no doutoramento. Na

realidade, tenho imenso orgulho de fazer parte, há quase três décadas, do quadro docente da UESB, que é minha casa acadêmica desde a graduação.

Aos amigos e colegas do Departamento de História da UESB, agradeço a amizade, cooperação e apoio desde a realização do projeto e das pesquisas até a emissão de salutares observações posteriores.

Fundamental também foi o apoio da família, sempre à disposição para o auxílio que for requisitado, em especial de minha mãe, Otília de Jesus Souza (Dona Lourinha), e meu pai, José Paulo de Souza, o Zé Mineiro (*in memoriam*).

Por fim, expresso minha gratidão a meus companheiros de paixão pela vida, na grande aventura existencial: Grayce Mayre Bonfim Souza, minha esposa e parceira na vida e na academia; meus filhos, Nathalia Souza Jones e Paulo Bruno Bonfim Souza.

A função do historiador é
lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer
(Peter Burke).

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AMUSB	Associação dos Municípios do Sudoeste da Bahia
AMVC	Arquivo Municipal de Vitória da Conquista
ANPUH	Associação Nacional de História
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CDB	Coligação Democrática Baiana
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CERIN	Centro Regional Integrado
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CMVC	Câmara Municipal de Vitória da Conquista
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COOPEMAC	Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense
DERBA	Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
DIREs	Direção Regional de Saúde
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
EMURC	Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista
EUA	Estados Unidos da América
FLN	Frente de Libertação Nacional
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IEED	Instituto de Educação Euclides Dantas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LASP	Liga de Ação Política
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRUESB	Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PP	Partido Popular
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano da Bahia
PRDB	Partido Republicano Democrático da Bahia
PRP	Partido de Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Reformador
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PV	Partido Verde
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	12
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – DISPUTAS PELA MUNICIPALIDADE: LUTAS TRADICIONAIS, VELHOS E NOVOS PAPÉIS EM TEMPOS DE CRISE.....	38
1.1 ANTECEDENTES AO PLEITO MUNICIPAL DE 1962.....	38
1.2 O PLEITO MUNICIPAL DE 1962.....	43
1.3 O PRIMEIRO GOVERNO DE JOSÉ PEDRAL SAMPAIO E O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR.....	58
CAPÍTULO II – DO OPORTUNISMO DA UDN À CONQUISTA DA ARENA.....	78
2.1 O IMPACTO DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E O OPORTUNISMO DA UDN CONQUISTENSE.....	78
2.2 A CONQUISTA DA ARENA.....	88
CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE VITÓRIA DA CONQUISTA COMO NÚCLEO OPOSICIONISTA E SUAS CONTRADIÇÕES.....	111

3.1 A CONQUISTA DO MDB – QUERELAS ENTRE AUTÊNTICOS E ADESISTAS.....	111
3.2 A CONQUISTA DO MDB – CISMAS INTERNAS E O PLEITO MUNICIPAL DE 1976.....	124
3.3 A CONQUISTA DO MDB – O APROFUNDAMENTO DOS CISMAS LOCAIS.....	134

CAPÍTULO IV – VELHAS DISPUTAS NO NOVO QUADRO PARTIDÁRIO.....141

4.1 O FIM DO BIPARTIDARISMO E AS NOVAS DINÂMICAS NA BUSCA POR ESPAÇO DE PODER NO NOVO CONTEXTO.....	141
4.2 O PROCESSO ELEITORAL DE 1982.....	149
4.3 ARTICULAÇÕES DAS ELITES LOCAIS E POSICIONAMENTOS PARA A CONQUISTA DE ESPAÇOS DE PODER.....	153

CAPÍTULO V – A CONQUISTA DA BAHIA – ENCONTROS E DESENCONTROS NUMA DEMOCRACIA EM CONSTRUÇÃO.....160

5.1 O GOVERNO WALDIR E A PROJEÇÃO DE CONQUISTA E DO <i>PEDRALISMO</i> NO ESTADO DA BAHIA.....	160
5.2 QUERELAS LOCAIS E O PROCESSO ELEITORAL DE 1988.....	166
5.3 ENTRE QUERELAS E CONGRAÇAMENTOS, RECOMPOSIÇÕES DAS ELITES NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO: O PROCESSO ELEITORAL E 1992.....	175

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....195

REFERÊNCIAS.....200

PREFÁCIO

A obra *Uma cidade do sertão em meio à ditadura e à redemocratização. Poder e sociedade – Vitória da Conquista (1962-1992)* traz uma importante leitura de um período histórico carente de estudos, seja pela sua proximidade temporal, seja pelas dificuldades do pesquisador em lidar com sua própria história.

O estudo venceu esses desafios e muitos outros, a exemplo da pesquisa histórica realizada em diversas instituições e trazidas ao público leitor por meio deste trabalho. A partir do trato minucioso das fontes, em suas diversas tipologias, o autor foi pavimentando seu caminho para discutir questões fundamentais para a compreensão da política conquistense no tempo estabelecido e que contribuem para lançar olhares sobre as configurações políticas dos dias de hoje.

Utilizando-se de um arcabouço teórico apropriado para os novos estudos de História Política, Belarmino Souza trouxe para as páginas da história fatos e personagens que contribuíram para a conformação de uma obra que prima pela sua dialética e nos permite ir além das linhas escritas no livro.

Ao reconstruir a trajetória dos políticos, suas teias e tramas, ao longo do século XX, o autor nos brinda com os caminhos da política e

dos partidos políticos na Bahia e, especialmente, no Sertão da Ressaca, com suas principais personagens e articulações realizadas para manutenção dos grupos políticos nas diversas instâncias de poder. Preocupados com as questões locais e regionais, os políticos conquistenses olhavam para além da serra do Periperi, interessados em que estavam pelos rumos da política nacional.

As rivalidades entre “peduros” e “meletes”, iniciadas no século XX, trouxeram, ainda, aquelas trazidas de Salvador pelos seabristas deraldistas e registas. No caudal da Revolução de 30, a chegada de Juracy Magalhães contribuiu para o acirramento partidário, reforçado pelo golpe, denominado de “empresarial-militar” de 1964, quando os conservadores locais assumiram a municipalidade até inícios da década de 1970.

A cidade passou pelo processo para implantação do autoritarismo, e as perseguições se fizeram presentes com o fechamento de jornais e perseguição de lideranças políticas de esquerda – as facetas assumidas pelos políticos e pela política em Vitória da Conquista e as motivações para o recebimento do título de “Bastilha do Sertão”.

O bipartidarismo levou à organização de novas forças políticas, resultando no fortalecimento das figuras políticas fundamentais na liderança na cidade. Estava aí a emergência dos grupos de Pedral Sampaio e Jadiel Matos, que, mesmo na oposição à ditadura, disputavam a municipalidade. O estudo detalha muito bem as disputas enfrentadas pelos grupos em ação e os encaminhamentos que levaram à vitória de José Pedral à prefeitura nas eleições de 1982.

Analisar os anos vividos pelo regime instalado nos ajudar a vislumbrar as acomodações e novas faces que suas lideranças assumiram na articulação dos partidos políticos, rearticulação de forças em embate e em aliança durante trinta anos. A imersão nessa conjuntura trouxe à superfície novos agentes políticos e forças que estavam submetidas pela política autoritária das grandes lideranças conservadoras.

No bojo de um panorama de opressão, Belarmino Souza nos oferece a possibilidade de avaliar as novas configurações organizadas em defesa da democracia e do restabelecimento do Estado democrático de direito.

Estavam postas ali as velhas forças políticas, bem como as emergentes, não tão novas assim, mas que pressionavam pela abertura e inserção de outros atores sociais na política conquistense.

O pluripartidarismo contribuiu para a reordenação das forças políticas, possibilitando novo ordenamento político em Vitória da Conquista, pouco festejado pelos mais à esquerda, pois se vislumbrou uma articulação que reuniu lideranças tradicionais com as lideranças emergentes. Essa nova configuração permitiu a construção de um grande mosaico de como os políticos e seus liderados assumiram encaminhar suas vidas e posições políticas com o processo de redemocratização.

As marcas das disputas perpetradas ao longo do século XX figuram como tatuagens no Colégio Eleitoral de Vitória da Conquista, onde nomes/grupos aparecem, permanecem e desaparecem, restando as lembranças de como emergiram no cenário político, suas articulações e os caminhos tomados a cada pleito eleitoral, numa dinâmica que pode ser explicada a partir de uma pesquisa de fôlego como a realizada por Belarmino Souza.

A leitura da obra nos leva a recomendar que se adentre pelo labirinto político da “Bastilha do Sertão” e se exercite a compreensão histórica que nos ensina a olhar para a sociedade e sua dinâmica em suas diversas conjunturas políticas – como fez Belarmino Souza com maestria – sem perder de vista a própria vivência pessoal e intelectual na tessitura política da militância.

Lina Maria Brandão de Aras

Abril de 2019

INTRODUÇÃO

O presente livro foi baseado na tese doutoramento *Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992)*, desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Lina Maria Brandão de Aras e submetida à defesa pública como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Social do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal da Bahia.

O nosso objeto de estudo são as disputas políticas no campo institucional na cidade de Vitória da Conquista¹ entre o ano de 1962 e o de 1992. Todavia, não nos isentamos de uma retomada dos antecedentes históricos da cidade, tendo por referência a produção historiográfica acumulada. O marco inicial é o pleito municipal de 1962 ou primeira eleição de José Fernandes Pedral Sampaio para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e a delimitação final é a terceira e última eleição desse candidato, bem como o início de governo. A atual configuração deste trabalho foi fruto da tese de doutoramento, acrescida de atualizações colhidas em novas leituras e em observações e contribuições de colegas em eventos acadêmicos, em especial nos simpósios e encontros da Associação Nacional de História (ANPUH), e de revisões ao longo do tempo.

Buscaremos tratar diferentes aspectos, não limitando o enfoque a uma liderança, tendência, partido político ou movimento. Inicialmente,

¹ Cidade situada na região Sudoeste do Estado da Bahia, distante 518 km da capital Salvador.

avaliaremos as disputas políticas das agremiações partidárias e vertentes políticas no início dos anos 60, em especial no pleito municipal de 1962, seguindo com a abordagem do primeiro governo de José Pedral Sampaio, do impacto do Golpe Civil Militar de 1964 na cidade, das disputas que envolviam as agremiações partidárias legalmente possíveis após o Ato Institucional n.º 2 (27/10/1965), a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Traremos o inicial predomínio arenista e identificaremos os fatores que viabilizaram a vitória do MDB no pleito eleitoral de 1972, bem como a permanência do mesmo grupo político, com suas variáveis, no controle da municipalidade até a década de 1990, com suas contradições e disputas internas e externas.

A vida política de Vitória da Conquista foi marcada, desde os seus primórdios, por um forte caráter oligárquico, tendo assumido, devido ao domínio por parte de parentelas, um formato endogâmico, preservado, quase que de forma intocável, até meados do século XX. Na segunda metade do século passado, o crescimento demográfico, a chegada de imigrantes – mormente de outras regiões da Bahia e do Nordeste –, a integração proporcionada pelas rodovias, o desenvolvimento econômico –em especial a diversificação do comércio em mãos de novos moradores –, o desenvolvimento do ensino, enfim, todas essas transformações, levaram à diluição do poder das famílias tradicionais no controle da municipalidade. Muitos dos sujeitos políticos ainda eram oriundos das tradicionais parentelas, todavia cada vez mais dividiam o palco político com indivíduos de diferentes origens, que passaram a compor a elite do poder local, fazendo parte dos círculos políticos e econômicos e partilhando do espaço de decisões na cidade (MILLS, 1975).

As disputas políticas em Vitória da Conquista, além de serem produzidas pela busca do controle da municipalidade, portanto disputas do poder local, refletiam aspectos da política do Estado da Bahia e do Brasil. A rivalidade entre “peduros”² e “meletes”³, nas duas primeiras décadas do século XX, era pelo poder local, mas também era o reflexo da

² Facção local do Partido Republicano Democrata da Bahia, agremiação que, no âmbito estadual, era liderada pelo Governador J. J. Seabra e, na cidade, pelos coronéis Francisco Santos e Gugé.

³ Facção local do Partido Republicano Democrático liderada por Maneca Moreira e Pompílio Nunes de Oliveira.

política baiana do período “seabrista”⁴. Nos anos após a Revolução de 30, os embates não se limitavam aos “deraldistas”⁵ e “registas”⁶, eram também posicionamentos locais frente ao poder do interventor Juracy Magalhães (SOUZA, 1999). Após o Estado Novo, as agremiações partidárias que agitaram o cenário nacional e estadual – União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), entre outras – também se fizeram presentes na cidade, sempre com a mistura de debates políticos e ideológicos que permeavam as instâncias superiores, somados a aspectos próprios das disputas locais.

O Golpe Empresarial-Militar de 1964 (conceito justificado mais adiante) teve forte impacto numa cidade que era governada por um prefeito do PSD e que apresentava um discurso afinado com os projetos reformistas do presidente deposto João Goulart. Jornais foram fechados, o prefeito José Pedral foi preso e afastado do cargo, juntamente com ele dezenas de cidadãos foram detidos e passaram a responder a inquéritos. O golpe, como em todo país, foi uma oportunidade de setores ligados à UDN e contrários às reformas pretendidas pelo presidente deposto assumirem o poder. Em Vitória da Conquista, udenistas aliados a vereadores eleitos pelo PTB assumiram o controle da municipalidade e mantiveram a posição até 1972, sob a legenda da ARENA.

No MDB, oposição legal possível, articularam-se na cidade ex-membros do PSD, MTR e até ex-integralistas do Partido de Representação Popular (PRP), que, após amargarem derrotas nos pleitos municipais de 1966 e 1970, conquistariam o poder municipal em 1972, com a eleição de Jadiel Matos, mantendo o controle do Executivo até o final do regime ditatorial. A cidade ganharia notoriedade nas décadas de 1970 e 1980, sendo vista como centro de oposição à Ditadura Empresarial-Militar (conceito justificado posteriormente) e aos seus representantes no Estado da Bahia. A vida política não se limitou às disputas em torno do controle das instâncias municipais de poder, mas esteve em todo processo repleta

⁴ Período marcado pela forte influência política do governador J. J. Seabra.

⁵ Grupo liderado pelo coronel Deraldo Mendes.

⁶ Grupo liderado pelo médico Régis Pacheco.

de contradições, descontinuidade de discursos e práticas, o que poderá, em parte, diluir a áurea construída de núcleo dominado por democratas resistentes ao arbítrio.

Vitória da Conquista tornou-se uma das mais importantes cidades do Estado da Bahia – na década de 1970, superou Itabuna, passando a ser o terceiro maior município em termos demográficos (LEÃO, 1994) – e tornou-se um importante eixo econômico, impulsionado pela implantação do polo cafeeiro⁷ e instalação do Distrito Industrial dos Imborés⁸ (FERRAZ, 2001). O centro urbano, interligado com o sul e leste da Bahia pela BR-415, com o oeste por meio da BA-262, e cortado pela BR-116, integrou-se a diferentes regiões, tornando-se um centro comercial e de serviços e atendendo a municípios das regiões Sudoeste, Serra Geral, Chapada Diamantina, Oeste e Norte da Cacaueira na Bahia bem como ao Vale do Jequitinhonha no norte do Estado de Minas Gerais (RIBEIRO, 1997). A cidade, nas últimas quatro décadas, consolidou a sua condição de “capital regional”, exercendo forte influência sobre os municípios das regiões do seu entorno.

O recorte temporal proposto nesta abordagem (1962-1992) extrapola uma demarcação cronológica majoritariamente aceita para o período da Ditadura Empresarial-Militar⁹ e justifica-se na medida em que mostra um período específico relevante para a história política de Vitória da Conquista, com a eleição do último prefeito antes do Golpe Empresarial-Militar e as disputas pelo controle da municipalidade e de espaços nas estâncias de poder no âmbito estadual e no federal, as quais envolviam as diversas agremiações e facções políticas atuantes na cidade ao longo de três décadas, que abarcam a Ditadura e o processo de redemocratização. A terceira e última eleição vencida pelo prefeito deposto pelo golpe e o início do seu governo fecham o ciclo proposto neste trabalho.

⁷ A cafeicultura ganhou maior dimensão na região após o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais do Governo Federal, no início dos anos 70 (DUTRA NETO, 2004, p. 16).

⁸ Distrito Industrial situado a dois quilômetros, ao norte, da sede do município e instalado em agosto de 1973.

⁹ A demarcação cronológica da Ditadura Empresarial-Militar tem sido alvo de reflexões e polêmicas das quais emergem três fronteiras temporais: 1964/1985 – do golpe à eleição e posse do primeiro presidente civil eleito no colégio, fechando assim o ciclo de presidentes militares; 1964/1988 – do golpe à promulgação da Constituição de 1988 e superação do aparato jurídico-político do regime ditatorial; 1968/1979 – da decretação do Ato Institucional nº 5 à aprovação da Lei da Anistia e retorno do pluripartidarismo.

A pretensão do presente estudo é desenvolver uma narrativa e análise da vida política em uma cidade do sertão baiano, apresentando suas peculiaridades em meio ao contexto histórico acima demarcado. O recorte proposto para tratar da vida política de Vitória da Conquista é inédito e traz contribuições para a *história política*, avançando em relação às abordagens acerca do período, em grande parte limitadas ao centro-sul do Brasil – tendência que vem sendo revista, como apontarei mais adiante – ou a objetos relativos à capital do Estado quando se trata da Bahia.

Quando o trabalho foi vislumbrado, sua pretensão era maior: imaginava-se pôr em foco não apenas a política vivida no âmbito da disputa da municipalidade e de outras instâncias de poder, mas extrapolar tais limites e trazer para a narrativa as vivências dos movimentos populares, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sindicatos, oposições sindicais, centrais sindicais, associações de moradores, organizações de esquerda que foram empurradas ou optaram pela clandestinidade, enfim, abordar a vida política na cidade de Vitória da Conquista da forma mais ampla e plena. Não foi possível. As lacunas em termos de registros eram enormes – movimentos sociais e sindicais com poucos registros, organizações de esquerda, que, por questão de segurança nos tempos da ditadura e até após, destruíam seus documentos. A alternativa do uso das fontes orais chegou a se mostrar uma vereda a ser trilhada, todavia os militantes se apresentavam reticentes e reservados em seus testemunhos, pouco revelando e deixando lacunas que inviabilizaram uma abordagem satisfatória. Foi necessário rever pretensões, remodelar o percurso da narrativa e, de forma esperançosa, delegar para estudos futuros aspectos de tamanha relevância.

A proposta de um estudo com um objeto de história política inicialmente poderia indicar um vínculo com a *historiografia tradicional* de perfil *rankeano*, mas se constitui em uma abordagem que busca sintonia com a *nova história política*. A história política, que foi considerada psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, particular, idealista, que colocava fora dos limites dos seus muros a sociedade global, as massas, as séries, a análise, o material, em suma, uma história *factual* (JULLIARD, 1988), que a *nouvelle histoire* pôs no segundo plano e que Braudel e seus seguidores relegaram os

seus fatos à “curta duração” (FALCON, 1997), tem passado nas últimas décadas por uma *renovação*. Trata-se de um processo caracterizado pela interação com outras disciplinas, especialmente com a ciência política, mas não apenas com esta, pois a relação se amplia com a sociologia, a linguística, a antropologia, a economia, a estatística, a depender do objeto estudado e do enfoque dado. O historiador político tem enveredado pelo desenvolvimento de trabalhos sobre as sociabilidades, as culturas políticas e a análise do discurso.

A nova abordagem rebate velhas acusações de que a história política se limita às memórias privilegiadas, deixando as massas à parte, de que seus objetos são os fatos passageiros e superficiais, circunscritos ao “tempo curto”, impossibilitados de fazer notar os movimentos profundos das sociedades. Sem se afastar da concepção de história levantada pelos *Annales*, respeitando pressupostos como a longa duração e a quantificação, que referenciam os caminhos inovadores, a *nova história política* constrói sua identidade retomando aspectos como a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa histórica.

Segundo René Rémond (1996), a *nova história política* responde a todos os questionamentos necessários para ser reabilitada. Em sociedades de massas, ao se ater ao estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, incorpora todos os atores, mesmos os mais simples, abandonando o caráter elitista e individualista e escolhendo as massas como seu objeto central. Esse é o caminho que trilharemos ao abordar a vida política em Vitória da Conquista, indo além das disputas em torno da municipalidade e das lideranças e enfocando os novos atores sociais.

O objeto escolhido leva a uma interação maior com a *ciência política*, especialmente em relação a uma categoria trabalhada por essa disciplina e preciosa no nosso objetivo de tratar a vida política em Vitória da Conquista: a *cultura política*, que é conceituada por Giacomo Sani (1986, p. 306) como “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objetos fenômenos políticos”.

Adriano Cerqueira (1996) assume uma linha crítica ao que considera um indeterminismo contido no clássico verbete de Sani. Para Cerqueira, a política se apresenta como um processo dinâmico de interação entre agentes que disputam bens que foram distribuídos de forma desigual, num território que é socialmente compartilhado. Em tal processo, os indivíduos atuam de forma racional, embora não estejam indiferentes às normas, valores e crenças, porém de forma reflexiva, o que pode conferir à interação uma trilha de transformação das normas, valores e crenças presentes nas relações políticas. A *cultura política* é então um espaço dinâmico de conflitos.

Segundo José Álvaro Moisés (1995), ao longo da década de 1970 os estudos da cultura política sofreram uma estagnação, por causa da hegemonia de teorias econômicas da política, que subestimavam os fatores político-culturais. As décadas de 1980 e 1990 apresentaram uma retomada da valorização dos aspectos culturais no estudo das relações políticas.

A cultura política no Brasil tem sido abordada desde a década de 1920, por autores como Oliveira Viana, Alberto Torres, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, traduzindo imagens marcadas pelo “[...] clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e antiinstitucionalismo” (MOISÉS, 1995). Esse perfil foi creditado às raízes “ibéricas” e aos componentes “estatistas” e antiliberais frutos do processo de formação do Estado. Contudo, segundo o mesmo autor, ao longo dos anos 80 e 90 tem emergido uma nova cultura política, de perspectiva democrática e pluripartidária, que aponta, em termos majoritários, para a rejeição da intervenção dos militares na política, mas com limitações na exclusão social.

A duração e a proximidade cronológica do objeto desse projeto apontam para uma *história do tempo presente*, conceito que, a partir dos anos 80, passou a ser utilizado com o aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história e a ruptura com o princípio que identificava o objeto histórico ao passado, o que abriu novas possibilidades de pesquisas, focando a história do século XX. Roger Chartier (2002) sustenta que, na história do tempo presente, o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e compartilha com os atores históricos as

mesmas categorias e referências. Desse modo, a ausência de distância não é inconveniente e pode ser uma importante ferramenta para uma melhor compreensão da realidade estudada, já que aproxima o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador daqueles que fazem a história. O caráter de *história do tempo presente* não apenas permite, mas requisita lançar mão da *história oral*, como um meio usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à vivência social de pessoas, sem entrar em maniqueísmos entre “vencedores” e “vencidos”, “nacional” e “local”, “escrito” e “oral”, “erudito” e “popular”, e sim buscando estudar as formas como os indivíduos e grupos “[...] efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2005, p. 165). Todavia, a *palavra fonte*, ou *colaborador*, necessariamente tem que ser tratada com os cuidados críticos específicos, que considerem os filtros e limites inerentes à memória; é preciso considerar o conceito de “memória dividida” recuperado por Alessandro Portelli (2002), que vê na memória coletiva não algo espontâneo, mas mediado por ideologias, linguagens, senso comum e instituições, que forma uma memória dividida. Em se tratando das autoridades (perfil dos colaboradores da relação de fontes orais), o cuidado deve ser maior,

[...] na medida em que elas também têm de justificar suas ações passadas. A diferença provém, sobretudo de fato de que – salvo exceção – elas não têm de levar em consideração um grupo inteiro, mas apenas a individualidade (VOLDMAN, 2002).

Quanto às fontes, ao longo da pesquisa foram necessárias escolhas. Durante os levantamentos iniciais foi detectada uma farta disponibilidade de jornais (periódicos, com maior ou menor duração: quinzenais, semanais, diários). Os acervos se encontravam tanto em Vitória da Conquista – Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Arquivo Público Municipal – quanto em Salvador – Biblioteca Pública do Estado da Bahia (Biblioteca dos Barris). Foram feitos mais de 13.000 recortes digitais, termo usado para definir as fotografias digitais feitas das matérias e posteriormente editadas e identificadas para serem lidas, analisadas e

registradas em fichas específicas – cerca de 4.000 –, que serviriam de base para o desenvolvimento da narrativa, estilo escolhido por se tratar, dentro da perspectiva proposta no trabalho, de uma abordagem inédita. Jornais e outros periódicos como fontes trazem preservados detalhes que foram produzidos no calor do momento, por vezes esquecidos nas memórias construídas, filtradas e/ou selecionadas. Os jornais não são vistos apenas como fontes, mas também como sujeitos, visto que também têm intervenção nos processos políticos. Faz-se necessário contextualizar historicamente o órgão de imprensa: quando e como se posicionou no processo estudado. A farta disponibilidade de tal modalidade de fonte determinou a sua utilização prioritária e o confrontar com as fontes orais fornecidas pelas entrevistas realizadas com os ex-prefeitos e outros indivíduos que vivenciaram os acontecimentos abordados pelo estudo. A escolha dos depoentes teve de ser um pouco arbitrária. Por se tratar de um período relativamente recente, a presença de sujeitos/atores dos acontecimentos narrados ainda vivos e lúcidos é considerável, todavia não foi possível trabalhar com todos, escolhas tiveram que ser feitas. Os ex-prefeitos ouvidos foram os senhores José Fernandes Pedral Sampaio, Raul Ferraz, Hélio Ribeiro e Murilo Mármore (lamentavelmente os demais já haviam falecido quando da investigação). Em virtude do impacto causado na cidade pela instalação da BR-4 (116) – não apenas pela integração econômica, mas também pela transformação do fluxo demográfico, com o facilitar da fixação de novos sujeitos na cidade sertaneja, outrora isolada –, foi entrevistado o Sr. José Paulo de Souza (Zé Mineiro), que trabalhou na construção da estrada e foi também um dos pioneiros no seu percorrer. Por fim, foram registrados os depoimentos dos juristas Roque Aras e Ruy Hermann Araújo Medeiros, participantes e relevantes elaboradores no processo político ao longo do período trabalhado. O senhor Aras permitiria uma visão externa a Conquista; Medeiros, uma arguta percepção dos bastidores e das especificidades da política local.

O período abarcado pelo projeto, 1962 a 1992, corresponde no Brasil aos anos que antecederam a Ditadura Empresarial-Militar e aos primeiros anos da redemocratização. A Ditadura Empresarial-Militar tem sido objeto

de estudo de um número expressivo de publicações, mas a cobertura dos anos a partir da Nova República não é tão abundante.

Os primeiros a tratar dos governos militares foram os cientistas políticos. Na década de 1960, o brasileiro Thomas Skidmore foi uma exceção entre os historiadores, quando lançou, em 1966, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, cujos capítulos VII e VIII foram dedicados ao governo João Goulart e à sua queda. O mesmo autor lançou, em 1988, *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Suas obras são marcadas pelo encadeamento ou linearidade cronológica de fatos governamentais, da economia e da sociedade. Skidmore foi alvo de preconceito e visto com reservas (SILVA, 1979), e até suspeito de colaboracionismo com órgão do serviço secreto dos EUA (RODRIGUES, 1976), condição também em que foi colocado outro brasileiro, Alfred Stepan, autor de *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira* (1975), obra na qual defendeu que, até 1964, existia no Brasil um padrão na relação entre os militares e os civis ao nível de moderação, ou seja, os militares só se envolviam na deposição de governo para transferi-lo para outro grupo de civis, “padrão moderador” negado pela “revolução”.

O montante de títulos disponíveis não se deveu, num primeiro momento, aos historiadores, não por falta de interesse, mas pelas dificuldades específicas da *história do tempo presente* e limitações das fontes documentais. Os acontecimentos contemporâneos ou recentes foram tratados mais por jornalistas, cientistas políticos e sociólogos. Somada aos cuidados dos indivíduos envolvidos com o golpe e a Ditadura para manter sigilo sobre seus atos, havia a escassez de documentos vertidos diretamente dos governos militares.

A história republicana ganhou maior destaque a partir dos anos 70. Nessa década e nos anos 80 foi ampliada a “profissionalização” da pesquisa histórica brasileira, com o surgimento e a propagação de cursos de pós-graduação (LAPA, 1985), tendo sido relevantes os efeitos provindos do marxismo e dos *Annales*, que conduziram jovens historiadores ao confronto com antigos mestres, que levavam o estudo acadêmico a privilegiar os temas relativos ao período colonial, enobrecidos e maturados pelo tempo (LINHARES, 1992). Foi necessário também superar a predominância da

história econômico-social, fruto da conhecida rejeição da história política, por um bom tempo, por parte dos herdeiros dos fundadores dos *Annales*.

As primeiras abordagens detalhadas do Golpe Empresarial-Militar e da Ditadura Militar no Brasil vieram com perfil memorialista. Inicialmente, houve abordagens na imprensa, que, em alguns momentos, divulgou matérias reveladoras, com tom de reações indignadas, como as apresentadas por Carlos Heitor Cony (1964).

Revelações factuais mais precisas vieram com as publicações de memórias que surgiram na conjuntura da *distensão política* e assumiram a forma de depoimentos de colaboradores do regime, tais como Viana Filho (1975), Krieger (1976) e Abreu (1979). Ao término da década de 1970 e início dos anos 80, já na conjuntura da abertura, com a anistia, foram publicados depoimentos de ex-militantes da “luta armada”, como nos livros de Fernando Gabeira (1979) e Alfredo Sirkis (1980), com grande sucesso editorial.

Gradativamente surgiram narrativas acerca da tortura de militantes oposicionistas, que deram ênfase ao caráter sangrento dos “anos de chumbo”, como as de Emiliano José e Oldack Miranda (1980), Freitas (1981), Tavares (1999) e Coelho (2000). Damos um destaque especial à denúncia contida no trabalho do grupo *Tortura nunca mais* (1995), publicado com o apoio da Arquidiocese de São Paulo.

As memorialísticas acerca do período da Ditadura Militar têm sido ampliadas. Na medida em que o tempo passa, diferentes atores têm registrado suas vivências, o que é ao mesmo tempo fonte e objeto histórico e abre espaços para polêmicas enriquecedoras.

Nas abordagens de influência marxista, destacavam-se as determinações econômicas e estruturais e os condicionamentos de classe, com os militares compreendidos como agentes a serviço da burguesia: por exemplo, para João Q. Moraes (1997), em 1964, ocorreu um golpe reacionário da direita, “do qual os militares constituíram o instrumento decisivo”. As ditaduras militares foram decorrentes dos ajustes do capitalismo, sendo, portanto, mais importantes os estudos dos aspectos relacionados à expansão capitalista, ao capital internacional e ao papel de

setores da burguesia brasileira nesse processo (OLIVEIRA, 1997). No afã de combater o determinismo economicista e a leitura stalinista do que poderíamos rotular de “marxismo vulgar”, muitos críticos descartaram o conjunto do marxismo, o que foi um grande erro.

Merece destaque a análise marxista de Jacob Gorender (1997) acerca do golpe, da ditadura e da resistência, com foco na esquerda, especialmente na luta armada.

Usando pressupostos marxistas, o cientista político uruguaio René A. Dreifuss (1981) defendeu a ideia de que o poder do capital internacional na economia do Brasil não contava com uma liderança política afinada com seus interesses. Desse modo, para replicar a predominância da burguesia tradicional de perfil “populista”, esse segmento da elite articulou grupos de pressão, federações profissionais, técnicos e burocratas, visando garantir que seus interesses passassem a ter expressão ao nível do governo. Segundo Dreifuss, a burguesia multinacional teve no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) o seu comando para planejar e agir de forma a conquistar o poder. Essa linha de abordagem tem sido aprofundada, como nas investigações de Elaine de Almeida Bortone (2016), que, em um minucioso levantamento, identifica a presença de empresários do IPES – organização de peso na articulação golpista – em postos estratégicos de direção das empresas federais quando da instalação do regime após 1964. Essa orquestração de militares e empresários na articulação do golpe e na construção e gestão do regime justifica os conceitos de golpe empresarial-militar e ditadura empresarial-militar. Bortone, servindo-se de um referencial teórico gramsciano, consegue identificar o IPES na condição de um aparelho privado, com verdadeiros intelectuais orgânicos de frações de classe da burguesia – destacadamente capital financeiro e departamento II da produção industrial –, numa atuação de forma organizada em busca da hegemonia.

No espaço dos estudos exclusivamente históricos, todavia, a reação ao marxismo não foi centrada na contraposição entre determinação das estruturas econômico-sociais e autonomia do sistema político, mas sim na valorização da subjetividade e do indivíduo em oposição às abordagens de

cunho estrutural. Abdicando de explicações baseadas em *construtos* como “modo de produção”, “classes sociais” e “estrutura econômica” ou “social”, na formação de um novo padrão de narrativa, e valorizando a subjetividade, aqueles que apresentaram uma reação ao marxismo buscaram uma nova estratégia de conhecimento, com ênfase no indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade” e suas vivências.

De certo modo se respondia à insatisfação com uma história que parecia carente de efetividade. A presença dessa tendência talvez explique o volume de abordagens sobre a cultura durante a Ditadura Militar, como a de Paulo César de Araújo (2002). Da mesma forma, merecem destaque as pesquisas baseadas na recuperação de “memórias”, “de trajetórias de vida”, especialmente por meio de fontes orais ou mesmo de publicações de séries de entrevistas, como a trilogia organizada por Alberto Dines, Florestan Fernandes Júnior e Nelma Salomão (2000).

Baseando-se fundamentalmente em documentos e entrevistas emanadas dos generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel e do secretário desses militares, Heitor Aquino Ferreira, Elio Gaspari publicou uma tetralogia de narrativa jornalística de fôlego: *A Ditadura Envergonhada* (2002a), abordando o período entre o golpe e 1968; *A Ditadura Escancarada* (2002b), acerca dos “anos de chumbo”; *A Ditadura Encurralada* (2004), sobre o período da distensão política, e, finalmente, tratando do fim do regime, *A Ditadura Derrotada* (2003). Apesar do mérito do texto detalhado e franco, talvez devido ao caráter das fontes, o jornalista apresenta Golbery e Geisel como os verdadeiros artífices do regime, sujeitos decisivos nos momentos cruciais, uma interpretação que provavelmente fundamenta a visão que os generais tinham deles próprios.

No espaço da produção histórica sobre o regime militar e a Nova República, talvez seja correto indicar uma fase inicial de estudos, em que as fontes se limitavam quase que exclusivamente à imprensa, às entrevistas e aos documentos oficiais aparatosos; a partir da década de 1990, documentos inéditos foram liberados gradativamente. Não podemos contar com a revelação “plena” da verdade, mas o aparecimento dessas fontes abre possibilidades de novas abordagens e revisões, especialmente após os

trabalhos realizados pela Comissão da Verdade, criada e com trabalhos intensificados após a condenação do Brasil na Corte Interamericana – Tribunal da Organização dos Estados Americanos –, que obrigava o governo brasileiro a investigar os crimes cometidos no período da Ditadura. O relatório conclusivo da comissão foi publicado no final de 2014, pela então Presidente Dilma Rousseff, em meio às críticas dos que queriam ir além e punir os implicados nos crimes cometidos sob o regime e às reações dos que acusavam todo o processo de revanchismo. Contudo, o trabalho tem se revelado um veio importante de informações e reflexões sobre o regime ditatorial brasileiro. O completar dos cinquenta anos do golpe empresarial-militar levou o mercado editorial ao lançamento de uma considerável bibliografia sobre o tema, com construções textuais feitas por historiadores, jornalistas, memorialistas e outros que consideraram oportuno o publicar das suas abordagens. Nessa leva, destacamos algumas contribuições. Daniel Aarão Reis Filho, em *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*, volta a refletir sobre as complexas e perturbadoras relações entre a sociedade e o regime implantado em 64 e, mesmo reconhecendo o protagonismo dos militares, dá ênfase a um volume do envolvimento da sociedade civil. Por sua vez, Marco Antonio Villa, no seu livro *Ditadura à Brasileira – 1964-1985 – A democracia golpeada à esquerda e à direita*, de forma mais provocativa, aponta a crise que leva o Golpe de 64 a constituir-se em um momento que tanto as forças de direita quanto as de esquerda conspiravam contra a democracia. Ele também é polêmico ao ver a ditadura efetiva apenas no período entre o publicar do Ato Institucional n. 5 (1968) e o suspender do ato e advento do pluripartidarismo e anistia em 1979. Muita tinta rolará com as reflexões sobre o período. Vivemos um período fecundo e promissor.

O estudo da história e em especial da história política de Vitória da Conquista tem sido valorizado nas últimas décadas. A primeira iniciativa coube a Ruy Hermann Araújo Medeiros, que, na coluna *Ensaios Conquistenses*, do jornal local *O Fízi*, publicou, entre outubro de 1977 e janeiro de 1978, uma série de artigos sobre a história da cidade. No ano de 1982, duas outras obras surgiram. Em agosto, Israel (Zai) Araújo Orrico publicou

Mulheres que fizeram História em Conquista, obra na qual, por meio do relato da vida de treze mulheres de tradicionais famílias locais, abordou processos e fenômenos da história da cidade. Em dezembro, Aníbal Lopes Viana publicou a *Revista Histórica de Conquista*, ampliada, posteriormente, com um segundo volume. Nessa obra, o autor reuniu elementos diversos, como transcrições de documentos, “causos”, curiosidades e, especialmente, relatos, que, de certo modo, em seu conjunto, formaram um “memorial da cidade”, completado em 1992, com *História de Conquista: crônica de uma cidade*, por Mozart Tanajura, que ordenou as informações já contidas nas abordagens dos memorialistas anteriores e possibilitou, assim, uma necessária visão de conjunto. Outra obra memorialista sobre Vitória da Conquista e também outros municípios do interior, com temas como imprensa (nos seus múltiplos aspectos), educação, conflitos políticos e familiares e com depoimentos diversos, além de considerações e opiniões, foi lançada em 2005 pelo jornalista Jeremias Macário de Oliveira: *A imprensa e o Coronelismo no Sertão do Sudoeste*. Nove anos depois Macário de Oliveira publicaria novo livro, dessa feita o seu relato jornalístico – *Uma Conquista Cassada, cerco e fuzil na cidade do frio* –, para tratar do impacto do Golpe de 1964 em Conquista, nos moldes dos memorialistas, sem sistematização metodológica ou referências à produção acadêmica já há muito disponível. O livro aborda as revoluções ou tentativas de revoluções socialistas pelo mundo; levantes e rebeliões no Brasil; trajetória política da cidade desde os seus primórdios; memórias do impacto do golpe e da vida sob o regime ditatorial; algumas organizações de esquerda atuantes no período; e, por fim, um perfil da cidade no início do século XXI. Em 2007 e em 2012, duas contribuições à memória política da cidade foram publicadas, respectivamente *J. Pedral e o Golpe de 64*, de Dilson Ribeiro de Oliveira, e *O Pedralismo – um fenômeno social*, de Durval Lemos Menezes. Ambos os livros estão centrados em aspectos biográficos, políticos e ideológicos do ex-prefeito José Fernandes Pedral Sampaio.

A partir de 1995, o Museu Regional de Vitória da Conquista, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, passou a publicar a série *Memória Conquistense*, iniciada com o resgate de produções memorialistas

sobre a cidade – na sequência, o projeto se desenvolveu com maior cuidado metodológico e acadêmico. O primeiro volume foi uma reedição do livro *Régis Pacheco – esboços biográficos*, escrito em 1940 por Euclides Dantas e atualizado por Humberto José Fonseca e Ruy Hermann Araújo Medeiros, que também foram os responsáveis pelo segundo volume da série (1996), uma reedição crítica do artigo *O Município da Vitória*, de Tranquilino Leovigildo Torres, publicado inicialmente pela revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (junho de 1897). O terceiro volume (1998) foi *História e Cotidiano no Planalto da Conquista*. O quarto volume (1999), fruto de estudos mais específicos, ao nível de pós-graduação (especialização e mestrado), foi destinado à política (*Política: o poder em disputa – Vitória da Conquista e região*)¹⁰, demonstrando a preocupação crescente com essa temática. O volume cinco (2000) teve por tema *A presença indígena no Planalto da Conquista. Recortes de memória – cultura, tradição e mito em Vitória da Conquista* foi o eixo da sexta publicação. O número sete (2003) e o oito (2004) saíram em edição única, contendo o *Dossiê Temático: gênero, identidade e etnia* e *Dossiê Temático: Poções – sua história e diversidades*, respectivamente. A última publicação da série (2005) teve por tema *O fio da memória: discurso e história no Sudoeste da Bahia*.

Fruto de sua dissertação de mestrado em memória, em 2013, Ruy Hermann Araújo Medeiros publicou *História Local e Memória – limites e validade*, livro no qual apresenta uma contribuição relevante à reflexão teórica sobre o valor e as limitações das produções rotuladas como *história local*, ou seja, aquelas narrativas não acadêmicas desenvolvidas por historiadores não profissionais sobre uma dada região ou localidade. Medeiros, apesar de mostrar vasto conhecimento acerca dos trabalhos enquadrados como história local, centra a sua abordagem nos trabalhos de Tranquilino Leovigildo Torres, Aníbal Lopes Viana e José Mozart Tanajura – o estilo (corografia, revista e crônica, respectivamente), seus contributos para o resgate da memória (com

¹⁰ *Formação Política da Região Sudoeste* (Humberto José Fonseca); *Poder Local e Mandonismo na Cidade da Conquista: Violência e Administração Pública* (Isnara Pereira Ivo); *Uma Leitura da Vida Política em Vitória da Conquista na Primeira República* (Belarmino de Jesus Souza); *Vitória da Conquista – da redemocratização (1945) às sucessões municipais de 1950 e 1954* (Edimê Gomes Miranda e Virgínia Santos Alves); *A Reportagem como Veiculação Ideológica; O Contexto Político de 1962/1964 e a Imprensa Escrita de Vitória da Conquista* (Edinalva Padre Aguiar) e *Poder Local e Repressão na Conjuntura do Golpe Civil-Militar de 1964* (José Dias Alves).

todos os seus filtros), referências para posteriores trabalhos de historiadores de ofício e seus limites.

Contribuindo para a compreensão da ocupação do *Sertão de Ressaca*¹¹ ao abordar a trajetória da família de João Gonçalves da Costa¹², Maria Aparecida Silva de Sousa (2001) reconstruiu o percurso dos povoadores, os conflitos com os indígenas e a afirmação das bases para o desenvolvimento do Arraial da Vitória¹³, posterior Imperial Vila da Vitória¹⁴, entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Na sua dissertação, ao tratar da guerra de independência na Bahia, Argemiro Ribeiro de Souza Filho também contribui com a memória conquistense, resgatando a forma de participação da localidade nos conflitos pró-independência no Recôncavo. Partindo do estudo da Tragédia do Tamanduá¹⁵, Isnara Pereira Ivo (2004) abordou *mandonismo* local, poder público, estrutura e conflitos familiares em Conquista¹⁶ no final do século XIX. Belarmino de Jesus Souza (1999), em sua dissertação de mestrado, trabalhou com a Primeira República em Vitória da Conquista, destacando o caráter endogâmico do poder das oligarquias locais – aspecto já apontado pelo memorialista Mozart Tanajura –, as disputas entre os “peduros” e “meletes”¹⁷ pelo controle das instâncias de direção do município e pela busca de uma relação privilegiada com o governo estadual.

Especificamente acerca do período abarcado por esse projeto, existem dissertações e teses defendidas na UFBA. Em 1973, Ary Guimarães abordou *As eleições baianas de 1970*, em uma tese apresentada no concurso público para professor titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. O movimento estudantil foi abordado por Sílvio César Oliveira Benevides, com a dissertação *Proibido Proibir – uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem* (1999), do Mestrado em Sociologia; José

¹¹ Antiga denominação do planalto, entre os rios Pardo e das Contas, onde está localizada Vitória da Conquista.

¹² Bandeirante que liderou a conquista do Sertão da Ressaca.

¹³ Primeira denominação da povoação.

¹⁴ Denominação após a implantação da Câmara, por meio da Lei Provincial n.º 124, de 1840.

¹⁵ Chacina de mais de vinte membros da família Ferraz, num ato de vingança de um cidadão conhecido como Calistinho à frente de 110 jagunços, em 10 de outubro de 1895, no município de Belo Campo, que pertencia a Vitória da Conquista.

¹⁶ Denominação da cidade entre 1º de julho de 1892 e 31 de dezembro de 1943 (Decreto n.º. 141).

¹⁷ Denominação das facções políticas em disputa na cidade entre 1911 e 1919.

Alves Dias, com *A Subversão da Ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia...* (2001), do Mestrado em História Social; Antônio Eduardo Alves de Oliveira, com *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 1970* (2002), do Mestrado em Ciências Sociais, e por Antonio Mauricio Freitas Brito, com *Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA...* (2003), do Mestrado em História Social. A atuação de uma igreja popular em Juazeiro foi o objeto de estudo de Margarete Pereira da Silva em sua dissertação *Não tenho Paciência Histórica – a igreja popular em Juazeiro 1962-1982* (2002), do Mestrado em História Social. As relações da Igreja, juntamente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Estado, com as associações de bairros em Salvador constituiu-se em objeto de Maria Victória Espiñeira González em sua dissertação publicada em 1997 sob o título *O Partido, a Igreja e o Estado nas Associações de Bairros de Salvador*. Em “*Ousar Lutar, Ousar Vencer*”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), Sandra Regina Barbosa da Silva, no Mestrado em História Social (2002), trabalhou com as organizações de esquerda que optaram pela luta armada e que atuaram em Salvador. Temática semelhante trouxe Andréa Cristiana Santos na sua dissertação *Ação entre Amigos*, do Mestrado em História Social (2004), ao abordar a história do PCdoB em Salvador entre 1965 e 1973. Muniz Ferreira, no artigo *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*, tratou do golpe no Estado, destacando consequências em Salvador e em cidades interioranas como Feira de Santana, Ipiaú e Vitória da Conquista. O mesmo autor, no artigo *A História Política da Esquerda Baiana: uma história em construção* (2004), apresenta um quadro geral da produção acadêmica relacionada à história dos movimentos sociais do campo da esquerda, englobando todo o século XX e incluindo, obviamente, o período da Ditadura Empresarial-Militar. Para além do período em questão, mas englobando-o, temos a coletânea organizada por Cristiane Nova e Jorge Nóvoa acerca do comunista baiano Carlos Mariguella (1999). O livro de Pedro Estevam da Rocha Pomar (1987), ao tratar da liquidação do Comitê Central do PCdoB em 1976, narra como José Gomes Novaes, um dos membros do órgão partidário, escapa, e, no bojo da narrativa, acidentalmente relaciona Vitória da Conquista, pois o velho militante, desde o início dos anos 70, tinha como base a cidade do

nosso objeto de estudo. Novaes foi objeto de uma abordagem específica de Adilson Amorim de Souza e Edinalva Padre Aguiar no caderno 204 do CEAS (SOUZA; AGUIAR, 2003). Mais recentemente Thiago Machado de Lima (2016) abordou o impacto do golpe na cidade de Esplanada, no norte da Bahia.

Nos últimos anos, surgiram novas contribuições, fruto de mais pesquisas desenvolvidas na pós-graduação em história na UFBA. Gustavo Falcón apresentou, em 2007, a tese *Um Caminho Brasileiro para o Socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*, na qual traz a biografia do dirigente comunista Mário Alves de Souza Vieira. No mesmo ano Grimaldo Carneiro Zachariadhes defendeu a dissertação *CEAS: jesuítas e a questão social durante a ditadura militar*. Em 2008, Antonio Mauricio Freitas Brito defendeu a tese *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. As representações políticas anticomunistas do Exército Brasileiro sobre o Partido Comunista Brasileiro durante o período de 1964 a 1978 foi o objeto da tese *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*, defendida em 2009 por Sandra Regina Barbosa da Silva Souza.

A Ditadura Militar na Bahia mereceu a reunião de artigos organizados por Zachariadhes (2009), com a colaboração de pesquisadores de todo o Estado, sobre a campanha de desestabilização do governo de Jango; relações de protestantes com o governo militar, bem como do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela e do bispo de Juazeiro; o impacto do golpe sobre o sindicalismo petroleiro; lutas estudantis na Salvador de 1968; aspectos da resistência armada na Bahia; a Ação Popular na Bahia; Jornadas de Cinema; a atuação da ala jovem do MDB; o II Congresso Nacional da Anistia. Todavia, para nosso objeto, merece especial destaque o escrito de José Alves Dias: *O Golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista*, tema novamente visitado pelo autor, que, em seu doutoramento (2009), debruçou-se sobre as estratégias de conquista do espaço político no Estado da Bahia entre os anos de 1966 e 1982, período de afirmação do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães. Posteriormente, Dias publicou o fruto de sua investigação no livro: *Rumo ao Palácio – as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)*. Em

tal temática, o autor foi antecedido pelo trabalho de Paulo Fábio Dantas Neto (2006), que tratou das origens do *carlismo*, remontando-se ao período de 1954 a 1974.

As obras citadas que tratam de objetos baianos trazem para o âmbito do Estado uma temática que tradicionalmente era generalizada nacionalmente ou tinha maior destaque em áreas metropolitanas como São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, ocorre certa tendência à “soteropolização” dos estudos, não observada, porém, em Margarete Pereira da Silva e seu estudo acerca de Juazeiro; nas referências de José Alves Dias e Muniz Ferreira ao golpe militar em Vitória da Conquista e Feira de Santana; nas indicações de Andréa Cristiana Santos da ação do PCdoB no interior (em especial da criação de um Comitê Regional em Conquista) e no trabalho de Souza e Aguiar sobre Novaes; os demais são centrados em Salvador. Publicado antes dos escritos de Dias, o único trabalho focado na região de Vitória da Conquista no período ditatorial, ainda do programa do Mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia), foi o de Antonio Dias Nascimento, *Organização de Base – a reinvenção da participação popular* (1985) (o caso de Vitória da Conquista), que aborda o percurso da Igreja Católica desde a época em que esta, como instituição, volta-se para a organização sindical dos trabalhadores do campo, passando pelo esgotamento desse modelo no pós-64 até o período em que a igreja retoma a sua atuação via Comunidades Eclesiais de Base. Nascimento relata as pesquisas de campo em Vitória da Conquista no tocante às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) articuladas por meio da Paróquia das Graças, à luta dos posseiros da região do Pau-Brasil e à greve dos catadores de café no início dos anos 80. Recentemente, em dissertação defendida no Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Elenice Silva Ferreira (2012) abordou a maneira como os professores da Escola Municipal Claudio Manuel da Costa em Vitória da Conquista compreenderam o contexto educacional local nos tempos da ditadura.

As abordagens relacionadas à política em Vitória da Conquista e na Bahia sob o regime militar trazem valorosos subsídios, mas deixam uma série de questões e lacunas. Existe a necessidade de resgatar a história

vivida nas últimas décadas e em especial sob a Ditadura Empresarial-Militar no interior, contribuindo para uma melhor compreensão do período e construindo uma história do tempo presente como múltipla dimensão espacial, consistente, que supere as generalizações, que possibilite conhecer o desenvolvimento de novas sociabilidades ou culturas políticas construídas em meio ao regime de exceção e na redemocratização que se seguiu. Tal demanda começa a ser respondida em diferentes partes do país. Eustáquio Donizeti de Paula (2018) abordou as memórias do regime militar na perspectiva do centenário jornal mineiro, o *Lavoura e Comércio* da cidade de Uberaba. Por sua vez, Jaime Cuéllar Vellarde (2016) desenvolveu investigação semelhante do ponto de vista do periódico o *Seráfico* e de seu registro da memória do golpe no Pará. Tais contribuições promovem a construção de uma leitura poliédrica da Ditadura no Brasil e este trabalho se propõe a ser mais um contributo.

Como já foi dito, optamos por objeto de estudo as disputas políticas no campo institucional na cidade de Vitória da Conquista¹⁸, centrando a abordagem no período de 1962 a 1992, mas não nos isentando de uma retomada dos antecedentes históricos da cidade referendada na produção historiográfica acumulada. O centro da abordagem tem como marco inicial a primeira eleição de José Fernandes Pedral Sampaio para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e delimitação final a sua terceira e última eleição, bem como o início do governo. Em meio a todo esse processo é relevante responder a duas questões (ao tentar fazê-lo, talvez suscitar outras): Como uma cidade ao longo de uma história totalmente inserida em relações e práticas políticas tradicionais, marcada pelo poder oligárquico, com traços endogâmicos, passa a ser divulgada e reconhecida por muitos como centro de oposição ao arbítrio da Ditadura Empresarial-Militar e aos seus destacados representantes no Estado da Bahia? Como lideranças políticas de origem e formação no seio da oligarquia, do poder endogâmico e nas suas práticas tradicionais, assumiram a aura de lideranças progressistas e da resistência democrática, ou mesmo, a depender dos parâmetros utilizados, de esquerda?

¹⁸ Cidade situada na região Sudoeste do Estado da Bahia, distante 518 km da capital Salvador.

O trabalho aqui desenvolvido busca responder a essas questões e ainda mais: tornar compreensível o emaranhado dos acontecimentos do cotidiano político, relacionando, por vezes, nomes de indivíduos participantes ao longo do processo (membros de diretórios, candidatos lançados, eleitos ou derrotados) e marcando a trajetória de suas atuações, o que pode parecer enfadonho, porém necessário para registrar os posicionamentos e percursos feitos, sempre com a possibilidade de abrir cicatrizes e lembrar inconveniências. Todavia, ao abordar tais vivências, trazendo as marchas e contramarchas dos bastidores da política, não há a pretensão de exaltar ou punir, mas simplesmente de resgatar e analisar tais processos.

É nesse sentido que a narrativa contida neste trabalho pretende dar uma contribuição. O lançar mão da dimensão narrativa pode causar estranheza, uma vez que esta foi, de certo modo, estigmatizada e, como afirma Evaldo Cabral de Mello (2009, p. 13-14), ostracizada desde a emergência dos *Annales*. No entanto, esse mesmo autor conjectura em relação a posturas da escola francesa:

[...] sua revolução historiográfica veio enriquecer como que por tabela, ou consequência do que seus discípulos mais aferrados à história das estruturas econômicas devem considerar um efeito perverso. Contudo, diante da página em branco e das suas notas de pesquisa, o historiador não tem como fugir ao dilema muito bem definido por um oficial de outro ofício, Lévi-Strauss, quando assinalou que ele deve sempre optar ‘entre uma história que informa mais e explica menos e uma história que explica mais e informa menos’, pois dependendo do nível em que se coloque ‘ele perde em informação o que ganha em compreensão e vice-versa’.

Se, com nossa modesta contribuição, descontentamentos e críticas forem suscitados, provocando novos estudos, já será grande a satisfação.

CAPÍTULO I

DISPUTAS PELA MUNICIPALIDADE: LUTAS TRADICIONAIS, VELHOS E NOVOS PAPÉIS EM TEMPOS DE CRISE

1.1 ANTECEDENTES AO PLEITO MUNICIPAL DE 1962

Na segunda metade dos anos 40 do século XX, Vitória da Conquista começou a ser palco de um processo lento, porém contínuo de transformações. Em termos estruturais, a abertura da estrada Ilhéus-Lapa e da rodovia federal BR-4 (Rio-Bahia, atualmente identificada como BR-116 ou Rodovia Santos Dumont), que cruzavam a cidade, constituiu o município em um centro de intermediação, circulação e distribuição de pessoas, serviços e produtos diversos, proporcionando uma expansão econômica que passou a atrair especialmente imigrantes de outras áreas, mormente do sertão baiano, de outros estados do Nordeste e de Minas Gerais, que se instalaram em grande número na cidade ao longo das décadas seguintes. A nova camada populacional estava voltada majoritariamente para atividades urbanas, tinha uma menor dependência em relação aos fazendeiros e diluía, assim, a influência das famílias tradicionais. Essa nova camada tornou-se um agente democratizante da vida social e política conquistense, reduzindo, sem no entanto eliminar, a influência das tradicionais famílias oligárquicas locais.

Com a crise do Estado Novo, em 1945, ocorreu na Bahia uma aproximação entre, outrora grupos rivais, os remanescentes do antigo PSD e antigos aliados de Juracy Magalhães¹⁹. Credenciados pelo rompimento com Vargas, ocorrido em 1937²⁰, formaram com os “autonomistas”²¹, liderados por Otávio Mangabeira, a *Coligação Democrática Baiana*, empunhando a bandeira de “reintegrar a Bahia na posse de si mesma”. *Juracistas*²² e *mangabeiristas*²³, rivais na conjuntura 1930-1937, tornaram-se aliados na campanha presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes e caminharam para a União Democrática Nacional, que, na Bahia, menos que um partido, era mais uma frente de oposicionistas, pois no Estado foram mantidas a divisão e individualidade dos grupos.

Em termos de composição social, a UDN baiana preservou o forte traço do *bacharelismo*²⁴, emergido na política estadual nos anos 20. Polarizando com a UDN no cenário político baiano, estava o situacionista PSD²⁵, agremiação que aglutinava em seus quadros especialmente os setores agrários tradicionais ligados a Getúlio Vargas e apoiadores da candidatura de Eurico Gaspar Dutra ao comando do Executivo Federal.

Em substituição a Landolfo Alves de Almeida, que ocupou a condição de interventor no período de 24 de novembro de 1942 e 28 de outubro de 1945, assumiu Renato Onofre Pinto Aleixo, que liderou as articulações do PSD baiano e contou com o apoio, em Vitória da Conquista, de Régis Pacheco, que havia sido o prefeito municipal no ciclo estado-novista. Coerente com a postura opositora ao grupo de Régis e fiel aos vínculos com Juracy Magalhães, Deraldo Mendes, que foi prefeito por indicação daquele interventor, filiou-se à UDN, articulando-a no município.

A novidade estava na superação local do bipartidarismo ou das duas facções da oligarquia local, que, devido à predominância de poucas

¹⁹ Em 1930, jovem tenente cearense indicado por Getúlio Dorneles Vargas para interventor no Estado da Bahia.

²⁰ Em 1937, Juracy Magalhães e a maioria dos seus seguidores na política baiana não apoiaram o golpe de Estado que implantou o Estado Novo no Brasil.

²¹ Grupo que outrora se opunha à intervenção no Estado da Bahia por indicados pelo Presidente Getúlio Vargas.

²² Seguidores de Juracy Magalhães.

²³ Seguidores de Otávio Mangabeira.

²⁴ Predominância de lideranças políticas com formação superior, majoritariamente médicos e advogados.

²⁵ Semelhante ao velho partido de Juracy Magalhães apenas na denominação.

famílias, assumia um caráter endogâmico. Mesmo que sem expressão política na região, foram instalados localmente o PTB e o PCB. Este, após curta experiência de legalidade – julho de 1945 a maio de 1947 –, foi cassado. Em Conquista, a atuação dos poucos comunistas se deu por meio de outras agremiações.

No processo eleitoral de 1947, enquanto a polarização em âmbito federal ficou entre Eduardo Gomes, da UDN, e Gaspar Dutra, do PSD, para o Palácio da Aclamação o acirramento foi entre o udenista Otávio Mangabeira e Medeiros Neto pelo PSD. Mangabeira foi vitorioso e tomou posse em 10 de abril do ano seguinte.

Em Vitória da Conquista foi formada uma frente, a Coligação Democrática Conquistense, com UDN, PTB e uma ala dissidente do PSD, que apresentaram como candidato João de Oliveira Lopes, um ex-aliado de Régis Pacheco, que rompeu com o antigo grupo por ter sido preterido em favor de Antonino Pedreira, candidato pessedista eleito em 4 de janeiro de 1948, com 4.156 votos, contra 3.247 do opositor. No PSD, dos seus doze candidatos a vereador, sete foram eleitos²⁶, enquanto a Coligação²⁷ elegeu cinco vereadores (MIRANDA; ALVES, 1999).

Ao final da Ditadura Vargas, Régis Pacheco havia se afastado da Prefeitura. E, juntamente com o ex-interventor Pinto Aleixo, foi um dos organizadores do PSD baiano, tendo sido eleito a deputado federal para mandato exercido de 18 de fevereiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951. No processo eleitoral municipal de 1950, o PSD – ligado a Régis Pacheco – apoiou Gerson Gusmão Sales, reestruturando, em torno deste, em Vitória da Conquista, a Coligação Democrática Baiana – PTB, PSD, Ala Autonomista da UDN e o nanico PRP. Em contraposição, a UDN lançou Crescêncio Silveira, médico, vereador com a segunda maior votação no pleito anterior.

A vitória laureou Gerson Sales – o seu mandato buscou, em muitos aspectos, responder às demandas urbanas, como a pavimentação de ruas²⁸; ampliação do cemitério até as margens da BR-4 (116); construção do campo

²⁶ Joaquim Gusmão Sales, 750 votos; Mário de Almeida Borba, 430; Virgínio Almeida Maciel, 413; Daniel Rosse, 356; Manuel Meira, 326; e Galdino Oliveira, 312 votos (Jornal *O Combate*, janeiro de 1948).

²⁷ Crescêncio Silveira, 558 votos; Florentino Mendes, 468; Jesus Gomes dos Santos, 459; Fernando Ferreira Spínola, 441; e Aloísio Guimarães Lacerda, 413 votos (Jornal *O Combate*, janeiro de 1948).

²⁸ Ruas centrais: São Vicente, Coronel Gugé, Silva Jardim, Góes Calmon, Travessa Coronel Roseira, Travessa Lima Guerra e Travessa do Juazeiro.

de pouso (aeroporto) e de uma biblioteca municipal na praça da matriz; criação do Departamento Municipal de Energia Elétrica; e promoção de melhorias no fornecimento de água. A identidade com o governo estadual facilitou o destinar de verbas para a construção da Maternidade Régis Pacheco (MIRANDA; ALVES, 1999).

A construção da Escola Normal naquele período merece especial destaque, com seu objetivo de viabilizar a formação de professores que pudessem responder à demanda de profissionais habilitados no sertão²⁹. A instalação de uma instituição de ensino formadora de professores simbolizava um avanço importante de progresso, modernidade e civilização. Criada com o Decreto Lei nº. 15.194, a Escola Normal de Vitória da Conquista foi inaugurada em 20 de março de 1952, mas seu nome foi alterado, ainda no decorrer daquele ano, para Escola Normal Euclides Dantas³⁰.

Até então, o município contava somente com escolas de curso primário e com o Ginásio de Conquista, que funcionava desde 1940. Dados de 1950 apresentavam uma cidade com uma população de 79.887 habitantes – destes residiam no distrito sede apenas 17.503. Os alfabetizados do município eram apenas 19%; no espaço urbano, o percentual alcançava 48,5%.

Ao término do curso ginásial, os estudantes com melhores recursos que desejassem dar continuidade à vida escolar eram obrigados ao deslocamento para Caetité, Feira de Santana ou Salvador; outra via apontava para o centro-sul do país (Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou São Paulo).

O curso normal foi um marco da efervescência vivida, no início dos anos 50, pela cidade de Vitória da Conquista, integrada por rodovias a outras regiões do estado e do país e tomada por uma onda de imigrantes, que buscavam as melhorias de sua estrutura urbana, que era sede de uma instituição formadora de profissionais do ensino e, acima de tudo, tinha um dos seus líderes como governador do Estado, condição galgada por Régis Pacheco em 1950, episódio de que trataremos mais adiante. O isolamento

²⁹ Escolas normais haviam sido instaladas no interior: em Caetité (1926) e em Feira de Santana (1927).

³⁰ Professor e poeta prestigiado em Vitória da Conquista e aliado político de Régis Pacheco. Faleceu em 1943.

provinciano ficou para trás – a urbe sertaneja irradiava influência e atraía tantos outros moradores para si (MENDES, 2004).

A articulação entre Régis Pacheco e Gerson Sales foi estremecida quando o prefeito resolveu indicar como candidato à sua sucessão o seu sobrinho Edvaldo Flores, antigo aliado de Deraldo Mendes, contrariando Régis e o PSD. Uma ala do partido rompeu e apoiou Nilton Gonçalves, candidato da UDN. Régis Pacheco, mesmo descontente, evitou o desgaste, prorrogou a ruptura e apoiou Edvaldo, filho de tradicional família conquistense. Nilton, advogado que teve sua candidatura confirmada apenas vinte dias antes das eleições, unindo PTB e dissidências da UDN e PSD, fez campanha relâmpago, com oratória inflamada, com o lema “O Tostão contra o Milhão”, e conseguiu construir uma imagem que o aproximou das camadas mais pobres da população. O candidato oficial venceu, em 3 de outubro de 1954, com uma pequena margem de votos, obtendo vantagem apenas no distrito de Caatiba e, sintomaticamente, perdendo na sede do município. Edvaldo Flores governou entre 1955 e 1958. Em 1956, juntamente com Gerson Sales, rompeu com o PSD e Régis Pacheco e partiu definitivamente para a UDN.

Para as eleições de 1950 em âmbito estadual, a UDN lançou como candidato Juracy Magalhães, decisão que desagradou a ala autonomista do partido, que, no passado, havia militado na Concentração Autonomista da Bahia, que fazia oposição a esse candidato quando ele era interventor na Bahia. O candidato do PSD foi Lauro Farani Pedreira de Freitas, que faleceu em um desastre aéreo em plena campanha e a apenas um mês do pleito. O trágico acontecimento levou a Coligação Democrática – PSD, PTB e ala autonomista da UDN – a escolher, como candidato substituto, Luís Régis Pacheco Pereira – o prefeito conquistense sob o Estado Novo –, que galgou êxito na eleição de 3 de outubro de 1950 e governou a Bahia no período de 31 de janeiro de 1951 a 7 de abril de 1955 (SOUZA, 1999).

Régis Pacheco soube, no governo da Bahia, mesclar elementos da sua vivência de político do interior com os métodos típicos do populismo varguista. Para neutralizar a oposição do PCB, cooptou os sindicatos, levando-os a ficar a favor do seu governo e contra os comunistas, ao mesmo tempo em que preservava uma aura progressista, ao manter no PSD baiano

membros do ilegal Partido Comunista (MIRANDA; ALVES, 1999). Por meio de seu secretário de Segurança Pública, Laurindo Régis, intensificou a repressão no âmbito estadual, multiplicando as prisões. Assim, movimentos como “Os Partidários da Paz” e campanhas nacionalistas como “O Petróleo é nosso” ou contra a participação brasileira na Guerra da Coréia (1950-1953) foram reprimidos de forma severa (ESPIÑEIRA, 1997).

A forte aliança de início de governo com Getúlio Vargas não foi mantida, passando o presidente a enfrentar crescente oposição a partir de 1953, de modo acentuado na Bahia. Nas eleições de 1954, Régis não conseguiu manter unida a coligação que o elegeu. O governador deixou de apoiar Simões Filho³¹ e indicou Pedro Calmon³², que foi derrotado por Antônio Balbino³³.

1.2 O PLEITO MUNICIPAL DE 1962

As disputas pelo controle da municipalidade foram retomadas em Vitória da Conquista no ano de 1962, que começou agitado pelas possibilidades eleitorais no município, onde se envolviam membros da elite política, herdeiros da velha endogamia, mas também aqueles que, oriundos de outras cidades, chegavam, instalavam-se, por meio da atividade comercial ou agropastoril, e, gradativamente, iam se envolvendo com os roteiros do palco político da cidade.

A União Democrática Nacional, situacionista com o prefeito Gerson Sales, começou a mover suas peças no tabuleiro da política local, o que

³¹ Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, jornalista e político baiano, nasceu em Cachoeira (4/10/1886). Foi fundador do jornal *A Tarde*, em 1912, de oposição ao então governador, J. J. Seabra. Foi também opositor ao interventor Juracy Magalhães, mas apoiou os interventores do período do Estado Novo: Landolfo Alves e Renato Pinto Aleixo. Apoiou a candidatura de Régis Pacheco em 1950. Foi ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas de 1951 a 1953. Faleceu em 24 de novembro de 1957.

³² Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, professor, historiador, biógrafo e ensaísta, nasceu em Amargosa, na Bahia (23/12/1902). Formado em Direito, foi: secretário particular do ministro da Agricultura do governo Artur Bernardes; conservador do Museu Histórico Nacional; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; deputado estadual na Bahia (1927-1930); deputado federal (eleito em 1935); ministro da Educação e Saúde (1950-51); participante de diversas academias no Brasil e no exterior. Faleceu no dia 16 de junho de 1985.

³³ Antonio Balbino de Carvalho Filho nasceu em Barreiras, na Bahia (22/04/1912). Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito e em Economia Política pela Sorbonne. Foi deputado estadual constituinte em 1937 e 1947; deputado federal e ministro da Educação e Saúde de Vargas (1953-54); ministro da Indústria e Comércio do presidente João Goulart. Faleceu em 5 de maio de 1992.

suscitou os primeiros movimentos também na área oposicionista do PSD e do PTB.

Surgiam vários nomes de candidatos a prefeito municipal para o pleito de 1962. Um dos mais conhecidos era o de Juarez Hortêlio³⁴, que costumava propalar, nas rodas de discussão, que poderia ser candidato de uma coligação ou de um partido ou bancar individualmente a própria candidatura³⁵. Em tais rodas também surgia o nome do médico Fernando Spínola³⁶. Em pesquisas, realizadas pela Rádio Clube de Conquista, das quais não sabemos os métodos, o candidato José Fernandes Pedral Sampaio (candidato a prefeito pelo PSD derrotado no pleito de 1958) aparecia com grande margem de vantagem³⁷.

Fernando Spínola poderia ser o candidato situacionista à sucessão, com o apoio de Virgílio Ferraz e Estevam Ferraz, lideranças em importante família local, e do seu irmão, o deputado estadual Orlando Spínola³⁸ (UDN). Não se sabia o posicionamento de Vivaldo Mendes Ferraz (vereador pela UDN), que já externara a pretensão de suceder a Gerson Sales³⁹. Quando tudo caminhava para a candidatura de Fernando Spínola, emergiu como candidato situacionista o vereador Jesus Gomes dos Santos⁴⁰ (eleito pelo PTB, em segunda legislatura).

³⁴ Nasceu em 19 de dezembro de 1925, em Serrinha, na Bahia, e faleceu em 7 de fevereiro de 1987. Foi advogado, comerciante e pecuarista; presidente do Rotary Club, em 1956, vice-diretor do Banco Econômico, em 1959, e fundador da Cia Telefônica, de 1956 a 1957, em Vitória da Conquista. Foi eleito a deputado estadual pelo PTB (1963-1967) e reeleito a deputado estadual pela ARENA (1967-1971). Atuou como vice-líder da Maioria, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em 1964 e de 1967 a 1968.

³⁵ *O Combate*, 1/1/1962.

³⁶ Nasceu em Salvador (1913). Chegou a Vitória da Conquista em 1939. Foi médico do Conjunto Assistencial Joaquim Sales; membro do Diretório local da UDN; vereador em 1948 e de 1951 a 1955; prefeito municipal de Vitória da Conquista (ARENA) – 1967-1970.

³⁷ *O Combate*, 3/3/1962.

³⁸ Nasceu em 19 de outubro de 1914, em Salvador, e faleceu em 22 de abril de 1992. Foi médico; chefe do Posto de Higiene no município de Vitória da Conquista, chefe da clínica do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e cirurgião da Casa de Saúde São Geraldo, em Vitória da Conquista; deputado estadual constituinte pela UDN (1947-1951), reeleito pela UDN (1951-1955, 1955-1959 e 1959-1963) – renunciou ao mandato em janeiro de 1963. Deputado estadual pela UDN (1963-1967), reeleito pela ARENA (1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983). Renunciou ao mandato para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em 1982. Assumiu o Governo do Estado por diversos períodos, nos governos de Antônio Balbino, Juracy Magalhães e Antônio Lomanto Júnior. Foi líder da UDN (ALBA, 1960-1962); vice-presidente do Diretório da UDN, na Bahia; líder do governo (ALBA, 1960-1962); vice-líder da Maioria (ALBA, 1967); e líder da Maioria (ALBA, 1968-1970, 1973-1974).

³⁹ *O Combate*, 24/3/1962.

⁴⁰ Nascido no distrito de José Gonçalves (1922).

A novidade gerou um descontentamento no campo situacionista, externado por Virgílio e Vivaldo Mendes, não satisfeitos com a solução de buscar nas hostes oposicionistas o candidato da situação⁴¹. Jesus Gomes dos Santos era vereador e presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista e foi lançado candidato a prefeito municipal pela UDN.

A notícia foi divulgada pelo prefeito Gerson Sales, na noite do dia 23 de março de 1962. Jesus afirmou que recebera a informação com surpresa e que iria refletir e consultar amigos para posicionar-se de forma definitiva; destacou, no entanto, que aceitaria a candidatura caso ela fosse para a pacificação, entendimento e harmonia, por causa das suas ligações com a situação e com a oposição. Entre os oposicionistas, não havia nenhum entendimento em torno de uma candidatura única, mas a ideia da candidatura do presidente da Câmara Municipal anunciada pelo prefeito foi encarada, por alguns, como uma demonstração de fraqueza do grupo situacionista⁴².

Na oposição, não foi feita nenhuma restrição ao nome de Jesus Gomes dos Santos – não ocorreram os pronunciamentos e as brigas esperadas. Alguns consideraram a liderança do presidente do parlamento municipal a melhor solução para a oposição chegar ao poder, concebendo-a como uma bandeira fincada no campo adversário. Embora não tenha sido combatida, a candidatura não obteve apoio incondicional. Emergiram também as ironias de alguns, que rotularam a candidatura de Jesus de um paradoxo: “situação oposicionista”.

O vereador Gildásio Cairo⁴³ (PRP)⁴⁴ declarou, em entrevista ao jornal *O Combate*⁴⁵, que não marcharia com Jesus Gomes dos Santos, candidato que não considerava à altura dos problemas de Vitória da

⁴¹ *O Combate*, 31/3/1962.

⁴² *O Combate*, 24/3/1962.

⁴³ Nasceu em 9 de setembro de 1916, em Ituberá, na Bahia. Faleceu em 24 de junho de 1997. Foi empresário da área imobiliária, comerciante e cafeicultor em Vitória da Conquista e um dos pioneiros na implantação e no desenvolvimento da cafeicultura regional do sudoeste baiano. Foi vereador pelo PSD (1959-1963) em Vitória da Conquista; suplente de deputado estadual pelo PRP (1963-1967); e vice-prefeito pelo MDB em Vitória da Conquista, tendo assumido a Prefeitura de 15/05/1982 a 30/01/1983.

⁴⁴ Partido da Representação Popular, legenda que representava, entre 1945 e 1965, a velha Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado (SOUZA, 2002). Em Vitória da Conquista, o Diretório do PRP, eleito no dia 5 de agosto de 1962, era composto da seguinte forma: presidente Juvenal de Oliveira; vice-presidente Gildásio Cairo dos Santos; secretário Carlos Gomes de Souza; membros – Rubem Ferreira de Oliveira, Regina Costa de Oliveira, João Macedo Primo, Nilsa Gomes de Souza, Plácido Nunes Bandeira e David Santos Cajaíba.

⁴⁵ *O Combate*, 31/3/1962.

Conquista. A cidade, conforme dizia, precisava de um homem sereno, porém enérgico e livre de compromissos, capaz de levar um programa de realizações, e não de um simples continuador. Para *O Combate*, a candidatura de Gomes dos Santos era um “golpe de estilo” da situação para preservar o poder sem luta. O jornal, diplomaticamente, não questionava os valores do candidato proposto pelo prefeito, mas afirmava que o povo queria mudanças. O periódico demonstrava forte simpatia pela candidatura de José Pedral Sampaio.

O vereador udenista José Stolze Dias bem como Juarez Hortélio demonstravam não desistir da candidatura à Prefeitura Municipal⁴⁶. Em reunião do PSD, foram apresentados os nomes de Jorge Stolze, Antônio Pedreira, Jesus Gomes dos Santos e José Pedral Sampaio. Era pouco provável que a oposição apoiasse um candidato da situação. Além das questões locais, existiam problemas de âmbito estadual. O PSD, do deputado federal e ex-governador da Bahia, Régis Pacheco⁴⁷, não marcharia com partidários do ex-governador Antônio Balbino.

Com a presença de cerca de vinte pessoas, o Partido Trabalhista do Brasil se reuniu por solicitação do vereador pelo partido, Jesus Gomes dos Santos, para discutir e definir a proposta de sua candidatura a prefeito municipal. Jesus discutiu com o diretório do seu partido aspectos técnicos de uma possível administração sua. Não houve definição em relação à candidatura apresentada pela UDN, ficando aberta a possibilidade de entendimentos com o deputado Régis Pacheco, presidente local do PSD, quanto à proposta de uma candidatura única.⁴⁸

O Diretório Municipal do PSD reuniu-se sob a presidência de Régis Pacheco e tomou conhecimento de dois ofícios: o primeiro, da UDN local, que comunicava a indicação de Jesus Gomes dos Santos como candidato a prefeito municipal; e o segundo, que solicitava apoio à candidatura de Jorge Stolze. Em discussão, Orlando Leite⁴⁹ defendeu a pacificação da política na cidade e apontou Jesus Gomes dos Santos como alguém capaz

⁴⁶ *O Combate*, 31/3/1962.

⁴⁷ *O Combate*, 31/3/1962.

⁴⁸ *O Combate*, 14/4/1962.

⁴⁹ Nascido em Vitória da Conquista em 1923; eleito para vereador em 1962; nomeado diretor do Instituto de Educação Euclides Dantas em 1963; com o impedimento de José Pedral Sampaio, assumiu a Prefeitura Municipal em maio de 1964.

de dirigir o município e fazer a união dos diferentes grupos que atuavam na política local.

Na mesma linha de raciocínio, seguiu Nilton Gonçalves, defendendo que o PSD aceitasse a candidatura de Jesus, por se tratar de um velho companheiro de lutas políticas, que sempre se manteve na vanguarda das últimas campanhas oposicionistas. Flávio Santos não fez restrições ao homem Jesus Gomes, mas fez críticas ao político, que se afastou das hostes oposicionistas e passou a atuar junto com a situação a ponto de ser apresentado como candidato pelos udenistas, o que ele classificou como um prêmio à fidelidade de Jesus ao prefeito de então. Flávio afirmou que não era conveniente ao PSD apoiar um nome lançado pelas cúpulas partidárias e sem nenhum vínculo com os interesses da coletividade. Por fim, defendeu que as oposições em Vitória da Conquista elaborassem um programa de governo e o entregassem a um indivíduo capaz de executá-lo.

Franklin Ferraz endossou as palavras de Flávio e as completou considerando que as oposições locais estariam se aniquilando caso apoiassem um candidato proposto pelo situacionismo. José Pedral não fez restrições a Jesus, e apresentou um quadro geral dos problemas conquistenses, endossando a ideia de Flávio Santos de elaboração de um programa de governo e escolha de um candidato, de preferência popular, capaz de executar tal programa. Sem citar o próprio nome, ao apresentar o quadro geral dos problemas da cidade, Pedral sutilmente se prontificava, perante seus pares, a ser o candidato do PSD e das oposições naquele momento, com presumível articulação prévia com Flávio e Franklin.

Alberto Farias⁵⁰ fez ponderações em que diferenciou um candidato de conciliação de um candidato imposto pelos adversários. Para Farias, um candidato de conciliação necessariamente teria emergido de consultas prévias aos partidos e suas lideranças e da discussão em torno dos nomes. Quando convidado a falar do comportamento de Jesus Gomes dos Santos na Câmara de Vereadores, Farias reservou-se para falar em momento mais decisivo e apresentou duas premissas a serem escolhidas pelo Diretório do PSD: ou o

⁵⁰ Vereador pelo PSD em duas legislaturas (1955-1958 e 1959-1962). Nesse momento, pleiteou a candidatura a deputado estadual.

partido reservar-se-ia no direito de disputar a Prefeitura com candidato próprio ou seria caudatário de outras agremiações e levado a reboque.

Régis Pacheco emendou as ponderações de Farias e propôs a criação de uma comissão de cinco membros para estudar a questão da candidatura e dar um parecer para ser posteriormente avaliado pelo Diretório Municipal do PSD. A proposta de Régis Pacheco prevaleceu e uma nova reunião foi marcada para 13 de maio, da qual poderia sair uma decisão definitiva em relação ao nome de Jesus Gomes dos Santos, mas, diante das intervenções ocorridas na primeira reunião, a recusa se apresentava como certa.⁵¹ A indicação da comissão foi no sentido do PSD marchar com candidato próprio e com preferência pelo engenheiro José Fernandes Pedral Sampaio.^{52b}

A comissão nomeada pelo Diretório do PSD e acrescida por membros de partidos de oposição em Vitória da Conquista se reuniu e deu parecer contrário ao apoio do nome de Jesus Gomes dos Santos, bem como negou o apoio solicitado por Jorge Stolze.⁵³ O PSD marcou reunião do Diretório no Clube Social Conquista para o dia 20 de maio: o propósito era decidir em torno do parecer da comissão. Jesus Gomes compareceu a essa reunião. Não fechando com o nome desse candidato, poderiam ocorrer dissidências no partido nas eleições marcadas para 7 de outubro. Pela cidade circulava o boato da possibilidade da candidatura de Antônio Pedreira ser avaliada pelo partido.⁵⁴

Jesus Gomes dos Santos afirmou junto à imprensa (*O Combate*) que só aceitou a indicação de sua candidatura pelas hostes udenistas com o “alto sentido de pacificação da família política conquistense” e que pretendia governar baseado em um planejamento técnico e com uma equipe capacitada.⁵⁵ Este foi então o discurso tecnocrático corrente na campanha daquele ano: para resolver os graves problemas da cidade era necessário planejamento e técnicos. A rigor, essa retórica tecnocrática, imprecisa e vazia, seria utilizada doravante por muitos pretendentes à cadeira de

⁵¹ *O Combate*, 28/4/1962.

⁵² *O Combate*, 5/5/1962.

⁵³ *O Combate*, 5/5/1962.

⁵⁴ *O Combate*, 12/5/1962.

⁵⁵ *O Combate*, 12/5/1962.

prefeito na cidade. Na conjuntura de 1962, tal argumento era muito mais útil ao engenheiro Pedral.

Outros aspectos apontaram vantagens para José Pedral. O deputado estadual Padre Luiz Soares Palmeira⁵⁶, autor e defensor dos projetos de emancipação de Anagé, Barra do Choça, Caatiba, Belo Campo e Cândido Sales, veio à região de Vitória da Conquista no dia 15 de abril, quando recebeu homenagens das comunidades emancipadas⁵⁷. Em 1958, quando Pedral disputou a sua primeira eleição para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e foi derrotado por Gerson Sales no cômputo geral, curiosamente venceu em todas as urnas da sede. A emancipação dos distritos controlados, mormente pelas forças situacionistas, foi um relevante aplainamento do caminho rumo ao Executivo Municipal⁵⁸. O deputado, que já havia prestado valoroso serviço, publicou uma declaração “Ao povo de Conquista”, assinada e datada de Salvador no dia 10 de maio de 1962, com a afirmação de que não apoiava a candidatura de Jesus Gomes dos Santos à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista nos moldes em que foi lançada, como uma manobra do situacionismo local. Reconheceu qualidades em Jesus, a quem chamava de amigo e patricio, mas identificava em José Pedral Sampaio – a quem apoiava – o candidato natural da oposição.⁵⁹ Palmeira era famoso por suas tiradas bem humoradas, que são lembradas como pérolas do folclore político – quando da visita, perguntaram-lhe: “Padre, o senhor está com Jesus?” Rapidamente o parlamentar respondeu: “Não, estou com o pai de Jesus, José”.⁶⁰

José Pedral⁶¹ reconheceu que a emancipação dos antigos distritos de Vitória da Conquista fez parte da tática da campanha eleitoral de 1962, pensada por ele, Padre Palmeira e Alberto Farias. Ao emancipar Anagé, Belo Campo, Cândido Sales e Caatiba, deixavam de disputar no campo do adversário, pois em tais localidades a pressão contra os opositores era tamanha que apoiadores seus, no pleito anterior em Caatiba, tiveram de se

⁵⁶ Padre e educador, fundador e diretor do Ginásio Conquista em 1940. Um dos fundadores da UDN em Vitória da Conquista, foi eleito deputado e líder do Partido Social Trabalhista (PST), uma dissidência do PTB, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

⁵⁷ *O Combate*, 7/4/1962.

⁵⁸ *Folha de Conquista*, 8 a 18/4/1993.

⁵⁹ *O Combate*, 12/5/1962.

⁶⁰ *O Combate*, 30/6/1962.

⁶¹ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

mudar para Itapetinga por causa de perseguições sofridas no antigo distrito. Todavia, a emancipação de Barra do Choça foi produto das movimentações do deputado Orlando Spínola (UDN), que havia percebido o crescimento da oposição naquele distrito.

Na noite de 16 de maio de 1962, findaram as gestões em prol de uma candidatura única para a Prefeitura de Conquista. Em reunião no dia 13, com a presença do candidato proposto pela UDN, Jesus Gomes dos Santos, vários membros do Diretório do PSD fizeram críticas ao comportamento do vereador Jesus, considerando que este não merecia o apoio do Partido. Surgiu uma proposta de retirar o nome de Jesus, feita por Alberto Farias, com a criação de uma comissão de cinco nomes – Moisés Bonfim, Hugo de Castro Lima, Ivan Brandão, José Machado Costa e Fernando Dantas Alves –, para a escolha de um candidato que seria também apoiado pelo PSD como candidato único. O prazo foi de três dias para a definição. Os representantes da UDN afirmaram não ser possível estudar a fórmula apresentada. Mesmo reconhecendo as qualidades dos nomes propostos, consideraram que o tempo era curto demais e muitos membros do Diretório local estavam ausentes e, além disso, que o candidato proposto inicialmente reunia todas as condições para ser o candidato da pacificação. Frente à resposta da UDN, o PSD resolveu lançar José Fernandes Pedral Sampaio como candidato próprio, afirmando que a escolha de Jesus Gomes dos Santos se deu sem consulta prévia aos pessedistas. Coube a Orlando Leite a defesa do nome de Jesus, em que discordava da maioria dos membros do Diretório do PSD e fazia críticas mais contundentes a Franklin Ferraz e Flávio Santos, que já haviam revelado a predileção pelo escolhido do PSD.⁶²

Com letras garrafais, *O Combate* – sem disfarçar suas preferências na política local – noticiou: “José Pedral lança campanha da esperança”. O texto indicava que o candidato do PSD foi escolhido por dezoito votos no Diretório Municipal, na reunião do dia 16 de maio. O diretório não levou a sério a proposta de candidatura de Edmundo Ferreira, que contou apenas com o voto do seu pai. Houve um voto para Orlando Leite, perfazendo os vinte votos do Diretório.⁶³

⁶² *O Combate*, 19/5/1962

⁶³ *O Combate*, 19/5/1962.

Após a confirmação da candidatura de Pedral pelo PSD, os outros candidatos passaram a tomar suas providências.

Depois de estruturado, o Diretório do PTB em Vitória da Conquista lançou o nome do médico Hugo Castro Lima como candidato a prefeito, contando com a possibilidade do Movimento Trabalhista Renovador (em processo de instalação na cidade)⁶⁴ apoiá-lo, pois, de posse das credenciais para reestruturar o partido, Castro Lima seguiu fazendo proselitismo e expôs o seu plano de trabalho a membros do MTR.

Jesus Gomes dos Santos também apresentou seus planos aos dissidentes trabalhistas, e José Pedral respondeu à carta do presidente Aníbal Viana, dos trabalhistas renovadores, expondo os problemas e como poderia administrar a cidade, caso eleito. Gomes e Hugo de Castro chegaram a se reunir. O candidato situacionista elogiou o candidato do PTB e considerou que tal candidatura era prejudicial a José Pedral.⁶⁵ A candidatura petebista foi homologada em sessão solene no dia 25 de agosto de 1962, com a presença de representantes de diversos partidos políticos, jornalistas e dos candidatos Pedral Sampaio e Gomes dos Santos. Após o discurso de vários oradores, Hugo de Castro fez uso da palavra, ao abordar os problemas da cidade e apontar soluções. Ele também afirmou que não era candidato contra ninguém. Segundo *O Combate*, o clima na convenção foi democrático e respeitoso.⁶⁶

Jorge Stolze foi para Salvador tentar uma legenda para a sua candidatura. Obteve êxito junto ao PSP⁶⁷. E, juntamente com Emmanoel Machado⁶⁸, devidamente credenciados pelo Diretório Regional da agremiação adhemarista, ao longo do mês de julho, fundaram localmente o partido, criaram o Diretório Municipal e elegeram o delegado para a Regional. Por fim, Stolze e Machado escolheram o candidato a prefeito, o próprio Jorge, que negava enfaticamente que iria apoiar Pedral, mesmo que tivesse participado da reunião do PSD no Cine Glória, onde fez parte

⁶⁴ Movimento Trabalhista Renovador, fundado por Fernando Ferrari em 1959, que agregava dissidentes do PTB.

⁶⁵ *O Combate*, 23/6/1962.

⁶⁶ *O Combate*, 1º/9/1962.

⁶⁷ Partido Social Progressista, fundado em 1945 pelo político paulista Adhemar de Barros (SAMPAIO, 1982).

⁶⁸ Nascido em Luzilândia, Piauí (1912).

da mesa e foi muito aplaudido, mas garantiu que iria com a campanha até o final e que teria mais votos que qualquer outro candidato⁶⁹.

Em assembleia presidida pelo jornalista Aníbal Lopes Viana, que fez a apresentação das finalidades do partido, foi criado em Vitória da Conquista o MTR, com a formação do Diretório Municipal. Por aclamação, foram eleitos, para presidente, o próprio Lopes Viana; para vice, o jornalista Reginaldo Santos; para primeiro-secretário, Adonias Silva Coqueiro; para segundo-secretário, José Cavalcante Fonseca; para primeiro-tesoureiro, Arivaldo Nascimento Lima; para segunda-tesoureira, Maria Meira Campos; para suplente da direção, Antônio José Sá Nascimento; e para delegado do partido, Péricles Gusmão Régis. A comissão de organização ficou composta por Joaquim Viana de Andrade, Alberto Medeiros Pereira e Clóvis Ribeiro Flores. Aníbal Lopes Viana agradeceu a aclamação do seu nome e prometeu levar o MTR a representar os sentimentos e desejos do povo conquistense e a não ser um partido de cúpula.

Antônio José sugeriu uma coligação do partido em apoio a um candidato a prefeito de outra sigla. Yolando Castro fez discurso mostrando sua afinidade com o programa do MTR e afirmando que as lideranças deveriam trabalhar para que o Brasil resolvesse seus problemas de base “sem a necessidade de medidas revolucionárias”.⁷⁰ No dia 8 de julho, em convenção, por 17 votos contra 1, os trabalhistas renovadores resolveram apoiar o candidato do PSD, José Fernandes Pedral Sampaio.⁷¹

Revelando preocupação com uma conjuntura eleitoral que começava a esboçar favorecimento à oposição, Jesus Gomes apresentou ao prefeito Gerson Sales um plano de emergência, a fim de ajudar a sua campanha, no qual previa a realização de obras de curto prazo, para evitar o desgaste de sua candidatura.⁷² O clima político se revelava desfavorável ao pleiteante udenista, pois até o “fogo supostamente amigo” o atingia. O vereador Ismênio Silveira,⁷³ presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, denunciou graves irregularidades na Prefeitura Municipal,

⁶⁹ *O Combate*, 21/7/1962.

⁷⁰ *O Combate*, 2/6/1962.

⁷¹ *O Combate*, 14/7/1962.

⁷² *O Combate*, 19/5/1962.

⁷³ Ismênio Antunes Silveira, eleito vereador pela União Democrática Nacional (1959-1962).

o que motivou a convocação do prefeito Gerson Sales para prestação de esclarecimentos.⁷⁴

O prefeito Gerson Sales rebateu as denúncias anônimas de irregularidades na Prefeitura Municipal, alegando que não tinham fundamentos, todavia admitiu: “irregularidades existem, não há dúvidas, na maioria das repartições públicas”.⁷⁵

O *Combate* acusava a UDN de tentar comprar votos por mil e quinhentos cruzeiros, pagar pessoas para comparecerem em seus comícios e distribuir gasolina para o transporte de eleitores. Entretanto, o jornal orientava os eleitores para anotar o número da seção e, em caso de dúvida, procurar Gildásio Cairo, no comitê de J. Pedral, para encaminhá-los aos locais de votação. O semanário fazia aberta campanha para o candidato do PSD, a quem denominava de “o candidato do povo e da renovação”.⁷⁶ Esse perfil da campanha contribuiu para o início da construção da imagem de um José Pedral progressista, apesar da sua origem familiar e política no seio da oligarquia conquistense, de ser talvez o mais legítimo representante da velha endogamia.

Com tais dificuldades, Jesus Gomes dos Santos evitou vincular sua candidatura ao situacionismo, não se afirmando como o nome da UDN, mas como o candidato do povo.⁷⁷ As táticas não deram certo, Jesus continuava sua marcha para o “calvário eleitoral”: em todas as prévias – sem métodos informados –, em Vitória da Conquista estava sempre crucificado. E, para maior desconforto, passou a correr o boato de que pretendiam substituí-lo por outro candidato: Carlito Andrade.

Pedral⁷⁸ reconheceu que, ao buscar o nome de Jesus Gomes dos Santos nas hostes oposicionistas, a UDN recolheu o que havia de melhor, um homem íntegro e sensível, com verdadeira alma de poeta, mas que cometeu o erro político de se tornar o candidato da situação naquele pleito.

O ambiente na oposição aparentemente era bem mais agradável e esperançoso. Centenas de estudantes do ensino médio de Vitória da

⁷⁴ O *Combate*, 2/6/1962.

⁷⁵ O *Combate*, 9/6/1962.

⁷⁶ O *Combate*, 15/9/1962.

⁷⁷ O *Combate*, 8/9/1962.

⁷⁸ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

Conquista declararam o seu apoio à candidatura de José Pedral por meio de um manifesto publicado em *O Combate*.⁷⁹ Poucos dias após o da publicação, foi realizado o 2º Congresso Estudantil Municipal de Vitória da Conquista (17 de junho). A comissão organizadora tinha a seguinte composição: presidente, Ariston Souto Tavares; vice-presidente, João Albérico Pinto Amorim; secretário-geral, Guttemberg Soares Macedo; primeiro-secretário, Osvaldino Mendes Carvalho; segundo-secretário, Renato Nunes de Oliveira.⁸⁰

Populares também fizeram homenagens ao psdista, no bairro Alto Maron, na véspera dos festejos de São João, o que era um sintoma da popularidade desfrutada por José Pedral, na sede do município, durante aquela campanha eleitoral. No centro da cidade, ocorreu um ato das empregadas domésticas em apoio à candidatura do PSD (MENEZES, 2012).

Em reunião presidida pelo deputado federal Régis Pacheco, com mesa composta pelos membros do Diretório e presidentes de outros partidos, o PSD homologou no Cine Glória, no dia 21 de junho, a candidatura do opositor José Fernandes Pedral Sampaio para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Falaram Flávio Santos Silva e Raimundo Oldegar Azevedo, agradecendo em nome dos convencionais, e Alberto Farias, saudando o candidato José Pedral e fazendo um quadro analítico da cidade.

O vereador Gildásio Cairo fez um apanhado da situação em que se encontrava a cidade. O candidato, ovacionado pelos presentes, analisou a construção da candidatura, afirmando que o partido adversário não tomou conhecimento dos nomes apresentados pelo PSD, que, por sua vez, “partiu para a luta cívica e democrática, entregando-lhe a bandeira da redenção de Vitória da Conquista”. José Pedral agradeceu a saudação feita por Alberto Farias e passou a apresentar o seu plano de governo, apontando três prioridades: escolas, estradas e assistência médica. No setor de educação, a meta seria a campanha de alfabetização, ao chamar o povo a extirpar o analfabetismo. Pedral agradeceu ao povo de Conquista e convocou todos os homens de coragem a formar o “exército da redenção da cidade”.

⁷⁹ *O Combate*, 9/6/1962.

⁸⁰ *O Combate*, 16/6/1962.

O discurso com o programa foi transmitido ao vivo pela Rádio Clube de Conquista, e o periódico *O Combate* publicou em página inteira o texto apresentado na convenção. Em abordagem dividida em tópicos, o candidato disse que o PSD buscou uma candidatura de pacificação da política em Vitória da Conquista, recorrendo a nomes de alta posição e desvinculados das lutas do passado, mas que, por não ter sido possível, coube a ele o comando do movimento rotulado de “cívico e democrático”, uma vez que já possuía como referência a campanha anterior.

A convenção, segundo o texto divulgado no jornal, sintetizava os anseios populares. O nome de Pedral, em especial, emergiu dos seus conhecimentos técnicos, dos estudos que desenvolveu sobre os problemas da cidade e da sua idoneidade, e a essas características somaram os homens que compunham a oposição.

O programa apontava aspectos geográficos, potencialidades econômicas e as mazelas (como seca, mendicância e desemprego) – estas foram atribuídas à falta de amparo por parte dos governos, sem especificar quais. Ao tratar do desenvolvimento, destacava os avanços ocorridos no Brasil – revelando identidade e simpatia com o governo Goulart – graças à presença do poder público, mas constatava que em Vitória da Conquista o desenvolvimento se dava de forma desordenada, sem planejamento para melhorar suas condições econômicas. Assegurava que era necessário primeiro diagnosticar as causas das insuficiências e planejar as medidas para intensificar a poupança individual e viabilizar o progresso econômico da região. E considerava o comércio como esteio do desenvolvimento local, mas mostrava que era preciso criar condições de amparo à pecuária e à agricultura.

Os problemas da cidade foram divididos em duas partes: os que poderiam ser resolvidos com recursos próprios e os basilares, que não seriam resolvidos com meios únicos da Prefeitura Municipal.

No primeiro bloco, o programa relacionou: respeito às leis e às autoridades, reforma administrativa e tributária, atendimento aos humildes, pavimentação em larga escala, arborização das ruas e bosque na periferia. Além disso, destacou a necessidade de um plano diretor urbano, para ordenar o crescimento da cidade, apontando para uma larga arborização,

uma avenida circular capaz de envolver todo o sítio urbano da época e a construção de uma estação rodoviária. No bloco dos problemas basilares, destacou o fornecimento de energia (ainda gerada precariamente, por motores a diesel), indicando possibilidades de hidroelétricas no Rio Jequitinhonha, em Salto da Divisa, no Rio Pardo, entre Inhobim e Itambé, ou, ainda, no Rio Catolé, o que deveria ser decidido após estudos técnicos minuciosos. Para o abastecimento d'água, constatava que o sistema existente era primitivo e ineficiente, vislumbrando, como solução definitiva, a construção de uma barragem no Rio Água Fria, afluente do Rio Catolé (município de Barra do Choça), com um bombeamento por tubos, numa extensão de 30 quilômetros.

O programa também abordava o problema das águas pluviais, que causavam transtornos e prejuízos na sede do município, encravada nas encostas da Serra do Periperi. Os maiores danos ocorriam no centro, o que gerava a necessidade de um controle técnico sistemático para o escoamento. Para o interior do município, indicou a necessidade de reformar e construir estradas, dar apoio técnico à pecuária e à agricultura a fim de evitar o despovoamento, levar água, estradas e assistência médica. No que definiu como problemas humanos (os demais não eram?), chamou a atenção para o atendimento ao homem simples, com segurança pessoal, assistência médica e instrução primária, ao constatar que, de quinze mil jovens entre 5 e 14 anos, apenas sete mil estavam matriculados na escola.

Por fim, pregava a paz e a união, conclamava clubes, associações, os três poderes, estudantes, sindicatos, imprensa, intelectuais, autoridades civis, militares e eclesiais para pressionarem os governos a voltar-se para Vitória da Conquista, ao mesmo tempo em que convocava a cidade a ter esperança e ingressar no que denominou “exército de civismo” para a batalha e a vitória no pleito de 7 de outubro.⁸¹ A reunião foi encerrada pelo deputado federal Régis Pacheco, que fez profissão de fé nos destinos da democracia e agradeceu aos presentes em nome do partido.⁸²

Com a homologação da candidatura, a campanha oposicionista ganhou novo impulso: em todas as prévias realizadas, José Pedral⁸³

⁸¹ *O Combate*, 15/9/1962.

⁸² *O Combate*, 23/6/1962.

⁸³ *O Combate*, 7/7/1962.

apresentava vantagem. O crescimento da preferência pelo candidato oposicionista crescia em meio aos setores populares, mas também junto à elite econômica local – José Pedral participou de debate sobre os problemas de Vitória da Conquista na Associação Rural⁸⁴, oportunidade em que traçou um histórico do município, mostrando as causas determinantes do seu progresso, abordou os problemas estruturais da cidade e afirmou que, no seu governo, haveria respeito à lei e à autoridade, sem perseguições ou apadrinhamentos. Após a sua exposição, o candidato foi sabatinado pelos empresários presentes. Em destaque na mesa, encontravam-se Ivo Freire de Aguiar, que presidiu os trabalhos, Ademar Galvão (presidente da Associação Comercial), Urbano Pedral e Sifredo Pedral Sampaio – tio e pai do candidato respectivamente – e Evandro Tanajura.⁸⁵

A votação do dia 7 de outubro de 1962 confirmou o que era apontado pelas sondagens informais. José Fernandes Pedral Sampaio foi eleito com 7.051 votos, Jesus Gomes dos Santos ficou em segundo lugar, com 4.677 votos, Hugo de Castro Lima galgou 555 preferências e Jorge Stolz Dias limitou-se a 96 votos (VIANA, 1982).

Após o processo eleitoral, Pedral foi repousar na cidade de Ilhéus. Quando retornou, foi acompanhado em comitiva desde a Serra do Marçal (distante 30 quilômetros do centro da cidade) até a Praça Barão do Rio Branco, onde o prefeito eleito proferiu um discurso de agradecimento pelos votos recebidos.⁸⁶ Aos 37 anos, o jovem prefeito eleito, de discurso tecnocrático e de aceno modernizador, dava o primeiro passo para a construção da imagem de mito, como foi considerado posteriormente pelos seus correligionários e muitos dos seus contemporâneos.⁸⁷ Apesar de filho de família tradicional e participante da velha endogamia conquistense, portanto um membro da oligarquia local e herdeiro do caudal político conduzido pelo deputado e ex-governador Régis Pacheco, José Pedral conseguiu apresentar a estampa de inovador na política daquela pólis sertaneja, em razão, principalmente, do explícito apoio do semanário *O*

⁸⁴ Associação que congregava os empresários do setor agropecuário de Vitória da Conquista.

⁸⁵ *O Combate*, 8/9/1962.

⁸⁶ *O Combate*, 27/10/1962.

⁸⁷ Filho de Sifredo Pedral Sampaio e Maria Olímpia Fernandes Pedral Sampaio, José Pedral nasceu em 12 de setembro de 1925, em Vitória da Conquista. O médico que fez o parto foi o futuro governador e líder político Luís Régis Pacheco Pereira (OLIVEIRA, 2008).

Combate e da Rádio Clube de Conquista. A campanha não revelou, entre os pleiteantes à chefia do Executivo Municipal, diferenças de classe ou ideológicas. Foi a disputa pelo controle de espaços numa instância de poder de Estado, disputa no seio do que foi denominado pelo candidato Jesus Gomes como “família política conquistense”, em que a identidade classista e afinidades pessoais e familiares eram enevoadas em meio às retóricas dos embates político-eleitorais.

Em mensagem veiculada na Rádio Clube, no dia 31 de dezembro de 1962, às 21 horas, o prefeito eleito saudou o povo de Vitória da Conquista, acenando com esperanças para o ano de 1963, e demonstrou identificação com o “[...] pensamento renovador da campanha liderada no plano nacional pelo governador Leonel Brizola... [...]”⁸⁸ – externava assim o seu posicionamento naquela conjuntura polarizada em que estava mergulhado o país. Exposições desse quilate mais ainda contribuíam para a construção da imagem de um líder popular e progressista.

Sete meses antes, a Câmara Municipal, por indicação do vereador Alberto Farias, aprovou a resolução número 47, que concedeu ao engenheiro Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, o título de cidadão conquistense, pelos serviços prestados à democracia brasileira. A entrega do título ficou marcada para uma sessão solene, com a presença do homenageado, em momento oportuno, mas nunca surgiu a oportunidade.⁸⁹

1.3 O PRIMEIRO GOVERNO DE JOSÉ PEDRAL SAMPAIO E O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR

No dia 6 de março de 1963, Pedral viajou para o sudeste e o sul do país e teve contatos com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em Governador Valadares e com as experiências administrativas das prefeituras de Volta Redonda, Sorocaba, Passa Quatro e Curitiba – na última cidade participou de um congresso municipalista.⁹⁰ O périplo foi até 28 de março, como uma oportunidade de contatos com

⁸⁸ O *Combate*, 5/1/1963.

⁸⁹ O *Combate*, 26/5/1962.

⁹⁰ O *Combate*, 9/3/1963.

administrações consideradas modelos, no vislumbre de aproveitar as experiências em Vitória da Conquista.⁹¹

Em âmbito nacional, a conjuntura política estava marcada pela instabilidade. A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, abriu uma crise institucional profunda. O veto militar da posse do vice, a resistência liderada por Leonel Brizola em defesa da legalidade e o parlamentarismo improvisado e não aceito pelos protagonistas com pretensões presidenciais levaram à crescente polarização política. João Goulart tomou posse, com poderes limitados, em 7 de setembro de 1961. Numa tentativa de equacionar parte dos problemas institucionais, foi aprovado um projeto que antecipava para janeiro de 1963 uma consulta popular quanto à permanência do sistema parlamentarista (LAMOUNIER, 2005).

Na condição de prefeito eleito, Pedral se empenhou na campanha do plebiscito, por meio do qual o eleitorado brasileiro pôde dizer “sim” ou “não” ao parlamentarismo. No dia 6 de janeiro de 1963, José Pedral foi visto nos bairros da cidade conclamando o povo a participar do plebiscito e a votar “não” ao parlamentarismo. A UDN local se limitou a pôr avisos na imprensa.⁹² Participaram do plebiscito 7.086 eleitores – destes, 6.591 votaram “não” ao parlamentarismo e 495, “sim”, o que demonstrou o apoio do eleitorado conquistense à retomada dos plenos poderes presidenciais. Não havia nas seções eleitorais representantes ou fiscais de partidos e não ocorreu qualquer espécie de incidente. Se não fosse a chuva daquele início de ano, o comparecimento seria maior.⁹³

Com a expectativa da eleição presidencial de 1965, tanto os partidos da base do presidente Goulart (PTB, PSD, entre outros) quanto a oposicionista UDN apoiaram o “não” ao parlamentarismo. Os pré-candidatos a presidente, Juscelino, no PSD, e Carlos Lacerda, da UDN, não queriam disputar uma chefia do Executivo Federal esvaziada de autoridade efetiva. Por esse motivo, o retorno do modelo de gestão presidencialista interessava às mais diferentes tendências da política brasileira. Tal situação justificava a vitória do “não”. No dia 24 de janeiro de 1963, o Brasil retornou ao sistema presidencialista de governo.

⁹¹ *O Combate*, 16/3/1963.

⁹² *O Combate*, 12/1/1963.

⁹³ *O Combate*, 12/1/1963.

No processo eleitoral de 1962, a UDN elegeu cinco vereadores, que formaram a bancada oposicionista: Misael Marcílio Santos, Marcelino Mendes de Almeida (Ioiô), Orlando Silva Leite, Nelson Gusmão Cunha e Dante Menezes (esses dois últimos foram reeleitos). O PSD elegeu quatro: Olavo Ramos de Oliveira, Lourival Cairo dos Santos, Floriano Barreto e Alziro Oliveira Dias. O PTB galgou cadeiras para Altamirando Aurino Novais e Silva, ideologicamente mais próximo da UDN, e José Gil Moreira. Por fim, o MTR levou ao parlamento municipal Péricles Gusmão Régis. Os vereadores e o prefeito eleito foram diplomados em janeiro de 1963 e empossados no dia 7 de abril. O bloco da situação foi formado pelos quatro eleitos pelo PSD e por Péricles Gusmão, do MTR, o que o situava em desvantagem, pois a oposição contava com os cinco edis da UDN e com Altamirando Novais, do PTB. O fiel da balança foi o médico José Gil Moreira (PTB), que afirmava que atuaria como independente, podendo votar com a situação. Seu voto gerou empate, mas foi determinante, por ser do mais velho entre os componentes da Câmara Municipal.⁹⁴

No âmbito estadual, em 1962, também se processavam disputas eleitorais. O jornal *O Combate* chegava a apontar a “Candidatura de Régis Pacheco ao governo da Bahia” como a única capaz de aglutinar a “força cívica do Estado”. A publicação também destacava a necessidade de os partidos realizarem prévias para a escolha dos seus candidatos e exortava o PSD a abrir mão dos interesses particulares em favor da causa pública.⁹⁵ Régis, no entanto, partiu para disputar mais um mandato de deputado federal, tendo sido eleito para o cargo, bem como o seu adversário local, o deputado federal Edvaldo Flores.⁹⁶ O deputado federal Régis Pacheco foi escolhido presidente do PSD na Bahia, ao passo que José Pedral passou a ser membro do Diretório Regional do partido em abril de 1963.⁹⁷

A campanha para o governo do Estado em Vitória da Conquista ficou polarizada entre o deputado Waldir Pires e Lomanto Júnior (ex-

⁹⁴ *O Combate*, 3/11/1962.

⁹⁵ *O Combate*, 17/2/1962.

⁹⁶ Nasceu em 16 de março de 1919, em Vitória da Conquista. Foi engenheiro-agrônomo; deputado federal: 1959-1963 (UDN), 1963-1967 (UDN/ARENA), 1967-1971 (ARENA), 1971-1975 (ARENA); prefeito de Vitória da Conquista (UDN): 1955 a 1959; e vice-governador da Bahia (PDS): 1983 a 1987.

⁹⁷ *O Combate*, 4/5/1963.

prefeito de Jequié). Lomanto em Conquista teve o apoio do deputado Padre Palmeira. Waldir teve um apoio mais amplo: em campanha, esteve na cidade em 12 de agosto de 1962, quando realizou um comício com cerca de cinco mil pessoas, na Praça Barão do Rio Branco, em apoio à sua candidatura e à de Josaphat Marinho para o Senado.

Após o comício, Waldir Pires hospedou-se na residência do então candidato a prefeito, José Pedral⁹⁸. Mesmo com tão ampla aliança, formada por PSD, PDC, PTN, MTR, PST, PSB e PL, no pleito de 1962 o resultado não foi favorável a Waldir. O resultado final da eleição para governador, divulgado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), em sessão realizada em 2 de janeiro de 1963, apresentava Antônio Lomanto Júnior com 396.951 votos e Waldir Pires com 352.498 votos, numa diferença de apenas 44.453 votos.⁹⁹ Assim, na escolha do secretariado, Lomanto Júnior designou para a pasta da Educação¹⁰⁰ o ex-deputado Padre Luiz Soares Palmeira, que, por sua vez, convidou o ex-vereador Alberto Farias para ser seu assistente na secretaria. Segundo José Pedral, ironicamente, Waldir acreditava que venceria as eleições para o governo do Estado e que Pedral perderia mais uma vez a Prefeitura de Vitória da Conquista, tanto que Waldir já contava com Pedral no seu futuro secretariado. O desfecho foi inverso nas urnas.¹⁰¹

Alberto Farias havia tentado uma cadeira na Assembleia Legislativa, com o *slogan* “faça do seu voto um instrumento de civismo, para deputado estadual Alberto Farias. Oito anos de oposição em Conquista”¹⁰², mas não obteve êxito. O pelear por uma cadeira na Assembleia Legislativa da Bahia foi acirrado. O deputado estadual Orlando Spínola veio a Vitória da Conquista para avaliar de perto se sua candidatura à reeleição – tentava sua quinta – corria algum risco na cidade perante o surgimento de novos pretendentes às vagas no Legislativo Estadual.¹⁰³ Continuava o impasse entre os candidatos a deputado estadual, que contavam com o apoio do

⁹⁸ *O Combate*, 18/8/1962.

⁹⁹ *O Combate*, 12/1/1963.

¹⁰⁰ *O Combate*, 7/4/1963.

¹⁰¹ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

¹⁰² *O Combate*, 31/3/1962.

¹⁰³ *O Combate*, 5/5/1962.

prefeito Gerson Sales: Orlando Spínola, Íris Geraldo Silveira¹⁰⁴ e Juarez Hortélio. Este iniciou a sua campanha para a Assembleia Legislativa da Bahia visitando cidades da região e defendendo a ideia de que o povo deveria renovar totalmente o parlamento estadual.¹⁰⁵ Outros nomes despontavam. Antônio Pedreira informalmente afirmava que a sua situação junto ao eleitorado era muito boa, já que no último pleito tivera o apoio de quatro mil eleitores.¹⁰⁶ Após ter sido rejeitado como candidato a prefeito, Edmundo Santos passou a articular a sua candidatura para deputado estadual pelo PSD.¹⁰⁷ No entanto, dos que garimpavam votos em Conquista, só não se frustraram Orlando Spínola, Adelmário Pinheiro¹⁰⁸, Gildásio Cairo e Juarez Hortélio.

O processo eleitoral de 1962 mostrou que, apesar da presença na política de indivíduos oriundos de outras localidades, as relações das famílias mais tradicionais ainda protagonizavam, no palco das disputas, o controle da municipalidade, daí o recorrente apelo ao “apaziguamento no seio da família conquistense” em algumas candidaturas. O jovem prefeito eleito, aclamado pelos estudantes, que construía a imagem de inovador, de progressista, era neto da antiga liderança da Primeira República na cidade, o coronel Gugé, que, por sua vez, era neto de João Gonçalves da Costa, agente da Coroa Portuguesa que havia desbravado o Sertão da Ressaca e fundado a povoação que deu origem à cidade (SOUZA, 1999). Pedral também era afilhado político do ex-governador Luís Regis Pacheco Pereira, um exemplo da força da tradição na cidade.

As disputas com características tradicionais recebiam a roupagem das legendas partidárias atuantes em âmbito estadual e federal no início da década de 1960 e os discursos transcendiam as querelas locais e refletiam

¹⁰⁴ Vereador pela UDN no terceiro mandato (1951-1955; 1955-1958; 1959-1962).

¹⁰⁵ *O Combate*, 2/6/1962.

¹⁰⁶ *O Combate*, 18/8/1962.

¹⁰⁷ *O Combate*, 19/5/1962.

¹⁰⁸ Nasceu em 15 de março de 1907, em Pojuca, na Bahia. Faleceu em 19 de outubro de 1963. Exerceu a profissão de médico, em Vitória da Conquista e em Salvador. Em Vitória da Conquista, fundou o Hospital Psiquiátrico e foi presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), diretor da Santa Casa de Misericórdia (Hospital São Vicente) e membro do Rotary Clube Bahia/Leste e Venerável da Maçonaria. Foi secretário estadual da Fazenda do Estado da Bahia, 1954-1955. Elegeram-se deputado estadual pelo Partido Republicano (PR), 1951-1955. Foi reeleito pelo PR, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967. Foi ainda: líder do PR, ALBA, 1954-1957, 1959-1960; vice-líder do PR, ALBA, 1951-1953; e líder do governo, 1963.

os programas, bandeiras, anseios e preocupações presentes nas esferas superiores. A polarização partidária bem como o oportunismo vacilante no Brasil pré-64 eram vivenciados no palco conquistense com toda a sua dramaticidade.

Os eleitos em 7 de outubro de 1962 na 40ª Zona Eleitoral (Vitória da Conquista e região) receberam os respectivos diplomas das mãos do Juiz Eleitoral, Roberval Barreto de Paiva.¹⁰⁹ A posse do novo prefeito e dos vereadores, como previsto, ocorreu no dia 7 de abril de 1963, na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, às 20 horas. A solenidade foi simples, mas durante o dia ocorreu um churrasco aberto à população, no Parque de Exposições Teopompo de Almeida, em comemoração à vitória e à posse de José Pedral.¹¹⁰

Em entrevista ao jornal *O Combate*, o novo prefeito disse que encontrou a Prefeitura como era organizada na década de 1930, sem uma sessão de controle de pessoal; que a contabilidade estava inteiramente desorganizada, com a escrita contábil em atraso; e que não existia uma carteira para o consultor jurídico trabalhar. Pedral afirmou que delegou um advogado para contatos com a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, dirigida pelo Prof. Lafayette Pondé, a fim de a municipalidade passar a ter uma administração modelar. Essa retórica do opositor consagrado nas urnas se tornaria recorrente na cidade – era, de certo modo, o desdobramento do discurso modernizador e tecnocrático apresentado na campanha.¹¹¹

Na Câmara Municipal, contando com o apoio do PSD (quatro votos), do MTR (um voto) e do partido a que era filiado – PTB (dois votos) –, José Gil Moreira passou a ter sua eleição para a presidência da Casa como certa. A chapa prevista teve a seguinte composição: presidente – José Gil Moreira (PTB); vice-presidente – Vivaldo Mendes Ferraz (UDN); primeiro-secretário – Péricles Gusmão Régis (MTR) e segundo-secretário – Floriano Barreto (PSD).¹¹²

¹⁰⁹ *O Combate*, 5/1/1962.

¹¹⁰ *O Combate*, 23/3/1963.

¹¹¹ *O Combate*, 20/4/1963.

¹¹² *O Combate*, 29/12/1962.

Enquanto tomavam corpo disputas pela presidência da Câmara Municipal, o nome que recebia mais apoio continuava sendo o do médico Gil Moreira (PTB), que mostrava reunir condições de livre trânsito em todas as áreas partidárias.¹¹³ Orlando Leite também era tido como possível candidato à presidência do parlamento municipal, mas afirmou não ter reunido a UDN, não obstante ter visitado todos os vereadores da bancada do seu partido.¹¹⁴

É oportuno lembrar que não existia a função de vice-prefeito, cabendo ao presidente da Câmara substituir o prefeito municipal em qualquer situação de vacância – daí a importância estratégica da posição em disputa. Mas, surpreendentemente, não ocorreram atritos consideráveis. Em reunião, os vereadores eleitos aceitaram, por unanimidade, a indicação de José Gil Moreira para presidir a mesa da casa. Outros entendimentos se seguiram para a escolha dos demais membros da mesa. A UDN reivindicou a vice-presidência da casa para Vivaldo Mendes Ferraz e a primeira-secretaria para Altamirando Novais. Ao PSD foi concedida a segunda-secretaria. Na realidade, o PSD, com a segunda maior bancada, reivindicava ou a segunda-secretaria ou a vice-presidência, mas para manter o clima da escolha do presidente preferiu não travar disputa acirrada pelos cargos.¹¹⁵ A liderança da oposição na Câmara Municipal ficou para o vereador Nelson Gusmão Quadros e a liderança da situação coube a Péricles Gusmão Régis.¹¹⁶

A configuração da Câmara oscilava muito. Numa época em que a atividade legislativa municipal não era remunerada, entradas e saídas de vereadores ao longo de uma legislatura eram comuns e constantes, especialmente no mandato legislativo iniciado em 1963. A UDN enfrentou problemas na ausência do vereador Vivaldo Mendes: com a recusa dos três primeiros suplentes, assumiu o quarto, Erasthostenes Menezes, após apelos do presidente da casa, Gil Moreira, que também convenceu o suplente Aníbal Viana a assumir uma cadeira na Câmara.¹¹⁷ O problema das

¹¹³ *O Combate*, 9/3/1963.

¹¹⁴ *O Combate*, 16/3/1963.

¹¹⁵ *O Combate*, 23/3/1963.

¹¹⁶ *O Combate*, 16/3/1963.

¹¹⁷ *O Combate*, 27/4/1963.

vacâncias continuou: os pedidos de licença na bancada da UDN voltavam a acontecer e os suplentes negavam-se a assumir o mandato na ausência do titular, tanto que Valdívio Gusmão chegou a ser convocado como o quinto da lista em algumas sessões.¹¹⁸

Ao longo de 1963, a relação entre oposição e situação aparentava normalidade e cortesia. Merece destaque a forma de atuar do udenista Orlando Leite: com o seu parecer favorável, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que autorizava a Prefeitura Municipal a buscar adiantamento de receita. O trabalho do vereador Orlando Leite nos pareceres jurídicos da Câmara foi elogiado pelo semanário governista *O Combate*, segundo o qual, no exercício da liderança da oposição, que passara a exercer em meio às várias mudanças no Legislativo, Orlando orientava-se pela aprovação dos projetos em benefício da coletividade, sendo seguido pelos vereadores oposicionistas.¹¹⁹

Orlando Leite afirmava que oposição construtiva é a que apoia o que é a favor da coletividade, postura esta que vinha sendo assumida por Altamirando Aurino Novais e Silva (PTB) e por Misael Marcílio (UDN).¹²⁰ A cortesia era retribuída – o relatório do vereador Nelson Gusmão Cunha e o parecer assinado pelos vereadores da UDN e do PTB foram aprovados por unanimidade abonando as contas do ex-prefeito Gerson Sales referentes ao exercício de 1962, justamente aquelas que, no calor eleitoral, haviam sido postas em dúvida.¹²¹

O clima conciliador entre situação e oposição teve um marco fora do parlamento municipal. O secretário de Educação do Estado da Bahia, o ex-deputado Padre Luiz Palmeira, aliado político do prefeito, assinou portaria designando Orlando Leite para as funções de diretor do Instituto de Educação Euclides Dantas (Escola Normal). A nomeação foi antecedida pela instauração de uma comissão, formada por Nilton Gonçalves e Franklin Ferraz, que foi ter com o secretário de Educação e com o seu assistente, Alberto Farias, para apoiar a indicação de Orlando Leite para a direção do IEED. O acordo agradou a todas as correntes

¹¹⁸ *O Combate*, 4/5/1963.

¹¹⁹ *O Combate*, 4/5/1963.

¹²⁰ *O Combate*, 22/6/1963.

¹²¹ *O Combate*, 13/7/1963.

políticas e teve o apoio do prefeito José Pedral. Orlando foi empossado no dia 24 de setembro. Compareceu na solenidade o assistente do secretário de Educação, Alberto Farias, que veio transmitir o cargo. O Padre Palmeira enviou um telegrama ao prefeito José Pedral, em que apontava o “entendimento com representante do professorado e a consulta e o conagração da família conquistense”.¹²²

Anteriormente, por autoria do presidente da casa, a Câmara de Vereadores aprovou moção de regozijo pela escolha, pelo governador Lomanto Júnior, do Padre Palmeira para secretário de Educação e de Alberto Farias como seu assistente, por se tratar de dois homens públicos de Vitória da Conquista.¹²³ Como em outras conjunturas, selavam-se acordos no seio da endogamia conquistense, agora não mais absoluta, mas ainda predominante no controle da municipalidade. Passados os dias agitados da peleja eleitoral, os “*eupátridas da pólis*” sertaneja, ou seja, os membros da velha oligarquia, aninhavam-se no conforto dos acordos e conchavos.

Havia uma voz destoante: o líder do governo na Câmara Municipal, Péricles Gusmão Régis, que ficou ressentido com o chefe do Executivo, que devolveu ao Legislativo o projeto de aumento do funcionalismo municipal. Em várias ocasiões, o líder afirmou que o prefeito era favorável à demanda dos funcionários. Péricles sentiu-se desprestigiado e ficava numa situação desconfortável ante os afagos entre situação e oposição.¹²⁴ O vereador eleito pelo MTR era talvez combativo em demasia para os padrões conservadores da cidade de então. No primeiro dia de carnaval de 1964, Péricles esteve envolvido em episódio não explicado e que poderia ser considerado um sintoma de que não se enquadrasse na “pacificação da família política conquistense” (expressão usada por Jesus Gomes na campanha de 1962). Seis soldados da polícia militar agrediram Péricles Gusmão, sem justificativa aparente. O fato foi notificado, mas os agressores não foram identificados.¹²⁵

Vitória da Conquista foi o centro de uma grande festa no maio de 1963, momento em que seria inaugurado o asfaltamento da rodovia federal que cortava a cidade desde 1948. José Pedral convidou todos os prefeitos

¹²² O *Combate*, 28/9/1963.

¹²³ O *Combate*, 18/5/1963.

¹²⁴ O *Combate*, 29/6/1963.

¹²⁵ O *Combate*, 15/2/1964.

da região para se concentrar em Vitória da Conquista, no dia 28 de maio de 1963, a fim de apresentar suas reivindicações quando da presença do governador e do seu secretariado. No dia 9 de maio, o secretário particular do governador, Augusto Carneiro, enviou ao prefeito um radiograma, no qual comunicava que o presidente João Goulart viria à cidade, no dia 30 de maio, para inaugurar o asfaltamento da rodovia BR-4 (Rio-Bahia), e que, entre os dias 26 e 30, Lomanto Júnior, com todo seu secretariado, despacharia em Vitória da Conquista. O prefeito viajou para Salvador para entendimentos com o governador quanto às solenidades.¹²⁶

Vitória da Conquista passou a se preparar para receber o presidente da República, ministros de Estado, governador e secretários. Mobilizaram-se a Prefeitura e as associações empresariais para toda a programação, prevista para os quatro dias. No dia 26 de maio, chegaram o governador e sua comitiva, além do ministro da Agricultura, que foram recebidos no aeroporto e passaram a cumprir intensa programação.¹²⁷ No dia 30 de maio, às 7 horas, partiu uma comitiva para a divisa com Minas Gerais (a 110 quilômetros da cidade) para receber o presidente da República e inaugurar o asfaltamento da rodovia federal, às 9 horas. De forma semelhante ao que havia acontecido com o governador e comitiva, seguiu-se uma aturada ordem do dia.¹²⁸ A programação foi cumprida. O governo estadual permaneceu quatro dias em Vitória da Conquista.

Quando da inauguração da rodovia Rio-Bahia, no dia 30 de maio, na divisa do Estado com a vizinha Minas Gerais, o governador Lomanto Júnior fez uma profissão de fé nacionalista e em defesa das reformas de base

¹²⁶ *O Combate*, 18/5/1963.

¹²⁷ O governador, com o ministro da Agricultura e respectivas comitivas, chegou às 15 horas e logo a seguir participou da abertura da Exposição Agropecuária, com a visita aos pavilhões, no Parque de Exposições Teopompo de Almeida. À noite, ocorreu baile oferecido pela Associação Comercial em comemoração aos seus dez anos. Em 27 de maio, houve o julgamento de animais na Exposição e uma recepção solene na Câmara Municipal. No dia seguinte, pela manhã, deu-se um debate de ruralistas com o secretário da Fazenda, no Parque Teopompo de Almeida; à tarde, houve uma demonstração de cães adestrados da Polícia Militar; às 20 horas, ocorreu um banquete oferecido pelas prefeituras da região para o governador, no Clube Social Conquista; e, às 22 horas, o governador e o secretariado reuniram-se com os prefeitos. Às 18 horas do dia 29, o governador assinou atos para a região.

¹²⁸ O DNER ofereceu à comitiva presidencial um churrasco, às 12 horas, e três horas mais tarde ocorreu uma concentração popular no parque de exposições, com desfile de animais, distribuição de prêmios e discursos do prefeito, governador e presidente. Às 20 horas, o governador ofereceu um banquete ao presidente e, às 22 horas, a Associação Rural e a Prefeitura Municipal promoveram um baile.

e da Constituição. Falaram também no ato o ministro Hélio Almeida e o diretor-geral do DNER, Roberto Lasance. No seu discurso, o presidente João Goulart destacou a importância da rodovia e a necessidade das reformas de base, em especial da reforma agrária.¹²⁹ Causou desassossego entre os udenistas de Vitória da Conquista o apoio de Lomanto Júnior às reformas de base, como a reforma agrária e a da Constituição.¹³⁰

O encerramento da VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados foi o ponto alto dos eventos de maio de 1963, com a presença do presidente da República, governador do Estado, ministros e secretários de Estado, presidentes de órgãos federais, autoridades militares, prefeitos e vereadores. Em seu discurso, o prefeito José Pedral ressaltou a importância da BR-4; fez críticas às forças retrógradas que tentaram escamotear o mandato de João Goulart; afirmou que os amigos de Vitória da Conquista participaram da campanha legalista e estiveram dispostos, inclusive, a pegar em armas para defender a Constituição contra o arbítrio. Ele ressaltou:

[...] já não é possível, nem tolerável, a continuidade tranqüila do que aí está: uma nação dividida em duas, uma minoritária e excessivamente privilegiada, outra formada pela grande maioria do povo brasileiro, subdesenvolvida, espoliada, valetudinária. Jamais teremos estabilidade política e paz social se não liquidarmos, de uma vez por todas, o iníquo critério de distribuição das riquezas nacionais. Somos partidários entusiastas da reforma da Constituição, de modo a permitir uma reforma agrária autêntica, que exclui o monopólio da terra, estimula a produção e dificulta as atividades especulativas.¹³¹

Na sequência, tratando Vitória da Conquista de “o pátio do Nordeste”, o prefeito enumerou os problemas de infraestrutura (esgoto, água e luz elétrica). O discurso de Pedral, por seu caráter de profissão de fé ideológica e identidade com o programa do presidente Goulart, chocou os setores mais conservadores. O jovem prefeito dava o segundo passo na construção da imagem de líder progressista – o primeiro foi a imagem

¹²⁹ *O Combate*, 1/6/1963.

¹³⁰ *O Combate*, 8/6/1963.

¹³¹ *O Combate*, 1/6/1963.

construída na campanha eleitoral de 1962 – ao vincular-se tão enfaticamente às bandeiras das reformas, em especial à da reforma agrária, tema sempre melindroso em meio a uma região marcada pela concentração fundiária.

O discurso do prefeito, contraditório com suas origens e bases políticas, provocou desconforto à elite local e apontou para a reprodução em terras conquistenses da polarização crescente na política brasileira. Em março, já havia ocorrido um comício, com a participação do prefeito, dos deputados estaduais Juarez Hortélio, Hugo de Castro Lima, Franklin Ferraz Neto e Padre Lage,¹³² do deputado federal Artur Lima Cavalcanti (ex-prefeito de Recife), de representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de jornalistas, para o esclarecimento à população sobre as reformas de base como indispensáveis para o progresso e a emancipação econômica do país. O evento foi transmitido pelas rádios Clube e Regional de Conquista. Em seu discurso, José Pedral aproveitou para informar sobre os recursos da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – destinados aos serviços de água e energia elétrica na cidade.¹³³

No evento do parque de exposições, após José Pedral, falou o governador, e na sequência o presidente, que, abordando os problemas nacionais, agradeceu a acolhida em Vitória da Conquista e prometeu, para o prazo mais curto possível, água e luz, afirmando que viria “ligar as chaves de sua usina e abrir as torneiras do serviço de água”, o que ocorreria, segundo ele, “no mesmo ritmo do asfaltamento da rodovia Rio-Bahia”. Após o evento, as autoridades foram para a Prefeitura Municipal, e depois a comitiva seguiu para Salvador.¹³⁴

A rodovia BR-4 (atual BR-116 ou Rodovia Santos Dumont) produziu um grande impacto na integração e no desenvolvimento da

¹³² Francisco Lage Pessoa, nascido em 18 de março de 1917 (Ferros, MG), pároco da Igreja da Floresta, em Belo Horizonte, foi um dos articuladores da *Ação Popular*. O padre teve influências sobre a Juventude Operária Católica e a Juventude Universitária Católica. Foi um dos antecessores da *Teologia da Libertação*. Com o advento do Golpe Empresarial-Militar de 1964, foi preso (4/1964 a 5/1965) e torturado. Quando libertado, exilou-se no México. Ao retornar, após a anistia, havia casado e se afastado das funções eclesiais. Filiou-se ao PDT e foi eleito vereador em Belo Horizonte. Candidatou-se ao senado federal, em 1986. Em 1988 foi para o Partido dos Trabalhadores. Faleceu em 7 de abril 1989.

¹³³ *O Combate*, 27/3/1963.

¹³⁴ *O Combate*, 1/6/1963.

cidade. Segundo José Paulo de Souza,¹³⁵ motorista, mais conhecido como “Zé Mineiro” (que trabalhou na construção da rodovia e foi um dos pioneiros em percorrê-la), até 1948 Vitória da Conquista só era acessada por estradas precárias, denominadas por ele de “carroçáveis”. Com a abertura da rodovia, no governo de Eurico Gaspar Dutra, na segunda metade da década de 1940, começou a integração da cidade com o Centro-Sul e com o Nordeste, mas as condições de tráfego ainda eram difíceis, porque havia pouco asfalto e uma pequena quantidade de pontes, o que levava à necessidade de balsas para cruzar os rios. Em 1960, na primeira viagem de duas carretas com dezoito rodas, entre São Paulo e Fortaleza, Zé Mineiro e o seu colega Emídio, ambos vinculados à Rodoviária Estrela do Norte (empresa transportadora de São Paulo), demoraram cerca de quinze dias para cumprir o percurso. O asfaltamento e as pontes do início da década de 1960 permitiram a redução do tempo nos percursos e promoveram maior conforto e segurança, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias.¹³⁶ O tempo gasto de automóvel, por exemplo, entre o Rio de Janeiro e Salvador (1.670 km) tornou-se menos de dois dias.

Durante a visita das autoridades, o prefeito conseguiu do governador cem milhões de cruzeiros para o problema da água e chamou a atenção de Lomanto para o problema do fornecimento de energia. De Jango, conseguiu a promessa solene de solucionar os problemas básicos da cidade.¹³⁷ Após os eventos de 30 de maio, em reunião extraordinária, no salão do Instituto de Educação Euclides Dantas, a Câmara Municipal de Vitória da Conquista

¹³⁵ Nasceu em Salinas, no norte de Minas Gerais, em 12 de agosto de 1924; chegou a Vitória da Conquista no dia 14 de junho de 1938; trabalhou na construção da rodovia Rio-Bahia, nos anos 40. Em 27 de abril de 1948, conquistou a sua habilitação; trabalhou no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, conduziu caminhões particulares e ônibus das empresas de transporte coletivo que ligavam Vitória da Conquista a Salvador e a Itapetinga; no início dos anos 60, ingressou na Rodoviária Estrela do Norte, tendo sido um dos pioneiros na ligação entre São Paulo e cidades do Nordeste com veículos pesados de carga. Em 1964, participou do concurso “O Rei da Estrada” – evento patrocinado pela GM do Brasil, Casa Plínio e Gazeta Esportiva – e foi eleito por seus pares com mais de 206.000 votos (oriundos de diferentes regiões do país), em especial por aqueles que labutavam ao longo da Rio-Bahia. Recebeu, entre outros prêmios, uma medalha de ouro, um troféu, um diploma e um caminhão Chevrolet zero quilômetro, com carroceria em madeira nobre e com o nome *Zé Mineiro* gravado de fábrica; aposentou-se no ano de 1986, aos 62 anos e 38 anos de profissão, sem nunca ter-se envolvido em acidentes e foi reconhecido como o melhor em seu ofício. Faleceu em Vitória da Conquista, no dia 8 de junho de 2015.

¹³⁶ SOUZA, José Paulo de. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 8 de agosto de 2010.

¹³⁷ *O Combate*, 8/6/1963.

homenageou o governador Lomanto Júnior. A solenidade contou com a presença do prefeito José Pedral. Na abertura, feita pelo vereador Orlando Leite, após elogios a Lomanto Júnior, o edil disse que a Câmara estava entrosada com o dinâmico e inteligente prefeito José Pedral nas soluções dos problemas da cidade.¹³⁸ Ainda no clima conciliador entre situação e oposição, o governador Lomanto Júnior agradeceu e afirmou que Vitória da Conquista integrava o seu governo, com o Padre Palmeira na secretaria de Educação e com o deputado Adelmário Pinheiro, que tinha base política na cidade. Lembrou ainda que o Poder Legislativo contava na sua presidência com o deputado Orlando Spínola (UDN de Vitória da Conquista). Afirmou governar para todos, sem barreiras partidárias, e prometeu que, se tivesse aumento do repasse da Petrobras para o Estado da Bahia, resolveria o problema da água na cidade e que, para isso, estava a pressionar o ministro San Thiago Dantas; e, para a questão da luz, precária, informou que ordenou à Coelba comprar um gerador de 2000 kwa.¹³⁹

Não apenas os discursos do prefeito, nos eventos de maio, indicavam a reprodução em Conquista da polarização política que ocorria em âmbito nacional. Outros eventos, aparentemente pontuais, revelavam a mesma tendência. Integrados no movimento nacional por aumento salarial, os bancários de Vitória da Conquista, obedecendo à decisão da assembleia geral permanente de seu sindicato local e às orientações das confederações de Recife e Salvador, resolveram deflagrar greve geral a partir da zero hora do dia 26 de setembro.¹⁴⁰ Foi algo inovador nessas terras sertanejas. A União Conquistense dos Estudantes Secundários protestou contra declarações do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o deputado Orlando Spínola, e contra o deputado Juarez Hortélio, por suas críticas contra o Executivo Municipal da cidade, as quais os estudantes consideraram caluniosas. Os estudantes acusaram Orlando Spínola de nada fazer pela cidade mesmo representando o município no Legislativo Estadual há quase vinte anos.¹⁴¹

¹³⁸ *O Combate*, 1/6/1963.

¹³⁹ *O Combate*, 1/6/1963.

¹⁴⁰ *O Combate*, 28/9/1963.

¹⁴¹ *O Combate*, 15/2/1964.

Ocorreu na cidade, no dia 2 de março de 1964, no Cine Teatro Conquista, na Praça Barão do Rio Branco, o 1º Encontro de Ruralistas, com a participação do deputado federal Edvaldo Flores (UDN) e dos estaduais Wilson Lins e Clécio Correia. O evento teve como finalidade criar uma sociedade para a defesa dos interesses da classe dos ruralistas e combater as reformas de base do governo João Goulart, em especial a reforma agrária. O *Jornal da Bahia* cobriu o evento, com o jornalista Newton Sobral, que ouviu também o prefeito José Pedral, o qual considerou o encontro inoportuno.¹⁴² O curioso é que o jornalista apresentou na matéria o prefeito de Vitória da Conquista como Francisco Pedral, provavelmente fez alguma confusão entre o prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto, e o de Conquista.

José Pedral afirmou que o clima no início de 1964 era de confronto entre os que defendiam as reformas propostas pelo presidente João Goulart e os que a elas se opunham. Em conversa com Waldir Pires, em Salvador, Pedral externou a necessidade de os defensores das reformas se prepararem para o uso das armas, mas Pires garantiu que não havia risco de um golpe de Estado e que o presidente contava com a fidelidade das Forças Armadas à legalidade.¹⁴³

Ao longo de 1963, projeções para a eleição presidencial prevista para 1965 respingavam em Conquista. No início do ano, ocorreu uma reunião na Associação Comercial para fundação do Diretório JK 65.¹⁴⁴ Sete meses depois, o senador Juscelino Kubitschek de Oliveira enviou telegrama ao prefeito José Pedral por meio do qual agradecia a acolhida que teve no encontro de membros do PSD em Feira de Santana e o apoio na próxima eleição presidencial.¹⁴⁵

O ano de 1964 começou na cidade com uma visita inusitada. De passagem rumo a Salvador, transitou em Vitória da Conquista o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que ficou hospedado no Aliança Palace Hotel. O embaixador visitou várias ruas da cidade em companhia do prefeito José Pedral, com quem tratou sobre possível

¹⁴² *Jornal da Bahia*, 3/3/1964.

¹⁴³ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

¹⁴⁴ *O Combate*, 9/3/1963.

¹⁴⁵ *O Combate*, 26/10/1963.

ajuda americana ao município, por intermédio do Plano Aliança para o Progresso.¹⁴⁶

No final do mês de dezembro de 1960, o relatório da Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos do então candidato a presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy assegurava que seria possível dar início a uma “década de desenvolvimento” na América Latina. Para tanto, bastaria que os Estados Unidos injetassem massivos recursos financeiros públicos e privados na região, recursos que seriam liberados mediante análise de “projetos de desenvolvimento” elaborados pelos países latino-americanos. Caso os projetos apresentados fossem “responsáveis, maduros, viáveis e identificados com os princípios democráticos”, de acordo com as concepções dos estrategistas estadunidenses, a liberação de auxílio financeiro para o desenvolvimento poderia proporcionar as reformas que, dizia-se, há muito os povos latino-americanos exigiam. [...] Seria por meio dessa via “democrática”, “pacífica” e de “crescimento autossustentado” que os países latino-americanos poderiam livrar-se das condições de pobreza, considerado o fermento da instabilidade social. Assim, no momento em que os Estados Unidos, tendo em vista a força de seu “exemplo histórico” de “desenvolvimento democrático e liberal”, estivessem dispostos a investir estes recursos, não só estariam estimulando o “desenvolvimento” econômico dos países latino-americanos como também se livrando de potenciais “problemas”, como os tiveram lugar em Cuba (SILVA, 2008).

Após o processo revolucionário cubano vitorioso, em janeiro de 1959, que conduziu os guerrilheiros de Sierra Maestra liderados por Fidel Castro ao poder na ilha do Caribe, e o afastamento do novo governo da influência gravitacional norte-americana, a política dos EUA para a América Latina passou a ser pautada pela preocupação estratégica de evitar novas guinadas para a esquerda. A nova conduta se materializou no já citado Plano Aliança para o Progresso.

A política norte-americana para a América Latina tornara-se extremamente dura em relação aos Governos que não seguiam a

¹⁴⁶ O *Combate*, 4/1/1964.

orientação de Washington, e este endurecimento tornara-se mais acentuado após a Revolução Cubana. Assim, as pressões eram feitas sobretudo através da manipulação dos auxílios da Aliança para o Progresso, e no caso brasileiro o Embaixador Lincoln Gordon notabilizou-se pelo emprego deste expediente (PENNA, 1989)

José Pedral considerava que a visita não fora gratuita. O embaixador, após percorrer a cidade e ouvir os projetos do prefeito, afirmou que partiria em direção a Feira de Santana, cidade também governada por um membro PSD declarado defensor das reformas propostas pelo Governo Goulart, o prefeito Francisco Pinto.

Os acirramentos da política nacional ecoavam em Conquista por meio da imprensa. O *Combate* de 14 de março de 1964 trazia a manchete: “Assinado o decreto da Supra e a emancipação de Capuava”. Com uma gravura do presidente João Goulart no alto canto esquerdo, o jornal usava toda sua primeira página para divulgar o comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.¹⁴⁷ Nove dias depois, o periódico anunciava que estava prevista uma visita do presidente João Goulart a Salvador, no dia 11 de abril de 1964, para encerrar o Congresso dos Prefeitos Municipais, que seria realizado entre os dias 8 e 11 de abril. Na oportunidade, o presidente participaria de um grande comício pelas reformas de base. O prefeito José Pedral confirmou participação nos eventos.¹⁴⁸ No final de março, foi confirmada a presença do presidente nos eventos de abril, em Salvador, onde pretendia realizar um comício tão grandioso quanto o que foi realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.¹⁴⁹

Na mesma edição, O *Combate* voltava a tratar das expectativas eleitorais para o ano seguinte, ao ser anunciado que o PSD resolveu homologar a candidatura do senador Juscelino Kubitschek à presidência da República, para sucessão de João Goulart. Falando aos convencionais, o senador mineiro anunciou um programa de sessenta metas, destacando a construção de três milhões de residências populares, afirmou lutar sempre pelas liberdades democráticas e disse que não industrializaria “[...]”

¹⁴⁷ O *Combate*, ano 34, n. 29, 14/3/1964.

¹⁴⁸ O *Combate*, 23/3/1964.

¹⁴⁹ O *Combate*, 28/3/1964.

o anticomunismo para com isso encher o seu alforje eleitoral [...]”. Ele saudou ainda a imprensa livre do Brasil.¹⁵⁰

Todas as perspectivas foram frustradas. Os eventos de Salvador não seriam realizados, a eleição presidencial de 1965 não ocorreria e Kubitschek não retornaria ao Palácio do Planalto. No dia 31 de março de 1964, foi iniciado em Minas Gerais o deslocamento de tropas rumo ao Rio de Janeiro, marcando o início do golpe, que, ao ter na sua execução setores militares e na sua articulação e desdobramentos o apoio de setores civis, mormente o grande empresariado, pode e deve ser identificado como Golpe Empresarial-Militar (conforme justifiquei na introdução). No dia 1º de abril, Jango seguiu do Rio de Janeiro para Brasília e de lá, no dia seguinte, para Porto Alegre, última estada antes do exílio. Em todo o país, os passos golpistas avançavam.

O Combate nada mais noticiaria: o Golpe de 31 de março de 1964 fez do periódico a sua primeira vítima na cidade. Por mais um mês, aparentemente esse foi o maior prejuízo. Foram dias de “nervosa calma”. Mas tal ilusão logo foi desfeita, pois o impacto do novo regime foi sentido violentamente na pólis sertaneja.

A VI Região Militar, sediada em Salvador, enviou tropas para Vitória da Conquista comandadas pelo capitão Antônio Bendocchi Alves Filho – apontado por Dias (2009) como udenista e lacerdista convicto –, que determinou, no dia 6 de maio, a detenção do prefeito José Pedral Sampaio e de cidadãos¹⁵¹ com atuação ou suposta atuação política identificada com

¹⁵⁰ *O Combate*, 28/3/1964.

¹⁵¹ Juntamente com José Pedral Sampaio, foram presos Everardo Públio de Castro (professor), Pedro Duque (sapateiro), Hugo de Castro Lima (médico), Nudd David de Castro (filho de Everardo), Raul Carlos Andrade Ferraz (advogado), Paulo Demócrito Caires (presidente da União de Estudantes de Conquista), Luís Cários Tunes (funcionário dos Correios), Lúcio Flávio Viana Lima (funcionário do Banco do Brasil), Raimundo Pinto (empresário e suplente de vereador), Hemérito Pereira (livreiro), Ivo Vilaça Freire de Aguiar (funcionário público federal), Anífilo Pedral (vereador, diretor da Colônia Agrícola e irmão do prefeito), Vicente Quadros (radiotécnico), João Hidelfonso Filho (empresário do serviço de alto-falantes), Franklin Ferraz Neto (Juiz da Junta de Conciliação), Reginaldo C. Santos (funcionário do Banco do Brasil e redator do jornal *O Combate*), Aníbal Lopes Viana (proprietário do *Jornal de Conquista*), Camilo de Jesus Lima (trazido de Macarani), Galdino Lourenço (taxista), Juracy Lourenço (filho de Galdino e comerciante), José Luís Santa Isabel (funcionário do Banco do Brasil), Alcides Araújo Barbosa (presidente do Sindicato dos Comerciantes), Altino Pereira (presidente do Sindicato da Construção Civil), Flávio Viana de Jesus (marceneiro e diretor do Sindicato da Construção Civil), Edvaldo Silva (presidente do Sindicato dos Panificadores), Gilson Moura (radialista), Jacson Fonseca (radiotécnico), Érico Aguiar (empresário do ramo madeireiro e fazendeiro) e Péricles Gusmão Régis (vereador) (MENEZES, 2012) – todos ligados ou supostamente ligados aos partidos de base de sustentação do prefeito deposto.

o governo deposto e organizações de esquerda.¹⁵² Outros também tiveram destino semelhante, como os prefeitos Virgildásio de Senna, de Salvador, Francisco Pinto, de Feira de Santana, e Murilo Cavalcante, de Alagoinhas.

Foram exatamente o posicionamento favorável de prefeitos do interior da Bahia às reformas de base do presidente João Goulart e a tentativa de aproximação de alguns deles com os movimentos populares que despertaram a atenção do comandante Manoel Mendes Pereira – responsável pela coordenação e execução das ações repressivas no interior –, da 6ª Região Militar, em Salvador. Portanto, há duas dimensões na interiorização da repressão: a resultante da delação e outra motivada pelo conteúdo político e doutrinário das gestões administrativas municipais (DIAS, 2009).

O ato arbitrário realizado na cidade representou inicialmente a perda do controle da municipalidade pelo grupo próximo ao prefeito, que, com o tempo, foi identificado como “pedralista”: era de pessoas que amargariam por anos a subtração de direitos e do convívio social e todas as consequências advindas na profissão e na vida. Todavia, ao ser cassado, para além da imagem construída na campanha eleitoral de 62 e do discurso proferido frente ao presidente Goulart em maio de 63, Pedral dava o terceiro passo na construção da imagem de líder progressista, acrescida agora de membro compulsório da resistência democrática, já que se tornou vítima da carga repressiva do regime ditatorial que se instalava no país. Tal passo, no entanto, foi obviamente independente de sua vontade. Ele se tornou na Bahia uma referência entre as vítimas do regime de exceção instalado com o golpe, e esse foi um dos traços qualificadores de sua liderança política, em especial na condição de opositorista à Ditadura Civil-Militar e aos seus representantes no Estado e em Conquista.

Em âmbito estadual, causando surpresa, o governador Lomanto Júnior, que outrora se declarara a favor de Goulart e do seu projeto reformista, permaneceu no poder após o Golpe Empresarial-Militar.

¹⁵² Partido Comunista Brasileiro e a Frente de Libertação Nacional.

Lomanto acabaria sendo salvo – depois de ter sido obrigado a alterar o seu secretariado, integrando-o com nomes “confiáveis” – pela proteção do comandante do IV Exército, com sede em Recife, general Justino Alves Bastos, que, tempos depois, cairia em desgraça por ter feito um pronunciamento político durante um almoço, estimulado ao que disse por algumas doses de uísque. Lomanto, por sua vez, negou, vários anos transcorridos da deflagração do golpe, ter preparado, na sombria madrugada de 1º de abril, dois manifestos, um a favor e outro contra Jango, conforme seus adversários espalharam por toda a Bahia. Até hoje não ficou claro o motivo pelo qual o general Justino Bastos o salvou da degola, que chegou ser admitida como inevitável (GOMES, 2001, p. 52).

O Golpe Empresarial-Militar e a instalação do regime autoritário obrigaram a uma nova configuração de alocação política em todos os níveis do poder da República, processo que foi construído nos anos seguintes e determinado pela capacidade de imposição daqueles que tomaram o poder de assalto, mas também pela correlação de forças dos colaboradores e daqueles que ousaram se colocar na oposição.

CAPÍTULO II

DO OPORTUNISMO DA UDN À CONQUISTA DA ARENA

2.1 O IMPACTO DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E O OPORTUNISMO DA UDN CONQUISTENSE

O Golpe Empresarial-Militar de 1964 foi em todo o Brasil a oportunidade de virar a mesa, ou seja, de assumir o controle do poder de Estado nos níveis federal, estadual e municipal por parte dos setores mais conservadores, mormente aqueles representados pela UDN. Em Vitória da Conquista, a tendência não foi negada: sob a desculpa da prisão do chefe do Executivo local, a Câmara Municipal votou o impedimento do prefeito Pedral Sampaio e, para substituí-lo, elegeu Orlando Leite – justamente o vereador que meses antes era o principal interlocutor da oposição no clima conciliador –, que exercia a presidência do Legislativo Municipal. A decisão foi tomada após a comunicação do capitão Bendocchi sobre a prisão do prefeito. Essa foi a brecha encontrada pelos udenistas locais e outros oportunistas de plantão para tomarem o controle da municipalidade. Não se tratou de um parlamento local pressionado pelas forças do arbítrio e que, sem alternativa, caçou um chefe do Executivo legal e legitimamente eleito pela população – foi a oportunidade daqueles que não foram sufragados pelo povo, com subterfúgio ilegítimo, assumirem o poder. O

golpe foi dado então em Conquista, não apenas pelas tropas da 6ª Região Militar, mas também pelo dolo de lideranças locais, que, como o prefeito deposto, eram herdeiras da velha endogamia. O novo prefeito nomeou seus primeiros auxiliares diretos: Sebastião Teixeira Costa (secretário), Cid Augusto dos Santos (chefe de Gabinete) e Argemiro Germano da Silva (consultor jurídico).¹

O episódio mais trágico do golpe em Vitória da Conquista foi a morte na prisão de Péricles Gusmão Régis, que, segundo versão oficial, havia cometido suicídio. O ex-líder de Pedral na Câmara foi sepultado no dia 15 de maio.² Por meio da Lei n.º 33, de 6 de junho de 1964, o prefeito Orlando da Silva Leite e o secretário Sebastião Teixeira Costa concederam auxílio à viúva do vereador Péricles. A “generosidade” consistia em pensão mensal destinada à senhora Maria Portela Gusmão Régis e aos filhos do vereador no valor de uma vez e meia o salário mínimo local. A viúva perderia o direito se contraísse segundas núpcias, devendo passar o valor integralmente aos filhos. Os filhos perderiam os direitos com a maioridade e as filhas com o matrimônio ou ingresso no serviço público. A perda dos valores dos filhos(as) seria deduzida do valor total.³

Orlando da Silva Leite, o presidente da Câmara Municipal que ascendeu à chefia do Executivo, fez, como primeiro ato, um levantamento da situação do município, a qual, segundo o novo prefeito, revelou-se calamitosa: funcionalismo em atraso, dívidas com o comércio local, pagamento de pessoal que não era de funcionários ou contratados da Prefeitura. Ironicamente, quando das homenagens ao governador Lomanto Júnior, no Instituto de Educação Euclides Dantas, Orlando Leite qualificava o então prefeito José Pedral como “dinâmico e inteligente”. Talvez a oportunidade de ocupar a chefia da municipalidade por meios não democráticos o levava a trabalhar na desconstrução da imagem do anterior ocupante da cadeira de prefeito.

As autoridades militares, em ação local, divulgavam com convicção a existência de uma rede de atividades subversivas no município e de uma escola de treinamento de guerrilha nas imediações da cidade, todavia não

¹ *A Tarde*, 13/5/1964.

² *A Tarde*, 16/5/1964.

³ *O Sertanejo*, 1/8/1964.

informavam quem estava realmente envolvido com essa rede nem onde se localizava essa escola. Os detidos – o prefeito José Pedral, o seu irmão Anfilóbio Pedral, Franklin Ferraz Neto, Everardo Públio de Castro, Camilo de Jesus Lima e outros, entre sindicalistas e estudantes, foram transferidos para Salvador.⁴

Alguns foram libertados após uma semana; para outros, a detenção e os interrogatórios continuaram, tendo durado de 50 a 120 dias. Os detidos foram paulatinamente libertados e passaram a responder em liberdade. A prisão mais demorada (330 dias) foi a de Everardo (MENEZES, 2012). José Pedral recorda que, mesmo após a soltura, a liberdade era limitada: constantemente tinha de dar satisfações de sua vida e qualquer deslocamento que fizesse, mínimo que fosse, era fruto de inquirição. Sua atividade profissional ficou limitada, pois não poderia receber nenhum tipo de recurso do poder público, e os contratos particulares para seus serviços – enquanto era engenheiro – ficaram raros, porque as pessoas temiam ter qualquer vínculo com alguém que havia sido preso e cassado pelo Regime. Durante muito tempo, mesmo após a anistia, muitos prefeitos da região evitavam manter qualquer tipo de contato com a liderança conquistense.⁵

O deputado Orlando Spínola, presidente da Assembleia Legislativa, declarou-se surpreso com a cassação do prefeito de Vitória da Conquista. Embora fosse seu adversário político e não mantivesse relações com José Pedral, sentiu-se constrangido com o acontecimento.⁶

Em entrevista ao jornal *A Tarde*, o vice-governador Orlando Moscoso revelou-se surpreso com a cassação de Pedral, expressou confiança na Justiça Militar e disse que contava com o retorno do político ao convívio do PSD. Classificou o prefeito deposto como homem sério, engenheiro competente e democrata convicto e ficou atônito com o constar do seu nome em lista de líderes considerados subversivos.⁷

O Estado da Bahia apresentou nota à imprensa, assinada pelo secretário de Segurança Pública e presidente da Comissão Especial de

⁴ *A Tarde*, 3/6/1964.

⁵ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

⁶ *A Tarde*, 10/6/1964.

⁷ *A Tarde*, 16/6/1964.

Inquérito, na Bahia, sobre a representação encaminhada ao Conselho de Segurança Nacional a respeito das atividades consideradas subversivas do ex-prefeito de Vitória da Conquista. A nota, divulgada com a autorização do governador Lomanto Júnior, apontava: tiveram os mandatos subtraídos os portadores de mandatos cassados ou com impedimentos declarados pelas respectivas câmaras e/ou detidos em consequência de inquéritos policiais-militares. O nome de José Fernandes Pedral Sampaio foi automaticamente arrolado sob os seguintes aspectos:

1) a Câmara Municipal havia decretado o seu impedimento, por unanimidade, no dia 6 de maio;

2) um inquérito policial-militar instaurado pelas Forças Armadas em Vitória da Conquista o implicava em movimento subversivo:

a) fora integrante e organizador em Vitória da Conquista dos “grupos dos 11”⁸ (depoimento de Franklin Ferraz Neto);

b) estava citado em relatório apreendido pelo agente do Partido Comunista e destinado ao secretário-geral do PC, como um amigo e colaborador em Vitória da Conquista;

c) exerceu a função de secretário político da Frente de Libertação Nacional, de inspiração comunista (na verdade, brizolista).⁹

Segundo o secretário de Segurança Pública, a indicação, que partiu das autoridades baianas, foi resultado dos posicionamentos do ex-prefeito de Conquista em relação ao movimento subversivo, o que levou o encarregado do inquérito policial-militar instalado pela 6ª Região Militar a pedir a sua prisão preventiva. O secretário isentou o governador Lomanto Júnior de qualquer animosidade político-partidária e o apontava como um defensor da moralidade política. A nota foi datada de 2 de julho de 1964 e assinada pelo secretário de Segurança e tenente-coronel Francisco Cabral de Andrade.¹⁰

⁸ Os denominados Grupos dos Onze Companheiros, ou simplesmente Grupo dos 11 ou Comandos Nacionalistas, foram concebidos por Leonel Brizola no ano de 1963. Brizola pregava a organização de pequenas células – cada unidade composta por onze cidadãos, em todo o território do país, que poderiam ser mobilizados se necessário ao comando dos seus articuladores. O caráter era nacionalista e de apoio às políticas reformistas do então presidente João Goulart.

⁹ *O Sertanejo*, 11/7/1964.

¹⁰ *O Sertanejo*, 11/7/1964.

A 6ª Região Militar também divulgou aspectos do processo contra o ex-prefeito de Conquista, que teve os direitos políticos suspensos e mandato cassado. No processo, em 1954, José Pedral assinou nota de apoio à candidatura de Achilles Gadelha a deputado estadual, que era reconhecido no inquérito como velho militante comunista. Entre 1961 e 1964, foi alegada a existência da Frente de Libertação Nacional com inspiração comunista ou ligada ao PCB. Seriam participantes da frente: Claudemiro Alves de Araújo (presidente), Franklin Ferraz Neto (vice-presidente), Alberto Farias (secretário-geral), José Pedral Sampaio (secretário político), Renato Carvalho de Almeida (secretário de Finanças), Miguel Arcéo (secretário de Organização) e Hugo de Castro Lima.

Um telegrama de Leonel Brizola para José Pedral, em 24 de maio de 1963, foi arrolado como prova da ligação entre eles. Foram destacados ainda o depoimento de Franklin Ferraz quando preso em Vitória da Conquista, a declaração de organização e a participação no “Grupo dos 11” na cidade.¹¹ As acusações eram baseadas em provas pouco consistentes, mas, com certeza, uma definição de identidade de Pedral com Leonel Brizola e da ordem deposta estava muito explícita na sua mensagem ao povo de Conquista veiculada na Rádio Clube de Conquista, em 31 de dezembro de 1962, e em seu discurso no Parque de Exposições durante visita de João Goulart.

Com o Golpe de 1964, saíram de circulação dois periódicos que eram publicados em Vitória da Conquista: *O Combate* e *O Jornal*, que mantinham uma linha próxima ao prefeito deposto. *O Sertanejo*, em defesa do golpe, acusava *O Jornal* de ter recebido indevidamente recursos da municipalidade e, de forma irônica, chamava a prisão do jornalista de “lições de civismo” e acusava a linha de *O Jornal* de ser esquerdista e de veladamente pregar a subversão.¹²

Naqueles dias, o Regime começava a retirar a marca da transitoriedade. O marechal Humberto Alencar de Castelo Branco assumiu a chefia do Executivo Federal e, a princípio, cumpriria o tempo restante do mandato do presidente deposto. No dia 22 de julho de 1964, teve o seu período

¹¹ *O Sertanejo*, 11/7/1964.

¹² *O Sertanejo*, 13/6/1964.

prorrogado para 15 de março de 1967, adiando as eleições presidenciais previstas para outubro de 1966 (PENNA, 1989).

O ambiente de perseguições e revanchismo passou a prevalecer na cidade. Na nova conjuntura, o jornal *O Sertanejo* se destacava como porta-voz da nova ordem, definindo-se como vigilante da estabilidade do Regime que não se apavorava com as ameaças comunistas dos inimigos do Brasil em Vitória da Conquista. De forma irônica e debochada, na verdade cruel e desrespeitosa, referia-se aos conquistenses presos em Salvador como “terroristas subversivos de férias”.¹³

O periódico dos udenistas rotulava os partidários de José Pedral de fanáticos e o ex-prefeito de “o moço”, além de fazer pouco caso da possibilidade de ele retornar à cidade e à Prefeitura Municipal. O semanário seguiu com uma série de notas em que louvava o governo e os militares “linha-dura”. Ao elogiar a parada de sete de setembro, elogiava também a vitória da liberdade sobre aqueles que “queriam vender a pátria a Fidel Castro”.¹⁴

A linha assumida pelo *O Sertanejo* permeava setores da sociedade, obviamente com maior destaque para aqueles que já eram vinculados à UDN. Foi sintomático o acontecimento protagonizado pelos senhores Vivaldo Mendes Ferraz (presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista), Raimundo Quadros de Andrade (Rotary Clube), Fernando Dantas Alves (Lions Clube), Jacob Domingos (Associação Comercial), Luís Carvalho Silva (Associação Rural), Enésio Freitas Gonçalves (gerente do Banco Econômico) e Lourival Gomes (contador do Banco do Brasil), que divulgaram nota de esclarecimento ao povo de Conquista justificando a participação em reunião convocada pelo prefeito Orlando Leite com o major Hécio Pereira Vilar e representantes do Ministério Público que formavam uma equipe designada pela 6ª Região Militar para combater a corrupção nos serviços públicos e o pistolão. Os signatários da nota afirmaram que não dispunham de informações ou de denúncias.¹⁵ Se nada disseram, se a ninguém delatou, qual a motivação para lançar uma justificativa pública? Quais os receios em Vitória da Conquista? Mesmo

¹³ *O Sertanejo*, 1/8/1964.

¹⁴ *O Sertanejo*, 12/9/1964

¹⁵ *O Sertanejo*, 23/5/1964.

controlando a municipalidade, temiam a opinião pública ou o retorno dos afastados ou foi uma satisfação em respeito aos velhos laços familiares da elite conquistense, que mesmo diluídos ainda eram presentes?

Reações e formas de resistência ocorreram naqueles primeiros meses após o golpe de Estado. O prefeito Orlando Spínola e o presidente da Câmara Municipal Vivaldo Mendes Ferraz telegrafaram a várias autoridades civis e militares e receberam resposta do general Manoel Mendes Pereira, comandante da 6ª Região Militar, que garantiu ação enérgica da força policial e forças federais, caso fossem necessárias, para acabar com o terrorismo na cidade. Os ditos atos terroristas foram o incêndio do automóvel de Ismênio Silveira, as três tentativas contra a sede de *O Sertanejo* e o danificar de dois veículos em frente à Câmara.¹⁶ Sobre o incêndio, tratava-se de um veículo (Rural) que foi destruído por dinamites e gasolina, ato realizado supostamente por pessoas vinculadas ao prefeito deposto (MENEZES, 2012).

O periódico oficioso denunciava: o “silêncio cobriu com o seu manto misterioso o atentado contra *O Sertanejo*”. E, mais uma vez, de forma irônica e debochada, apostava que haveria delações entre os conquistenses presos em Salvador: “[...] mas a delação dos companheiros de quadrilha irá acontecer”.¹⁷

Nos parlamentos superiores, os atos de resistência em Conquista foram denunciados. O deputado estadual Clério Correia¹⁸ denunciou os atentados ocorridos na cidade perante a Assembleia Legislativa do Estado e cobrou das autoridades responsáveis (o governador e o comandante da 6ª Região Militar) a apuração dos fatos. Segundo o deputado, Conquista vivia um período de intranquilidade e sobressalto pós-revolucionário, no qual os atentados terroristas se sucediam e as autoridades locais, mesmo bem-intencionadas, nada podiam fazer. Ele destacava o dinamitar de um órgão de imprensa e denunciava a destruição da camioneta de Ismênio Silveira

¹⁶ *O Sertanejo*, 18/6/1964.

¹⁷ *O Sertanejo*, 1/8/1964.

¹⁸ Clério Correia de Melo nasceu em 27 de setembro de 1913 e faleceu em 29 de maio de 1989. Natural de Vitória da Conquista e filho de Rufino Correia de Melo e Vitória dos Santos Silva, foi: pecuarista e prefeito de Macarani (1955-1959), deputado estadual pelo PR (1959-1963), suplente de deputado estadual pelo PR (1963-1967) – tendo assumido o cargo em diferentes momentos –, e deputado pela ARENA (1967-1971).

e incêndios, que supunha provocados “pelos comunistas remanescentes e perigosos”.

O deputado afirmava, ainda, que causava aborrecimento ao povo da cidade a soltura de alguém que fora preso por ser considerado comunista e adepto dos regimes cubano e moscovita.¹⁹ O parlamentar deveria estar a sonhar com o banimento perpétuo dos adversários – a gradativa libertação dos detidos em maio de 64 já começava a gerar incômodo naqueles que haviam usurpado o poder local, aproveitando de forma oportunista o instalar do regime de exceção.

O deputado Edvaldo Flores também pronunciou discurso na Câmara Federal, no dia 10 de setembro de 1964, denunciando dois atentados (tentativas de incêndios) à sede do jornal *O Sertanejo*.²⁰ Apresentar Vitória da Conquista como uma cidade insegura, marcada pela atuação de “perigosos subversivos”, dava legitimidade à repressão que se abateu sobre cidadãos da urbe sertaneja. É também provável que o alarde feito pelos parlamentares pode ter contribuído para a construção da imagem de Conquista como cidade resistente ao novo regime.

A Câmara Municipal elegeu em definitivo Orlando Leite para prefeito municipal de Vitória da Conquista. Em reunião tumultuada, três membros do PSD se retiraram e Orlando foi eleito por unanimidade com o voto dos oito vereadores presentes.²¹ Com tal decisão, a Câmara passou a ter nova composição da mesa diretora: presidente – Vivaldo Mendes Ferraz (UDN); vice-presidente – José Gil Moreira (PTB); primeiro-secretário – Altamirando Novais (PTB) e segundo-secretário – Floriano Alves Barreto (PSD).²² A composição mudou novamente quatro meses depois em razão da morte, por causas naturais, do presidente da Casa,²³ que ocorreu no dia 2 de outubro.²⁴

As decisões na Câmara foram traumáticas, com acusações de traição e negação de passado político ainda muito recente. O vereador Flávio

¹⁹ *O Sertanejo*, 1/8/1964.

²⁰ *O Sertanejo*, 12/9/1964.

²¹ *O Sertanejo*, 4/6/1964.

²² *O Sertanejo*, 30/5/1964.

²³ Vivaldo Mendes Ferraz foi membro fundador da UDN em Vitória da Conquista. Nessa época, tinha 56 anos e foi vereador por três legislaturas.

²⁴ *O Sertanejo*, 3/10/1964.

Correia Ferraz se defendeu da acusação de ter traído o ex-prefeito ao votar na confirmação de Orlando Leite. Segundo ele, mesmo sendo membro do Diretório do PSD de Vitória da Conquista, sempre censurou o apoio a elementos subversivos, anarquistas e aventureiros. O edil afirmava que José Pedral era de tendência ideológica cada vez mais acentuada para a esquerda radical. Nelson Gusmão Cunha e José Gil Moreira também apoiaram a eleição de Orlando Leite.²⁵ Nos moldes do alarde dos deputados nos parlamentos superiores, um discurso como o de Flávio Correia possivelmente contribuiu com a imagem de José Pedral progressista e de referência na resistência democrática na Bahia.

Altamirando Novais, em discurso proferido na Câmara, no dia 29 de julho, afirmou que não teve nenhuma satisfação na cassação de José Pedral, que já estava detido pelo Comando Militar – e até os quatro vereadores do PSD assinaram o projeto de resolução que o considerava impedido. Orlando Leite ocupava a presidência da Câmara, e, por força das circunstâncias, passou a ocupar a chefia do Executivo Municipal. Para ele, a decisão da Câmara não havia sido compreendida pelo vereador Anfilóbio Pedral, que, após ser libertado, denunciava da tribuna com veemência o que considerava covarde traição.²⁶

O *Sertanejo*, que contava com Pedro Lopes Ferraz como diretor e Aloísio Lacerda como chefe de Redação, atacava o vereador e ex-suplente Anfilóbio Pedral, que, após os problemas que teve por apoiar o governo municipal deposto, retornou criticando duramente a Câmara Municipal, o prefeito, o governador, as decisões das Forças Armadas e, em especial, o jornal. E, mais uma vez, de forma irônica e cruel, o semanário ameaçava o vereador com possível retorno do capitão Bendocchi “para torná-lo mais compreensivo”, ou seja, veladamente ameaçava o edil de novo aprisionamento. Por outro lado, o órgão de imprensa agradeceu aos vereadores Erasthostenes Menezes e Isaías Viana a sua defesa na Câmara frente às críticas de Anfilóbio.²⁷

Nova mesa da Câmara Municipal foi formada com a reabertura dos trabalhos no dia 7 de abril de 1965: Altamirando Aurino Novais e Silva,

²⁵ O *Sertanejo*, 11/7/1964.

²⁶ O *Sertanejo*, 22/8/1964.

²⁷ O *Sertanejo*, 1/8/1964.

presidente; Erasthostenes Menezes, vice-presidente; José Gil Moreira, primeiro-secretário; e Misael Marcílio, segundo-secretário.²⁸ Não tardou para que a maior preocupação em pauta na política conquistense passasse a ser a sucessão de Orlando Leite. Os novos controladores da municipalidade partiram em busca de um candidato para vencer o nome que poderia ser apresentado pela oposição, formada pelo PSD, PTB e MTR. Emergiram: o suplente de deputado federal, Edvaldo Flores, Altamirando Novais e Dilson Ribeiro (que era do PSD). Severo Sales externou o desejo do retorno de Nilton Gonçalves.²⁹

Altamirando Novais firmou pacto com o governador Lomanto Júnior aliando-se, mas com a advertência de que Lomanto não fosse para a UDN. Altamirando e Gil Moreira só se candidataram pelo PTB por existirem apenas duas vagas entre os dezesseis candidatos da UDN. Eleitos pelo PTB, os dois vereadores não participaram da reestruturação do partido. Gil arrependeu-se de ter sido eleito pelo PTB após a “pega trabalhista”, acusado de comunista em abril de 1964. Dante, Erasthostenes e Gésner ficaram com Orlando Leite. Até meado de 1965, o nome mais forte nas hostes da UDN era o de Fernando Spínola, irmão do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Orlando Spínola.³⁰

Em 27 de outubro de 1965, o presidente Humberto Alencar de Castelo Branco impôs o Ato Institucional n.º 2, que garantia ao governo o poder de abolir os partidos existentes e tornar indiretas as futuras eleições para presidente, governador e os respectivos vices. Como desdobramento provocado pelo AI-2, em novembro do mesmo ano, foi infligido o Ato Suplementar n.º 4, que determinava as regras para a organização de novos partidos. Entre as exigências, estava: o mínimo de 120 deputados e 20 senadores, com um parlamento que contava com 409 deputados e 66 senadores. Em tese, seria possível a criação de três agremiações, ainda mais com a adesão de 250 deputados e 40 senadores às hostes do governo. Prontamente estava imposto o bipartidarismo.

Naquele contexto, nasceu a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o partido oposicionista possível, o Movimento Democrático

²⁸ *O Sertanejo*, 10/4/1965.

²⁹ *O Jornal*, 17/4/1965.

³⁰ *O Jornal*, 2/10/1965.

Brasileiro (MDB) (SKIDMORE, 1996). Em Vitória da Conquista, a tendência foi muito semelhante à estadual e à nacional. Os velhos udenistas, somados aos que aderiram ao Regime, formaram a ARENA, e os que se opunham ao regime implantado em 1964 aninharam-se no MDB.

2.2 A CONQUISTA DA ARENA

Em 1966, o grande tema em pauta era as eleições municipais. Tão intenso quanto o confronto entre governistas e oposicionistas, era a disputa interna nos partidos para a escolha dos candidatos ao Executivo Municipal e à Câmara de Vereadores. Na ARENA conquistense, começaram a despontar candidatos. O primeiro nome foi do empresário do setor de Transportes, Renato Vaz Rebouças, cujo comitê de apoio buscava destacar como suas qualidades o caráter e a capacidade administrativa.³¹

Durante agradecimento ao título de cidadão conquistense na Câmara Municipal de Vitória da Conquista (outubro de 1966), o governador Lomanto Júnior elogiou o esquema político de Orlando Leite e recomendou ao eleitorado conquistense o nome de Renato Rebouças.³² A comissão diretora municipal da ARENA de Vitória da Conquista divulgou edital assinado por Gerson Sales, vice-presidente em exercício da agremiação governista, convocando reunião, que foi realizada em 25 de setembro de 1966, para a escolha dos candidatos a prefeito e a vereador no pleito de 15 de novembro. A composição da comissão diretora da ARENA³³ contava com os antigos udenistas e a adesão dos dois vereadores do extinto PTB.³⁴ A reunião da ARENA, por unanimidade, escolheu três candidatos a prefeito: Fernando Ferreira Spínola, Renato Vaz Rebouças e Jaymilton Gusmão Cunha.³⁵

³¹ *O Sertanejo*, 22/10/1965.

³² *O Sertanejo*, 12/11/1965.

³³ A comissão diretora da ARENA era formada por: Virgílio Mendes Ferraz, Gerson Gusmão Sales, Nilton Gonçalves, Paulo Godofredo Maciel Hortélio, Fernando Ferreira Spínola, Edvaldo de Oliveira Flores, Luiz de Carvalho e Silva, Aureomar Mendes de Andrade, Altamirando Aurino Novais e Silva, Nelson Gusmão Cunha, José Gil Moreira, Dante Menezes, Erasthostenes Menezes, Misael Marcílio dos Santos e Marcelino Mendes da Cunha.

³⁴ *O Sertanejo*, 10/9/1966.

³⁵ *O Sertanejo*, 8/10/1966.

O comitê pró-candidatura de Fernando Spínola apresentou em *O Sertanejo* o candidato de 53 anos que havia sido o médico responsável pelo posto do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) na cidade e do Departamento de Saúde na administração Orlando Leite e que seria experiente o bastante para ser prefeito municipal. O governador Lomanto Júnior, ao passar por Vitória da Conquista, recomendou aos conquistenses votar em um dos candidatos da ARENA, abrindo mais o leque e diferenciando o seu discurso do último que proferiu na cidade.

No dia 3 de setembro de 1966, foram eleitos na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia o governador Luís Viana Filho e o vice-governador Jutahy Magalhães. Eles contaram com o voto exclusivo de cinquenta deputados da ARENA, pois os deputados do MDB não compareceram. Em mais onze estados da Federação, a ARENA se fez vitoriosa, não ficando nenhuma unidade sob a direção do MDB.³⁶

O governador eleito Luís Viana Filho afirmou que só apoiaria quem fosse eleito pela ARENA e estivesse entrosado com Orlando Leite, o que reforçava Fernando Spínola e afastava Renato Rebouças.³⁷

No pleito de 1966, o MDB em Conquista se articulava em torno do deputado federal Régis Pacheco e de José Pedral Sampaio, que, mesmo com seus direitos políticos cassados, participou, de certo modo clandestinamente, da campanha de Gilberto Quadros³⁸ e de Fernando Dantas Alves, candidatos a prefeito pela legenda oposicionista.

Em âmbito estadual, o MDB de Conquista perdia espaços. A cúpula do partido cogitava a reorganização, proposição levantada pela bancada federal. Régis Pacheco, o primeiro presidente regional da legenda, deixou o posto, tendo sido substituído por Orlando Moscoso, ex-vice-governador do Estado. Os demais membros estariam dispostos a renunciar cargos na executiva para facilitar a renovação. Segundo o deputado Clodoaldo Campos, o MDB precisava dinamizar suas bases com aqueles que estavam mais próximos a elas.³⁹

³⁶ *O Sertanejo*, 10/9/1966.

³⁷ *O Sertanejo*, 12/11/1966.

³⁸ *Folha de Conquista*, 8 a 18/4/1993.

³⁹ *O Sertanejo*, 29/4/1967.

No ano de 1966, o Regime caminhava para o endurecimento. Em janeiro, o ministro da Guerra, o “linha dura” Costa e Silva, lançou sua candidatura à presidência, homologada em maio. Em 3 de outubro, foi eleito indiretamente. No dia 5 de fevereiro, por meio do Ato Institucional n.º 3, confirmou a eleição indireta para governadores.

Na eleição municipal de Vitória da Conquista, Gilberto Quadros foi o mais votado individualmente, com 3.523 votos, e Dantas obteve 1.230. Numa eleição renhida, foi eleito Fernando Spínola, que galgou 3.506 votos, os quais, somados aos 2.758 do outro arenista Renato Rebouças, superaram em 1.511 o número de votos dos opositores. Vale salientar o fato de que o terceiro candidato governista, Jaymilton Gusmão Cunha, retirou-se no início da campanha.

A promulgação de uma nova Constituição inaugurou o ano de 1967 (24 de janeiro). Esse corpo jurídico tentava dar ordenamento jurídico e político ao arcabouço autoritário que se formava desde a efetivação do Golpe Empresarial-Militar. Dando sequência ao processo de endurecimento, em 9 de fevereiro do mesmo ano, foi sancionada a nova Lei de Imprensa. No dia 25, foi a vez do Decreto-Lei n.º 200, que impôs uma reforma administrativa e regulamentava a criação de representações do Serviço Nacional de Informação (SNI) em todos os ministérios civis. No dia 11 março, no apagar das luzes do seu governo, Castelo Branco editou a nova Lei de Segurança Nacional, e, no dia 15, transferiu a faixa presidencial para Artur da Costa e Silva (SKIDMORE, 1988).

No início de abril de 1967, numa mistura de ex-colaboradores de governos udenistas, acrescida de novos auxiliares com a marca do nepotismo, Fernando Spínola apresentou a sua equipe⁴⁰ de trabalho.⁴¹

⁴⁰ Composição da equipe inicial do prefeito Fernando Spínola: chefe de Gabinete – Rafael Spínola Neto; procurador jurídico – Argemiro Germano da Silva; Departamento de Administração – Bruno Barcelar de Oliveira (que havia participado da segunda administração de Gerson Sales); Departamento de Agricultura e Abastecimento – Mário Mota; Departamento de Finanças – Fernando Spínola Filho; Departamento de Turismo – Antônio Nery Barbosa; Departamento de Educação – Parmênio Ferreira; Departamento de Saúde Pública – Ademário Silva Santos; Departamento de Engenharia e Urbanismo – Mário Seixas; Departamento de Energia Elétrica – Gilvan Bezerra; Departamento de Serviços Urbanos – Manoel Moreira Chaves; e chefe da Polícia Municipal – sargento José Antônio de Oliveira Sales. Os quatro últimos citados permaneceram ou já exerciam cargos na administração de Orlando Leite. A administração distrital de José Gonçalves ficou com Flávio Correia e a de Inhobim e Iguá com Clemente Rocha.

⁴¹ *O Sertanejo*, 1/4/1967.

Foi durante o mandato de Fernando Spínola que ocorreu em âmbito nacional o maior endurecimento do Regime. O presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional n.º 5 e decretou o recesso do Congresso Nacional. O *Sertanejo*, fiel defensor do autoritarismo da ordem existente, anunciou o AI-5 como necessário para preservar a revolução de 31 de março de 1964 e para continuar o processo de salvação do Brasil, alertando sobre os riscos de falta de coesão da ARENA. O periódico, que havia noticiado a publicação do ato no dia 13 de dezembro de 1968, publicou-o na íntegra no dia 25 de dezembro, como uma ameaça aos que ousavam fazer oposição à ordem estabelecida de então.⁴²

Por sua vez, ao complementar os demais atos institucionais na parte das punições, o presidente Costa e Silva baixou o Ato Institucional n.º 10, que proibia os que tiveram os seus direitos políticos suspensos de exercer qualquer função pública ou receber remuneração dos cofres públicos, sob qualquer forma.⁴³ Os pretensos jornalistas do semanário quiseram manter bem vivas as feridas dos atingidos pelo golpe com a perda dos seus direitos. As medidas de exceção mais rígidas eram as mais divulgadas e enfatizadas.

Já o prefeito Fernando Spínola defendeu taxativamente a necessidade das medidas enérgicas do AI-5 e enviou telegramas de apoio ao presidente da República e ao governador do Estado.⁴⁴ Fernando Spínola foi ameaçado de ter de renunciar à Prefeitura por causa da Lei das Inelegibilidades, que poderia impedir o seu irmão Orlando Spínola de buscar reeleição para a Assembleia Legislativa ou de candidatar-se a vice-governador na chapa do ex-prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães. A vice-candidatura era a grande pretensão da família Spínola e do seu grupo político. Porém, em razão da Lei Complementar n.º 5, aprovada pelo governo Médici, o sacrifício do controle da municipalidade não foi necessário, pois os cargos estavam em diferentes jurisdições territoriais (município e Estado), o que, segundo a modificação jurídica, não caracterizava impedimento.⁴⁵

⁴² O *Sertanejo*, 25/12/1968.

⁴³ O *Sertanejo*, 24/5/1969.

⁴⁴ O *Sertanejo*, 14/12/1968.

⁴⁵ O *Sertanejo*, 4/4/1970.

Na Câmara de Vereadores, o assunto mais enfatizado era a remuneração dos vereadores, pois essa era uma aspiração dos membros do Legislativo Municipal. Assim, foram designados Oriosvaldo Pontes e Gésner Chagas para verificar *in loco* os modelos de remuneração de Ilhéus e Itabuna. O prefeito Fernando Spínola apresentou-se favorável e solidário aos vereadores, desde que a Câmara não gastasse mais de 3% do orçamento para os serviços municipais.⁴⁶

A atitude do prefeito mais que simpática era estratégica, uma vez que era alvo de denúncias por parte do vereador Antônio José Nascimento (MDB), que criticava o chefe do Executivo pela inoperância e pelo uso indevido de máquinas da Prefeitura em serviços a particulares, especificando os que eram prestados para a Couropel, empresa de curtume e comércio de peles de um aliado político. Demonstrando uma postura mais ativa e otimista da oposição, Nascimento afirmou que o MDB dispunha de maior número de bons nomes para ocupar a Prefeitura Municipal e citava os seguintes: Fernando Alves, Aliomar Coelho, Gilberto Quadros, Antônio José Nascimento, José Machado Costa, Raimundo Quadros, Jadiel Matos⁴⁷. Já na ARENA o único candidato que ele considerava forte era o mesmo da memorável campanha do “tostão contra o milhão”, Nilton Gonçalves, que, nas eleições municipais de 1954, enfrentou com esse lema a candidatura de Edvaldo Flores.⁴⁸

A camisa de força do bipartidarismo obrigava a convivência sob a mesma sigla de interesses díspares e rivalidades das mais diversas. Se na oposição o contrapor-se ao Estado de exceção era a bandeira maior que, em tese, justificava a união na amplíssima frente que era o MDB, na ARENA, alguns, por identidade com o programa conservador e reacionário do Regime e outros tantos pelo oportunismo das conveniências de estar

⁴⁶ *O Sertanejo*, 26/10/1968.

⁴⁷ Nasceu em 26 de junho de 1932, em Nova Canaã, na Bahia. Faleceu em 13 de junho de 1998. Foi médico, fundador, sócio majoritário e presidente da Empresa Hospitalar SAMUR, onde clinicou durante 20 anos, e secretário municipal do Interior, em Vitória da Conquista, em 1998. Foi eleito a prefeito de Vitória da Conquista pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 1972-1976, deputado estadual (MDB), 1979-1983, vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), 1996-1999, em Vitória da Conquista. Na Assembleia Legislativa da Bahia, foi titular das comissões: Agricultura e Incentivo Rural (1979-1981), Saúde Pública e Saneamento (1982); suplente das comissões: Finanças e Orçamento (1979), Proteção ao Meio Ambiente (1981-1982); e vice-líder do PMDB (1980).

⁴⁸ *O Sertanejo*, 29/11/1969.

junto aos governantes de plantão, levavam ao aglutinar de indivíduos e grupos diversos. Em tal contexto político-partidário, as querelas internas eram constantes e, em alguns momentos, mais enfáticas que os confrontos com a legenda concorrente.

Em junho de 1969, foi convocada uma reunião da ARENA local pelo presidente do Diretório⁴⁹, Renato Vaz Rebouças, para definir o número dos membros do Diretório Municipal e dos delegados e suplentes para a convenção regional.⁵⁰ No dia 20 de julho de 1969, encerrou-se o prazo para o registro dos novos diretórios e delegados para a convenção. O prefeito Fernando Spínola havia afirmado que, obedecendo ao governador, o processo da ARENA local ficou a cargo de Orlando Leite e Renato Rebouças. Foram registrados os nomes de Nilton Gonçalves, Orlando Leite e Jesus Gomes dos Santos. Os demais nomes pertenciam à corrente lomantista, contrária ao governador Luís Viana e à revelia do prefeito, que interveio para a indicação de Artur Seixas. O advogado Emmanoel Machado Lopes temeu retaliações contra Vitória da Conquista por parte do governador, que tivera suas diretrizes desconsideradas.⁵¹

Os partidos elegeram diretórios no dia 10 de agosto de 1969.⁵² As composições apresentadas apontavam para uma crescente coesão no MDB⁵³, ao contrário das crescentes divergências na ARENA⁵⁴, com a presença de ex-membros do PSD e PTB que aderiram ao partido de apoio

⁴⁹ Formavam o Diretório naquele momento: Fernando Ferreira Spínola, Orlando Silva Leite, José Gil Moreira, Altamirando Novais, Nilton Gonçalves, Luiz de Carvalho e Silva, Erasthostenes Menezes, Misael Marcílio dos Santos, Edvaldo Flores, Gerson Gusmão Sales, Nelson Gusmão Cunha, Paulo Godofredo Maciel Hortêlio, Marcelino Mendes Cunha e Dante Menezes.

⁵⁰ *O Sertanejo*, 14/6/1969.

⁵¹ *O Sertanejo*, 26/7/1969.

⁵² Faz-se necessário, em alguns momentos ao longo do texto, apresentar os componentes das agremiações partidárias, para tornar possível o acompanhar da trajetória política, com suas coerências e contradições, dos sujeitos que atuaram em Vitória da Conquista no período estudado.

⁵³ O MDB local ficou composto por: Luís Régis Pacheco Pereira, Gelásio Alves dos Santos, Dilson Ribeiro de Oliveira, José Lacerda (suplente), Gilberto Quadros de Andrade (suplente), Olavo Ramos de Oliveira, Ney Ferreira e Silva, Antônio Sá Nascimento (delegado), Orlósvaldo Silva Pontes, Isaías Soares Oliveira, Florisvaldo de Oliveira Leite, Waldemar Correia de Melo, Alziro Dias de Oliveira, Raul Carlos Andrade Ferraz (delegado), Aníbal Lopes Viana, Nestor Pereira da Silva, Cleomar Silva, Raimundo Quadros de Andrade, Aliomar Coelho dos Santos e Antônio Oliveira Peixoto.

⁵⁴ A ARENA em Conquista ficou composta por: Renato Vaz Rebouças, Gerson Gusmão Sales, Fernando Ferreira Spínola, Orlando da Silva Leite, Nilton Gonçalves, Altamirando Aurino Novais e Silva, Gésner de Oliveira Chagas, Jesiel Norberto da Silva, Misael Marcílio dos Santos, Erasthostenes Menezes, Paulo Godofredo Maciel Hortêlio, Marcelino Mendes Cunha, Jesus Gomes dos Santos, Argemiro Germano da Silva e Dante Menezes.

ao Regime implantado em 64.⁵⁵ As divergências na convenção municipal (10 de agosto) levaram Fernando Spínola, Gerson Sales e Artur Seixas a pedir cancelamento das suas inscrições partidárias. O oficioso *O Sertanejo* lamentava o fato de que a ARENA não se posicionava com firmeza em defesa da Revolução e do programa do governador Luís Viana Filho.⁵⁶ A preocupação externada no semanário deve ter se ampliado com as incertezas em âmbito nacional. Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral em 29 de agosto de 1969 e uma Junta Militar assumiu o poder impedindo a posse do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo. Quando foi caracterizada a total incapacidade de Costa e Silva de retornar ao exercício do poder, foi encaminhado o processo sucessório em 30 de outubro de 1969 (FERREIRA; DELGADO, 2003).

Orlando Spínola (ARENA), líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado, em entrevista à Rádio Clube, elogiou o governo de Luís Viana Filho e suas realizações.⁵⁷ Na mesma emissora, o deputado Juarez Hortélio (ARENA), da corrente lomantista, retrucou o elogio, declarando que Luís Viana apenas havia inaugurado obras do seu antecessor (Lomanto Júnior), e aproveitou a oportunidade para provocar o prefeito Fernando Spínola, requisitando que tampasse a buraqueira da cidade, a qual lhe parecia abandonada e desolada. Suscitou, ainda, como possíveis nomes arenistas para prefeito: Orlando Leite, Nilton Gonçalves, Jesiel Norberto e Altamirando Novais.⁵⁸ Revelando-se vianista⁵⁹ (ou simplesmente tentando agradar o governante de plantão), *O Sertanejo*, em resposta às declarações de Hortélio, criticou a inoperância do deputado estadual, que, segundo o órgão local de imprensa, ficava por mais de um mês longe de Salvador para tratar de questões particulares.⁶⁰

A candidatura arenista à sucessão de Fernando Spínola tenderia a ser determinada pela escolha do futuro governador do Estado, um candidato da ARENA tutelado pelo governo federal. Se porventura o ungido fosse o

⁵⁵ *O Sertanejo*, 15/8/1969.

⁵⁶ *O Sertanejo*, 15/8/1969.

⁵⁷ *O Jornal de Conquista*, 28/2/1970.

⁵⁸ *O Jornal de Conquista*, 28/2/1970.

⁵⁹ Seguidores e/ou aliados de Luís Viana Filho.

⁶⁰ *O Jornal de Conquista*, 13/6/1970.

ex-governador Lomanto Júnior, o candidato em Conquista seria Orlando Leite, mas caso o nome apontado fosse o de Antônio Carlos Magalhães, seria grande a possibilidade da escolha de Jesiel Norberto, presidente da Câmara Municipal de então.⁶¹

Antônio Carlos Magalhães ingressou na política como deputado estadual pela UDN, em 1954. Pela mesma legenda, foi eleito para deputado federal, em 1958 e 1962. Como um príncipe transformista, leitor cuidadoso de *scripts* políticos nacionais e da Bahia, o conhecido ACM soube tirar proveito das mudanças conjunturais e das aproximações oportunistas e convenientes, a ponto de ter sido amigo de Juscelino Kubitschek e de ter se aproximado de Juracy Magalhães e Antônio Balbino, e soube como poucos se aproximar dos dirigentes que se afirmaram após 1964. Ingressou na ARENA, foi reeleito para deputado federal em 1966, mas logo assumiu a Prefeitura Municipal de Salvador, nomeado em 10 de fevereiro de 1967 pelo então governador Luís Viana Filho. Renunciou à municipalidade soteropolitana, em 6 de abril de 1970, para depois ser indicado para governador pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (DANTAS NETO, 2006).

Foi desse modo que, apoiado pelo governador Luís Viana Filho e pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, o nome de Antônio Carlos Magalhães foi indicado para o cargo de governo do estado. Concomitante a isso, já se tornavam evidentes as fissuras entre Castelo Branco e Costa e Silva, e o prestígio de Luís Viana Filho na 6ª Região Militar e no IV Exército decaía sensivelmente (DIAS, 2016).

No MDB, mesmo que, externamente, o discurso de unidade e força fosse enfatizado, também ocorriam disputas, ora veladas, ora explícitas, e como todo período que antecede aos pleitos, brotavam, no campo da oposição, vários candidatos a candidatos. O vereador José Lacerda, em rádio local, afirmou que o MDB de Vitória da Conquista estava unido para ter candidato vitorioso nas eleições de 1970. A quantidade de pretendentes à candidatura não confirmava muito essa tese.

⁶¹ O *Jornal de Conquista*, 28/3/1970.

Segundo sondagens de *O Jornal de Conquista*, o mais cotado para candidato do partido era Fernando Dantas Alves.⁶² O líder oposicionista na Câmara, Antônio José Nascimento, também acalentava o desejo de ser candidato.⁶³ E, assim, seguia o pulular de pretensões. Segundo o membro do Diretório, Waldemar Correia, nem Fernando Alves nem Gilberto Quadros (candidato derrotado em 1966) seriam candidatos. O vereador Oriosvaldo Pontes afirmava que o partido escolheria entre Aliomar Coelho, Fernando Dantas Alves e Antônio José. Os nomes de Dilson Ribeiro, Ubirajara Fernandes e José Machado também foram comentados.⁶⁴ Todavia, a cúpula do Diretório indicou o médico Jadiel Matos para candidato a prefeito, mas cresceu o número de assinaturas em um manifesto com a indicação de Dantas Alves, que não contava com o apoio da maioria do Diretório para ser o candidato único, como idealizava a maioria dos filiados. O vereador José Lacerda propôs a desistência de ambos para buscar uma candidatura única do partido. Surgiram nomes como Onildo de Carvalho e Dilson Ribeiro de Oliveira (secretário do MDB local), mas a candidatura de Jadiel permanecia irreversível, podendo Fernando sair pela sublegenda na convenção marcada para 15 de setembro, o que também poderia ocorrer com Raul Ferraz,⁶⁵ membro do Diretório. *O Jornal de Conquista* opinava que Nilton Gonçalves venceria Jadiel, mas que Fernando, mesmo na sublegenda, seria vitorioso.⁶⁶

Na convenção, deu-se a escolha de Jadiel Matos como candidato a prefeito, sem Fernando Dantas Alves na sublegenda. Também foram escolhidos os candidatos⁶⁷ às cadeiras do parlamento local.⁶⁸ *O Jornal de Conquista* – revelando sua identidade política – apontava como certa a

⁶² *O Jornal de Conquista*, 28/3/1970.

⁶³ *O Jornal de Conquista*, 4/4/1970.

⁶⁴ *O Jornal de Conquista*, 9/5/1970.

⁶⁵ Nasceu em 13 de outubro de 1935, em Vitória da Conquista, na Bahia. Foi advogado e vereador de Vitória da Conquista pelo PSD (1963 a 1967). Foi prefeito de Vitória da Conquista pelo MDB (1977 a 1983). Foi deputado federal (1983-1987) pelo PMDB, na Bahia, e deputado federal – Constituinte (1987-1991) pelo MDB. Suas filiações partidárias foram: PSD (1962-1965), MDB (1966-1979) e PMDB (1980). Suas atividades partidárias foram: coordenador da bancada do PMDB da Bahia na Câmara dos Deputados (1984-1985) e vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados (1985-1986).

⁶⁶ *O Jornal de Conquista*, 5/9/1970.

⁶⁷ Ney Ferreira e Silva, Olavo Ramos de Oliveira, Oriosvaldo Pontes (já vereadores), Aníbal Lopes Viana, Antenor Rodrigues Lima, Bernardino Cruz Lima, Gilberto Quadros de Andrade, Hélio Gusmão, Juracy de Oliveira Gralha, Idimar Coelho, Jerônimo Ribeiro Amaral, Waldemar Correia de Melo, Wellington Philadelfo do Prado, Wilson Grizzi e Walfredo Santos Silva.

⁶⁸ *O Sertanejo*, 10/9/1970.

vitória do MDB nas eleições de 15 de novembro de 1970. Destacava os aplausos nos comícios no interior do município. Entretanto, constatava que Nilton Gonçalves seria o melhor candidato da situação, embora devesse ser, segundo a publicação, a personificação do continuísmo.⁶⁹

Quase um mês depois, o entusiasmo era maior, pois o periódico apresentava sondagens – métodos não divulgados – que apontavam para a vitória do MDB, com as candidaturas de Jadiel Matos para a Prefeitura e Josaphat Marinho para o Senado (suplência: Aloísio de Castro). O partido teve ainda seis candidatos a deputado federal, e, para a Assembleia Legislativa, eram 22 candidatos, entre eles Antônio José Sá Nascimento, com domicílio eleitoral em Conquista.⁷⁰

A disputa eleitoral foi acirrada e parecia promissora para a oposição. Em 29 de outubro, enquanto o governador eleito, Antônio Carlos Magalhães, participava de um comício da ARENA na Praça Barão do Rio Branco, havia maior prestígio de público em um comício do MDB na Praça do Carvão (bairro Brasil, zona oeste da cidade). Gelásio Alves dos Santos, anunciado como grande industrial e pecuarista da região e vice-presidente local do MDB, proclamava: “Não há força humana que impeça a vitória emedebista em Vitória da Conquista”.⁷¹

Jadiel era divulgado como mais que um candidato de um partido: como o candidato do povo, um homem competente, capaz de mudar os processos da Prefeitura Municipal, onde o poder vinha sendo exercido como se fosse propriedade privada.⁷² O senador Josaphat Marinho participou, no dia 5 de novembro, de um comício na Feirinha (bairro Brasil, zona oeste da cidade) em favor de Jadiel Matos.⁷³

Já que a indicação de Antônio Carlos Magalhães para candidato arenista ao governo da Bahia significava apenas o cumprir do rito formal na Assembleia Legislativa para ser considerado eleito, a ARENA de Vitória da Conquista passou a se movimentar na busca de nomes para suceder Fernando Spínola na Prefeitura. Se Lomanto Júnior fosse o

⁶⁹ *O Jornal de Conquista*, 3/10/1970.

⁷⁰ *O Sertanejo*, 22/8/1970.

⁷¹ *O Jornal de Conquista*, 31/10/1970.

⁷² *O Jornal de Conquista*, 7/11/1970.

⁷³ *O Jornal de Conquista*, 7/11/1970.

indicado na sucessão de Luís Viana Filho no Estado, a tendência na cidade seria a candidatura de Orlando Leite. Como tal possibilidade não se confirmou, Nilton Gonçalves, amigo do futuro governador e reconhecidamente forte candidato, tomava a dianteira, superando Jesiel Norberto, que tinha menor expressão política, mas surgiram reações.⁷⁴

Em entrevista à Rádio Clube, Antônio Carlos Magalhães afirmou que a questão do nome do candidato arenista à Prefeitura dizia respeito à ARENA de Conquista. Vários nomes continuavam a ser suscitados, como Enésio Gonçalves, Altamirando Novais e Jesiel Norberto da Silva, mas *O Jornal de Conquista* continuava a insistir em que o nome ideal para a ARENA seria o de Nilton Gonçalves.⁷⁵ Enésio Gonçalves aparecia como candidato de conciliação na ARENA.⁷⁶ Parecia uma tradição local em toda eleição, em que é próprio confrontar, as facções políticas conquistenses voltarem a conjugar o verbo conciliar, mas dos quinze membros do Diretório, cerca de dez tendiam a apoiar o nome de Nilton.⁷⁷

O presidente local da ARENA, Renato Rebouças, em cumprimento da Resolução 8.743, de 1970, do Superior Tribunal Eleitoral, convocou os membros do Diretório, vereadores, senadores e deputados (estaduais e federais) com domicílio eleitoral em Vitória da Conquista e os delegados de cada grupo de cinquenta filiados para a convenção, realizada no dia 12 de setembro de 1970, para a escolha dos candidatos a prefeito e vereador nas eleições de 15 de novembro.⁷⁸

Segundo *O Jornal de Conquista*, a tendência continuava a ser de a ARENA concorrer unida com o candidato Nilton Gonçalves, seguindo assim a recomendação do futuro governador eleito, que não queria o surgimento de outro candidato na legenda. Ney Ferreira (MDB) afirmou, no dia 3 de setembro, em entrevista à Rádio Clube, que, pela campanha do “tostão contra o milhão” que Nilton realizou em 1954, se ele fosse coerente com o seu passado anti-UDN, deveria estar no MDB e não na ARENA.⁷⁹

⁷⁴ *O Jornal de Conquista*, 2/5/1970.

⁷⁵ *O Jornal de Conquista*, 2/5/1970.

⁷⁶ *O Jornal de Conquista*, 9/5/1970.

⁷⁷ *O Jornal de Conquista*, 9/5/1970.

⁷⁸ *O Sertanejo*, 29/8/1970.

⁷⁹ *O Jornal de Conquista*, 5/9/1970.

Na convenção da ARENA, em 12 de setembro, obedecendo a ACM, o partido escolheu Nilton Gonçalves e os candidatos⁸⁰ para a Câmara Municipal.⁸¹

Na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o rito formal de aceite ao governador infligido foi cumprido. Com a presença de 53 deputados, 47 votos a favor e nenhum contra (os deputados do MDB se recusaram a votar), Antônio Carlos Magalhães foi ungido governador do Estado.⁸²

Nilton Gonçalves afirmava que a sua campanha estava “de vento em popa” e que venceria as eleições municipais com o apoio do governo estadual e do federal.

Efetuiu-se o sorteio dos candidatos: Jádriel Matos (MDB) em primeiro lugar na cédula e Nilton Gonçalves (ARENA) em segundo lugar na cédula eleitoral.⁸³

Após entendimentos com o deputado Orlando Spínola e com Nilton Gonçalves, Antônio Carlos Magalhães combinou sua vinda a Vitória da Conquista para 29 de outubro de 1970, a fim de realizar contatos políticos e comício em apoio aos candidatos da ARENA. Em texto de Flávio Santos, em defesa do candidato da ARENA, era anunciado: “Nilton Gonçalves – candidato da Revolução”.⁸⁴ Mas as pelepas internas não haviam cessado. Orlando Leite (lomantista) e Fernando Spínola (vianista) brigavam, e Fernando afirmava que votaria num vira-lata do MDB, mas não votaria em candidato lomantista e de Orlando. Em final de campanha e na expectativa do novo governo estadual, a ARENA local se enquadrou em aparente unidade, ao menos momentaneamente.⁸⁵

O resultado do pleito de 1970 foi apertado. Em meio a denúncias de fraudes e irregularidades, o candidato governista Nilton Gonçalves obteve 7.449 votos e o mdbista Jádriel Matos 7.089 votos. A diferença em favor da

⁸⁰ Os candidatos selecionados foram: Altamirando Aurino Novais e Silva, Claudionor Gusmão Cunha, Erasthostenes Menezes, Gésner de Oliveira Chagas, Jesiel Norberto da Silva, Misael Marcílio dos Santos, Petrônio Coelho Sales, Waldemar Sá Porto (todos já vereadores), Alfredo Brito, Argemiro Germano da Silva, Gilvan Fernandes Bezerra, Hélio Silveira Dias, Jaymilton Gusmão Cunha, Antônio Nery Barbosa, Pedro da Silva Duque e Sebastião Teixeira Costa.

⁸¹ *O Sertanejo*, 10/9/1970.

⁸² *O Sertanejo*, 10/10/1970.

⁸³ *O Sertanejo*, 10/10/1970.

⁸⁴ *O Sertanejo*, 17/10/1970.

⁸⁵ *O Jornal de Conquista*, 7/11/1970.

ARENA foi de apenas 360 votos. Foram registrados ainda 226 votos nulos e 226 votos em branco.⁸⁶ Houve denúncias de fraudes e manipulações. Os opositoristas vociferavam que Jadiel não havia perdido por pouco, mas sim havia vencido. Segundo Raul Ferraz,⁸⁷

em 1970, a ARENA venceu com Nilton Gonçalves, homem, profissional e político que eu muito admirava, que talvez estivesse mais próximo das nossas ideias do que das da ARENA, e, por isso mesmo, ele foi lançado. Estava do outro lado por circunstâncias que desconheço. Mas, no dia seguinte ao resultado, eu já estava com Jadiel, que havia perdido por pouco mais que 300 votos, fazendo campanha no distrito de José Gonçalves. A eleição de 70 foi ganha por ACM, que fez a maior presepada num comício, dizendo que Nilton teria a chave do Palácio do Governo para entrar até de madrugada, que teria todo o apoio e que faria com isso um grande governo. Mesmo assim, a nossa votação foi muito expressiva.

A ARENA elegeu sete vereadores⁸⁸ e o MDB conquistou seis cadeiras na Câmara.⁸⁹ Não se reelegeram: Claudionor Gusmão Cunha (ARENA), Petrônio Sales (ARENA) e Oriosvaldo Pontes (MDB). Antônio José, candidato B a uma vaga na Assembleia Legislativa, e José Lacerda, por motivos particulares, não pleitearam reeleição.⁹⁰ No âmbito da Câmara Municipal, a ARENA conservou a maioria, porém com uma margem menor, numa demonstração do crescimento eleitoral da oposição.

Em 1971, Jadiel Matos foi vítima de perseguição, por ter sido candidato da oposição na disputa do ano anterior. O médico ortopedista foi expulso do Hospital São Vicente – Santa Casa de Misericórdia – por decisão do provedor Washington Duque Rangel e do diretor Geraldo Spínola, filho do ex-prefeito Fernando Spínola.⁹¹ O episódio suscitou solidariedade a Jadiel por parte de diferentes setores da sociedade, de certo modo aumentando o

⁸⁶ *O Sertanejo*, 21/11/1970.

⁸⁷ FERRAZ, Raul Carlos Andrade. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

⁸⁸ Jesiel Norberto da Silva, Misael Marcílio dos Santos, Altamirando Aurino Novais e Silva, Erasthostenes Menezes, Gésner Chagas, Waldemar Sá Porto (todos reeleitos) e Antônio Nery Barbosa.

⁸⁹ Hélio Gusmão, Gilberto Quadros, Ney Ferreira (reeleito), Olavo Ramos (reeleito), Antenor Rodrigues e Aníbal Lopes Viana.

⁹⁰ *O Sertanejo*, 21/11/1970.

⁹¹ *O Jornal de Conquista*, 23/1/1971.

seu capital político e reforçando a sua imagem de líder oposicionista e de resistência ao Regime e aos seus representantes na cidade.

Logo após tomar posse, Nilton Gonçalves apresentou a sua equipe⁹² administrativa.⁹³ A composição significava muito mais o partilhar da municipalidade com os correligionários e apoiadores da campanha e bem menos uma divisão de funções a obedecer a critérios técnicos.

No dia 14 de março de 1971, na sede da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, com 68 votos a favor e 3 nulos, o novo prefeito de Vitória da Conquista foi eleito a presidente da União dos Prefeitos da Bahia.⁹⁴ O censo de 1970 classificava Conquista como a terceira em população no Estado com 127.538 habitantes, superada apenas por Salvador (1.027.142) e Feira de Santana (190.076).⁹⁵ A cidade ganhava projeção e importância no âmbito estadual, ultrapassando em habitantes e eleitores centros outrora com maior referência, como Itabuna e Ilhéus.

As rivalidades na ARENA continuaram após o ciclo eleitoral. Passou a existir uma disputa pela presidência da Câmara do município. Altamirando Novais declarou no Diretório que não abriria mão do comando do parlamento local, mas Waldemar Porto se manteve como pleiteante à mesma função, sendo necessária a intervenção direta do prefeito para cessar a pendenga, com o recuo de Porto.⁹⁶ Para a composição de mesa seguinte, surgiram novos choques dentro do partido governista. No dia 1º de abril de 1972, Antônio Nery Barbosa, líder da bancada na Câmara, anunciou a pretensão de concorrer à presidência da casa. Tal notícia desagradou à cúpula do partido – de maioria lomantista –, exceto Fernando Spínola, anti-lomantista, que tinha em Nery um liderado. Dois dias depois, os arenistas Antônio Nery Barbosa e Waldemar Porto firmaram um acordo com os vereadores do MDB, Aníbal Lopes Viana, Gilberto

⁹² Gabinete do prefeito – Cid Ferraz; Procuradoria Jurídica – Evandro Gomes Brito; Departamento de Administração – Aníbal Gonçalves; Departamento de Finanças – Artur Saldanha; Departamento de Educação – Durval Menezes; Departamento de Serviços Urbanos – Flávio Andrade; Departamento de Turismo – Maria Auxiliadora Cerqueira Ladeia Costa; Departamento de Engenharia e Urbanismo – Manoel Inocêncio; Departamento de Agricultura e Abastecimento – Mário Mota; Departamento de Energia – Gilvan Fernandes Bezerra; Comando da Guarda Municipal – sargento José Antônio de Oliveira Sales. O Departamento de Saúde ficou ainda por ser definido.

⁹³ *O Sertanejo*, 30/1/1971.

⁹⁴ *O Sertanejo*, 20/3/1971.

⁹⁵ *O Sertanejo*, 28/8/1971.

⁹⁶ *O Jornal de Conquista*, 30/1/1971.

Quadros de Andrade, Ney Ferreira e Silva, Antenor Lima e Hélio Silva Gusmão, para apoiar Antônio Nery à presidência da mesa diretora. Esse fato, mais uma vez, provocou reação na ARENA, com exceção do grupo *fernandista*, ao qual Barbosa estava vinculado.⁹⁷

A eleição da mesa diretora da Câmara Municipal se deu com quatro vereadores do partido situacionista: Jesiel Norberto, Erasthostenes Menezes, Gésner Chagas e Altamirando Novais. O MDB ficou com a vice-presidência e com a segunda-secretaria. Segundo Gésner Chagas, a eleição ocorreu fora de prazo e sem aviso aos vereadores. A crise agravou-se quando o recém-eleito presidente da Casa determinou o fechamento do prédio da Câmara em dia de sessão ordinária. O porteiro barrou os edis. Segundo os vereadores presentes à reunião na qual se procedeu à eleição da mesa, a assembleia foi divulgada em emissora de rádio local e realizada em dia útil. Estiveram presentes pelo MDB: Gilberto Quadros de Andrade, Aníbal Lopes Viana, Antenor Lima, Hélio Gusmão e Ney Ferreira e Silva. O vereador Olavo Ramos, que havia sido eleito pela oposição, estava a aderir à situação. Pela ARENA, participaram: Antônio Nery Barbosa, Waldemar Porto e Lanteny Nunes Braga.

Os que participaram da reunião afirmaram que os vereadores Jesiel Norberto, Erasthostenes Menezes, Altamirando Novais e Gésner Chagas não compareceram e que Erasthostenes chegou a enviar uma carta na qual pediu o adiamento da reunião para o dia 4 de abril. Ainda segundo os presentes, os ausentes não foram alienados nem eliminados. O MDB, mesmo sendo maioria na eleição (cinco a três), manteve o seu compromisso, elegendo o arenista Antônio Nery para presidente e Waldemar Porto para a primeira-secretaria e ficando com a vice-presidência e a segunda-secretaria. O presidente eleito marcou sessão para o dia 7 de abril. Como não houve sessão no dia 4, o salão do Fórum João Mangabeira, onde funcionava o parlamento municipal, foi fechado. Fernando Spínola ficou eufórico com a eleição do seu amigo e liderado Antônio Nery para a presidência. Gésner Chagas, por sua vez, acusava aqueles a quem chamava de “donos da ARENA” de entregar o poder ao MDB.⁹⁸ Permaneciam as práticas da velha política tradicional e suas disputas paroquiais.

⁹⁷ *O Jornal de Conquista*, 8/4/1972.

⁹⁸ *O Jornal de Conquista*, 15/4/1972.

O ano de 1972 daria fim ao curto mandato de Nilton Gonçalves e abriria novamente a corrida rumo ao paço municipal. O Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, assinado pelo então presidente Costa e Silva, regulamentou a coincidência para as eleições municipais, determinando a extinção dos mandatos dos eleitos a 31 de janeiro de 1973, com novas eleições em 15 de novembro de 1972.⁹⁹ Se em mandatos normais as disputas eleitorais já eram antecipadas dentro e fora dos partidos em mais de um ano, em um mandato praticamente tampão toda a gestão foi inevitavelmente marcada pelo fitar no pleito seguinte. Todavia, a “novela” foi mais intrincada.

O estilo de Nilton Gonçalves estruturar a sua equipe de trabalho acabou por contribuir, ainda mais, com as rivalidades internas no seu partido. Os lomantistas¹⁰⁰ lamentavam a não nomeação pelo prefeito de nenhum orlandista¹⁰¹ na administração municipal. Gésner Chagas (orlandista e lomantista) desejava o Departamento de Serviços Urbanos, mas ficou frustrado. Altamirando Novais, em terceiro mandato de vereador, foi preterido para líder do prefeito na Câmara, função entregue ao novato Antônio Nery. A liderança da bancada arenista foi entregue a Erasthostenes Menezes. Nery e Menezes eram fernandistas. Fernando Spínola, contrário ao lomantismo e ao orlandismo e afinado com o governador Antônio Carlos Magalhães, juntamente com o ex-governador Luís Viana Filho, naquela conjuntura, desejava o aniquilamento político do ex-governador Lomanto Júnior. Existia uma explícita determinação em afastar os lomantistas dos postos relevantes da municipalidade.¹⁰²

O ex-prefeito Fernando Spínola foi um dos primeiros a ser apontado na ARENA como possível candidato à sucessão de Nilton Gonçalves, o qual estava mais próximo dos fernandistas¹⁰³ que dos orlandistas. Orlando Leite, fiel lomantista, não escondeu o desejo de candidatar-se à Prefeitura Municipal. Estava posta a divisão na ARENA local: Altamirando Novais, Gésner Chagas e a “metade” do oscilante Erasthostenes Menezes eram

⁹⁹ *O Sertanejo*, 23/8/1969.

¹⁰⁰ Seguidores e/ou aliados do ex-governador da Bahia, Lomanto Júnior.

¹⁰¹ Seguidor e/ou aliado de Orlando Leite.

¹⁰² *O Jornal de Conquista*, 17/4/1971.

¹⁰³ Seguidores e/ou aliados do ex-prefeito Fernando Spínola.

orlandistas; Waldemar Porto, Misael Marcílio, Antônio Nery e a outra “metade” de Erasthostenes eram fernandistas. O MDB permaneceu coeso, ao menos aparentemente.¹⁰⁴

O candidato a prefeito pela ARENA, apoiado pelo governador Antônio Carlos Magalhães, para o pleito previsto para 1972 foi Fernando Spínola, considerado o mais prestigioso líder local do partido. Renato Rebouças, Altamirando Novais e Orlando Leite eram lembrados como balões de ensaio. Fernando Spínola, não aceitando a candidatura, falava em Jesiel Norberto como seu candidato – uma tática para que, caso o clima esquentasse na ARENA, Fernando se apresentasse como o conciliador. Os spínolas, bem articulados em âmbito estadual, controlavam os postos-chave do governo da Bahia na cidade, da educação, com o Instituto de Educação Euclides Dantas (Escola Normal) à Delegacia de Polícia. Além dos já citados, até o sargento, mero comandante do Tiro de Guerra, José Antônio de Oliveira Sales, mais conhecido como sargento Sales, também se assanhava como candidato. Deveria, na condição de comandante militar de plantão, considerar-se um digno representante do Regime e, portanto, um legítimo candidato ao controle do Executivo Municipal.¹⁰⁵

Na convenção da ARENA, sentiu-se a ausência de Antônio Nery (líder do prefeito na Câmara), Claudionor Gusmão Cunha, Manoel Moreira Chaves e Nelson Gusmão. Antônio Nery renunciou à última suplência do Diretório e também à liderança no dia 19 de janeiro. Predominou no Diretório da ARENA o grupo do ex-governador Lomanto Júnior: Orlando Leite, Nilton Gonçalves (foi Orlando quem fez Nilton prefeito), Gésner Chagas, Renato Rebouças, Altamirando Novais, Jesus Gomes dos Santos, Aníbal Gonçalves e Durval Lemos Menezes, todos liderados por Orlando Leite.

A convenção da ARENA contou com a participação de 137 dos 455 filiados. A Executiva¹⁰⁶ Municipal foi eleita pelo Diretório no dia 18

¹⁰⁴ *O Jornal de Conquista*, 10/7/1971.

¹⁰⁵ *O Jornal de Conquista*, 4/12/1971.

¹⁰⁶ Composta por: presidente – Renato Vaz Rebouças (reeleito); vice-presidente – Fernando Spínola; secretário – Jesiel Norberto da Silva; tesoureiro – Gésner de Oliveira Chagas; suplência – Altamirando Novais, Waldemar Porto, Antônio Nery Barbosa e Misael Marcílio dos Santos. Delegados junto à Justiça Eleitoral: Orlando Silva Leite, Jaymilton Gusmão Cunha e Mário Seixas Pereira.

de janeiro de 1972.¹⁰⁷ Após a convenção, começou a ser articulada uma facção independente, que era a materialização do descontentamento externado pelo advogado Jaymilton Gusmão Cunha, o qual se queixava de apoiar candidatos da cúpula e depois não receber o prestígio político que considerava merecer. Alardeavam que o movimento não era contra a ARENA (seu partido), mas de oposição a Fernando Spínola e a quem ele representar. Estariam os independentes dispostos a ir contra o governador Antônio Carlos Magalhães? Pouco provável.

Orlando Leite afirmava que não marcharia com Fernando Spínola, nem seria candidato a prefeito. Fernando passava a afirmar que seu candidato à sucessão de Nilton Gonçalves seria Osvaldo Ladeia. O jogo continuava – seria extremamente intrincado e com direito a muitas marchas e contramarchas, bem como com cena dos “caciques” arenistas locais. Quem seria vitorioso?

Os independentes afirmavam que o movimento era para valer e que, provavelmente, teriam candidato próprio.¹⁰⁸ Para a maioria da cúpula arenista, o movimento dos independentes, que tinha como um dos líderes Altamirando Gusmão Cunha (Iran Gusmão), não era consistente, pois havia sido formado apenas para não apoiar qualquer candidatura ligada a Fernando Spínola.¹⁰⁹ O grupo “Independente” ficou de fato arrefecido após a passagem por Vitória da Conquista do “velho cacique” Gerson Sales, que não lhe deu o apoio esperado. Mesmo assim o suplente de vereador Claudionor Gusmão Cunha garantia que, caso os independentes recuassem – no que não acreditava –, não apoiaria qualquer candidato ligado a Fernando Spínola.¹¹⁰

Em reunião realizada no dia 13 de julho de 1972, os arenistas fixaram para o dia 20 a convenção de escolha dos candidatos. A reunião foi bem representativa no tocante à presença de lideranças da legenda em Conquista. Estiveram presentes: Renato Rebouças (presidente do Diretório local) e Edvaldo Flores (deputado federal). Compareceu também o vereador eleito pelo MDB, Olavo Ramos, que desertou do partido oposicionista, afirmando que estava “cansado de perder”.¹¹¹

¹⁰⁷ *O Jornal de Conquista*, 22/1/1972.

¹⁰⁸ *O Jornal de Conquista*, 11/3/1972.

¹⁰⁹ *O Jornal de Conquista*, 25/3/1972.

¹¹⁰ *O Jornal de Conquista*, 6/5/1972.

¹¹¹ *O Jornal de Conquista*, 16/9/1972.

Foram apresentados como possíveis nomes para a sucessão de Nilton Gonçalves: Orlando Leite, Jaymilton Gusmão e Jesiel Norberto, esse último apresentou carta por meio da qual desistia da candidatura. Para substituí-lo, Fernando Spínola apresentou o nome de Mário Seixas, que, de imediato, recusou. O vereador Antônio Nery indicou Osvaldo Ladeia, que também não aceitou. Orlando Leite aceitou o nome de Fernando Spínola, mas com restrições, e Jaymilton Gusmão afirmou que marcharia com qualquer candidato do partido, sem restrições, mudando o discurso restritivo que os Independentes estiveram a proferir.

Em caso de candidato único, a ARENA tenderia a sair com Fernando Spínola, mas o clima da reunião das lideranças já apontava para múltiplas candidaturas, refletindo divergências internas. A ARENA estava irremediavelmente cindida. Tentou-se acertar a desistência de Fernando Spínola para a legenda seguir com três candidatos: Orlando Leite (lomantista), Osvaldo Ladeia (spinolista) e Jaymilton Gusmão (independente). Mas, segundo Fernando Dantas, o ex-prefeito Spínola era o mais popular arenista, da facção com maior espaço de poder – por isso, estava sendo preterido pelas facções rivais. No entanto, era o nome do governador Antônio Carlos Magalhães o do candidato único à Prefeitura de Vitória da Conquista.¹¹²

Circulava no partido a opinião de que Fernando Spínola armara uma cilada com a decisão da ARENA do dia 13 de julho das candidaturas de Orlando Leite, Osvaldo Ladeia e Jaymilton Gusmão. Se Osvaldo e Jaymilton desistissem, levariam Orlando a fazê-lo também. Em Salvador, no governo do Estado, a crença era de que Fernando Spínola venceria fácil se fosse candidato único.¹¹³

Os vereadores Antônio Nery e Waldemar Porto prepararam requerimento ao Diretório Regional da ARENA que pedia a autorização de sublegendas e informava que os candidatos à convenção seriam: Orlando Leite, Mário Seixas, Fernando Spínola e Jaymilton Gusmão. Desses quatro, três seriam escolhidos. Os vereadores Gésner Chagas e Misael Marcílio também subscreveram. No dia 13 de agosto, na Rádio

¹¹² *O Jornal de Conquista*, 15/7/1972.

¹¹³ *O Jornal de Conquista*, 22/7/1972.

Clube, Fernando Spínola afirmou que não seria candidato e que os nomes da ARENA seriam Orlando Leite e Mário Seixas. O poder arenista em Vitória da Conquista estava nas mãos dos Spínolas e dos Seixas, grupos familiares que tinham prestígio para nomear de professores a outros cargos públicos. Os vereadores Antônio Nery, Waldemar Porto, Misael Marcílio e Erasthostenes Menezes eram spinolistas, grupo que detinha os postos-chave no município e do Estado na cidade. Para Orlando Leite, restavam apenas os votos dos vereadores Gésner Chagas e Altamirando Novais.¹¹⁴

Antes do dia 6 de setembro, o arenista mais procurado era Fernando Spínola, que, caso verdadeiramente desistisse da candidatura, não deixaria explícito se daria apoio efetivo aos candidatos do seu partido, o que facilitaria enormemente a candidatura do MDB.

Os candidatos Orlando Leite e Jaymilton Gusmão declararam que não queriam Fernando Spínola como companheiro de campanha. Fernando, por sua vez, detentor do maior número de votos entre os arenistas, afirmou que não tomaria parte da campanha, deixando os candidatos do seu partido entregues aos próprios prestígios. O deputado estadual Orlando Spínola avisava que, sem Fernando, a ARENA conquistense estaria desnorteada.¹¹⁵

A crise arenista se aprofundou quando Jaymilton Gusmão desistiu da candidatura a prefeito, pressionado após declarar que era amigo do deputado Jutahy Magalhães, “como se fosse um ato de subversão afrontoso ao governador”. Jaymilton afirmara que o governador não dera nada à cidade e que a sua família (Gusmão) contava com relações afetivas com o general Juracy Magalhães, antigo mentor, agora desafeto de Antônio Carlos Magalhães (DANTAS NETO, 2006). Fernando Spínola se sentia seguro, candidato ou não, eleito ou não – na condição de aliado carlista na cidade, ele continuaria a manter as posições que controlava em Conquista.¹¹⁶

Por fim, a ARENA foi, de fato, dividida para a disputa de 1972. Orlando Leite e Fernando Spínola foram os candidatos escolhidos. O “baixo clero” da legenda na região servira apenas de figuração litúrgica. Os cardeais presidiram a celebração, mas em altares diferentes, pois os

¹¹⁴ *O Jornal de Conquista*, 15/8/1972.

¹¹⁵ *O Jornal de Conquista*, 16/9/1972.

¹¹⁶ *O Jornal de Conquista*, 30/9/1972.

comícios foram realizados separadamente. Os vereadores Altamirando Novais, Gésner Chagas, Jesiel Norberto e Misael Marcílio formaram a ala lomantista, que desagradava ao governador Antônio Carlos Magalhães, e firmaram com Orlando Leite. Os vereadores Antônio Nery e Waldemar Porto estavam com Fernando Spínola. Já fazia algum tempo que Erasthostenes Menezes oscilava entre os dois grupos e desagradava a ambos.¹¹⁷ Toda essa querela deixava claro que a “Cultura Política” local conservava o caráter “tradicional, familiocrático, clientelista”, focado nas questões “paroquiais”.

No MDB, o discurso corrente era o da coesão. As conversações iniciais diziam que Jadiel Matos, apesar da votação expressiva, havia perdido as eleições de novembro de 1970, mas se tornara muito conhecido em meio ao eleitorado. Contudo, existiam opiniões favoráveis ao presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense, Ubirajara Fernandes. Além desses dois citados, era cogitado o nome de Fernando Dantas.¹¹⁸

A convenção do MDB foi realizada no dia 16 de janeiro de 1972 para a formação do Diretório. Dos 390 filiados, compareceram 112 para votar (houve um voto nulo e um branco). A nova Executiva do partido passou a ser composta por: presidente – Régis Pacheco Pereira (reeleito); vice-presidente – Gelásio Alves dos Santos (reeleito); secretário – Raul Carlos Andrade Ferraz; tesoureiro – Fernando Dantas Alves; e líder do partido – Gilberto Quadros de Andrade.¹¹⁹

No MDB, assim como na ARENA, também brotavam candidatos com marchas e contramarchas rumo ao pleito. Além de Jadiel, Ubirajara e Fernando, começaram a ser cogitados Gildásio Cairo dos Santos e Gilberto Quadros de Andrade nas sublegendas. O vereador Gilberto Quadros era o líder da bancada do MDB na Câmara Municipal. Em entrevista à publicação *O Jornal de Conquista*, apresentava-se como possível candidato à sucessão do prefeito Nilton Gonçalves, independentemente de outras candidaturas do partido da oposição, mas dizia que preferia marchar ao lado de Jadiel Matos, e ainda considerava que no partido não haveria maiores divergências.¹²⁰

¹¹⁷ *O Jornal de Conquista*, 17/10/1972.

¹¹⁸ *O Jornal de Conquista*, 11/9/1971.

¹¹⁹ *O Jornal de Conquista*, 22/1/1972.

¹²⁰ *O Jornal de Conquista*, 15/7/1972.

Se Jádriel Matos desistisse da candidatura, seriam possíveis substitutos: Raul Ferraz, Aliomar Coelho e Ubirajara Fernandes – um deles marcharia com Gilberto Quadros.¹²¹ Mas Jádriel Matos vinha trabalhando em todo o município, desde que perdeu o pleito de novembro de 1970, e sua candidatura era considerada natural e irreversível.¹²²

O Diretório Municipal do MDB marcou convenção para 26 de agosto de 1972. Além dos candidatos em destaque, os já citados Jádriel Matos e Gilberto Quadros, surgiu um terceiro: Raul Ferraz, que poderia substituir Jádriel, o qual estava sendo pressionado pela família a desistir. Gildásio Cairo voltou a ter seu nome muito comentado nas hostes oposicionistas.¹²³

A convenção municipal foi realizada no Clube Social Conquista. Para prefeito, foram escolhidas as sublegendas: 1) Gilberto Quadros; 2) Jádriel Matos; 3) Raul Andrade Ferraz. Também foram escolhidos os candidatos¹²⁴ do partido às cadeiras na Câmara Municipal.¹²⁵

De modo diverso ao partido situacionista, a campanha do MDB foi articulada, passando ao eleitorado a ideia de união, como divulgava *O Jornal de Conquista*: “Gilberto Quadros, Jádriel Matos e Raul Ferraz encarnam o trio cívico da Vitória”. O clima no primeiro grande comício era de empolgação, como se Vitória da Conquista estivesse sob o domínio do MDB. A concentração no dia 14 de outubro reuniu cerca de cinco mil pessoas na Praça Barão do Rio Branco e marcou o início da campanha. O evento reuniu discursos dos três candidatos a prefeito, com a presença dos deputados Clodoaldo Campos e Antônio José.¹²⁶ Sobre a campanha de 1972, Raul Ferraz considerava:

O nome de Jádriel já estava consolidado como candidato. Eu e Gilberto fomos candidatos, porque Jádriel falou que não seria candidato sozinho. Uma vez que a ARENA lançou três candidatos,

¹²¹ *O Jornal de Conquista*, 8/7/1972.

¹²² *O Jornal de Conquista*, 11/3/1972.

¹²³ *O Jornal de Conquista*, 15/8/1972.

¹²⁴ Foram escolhidos: Aníbal Lopes Viana, Antenor Rodrigues Lima, Orosvaldo Pontes, Hélio Gusmão, Hélio Silveira Dias, Juracy de Oliveira Gralha, Ney Ferreira e Silva, Nestor Salviano Pereira Guimarães, Onildo de Carvalho, Bernardo Cruz Lima, Josim Amaral, Waldir Santos Silva, Sebastião Rodrigues Castro, Ilza Viana Matos, José Góes, Elquisson Dias Soares, Idimar Coelho, Josefino Nolasco das Neves, Naason Carvalho e Gileno de Souza Pena.

¹²⁵ *O Jornal de Conquista*, 7/9/1972.

¹²⁶ *O Jornal de Conquista*, 17/10/1972.

ele considerava que poderíamos perder com um só. Mas a campanha foi bonita e o palanque era conjunto.¹²⁷

Na eleição de 1972, Jádriel Matos conquistou 11.165 votos, mais votos que os de Orlando Leite, Fernando Spínola (ARENA) e Gilberto Quadros (MDB) somados. No cômputo final, participaram 24.605 eleitores – destes, 240 votaram em branco e 253 anularam o voto. O MDB conquistou 14.400 votos, entre os quais 11.165 foram de Jádriel Matos, 2.393 de Raul Ferraz e apenas 842 de Gilberto Quadros. A ARENA obteve 9.712 votos: 6.206 de Orlando Leite, e Fernando Spínola, antes considerado o detentor de maior base eleitoral e o candidato do governador Antônio Carlos Magalhães, teve apenas 3.506. A oposição superou os arenistas em 4.688 votos.¹²⁸

A vitória do MDB foi também marcante na Câmara de Vereadores, sufragando oito candidatos: Walmir dos Santos Silva, Ilza Matos,¹²⁹ Naason Carvalho, Onildo de Carvalho, Ney Ferreira, José Góes, Hélio Silveira Dias e Elquisson Soares. A ARENA garantiu apenas quatro cadeiras: Misael Marcílio Santos, Altamirando Aurino Novais e Silva, Lanteney Nunes de Lima Braga e Gésner de Oliveira Chagas.

A eleição de Jádriel Matos ocorreu quando acontecia um processo de radicalização em nível nacional. A ação repressiva e a tortura campeavam, efetivadas por diferentes órgãos ligados às Forças Armadas e aos grupos paramilitares. Além disso, ocorria a guerrilha comandada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no Vale do Rio Araguaia, cujo combate havia sido iniciado pelo Exército em meados de 1972, penúltimo ano de mandato do “linha dura” Médici. O ano seguinte, 1973, o da posse de Jádriel à frente da Prefeitura Municipal, também foi o da escolha do candidato à sucessão presidencial. O nome do general Ernesto Geisel foi lançado no dia 18 de junho e homologado em 14 de setembro.

¹²⁷ FERRAZ, Raul Carlos Andrade. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

¹²⁸ *O Jornal de Conquista*, 29/11/1972.

¹²⁹ Segunda mulher a ter assento na Câmara de Vereadores. A primeira (1937) foi Geny Fernandes de Oliveira Rosa (Dona Zaza), filha do Cel. Gugé (liderança política na Primeira República) e tia de José Fernandes Pedral Sampaio.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE VITÓRIA DA CONQUISTA COMO NÚCLEO OPOSICIONISTA E SUAS CONTRADIÇÕES

3.1 A CONQUISTA DO MDB – QUERELAS ENTRE AUTÊNTICOS E ADESISTAS

A capacidade do MDB de Vitória da Conquista em equacionar divergências, rivalidades e vaidades internas, mantendo a unidade na ação, contribuiu para o crescimento da legenda ao longo dos pleitos de 1966, 1970 e 1972: no primeiro momento, com o candidato mais votado individualmente; no segundo, com a votação expressiva e a derrota sob a dúvida da lisura da eleição; e, no terceiro momento, com a vitória, que não era apenas de Jadiel Matos, era também de uma campanha que se apresentou como genuinamente oposicionista e que também marcava o retorno de aliados do prefeito deposto pelo golpe ao controle da municipalidade.

José Pedral, que havia sido subtraído da chefia do Executivo conquistense quando do Golpe Empresarial-Militar, mesmo com os seus direitos restritos, consolidara-se como articulador e líder oposicionista na cidade e no estado. O processo contínuo do fortalecimento do MDB em Conquista tinha a marca da sua participação. Para Roque Aras:¹

¹ ARAS, Roque. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Salvador, julho de 2010.

A eleição de Jádriel Matos para prefeito de Vitória da Conquista foi recebida como fato auspicioso para a oposição baiana, da mesma forma que o foi a eleição de José Falcão da Silva como gestor de Feira de Santana, fatos que reafirmavam o prestígio das duas maiores lideranças estaduais do MDB – Pedral Sampaio e Chico Pinto. Essas duas grandes lideranças foram as que mais contribuíram para a formação de uma base oposicionista nos maiores centros do Estado.

A ARENA, por sua vez, mergulhou em suas próprias divergências, com facções excludentes e o caciquismo local fisiológico e nepótico, que, muitas vezes, submetia-se aos ditames de líderes estaduais em disputas alheias a Conquista. Primeiro, foram lomantistas contra vianistas, depois, carlistas contra todos, personificados na cidade pelo monopólio tentacular dos postos, cargos e prebendas. A ARENA perdeu para o MDB, mas, antes disso, perdeu para si mesma.

Para Ruy Hermann Araújo Medeiros, advogado e militante político com participação ativa nas lutas oposicionistas de Vitória da Conquista:

A vitória de Jádriel Matos tem contexto bem definido: a) persistência da força dos quadros que pertenciam ao PSD, com aliados de influência do PCB, pessoas vinculadas a Régis Pacheco, alguns integralistas (pessoas, enfim que se alistaram ao MDB); b) fraqueza da administração Nilton Gonçalves (mandato de dois anos); c) ação pressionadora de agentes do fisco, em momento de dificuldades econômico-financeiras; d) crise econômica local (profunda), atingindo, sobretudo, o comércio e a agricultura; e) pregação anterior de Jádriel Matos, que teve papel de ensaio mobilizador; f) motivações da população para o discurso em torno da ideia de esperança; g) descontentamento maior dos trabalhadores, vítimas do arrocho fiscal da política do “milagre econômico brasileiro”; h) divisão (bem explorada pela oposição) nas hostes da ARENA e sua incapacidade de apresentar um discurso de mudança, dentro de uma realidade crítica (a ARENA local rendia homenagem aos caciques do partido em nível estadual: Lomanto, Luís Viana Filho...)².

² MEDEIROS, Rui Hermann de Araújo. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, julho de 2010.

Conquista tornou-se uma ilha oposicionista naquele momento. Até 1962, nos municípios da região e nos distritos conquistenses (Anagé, Belo Campo, Barra do Choça, Cândido Sales e Caatiba), a vitória da ARENA foi plena, do modo que, antes do golpe, o domínio era da UDN.³

No dia 31 de janeiro de 1973, Jádriel Matos tomou posse no Fórum João Mangabeira.⁴ Cumprindo uma espécie de tradição dos novos chefes do Executivo local que assumiam após a gestão de adversários, Jádriel concedeu uma entrevista na qual relatou como encontrou a municipalidade e quais as primeiras atitudes a tomar. Com grandes semelhanças entre os discursos, assim havia feito Pedral em 1963, ao suceder Gerson Sales, e Orlando Leite em 1964, ao ocupar o posto retirado de Pedral pelos desdobramentos do golpe.

Segundo Matos, a estrutura administrativa estava superada e se encontrava como há trinta anos. Desde 1962, não existiam registros dos convênios assinados pela Prefeitura. Jádriel apresentou como meta, no primeiro ano, a reestruturação administrativa. Segundo o prefeito, o responsável pelo setor administrativo da Prefeitura, Willian Pirajá, estava fazendo levantamento do funcionalismo e identificando os ociosos. Existiam 518 trabalhadores braçais e nenhuma obra em efetivação – o que era feito estava sendo executado por empresas particulares. O asseio da cidade com o recolhimento da grande quantidade de lixo, que gerava problemas de saúde pública, foi a ação imediata nos primeiros quinze dias de governo.

O prédio da Delegacia de Polícia estava funcionando como um verdadeiro porão, sem dignidade para funcionários, advogados e detentos. Um novo prédio começou a ser construído, em dez dias, num terreno pertencente à Prefeitura, na Travessa Tônico Santos. A situação financeira do município estava sendo inventariada, pois já se sabia dos seus poucos recursos e das dívidas com todo o funcionalismo, bem como com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Como medida emergencial para aumentar a receita, o novo prefeito decidiu que todos os impostos devidos até fevereiro de 1973 poderiam ser recolhidos sem juros e correções.⁵

³ *O Jornal de Conquista*, 29/11/1972.

⁴ *O Jornal de Conquista*, 3/2/1973.

⁵ *O Jornal de Conquista*, 10/2/1973.

Na sessão de posse dos vereadores, ocorreu um sintomático atrito que apontou para a tendência de acirrada polarização, no novo panorama da cidade, entre a situação e a oposição. Em sua primeira participação, o vereador Elquisson Soares acusou a ARENA de ser um verdadeiro “saco de gatos”. A constatação do mdbista irritou o edil Altamirando Novais, da ARENA, que retrucou com veemência, inaugurando o ambiente que foi dominante nos quatro anos seguintes na cidade, entre mdbistas que se classificavam como autênticos e arenistas.⁶

O prefeito Jadiel não teve maiores problemas na Câmara Municipal. A bancada da ARENA era minoria, com apenas cinco vereadores, que nada poderiam deliberar; além disso, existiam outras possibilidades ainda mais amenizadoras para o Executivo Municipal. O arenista Jesiel Norberto era cunhado do prefeito e congregado na mesma religião e não faria oposição sistemática. Jadiel, com habilidade, poderia atrair os arenistas mais pragmáticos e fisiológicos, como Gésner Chagas, que não aguentaria o peso do MDB. E Misael Marcílio, há anos acostumado a pleitear favores e facilidades ao lado do Executivo, com receio dos seus pedidos não atendidos, poderia assumir uma posição “adesista”, e algo semelhante poderia acontecer com Lanteny, o único “fernandista” da bancada.⁷ O arenista Altamirando Novais, líder da bancada na Câmara, teve algum trabalho para exercer o seu papel.⁸ Todavia, a bancada do MDB na Câmara Municipal revelou-se dividida em duas alas: uma ligada a Jadiel Matos e outra próxima a Raul Ferraz.⁹

As facilidades previstas no Legislativo nem sempre se confirmariam: desarticulações na bancada mdbista, em dados momentos, facilitaram a vida da ARENA, como aconteceu na eleição da mesa diretora da Casa e no início dos trabalhos legislativos de 1975. Em 1º de abril de 1975, foi eleita a mesa diretora da Câmara Municipal de Vitória da Conquista; no dia 4, em sessão na Câmara, com a ausência de todos os vereadores do MDB, os vereadores da ARENA – Altamirando Novais (líder), Gésner Chagas, Jesiel Norberto, Lanteny Braga e Misael Marcílio – conduziram

⁶ *O Jornal de Conquista*, 10/2/1973.

⁷ *O Jornal de Conquista*, 13/2/1973.

⁸ *O Jornal de Conquista*, 17/3/1973.

⁹ *O Jornal de Conquista*, 4/5/1974.

o decano, Misael, à presidência da casa e declarou extinto o mandato da mesa anterior, o que gerou protestos da bancada do MDB na sessão de 8 de abril. E só com muita negociação o impasse foi equacionado.¹⁰

Esteve em Conquista o presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o deputado Orlando Spínola, que se reuniu com a agonizante ARENA local e disse estar decepcionado com a política. Com a velhice chegando, ele pensava em dedicar-se a atividades privadas,¹¹ mas o seu projeto era outro. Orlando (que estava na Assembleia Legislativa desde 1947) e a ARENA de Vitória da Conquista esperavam a sua indicação para vice-governador e se sentiram desprestigiados com a indicação do deputado Edvaldo Brandão¹² Correia,¹³ que foi o escolhido segundo as regras daquele contexto, com o governador Roberto Figueira Santos, que tomou posse frente a representantes da Assembleia Legislativa do Estado, no Palácio Rio Branco, no dia 15 de março de 1975.¹⁴

Com eleições para os parlamentos do Estado e da Federação marcadas para 15 de novembro de 1974, os meios políticos de Conquista ficaram agitados. Na ARENA, o ex-prefeito Nilton Gonçalves, antes considerado com candidatura certa, desistiu para apoiar o líder Orlando Spínola.¹⁵ No MDB, o nome escolhido para disputar uma cadeira na Câmara Federal foi o do deputado estadual Antônio José Nascimento. Já como pleiteante à Assembleia Legislativa, surgiam os nomes dos vereadores Elquisson Soares e Ilza Matos, bem como os nomes de Fernando Dantas Alves e de Raul Ferraz.¹⁶

Detendo os adesistas¹⁷ a maioria no Diretório Regional, o MDB conquistense, descontente, passou a se opor à candidatura de Clemens

¹⁰ *O Jornal de Conquista*, 12/4/1975.

¹¹ *O Jornal de Conquista*, 17/3/1973.

¹² Nasceu em 16 de setembro de 1914, em Cachoeira, na Bahia, e faleceu em 5 de abril de 1984. Formou-se em Odontologia pela Universidade de São Paulo, em 1935, e em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, sete anos depois. Foi fundador do Hospital Martagão Gesteira e provedor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira. Filiado ao PTB, foi eleito a vereador em São Gonçalo dos Campos, em 1950 e 1954. Posteriormente, migrou para o PSD e a ARENA e foi eleito para deputado estadual nos pleitos de 1958, 1962, 1966 e 1970.

¹³ *O Jornal de Conquista*, 2/7/1974.

¹⁴ Situado na Praça Tomé de Souza, no centro de Salvador.

¹⁵ *O Jornal de Conquista*, 24/8/1974.

¹⁶ *O Jornal de Conquista*, 20/7/1974.

¹⁷ Denominação usada para rotular os membros do MDB que de alguma forma se aproximavam ou supostamente se aproximavam dos arenistas e de outros agentes do Regime.

Sampaio¹⁸ ao Senado. Após acaloradas discussões e ameaças, as duas tendências partidárias foram contidas, caminhando para um armistício. Em discurso pelo rádio, [Francisco] Ney Ferreira¹⁹ elogiou a administração de Jádriel Matos e recomendou as candidaturas a deputado de Antônio José (federal) e Elquisson Soares (estadual). Por sua vez, o MDB local passou a apoiar a candidatura de Clemens Sampaio.²⁰ Aparentemente, firmava-se um apaziguamento em tempos de corrida eleitoral.

O resultado do pleito de 1974 revelou alto índice de abstenção e foi pouco favorável às forças oposicionistas no Estado da Bahia. De 2.424.529 eleitores, compareceram ao pleito 1.587.999 votantes, uma abstenção de cerca 35%. Dos que compareceram, 116.673 anularam o voto e 209.535 deixaram a cédula eleitoral em branco. Para o Senado, Luís Viana Filho, da ARENA, obteve 848.943 votos, mais que o dobro dos 412.848 de Clemens Sampaio, do MDB. Para deputado federal, a ARENA obteve 973.482 votos contra 247.450 do MDB, praticamente quatro votos governistas para cada voto oposicionista.

O deputado mais votado da ARENA foi Jutahy Magalhães, com 83.962 votos, e o candidato com melhor desempenho no MDB foi Francisco Ney Ferreira, com 53.233 votos.²¹ A ARENA baiana elegeu 21 deputados

¹⁸ Clemens Vaz Sampaio nasceu em Amargosa, na Bahia, no dia 22 de junho de 1924, filho de Clementino Sampaio e de Estela Vaz Sampaio. Foi comerciante e membro do conselho do Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social da Indústria (SESI) e da Delegacia de Trabalho Marítimo, entre 1951 a 1954. De 1952 a 1954, foi delegado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio da Bahia. Em 1954, foi eleito para deputado estadual pelo PTB. Em 1958 e 1962, foi eleito deputado federal. Em 1959, formou-se em Direito. Em 1965, filiou-se ao MDB; foi membro do Diretório Regional do partido e combateu publicamente o candidato de seu partido ao Senado nas eleições de novembro de 1970, Josaphat Marinho, alinhando-se com o candidato governista Heitor Dias Pereira. Faleceu em 3 de setembro de 2013.

¹⁹ Genro do ex-governador da Bahia, Antônio Balbino. Nasceu em 23/7/1929. Foi: bacharel em Direito (1957); presidente do Esporte Clube Vitória (1958); oficial da reserva da Polícia Militar; professor da Academia da Polícia Militar (1963-1964); procurador da Caixa Econômica Federal (1965); e professor da Universidade Federal da Bahia (aposentado em 1983). Filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), foi eleito a suplente de deputado em 1962. Com o bipartidarismo, juntamente com Antônio Balbino, foi eleito deputado federal pelo MDB (1966, 1970, 1974 e 1978) e pelo PDS (1982). Faleceu em 22 de dezembro de 2011.

²⁰ *O Jornal de Conquista*, 9/11/1974.

²¹ O MDB elegeu para a Câmara Federal Francisco Ney Ferreira, Henrique Cardoso (23.439 votos), Nóide Ferreira de Cerqueira (23.083 votos), Hildérico Pereira de Oliveira (22.331 votos) e Antônio José Nascimento, do MDB conquistense (20.094 votos). Para a Assembleia Legislativa, o MDB obteve 242.820 votos, conquistando nove cadeiras, no entanto o mais votado foi Elquisson Soares, do MDB conquistense, com 14.114 votos. Os demais foram: Roque Aras (12.475 votos), Abelardo Veloso (12.453 votos), Arquimedes J. S. Pereira Franco (11.821 votos), Gutemberg Santos Amazonas (11.769 votos), Clodoaldo de Oliveira Campos (10.393 votos), Aristeu Barreto de Almeida (10.113 votos), Daniel Gomes de Oliveira (9.463 votos) e Lourival Evangelista Costa (8.437 votos).

federais e 41 deputados estaduais (1.010.503 votos), entre os quais o mais votado foi Renan Baleeiro, com 31.492 votos. Edvaldo Flores, de Vitória da Conquista, com 22.439 votos, não se elegeu a deputado federal e ficou na suplência. Orlando Spínola, por sua vez, foi reeleito para a Assembleia Legislativa do Estado.

Na legislatura até 1974, Vitória da Conquista contava com um deputado federal, Edvaldo Flores, que foi reeleito, mas para a suplência, e na Assembleia Legislativa a cidade era representada pelo arenista Orlando Spínola e por Antônio José Nascimento, do MDB. A partir de 1975, Antônio foi alçado à Câmara Federal; no Legislativo Estadual, Orlando foi reeleito e Elquisson Soares inauguraria a sua participação.

Se na Bahia o MDB sofreu uma derrota avassaladora, obteve sucesso para o Senado na maioria das unidades da Federação.²² O êxito em outros estados tornou a derrota do MDB na Bahia ainda mais amarga. Assim, o apaziguamento do período pré-eleitoral foi suspenso. Quadros do partido em Vitória da Conquista, que se diziam autênticos opositores e que já haviam demonstrado o seu descontentamento com os rumos da agremiação – sob a batuta dos ditos adesistas –, viram a oportunidade de inverter a situação. Partiram para debitar a derrota na conta da Direção Regional, para quadros como o do Jadiel e do recém-eleito deputado Elquisson, que, segundo Ruy Medeiros, vislumbravam a política para além da Serra do Periperi²³ e consideravam que era o momento de resgatar os valores e as bandeiras da oposição que estavam se perdendo, segundo a avaliação desse setor do partido em Conquista.²⁴

Foi convocado um seminário para os dias 11 e 12 de janeiro de 1975 no sentido de debater as posturas e contradições do MDB nas eleições de 1974, de buscar mudar a direção e os rumos do partido e de arregimentar

²² Eleitos pelo MDB: Adalberto Sena (Acre); Evandro Correia (Amazonas); Mauro Benevides (Ceará); Dirceu Cardoso (Espírito Santo); Lázaro Barbosa (Goiás); Danton Jobim (Guanabara, ou Rio de Janeiro); Francisco Leite (Paraná); Ruy Carneiro (Paraíba); Marcos Freire (Pernambuco); Saturnino Braga (Rio de Janeiro); Agenor Nunes Maria (Rio Grande do Norte); Paulo Brossard (Rio Grande do Sul); Gilvan Rocha (Santa Catarina) e Itamar Franco (Minas Gerais). Além de Luís Viana Filho, na Bahia, a ARENA elegeu: Teotônio Vilela (Alagoas); Antônio Mendes Canale (Mato Grosso); Henrique La Rocque (Maranhão); Petrônio Portela (Piauí) e Jarbas Passarinho (Pará).

²³ Encontra-se no sopé da serra, onde está encravada a cidade de Vitória da Conquista.

²⁴ MEDEIROS, Ruy Herman de Araújo. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 17 de julho de 2010.

novos adeptos e criar novos diretórios no vislumbre das eleições previstas para 1976 e 1978. A nota de convocação do evento era assinada pelo presidente do Diretório Municipal, Gelásio Alves dos Santos, e pelo prefeito Jádriel Matos. Inicialmente, quando da convocação correu a notícia da presença do presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, e do senador paulista Franco Montoro.²⁵

O seminário, realizado na Casa do Médico, teve uma programação intensa para o curto espaço de tempo.²⁶ O evento foi bastante representativo²⁷, com a participação de lideranças locais, estaduais e nacionais do partido.²⁸ A propalada notícia da presença de Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB, não se confirmou, mas o representou Franco Montoro, senador eleito pelo Estado de São Paulo. Ao final do seminário, foi aprovada *A Carta de Conquista*,²⁹ que resgatava proposições consideradas como o resgate das bandeiras fundamentais e históricas do partido de oposição³⁰: a parte mais tensa do encontro foi o avaliar da oposição na Bahia.

²⁵ *O Sertanejo*, 4/1/1975.

²⁶ No dia 11 de janeiro, das 14 às 18 horas, deu-se a instalação e reunião da plenária, com a composição da mesa, discurso de abertura proferido por Jádriel, recebimento de teses e formação de comissões. Nesse primeiro momento, foi apresentada a visão do MDB de Vitória da Conquista acerca dos problemas do partido. No segundo dia do evento (12 de janeiro), das 9 às 12 horas, ocorreu reunião das comissões. No turno oposto, das 15 às 18 horas, foi reunida a plenária para conclusão e encerramento. Três teses foram apresentadas: *MDB e os problemas nacionais*, *A oposição no Estado da Bahia* e *Reestruturação do Partido e suas metas*.

²⁷ *O Jornal de Conquista*, 11/1/1975.

²⁸ Participaram do evento, com maior destaque: o senador Franco Montoro, Rômulo Almeida e Josaphat Marinho; os deputados: João Borges, Clodoaldo Campos, Henrique Cardoso, Antônio José, Nóide Cerqueira, Gutenberg Amazonas, Expedito Almeida e Arquimedes Pedreira Franco. Outras personalidades: João Falcão (prefeito de Feira de Santana), Judélio do Carmo (Alagoinhas), José O. Duque (Itabuna), Carmelito Barbosa (Cruz das Almas), Hildebrando Resende (Ipiáu), René Dubois (Jaguaquara), Newton Macedo Campos (Salvador), Vicira de Melo Filho, Rômulo Oliveira, Evandro Guerra e Isidro Otávio Amaral Duarte (da sucursal do Jornal do Brasil).

²⁹ *O Jornal de Conquista*, 18/1/1975.

³⁰ Ampla anistia a presos e processados políticos; revogação dos atos e leis que cerceiam a democracia; respeito à Constituição com eleição direta para governadores e prefeitos; extensão desse direito à presidência; respeito à inviolabilidade dos parlamentares; restauração dos direitos constitucionais dos magistrados; restabelecimento da autonomia dos Estados e municípios; restabelecimento das garantias individuais; liberdade de imprensa; respeito à criação artística e intelectual e à associação, organização e expressão; fortalecimento da empresa nacional; combate à progressiva desnacionalização da economia; reversão do processo de concentração da riqueza nacional; esforço produtivo voltado para o mercado interno e ampliação de maneira harmônica sob o aspecto regional; política de saúde e saneamento; reorientação do processo elitista da educação; criação de mecanismo para habitação; manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo; luta para considerar ilícito penal o colaborar com a administração municipal por motivo de opinião e filiação partidária de seus dirigentes; remuneração dos vereadores por sessão que compareçam; e luta pelo acesso dos partidos aos meios de divulgação.

No debate, foi reconhecido o grande mérito da oposição no país, a qual estava suscitando o debate das questões nacionais e motivando a participação da juventude. Entretanto, na Bahia, havia ocorrido uma derrota se comparada aos outros estados. A abstenção e o voto nulo haviam sido superiores à média nacional, pois a oposição não havia sido capaz de sensibilizar parte considerável da sociedade, mesmo os descontentes com o Regime. Foram detectadas como as causas do fiasco de 1974: a débil organização do MDB na Bahia, as divisões internas, a falta de programa voltada para o povo, a incapacidade de sensibilizar o eleitorado e, por fim, a presença de elementos adesistas.

O seminário responsabilizou o Diretório Regional pela derrota de novembro e sugeriu a renúncia coletiva até 25 de janeiro de 1975. Para inverter a situação constatada, o seminário propôs ao partido fazer autocrítica, partir para a motivação e mobilização dos jovens, estudantes, intelectuais, profissionais liberais e trabalhadores, saindo do imobilismo, e, se possível, abrir diretórios em todos os municípios. Vislumbrou-se realizar novos seminários. Considerou-se necessário formar quadros para possíveis futuros governos, bem como exigir fidelidade partidária. Aproveitando a presença de Franco Montoro, foi manifestada a insatisfação do MDB baiano quanto à forma como era tratado pela Executiva Nacional.

Na mesma linha de preocupação com a reestruturação do MDB e das suas metas, estabeleceu-se a necessidade de promover um dinamismo na vida político-partidária, com elevação do nível da formação política dos quadros e renovação da direção. Para alcançar tais metas, decidiu-se pela instalação do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), criação dos departamentos estudantis, trabalhistas e femininos e ainda utilização de todos os meios para divulgar a campanha de filiação e do programa do MDB.

Em termos organizativos, foi decidida a divisão da Bahia em áreas de trabalho: os municípios como centros econômicos regionais e a organização de comandos partidários de visita ao interior para criar diretórios. Tais comandos foram formados por deputados estaduais e federais, suplentes de deputados e membros do Diretório Regional.

Em Salvador, seriam estimuladas filiações em todas as zonas eleitorais. Também seria criado o departamento de assistência ao interior (política, jurídica e eleitoral) e realizar-se-iam seminários semelhantes em outras cidades – foi realizado outro em Alagoinhas³¹ –, com prefeitos do MDB. Por fim, o seminário hipotecou solidariedade a Francisco Pinto, ex-prefeito de Feira de Santana, agora deputado federal, que se encontrava preso,³² pois havia proferido um discurso criticando o general Augusto Pinochet, ditador chileno. Tal ação o levou à condenação, pelo Supremo Tribunal Federal, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e à perda do mandato (FICO, 2004).

O evento realizado em Vitória da Conquista foi um marco na construção da imagem da cidade como um centro oposicionista de resistência à Ditadura e aos seus representantes no Estado da Bahia. A forte base dos que faziam reivindicações como autênticos na cidade conseguiram no evento pôr a derrota de 1974 na conta dos adesistas que dominavam o Diretório. Os ditos autênticos fitavam agora avançar a passos largos rumo ao controle do partido no Estado. As críticas foram ácidas e as decisões duras. Foi cobrada do representante do Diretório Nacional uma tomada de posição em relação aos problemas do MDB na Bahia. Tal tomada de posição, se coerente com o espírito das resoluções do seminário, passaria pela intervenção. Num tom de ponderação, Franco Montoro desconversou e considerou necessário consultar especialista em direito eleitoral e refletir, para depois tomar alguma decisão. Nada foi feito.³³

No Diretório Regional, tudo ficou como dantes. Seguiram os embates entre adesistas e autênticos, e, nesse aspecto, o seminário foi inócuo. Segundo Roque Aras, faltava certa dose de pragmatismo aos autênticos, pois:

enquanto os adesistas formavam bases no interior (para lhes garantir maioria no diretório regional – eram 63 diretórios em 317 municípios), os chamados autênticos contentavam-se com o simples discurso ideológico ou divisionista em relação ao partido.³⁴

³¹ MEDEIROS, Ruy Herman de Araújo. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 17 de julho de 2010.

³² O Jornal de Conquista, 18/1/1975.

³³ MEDEIROS, Ruy Herman de Araújo. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 17 de julho de 2010.

³⁴ ARAS, Roque. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Salvador, julho de 2010.

No entanto, o seminário serviu para criar a imagem de certo nível de centralidade do oposicionismo conquistense no Estado da Bahia. A vitória de 1972, esmagadora no Executivo e Legislativo de Vitória da Conquista, marcou o retorno retumbante pelas urnas do grupo que teve membros presos, cassados e vilipendiados no pós-64. Um evento daquela magnitude, por sua representatividade e nível de intensidade das resoluções, passou a conferir grande destaque a Conquista na condição de núcleo oposicionista no Estado da Bahia.

Convém salientar o fato de que em 1974 foi escolhido para a sucessão de ACM no governo do Estado – e a seu contragosto – o ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, Roberto Santos,³⁵ que tomou posse em 15 de março de 1975.

[...] 1974: naquela época, as várias lideranças arenistas se uniram contra o então governador Antônio Carlos Magalhães, cujo mandato se concluíra. Tratava-se, entretanto, de um desencontro de orientações, uma luta pelo controle partidário, e não passou disso (FLEISCHER, 1981).

Em agosto de 1975, o Diretório Regional do MDB³⁶ assumiu uma nova composição.³⁷ Com essa nova configuração, chegou-se a cogitar a possibilidade de composição entre adesistas e autênticos no pleito estadual seguinte, previsto para ser direto: Antônio Balbino para governador, Francisco Ney Ferreira para vice (adesistas) e para o Senado, o autêntico Jádriel Matos como chapa da unidade.³⁸ Tal articulação não se confirmou.

Nos anos seguintes, os embates no âmbito estadual continuariam com enfática participação do representante conquistense na Assembleia Legislativa e, posteriormente, no Congresso Nacional, o deputado

³⁵ Roberto Figueira Santos nasceu no dia 15 de setembro de 1926, em Salvador. Formou-se em Medicina, em 1949, pela Universidade Federal da Bahia, instituição na qual tornou-se professor, em 1951. Foi secretário de Saúde do Estado da Bahia no governo de Luís Viana Filho, tendo deixado o cargo para assumir a reitoria da UFBA (1967-1971). Foi presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (1969-1972), presidente do Conselho Federal de Educação (1971-1974) e membro do Conselho de Ensino Superior das Repúblicas Americanas, em Nova Iorque (1968-1975).

³⁶ Presidente – Abelardo Veloso; primeiro vice-presidente – Roque Aras; segundo vice-presidente – Lourival Evangelista; secretário-geral – Luiz Góes Teles; primeiro-secretário – Francisco Bastos; tesoureiro – Vivaldo Ornelas; e vogais – Daniel Gomes e Demóstenes Paranhos.

³⁷ *O Jornal de Conquista*, 30/8/1975.

³⁸ *Tribuna do Café*, 8/9/1975.

Elquisson Soares. Quando líder do partido na Assembleia, ele externava suas divergências com o deputado Roque Aras,³⁹ que eram apresentadas por Soares como algo além da simples questão pessoal, mas que visavam afastá-lo da liderança, passando-a para os adesistas, que emitiam críticas mais brandas ao governo. Em reunião do partido realizada no dia 17 de novembro de 1977, em Brasília,⁴⁰ o representante conquistense denunciou que na Bahia não havia MDB, mas existiam mdbistas e frentes de oposição, e que o MDB não despertava confiança nos setores que se contrapunham ao governo. Continuava afirmando que o Diretório Regional nunca se reunia e que estavam excluídos nomes como: Josaphat Marinho, Francisco Pinto, Rômulo Almeida, João Borges, Jadel Matos, Hermógenes Príncipe e outros – dos nove deputados estaduais, apenas dois ou três eram do Diretório. Por fim, acusava o vice-presidente de defender o governo e a Direção Regional de ser adesista e bajuladora. Roque Aras apresenta uma leitura diversa daqueles tempos e das divergências com o ex-deputado Elquisson Soares:

Como representante de Vitória da Conquista, o deputado Elquisson Soares destacou-se pela sua inteligência, pela sua competência e por suas veementes críticas contra secretários de Estado do governador Roberto Santos. Eventuais discordâncias nossas ocorreram pela ênfase que eu e ele dávamos ao combate a Roberto Santos (então governador) e a ACM (no ostracismo), embora nós todos contra o regime golpista. Era mera questão de se saber qual era o “demônio do dia”. Um achava que era aquele, o outro este.⁴¹

A postura crítica do MDB conquistense em relação ao Diretório Regional teve desdobramentos ainda em 1975. No dia 13 de julho de 1975, sob a presidência de Gelásio Alves dos Santos (vice em exercício), o

³⁹ Nasceu em 26 de abril de 1932, em Monte Santo, na Bahia. Foi: advogado; eleito a vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (1970-1974); deputado estadual pelo MDB (1975-1979); deputado federal pelo MDB (1979-1983); presidente do Diretório Regional do MDB, na Bahia (1975-1979). Na Assembleia Legislativa, foi titular das Comissões: Educação, Saúde e Serviços Públicos (1975-1976), Constituição e Justiça (1977-1978); suplente das Comissões: Redação de Leis (1977-1978). Na Câmara Federal, foi titular das Comissões: Constituição e Justiça (1979), Relações Exteriores (1980-1981); suplente das Comissões: Interior (1979) e Constituição e Justiça (1981).

⁴⁰ *O Fíjão*, 1/11/1977.

⁴¹ ARAS, Roque. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Salvador, julho de 2010.

secretariado de Raul Ferraz e a observância por parte da Justiça Eleitoral de Coriolano Souza Sales, foi realizada a convenção local do partido que escolheu o Diretório Municipal⁴² e a nova executiva, formada por Luís Régis Pacheco Pereira (presidente), Gelásio Alves dos Santos (vice-presidente), Raul Carlos Andrade Ferraz (secretário) e Fernando Dantas Alves (tesoureiro).⁴³ Essa convenção local foi anulada pelo Tribunal Regional Eleitoral, sob a alegação de não ter reunido a quantidade de filiados necessários – apenas 89 participaram – para o número de eleitores da 40ª Zona Eleitoral.⁴⁴ Esse episódio reacendeu as disputas entre adesistas e autênticos. O Diretório Regional credenciou cinco nomes para organizar o Diretório Municipal, com a presença do deputado estadual Elquisson Soares, o mais enfático orador entre os autodenominados autênticos. O deputado federal Ney Ferreira foi contra a presença de Elquisson, que, por sua vez, no calor do embate, ameaçou renunciar ao mandato de deputado estadual. Os representantes de Vitória da Conquista prefeririam ficar sem o Diretório local a retirar o nome do seu representante na Assembleia Legislativa. Depois de acirrada discussão, a credencial foi garantida por 22 votos contra 10.

O grupo autêntico do MDB, em reunião no dia 3 de fevereiro de 1976, decidiu pedir intervenção do Diretório Nacional.⁴⁵ Os adesistas Francisco Ney Ferreira e Clemens Sampaio declararam à *Tribuna do Café* que o MDB de Vitória da Conquista estava em mãos erradas, nas mãos de radicais, e resolveram travar a instância local.

O MDB de Vitória da Conquista poderia recorrer à Justiça ou realizar outra convenção. Por temer a demora dos processos judiciais, o partido optou pela segunda alternativa. A nova convenção foi realizada no dia 5 de abril de 1976 e levou a uma mera revalidação dos nomes escolhidos na

⁴² Raul Ferraz, Antônio Oliveira Peixoto, Aníbal Lopes Viana, Diassis Ferraz Pereira, Aliomar Coelho dos Santos, Edgard Pedreira Gama, Florivaldo Oliveira Leite, Fernando Dantas Alves, Gilberto Quadros de Andrade, Hélio Silva Gusmão, Isaías Soares de Oliveira, Ivo Moreira, Eliezer Oliveira Gusmão, Jetro Feliciano Vieira, Ney Ferreira e Silva, Luís Régis Pacheco Pereira, Nestor Pereira Silva, Oriosvaldo Silva Pontes, Raimundo Quadros de Andrade, Antenor Rodrigues Lima e Gelásio Alves dos Santos. Delegados à Convenção Regional: Jádriel Vieira Matos, Raul Ferraz, Elquisson Dias Soares, Sebastião Castro e Antônio José Nascimento.

⁴³ *O Jornal de Conquista*, 19/7/1975.

⁴⁴ CÓDIGO ELEITORAL, Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965.

⁴⁵ *O Jornal de Conquista*, 7/2/1976.

convenção do dia 13 de julho de 1975.⁴⁶ Entretanto, o episódio do novo Diretório não foi plenamente resolvido, deixando arestas que causaram ferimentos na coesão partidária durante sucessão de Jadiel.

3.2 A CONQUISTA DO MDB – CISMAS INTERNOS E O PLEITO MUNICIPAL DE 1976

Cismas no MDB conquistense passaram a ser revelados com maior constância e clareza. Em carta endereçada a Roque Aras – que havia assumido a presidência regional da legenda após as renúncias do início de 1976 –, Aníbal Lopes Viana externou o seu descontentamento com os direcionamentos do partido em Conquista. Viana alegava que o Diretório Regional havia credenciado Gelásio Alves Santos, o deputado estadual Elquisson Soares, Aliomar Coelho dos Santos, Ilza Viana Matos e Aníbal Lopes Viana para a Comissão Executiva Provisória com o intuito de reorganizar o Diretório local.

De acordo com Aníbal, em reunião informal da comissão com a presença de Aliomar, Ilza, Jadiel Matos, Eduardo Khoury, Raul Ferraz, José Pedral e Oriosvaldo Ponte, foi discutido como deveria ser construído o novo Diretório. O prefeito Jadiel Matos declarou que o Diretório não deveria ter vereadores, pois eles já tinham direito de voto na convenção. Ainda assim, segundo Aníbal, o prefeito indicou sua cunhada e vereadora Ilza Matos, além de Oriosvaldo Pontes (oficial do seu gabinete), Eduardo Khoury (secretário de Relações Públicas da Prefeitura), Anisalves Bruno Bacelar de Oliveira e Fernando Eleodoro de Santana (secretário de Educação do município) para compor o Diretório.

Mais de um ano antes das eleições previstas para 1976, começaram as articulações dos candidatos a prefeito. No campo da ARENA, surgiam candidatos naturais, como os ex-prefeitos e deputados, isto é, aqueles que já haviam exercido algum mandato ou que exerciam alguma liderança no partido, ou candidatos produzidos por laços familiares, poder econômico ou algum prestígio em instâncias superiores de poder, especialmente em âmbito estadual.

⁴⁶ *Tribuna do Café*, 3/4/1976.

Também surgiram os candidatos que, por vaidade ou ambição, não mediam o potencial do seu “capital político” e enveredavam na aventura da candidatura. Esse foi o caso do advogado Emmanoel Machado Lopes, que, em meados de 1975, partiu em campanha pedindo votos. Ele foi do PSP – com Jorge Stolze, na campanha de 1962 –, passou pelo MDB, migrou para a ARENA e pleiteou ser delegado de polícia – cargo que não conseguiu. *O Jornal de Conquista* acreditava que a ARENA não lhe concederia legenda para disputar a Prefeitura Municipal.⁴⁷

Na ARENA, além de Machado Lopes, outros candidatos com maior tradição e expressão no cenário político local despontavam. Edvaldo Flores afirmava-se como pré-candidato,⁴⁸ mas outros nomes também eram comentados para a sucessão de Jadiel Matos na Prefeitura: Nilton Gonçalves, Altamirando Gusmão (Iran Gusmão), Misael Marcílio, Mário Seixas e até o sargento do Tiro de Guerra, José Antônio Sales. Todavia o nome mais cogitado era o de Edvaldo Flores, que contava com o vereador Altamirando Novais como vice.⁴⁹

Na redação da *Tribuna do Café*,⁵⁰ o ex-prefeito Nilton Gonçalves acusava Jadiel Matos de desgaste por má administração na Prefeitura Municipal e afirmava que respeitava o MDB de Vitória da Conquista, mas não o via como imbatível. Ele também considerava que, com a candidatura de Edvaldo Flores pela ARENA, a quem apoiava com a sublegenda de Altamirando Novais, o partido iria vencer as eleições seguintes.⁵¹

Por meio do governador Roberto Santos, Nilton Gonçalves foi nomeado diretor do Centro Regional Integrado (CERIN), órgão de coordenação das ações do Governo do Estado na região, um espaço que serviu para exercer política com práticas clientelistas e de apadrinhamentos, intermediando pedidos e favores dos arenistas da cidade e dos municípios do seu entorno.⁵² Apesar do discurso de Gonçalves para o órgão de

⁴⁷ *O Jornal de Conquista*, 13/9/1975.

⁴⁸ *O Jornal de Conquista*, 13/9/1975.

⁴⁹ *O Jornal de Conquista*, 14/2/1976.

⁵⁰ Primeiro jornal diário de Vitória da Conquista, fundado em 1974 pelo gaúcho Isnard Vasconcelos. Inicialmente, o órgão era denominado de Fantástico Regional e apresentava uma clara identidade política com a Aliança Renovadora Nacional.

⁵¹ *Tribuna do Café*, 19/1/1976.

⁵² *O Sertanejo*, 31/5/1975.

imprensa local, as disputas internas estavam acesas como dantes. Membros se sentindo aliados pelos grupos que dominavam o partido passaram a reunir assinaturas para formar um “grupo independente”, de forma análoga ao processo eleitoral anterior. Segundo Iran Gusmão, eles estavam cansados de ser “pau de porteira”, só procurados nas eleições.⁵³

A ARENA de Vitória da Conquista seguiu com marchas e contramarchas para escolher o seu candidato a prefeito, com aproximações e afastamentos entre os múltiplos pleiteantes. Edvaldo Flores era considerado como certo e o preferido para ser seu vice era Nilton Gonçalves. Com a possibilidade de lançamento de sublegendas,⁵⁴ outros nomes ficavam ainda na berlinda, como Iran Gusmão e Geraldo Spínola.

Outro nome apontado foi o do empresário Pedro Moraes, que não aceitou a indicação. Altamirando Novais, que poderia ser seu vice, cresceu na cotação e teria talvez como vice, Orlando Leite Júnior. Numa terceira legenda, eram apontados os nomes de menor expressão, ou dos candidatos “forçados”, e assim surgiam os possíveis candidatos: Emmanoel Machado, José Antonio Sales, Flávio Brito e Durval Menezes.⁵⁵ O simples suscitar de uma chapa composta por Edvaldo Flores e Nilton Gonçalves soava com certa dose de ironia. Após 22 anos, surgiu a união do candidato do “milhão”, Edvaldo, com o do “tostão”, Nilton, do célebre confronto de 1954.⁵⁶

Em reunião realizada no dia 20 de maio de 1976, a ARENA decidiu por concorrer nas eleições para prefeito em Vitória da Conquista com ao menos dois candidatos, e decidiu pelos nomes de Edvaldo Flores e Nilton Gonçalves. Havia outra postulação possível – Emanuel Machado Lopes, que continuava bancando praticamente sozinho o próprio nome – e ainda as cogitações em torno de Orlando da Silva Leite Júnior, Geraldo Spínola e Iran Gusmão.⁵⁷ A “Ala Jovem da ARENA”⁵⁸ queria Orlando Leite Júnior

⁵³ *O Jornal de Conquista*, 26/2/1976.

⁵⁴ CÓDIGO ELEITORAL, Lei nº. 4.737, de 15 de julho de 1965.

⁵⁵ *Tribuna do Café*, 18/3/1976.

⁵⁶ *O Jornal de Conquista*, 20/3/1976.

⁵⁷ *O Sertanejo*, 22/5/1976.

⁵⁸ A “Ala Jovem da ARENA” foi criada no dia 10 de maio de 1975, na Casa do Médico, com a presença do vereador Gésner Chagas, e foi composta inicialmente por: presidente – Jordaens Rodrigues; vice-presidente – Osvaldo Pedro da Silva; primeiro-secretário – Maurício Melo; segundo-secretário – Manoel Ramaldes Rocha; primeiro-tesoureiro – Hugo César Oliveira Melo; segundo-tesoureiro – Eusébio Pereira. Não havia naquele momento uma articulação equivalente formalizada no MDB local.

como candidato a prefeito. Edvaldo Ferreira pediu para o presidente local do partido, Renato Rebouças, ouvir os 35 candidatos à Câmara Municipal e informou que o partido recebeu um abaixo-assinado com cerca de mil assinaturas em favor da candidatura de Orlando Leite Júnior à Prefeitura Municipal, com Iran Gusmão como vice.⁵⁹

Em meio ao processo de escolha dos candidatos, os arenistas de Vitória da Conquista, atônitos, souberam que o governador Roberto Santos havia convidado José Pedral e Jádriel Matos para entendimentos no sentido de lançar Pedro Moraes Filho como candidato único do MDB e da ARENA, o que foi prontamente recusado, pois o empresário Pedro Moraes era filiado à ARENA. Essa notícia não foi reconhecida por José Pedral.⁶⁰ A ARENA parecia agonizante em Vitória da Conquista, pois nem o governador, que era do partido, demonstrava confiar no potencial eleitoral da legenda.⁶¹

Após relutar e buscar apoio do governo estadual, Edvaldo Flores resolveu ser um dos candidatos da ARENA à Prefeitura Municipal. Em clima de campanha, apresentou à imprensa local as suas principais propostas, que seriam parte de um grande plano de conseguir 400 milhões de cruzeiros para Vitória da Conquista tornar-se, além da capital do café, a capital da mandioca, na perspectiva do pré-candidato – plataforma no mínimo tímida para um município que já era o terceiro do Estado da Bahia. Entre os candidatos a vice a serem escolhidos na convenção, continuavam a figurar: Altamirando Novais, Altamirando (Iran) Gusmão, Geraldo Spínola e Orlando Leite Júnior. Além de Edvaldo Flores, continuavam com chance de ter oficializadas as candidaturas Nilton Gonçalves e Raimundo Nova.⁶² Seguiu ainda na sua quixotesca esperança de conseguir uma sublegenda, Emmanoel Machado Lopes.⁶³ Na convenção da ARENA, realizada no dia 18 de agosto e presidida por Renato Rebouças, foram finalmente homologadas as candidaturas de Nilton Gonçalves, de Edvaldo Flores e

⁵⁹ *Tribuna do Café*, 2/6/1976.

⁶⁰ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

⁶¹ *O Jornal de Conquista*, 23/6/1976.

⁶² Raimundo Bahia da Nova nasceu em Salvador, no dia 18 de julho de 1917. Foi advogado e prefeito de Macarani. Faleceu em 9 de julho de 1999.

⁶³ *Tribuna do Café*, 3/8/1976.

do insistente Emmanoel Machado Lopes, que aproveitou para lançar o seu lema em alusão à família do prefeito Jadiel: “para derrubar os Matos, só Machado”.⁶⁴

No dia 6 de novembro de 1976, visitaram Vitória da Conquista: o governador Roberto Santos com secretários de Estado, o presidente nacional da ARENA, o deputado federal Francelino Pereira e o presidente regional Fernando Wilson Magalhães. Camilo Calazans, presidente do Instituto Brasileiro do Café, também fez parte da comitiva. Em comício na Praça Barão do Rio Branco, Roberto Santos renovou promessas, atacou a oposição e pediu votos para candidatos arenistas.⁶⁵

O processo de definição do candidato do MDB à sucessão municipal também foi conflituoso. Inicialmente, emergiu o nome de Raul Ferraz e o de Sebastião Castro. Ferraz, que havia concorrido no pleito anterior, surgia como candidato natural e, a princípio, era o nome ao qual Jadiel prometera apoio.⁶⁶

Em discussões iniciais, prevalecia a tendência de escolha de um candidato mdbista único. Além dos nomes citados, também despontava o de Aliomar Coelho, que poderia ser o nome da unidade para se evitar o desgaste de um embate de chapas concorrentes dentro do partido entre Castro e Ferraz. Havia a preocupação de não confundir o eleitorado, usando o recurso das sublegendas.⁶⁷

Várias combinações foram levantadas ou comentadas, algumas como “balões de ensaio”. De forma não oficial, surgiu a possibilidade de Jadiel ter como candidato a prefeito, Aliomar Coelho, e a vice, Sebastião Castro, não apoiando Raul Ferraz, o preferido de José Pedral.⁶⁸ Também circulava a notícia de que a cúpula do MDB optaria por candidatura única: Sebastião Castro, tendo como vice Eduardo Khoury. Nesse quadro, Raul Ferraz seria levado a candidatar-se a deputado estadual ou federal em pleitos futuros.⁶⁹ Com o passar dos dias, a candidatura do médico Sebastião Rodrigues

⁶⁴ *O Jornal de Conquista*, 21/8/1976.

⁶⁵ *O Jornal de Conquista*, 9/11/1976.

⁶⁶ FERRAZ, Raul Carlos Andrade. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

⁶⁷ *Tribuna do Café*, 8/9/1975.

⁶⁸ *O Jornal de Conquista*, 13/9/1975.

⁶⁹ *Tribuna do Café*, 11/5/1976.

Castro ia se afirmando para a sucessão de Jádriel Matos. No entanto, Raul se declarava candidato e considerava inviável a possibilidade de um ser vice do outro.⁷⁰

No Diretório local, a maioria apoiava a proposta de candidatura única e se criava uma situação de desgaste do nome de Raul Ferraz. Em reunião no dia 4 de julho de 1976, sob a presidência da secretária Ilza Matos – em razão da ausência do presidente Gelásio e do vice-presidente Elquisson Soares –, o Diretório do MDB de Conquista passou formalmente a debater a sucessão municipal. Entre outros políticos, estavam presentes o prefeito e os postulantes a candidato a prefeito, Raul e Sebastião.

Jádriel afirmou que não tinha candidatos e que era contra o radicalismo dentro do partido. Castro assegurou que continuava candidato até o partido dizer não; disse também que seria candidato a prefeito, vice-prefeito ou vereador, com o compromisso de politizar o povo de Vitória da Conquista, e propôs ainda a retirada das candidaturas dele e de Raul para que o MDB escolhesse outro nome e assim evitasse confrontos no partido. Pedral afirmou que não havia disputas de liderança entre ele e Jádriel.

Fernando Eleodoro, secretário de Educação e membro do Diretório, de forma contundente, disse que o povo precisava ser politizado e que o radicalismo era uma vergonha, pois dividia. Por fim, apresentou-se contra as duas ou três candidaturas. Aliomar Coelho afirmou que havia sido consultado por Pedral e por Jádriel para ser candidato único, mas recusou. Raul disse que o partido deveria ser unido, mas que, se não fosse candidato, renunciaria à vida política.

Os vereadores Hélio Silveira, Naason Carvalho e Elias Lima afirmaram que, com candidatura única, o partido seria inevitavelmente derrotado e, se tal proposta fosse aprovada, não iriam concorrer à reeleição para a Câmara.

Em votação, por treze votos a um, o Diretório decidiu pela retirada das candidaturas de Raul e Sebastião, levando à vitória da proposta de uma candidatura única. Aníbal Viana, o único a votar contra, justificou o seu voto, ponderando que, no pleito anterior, o MDB teve três candidatos a prefeito – Jádriel, Raul e Gilberto – e não se esfacelou.

⁷⁰ O *Sertanejo*, 22/5/1976.

O Diretório delegou a Jadiel e a Pedral a indicação do nome do candidato. Naqueles dias, corria pela cidade a notícia de que o ex-vereador e ex-deputado estadual Gildásio Cairo poderia ser um terceiro candidato, mas ele próprio considerava que a candidatura única seria o ideal. Segundo Cairo, em meio à população, os nomes de Raul e Sebastião já estavam postos e ele não teria condições de concorrer. Desde a reformulação de março de 1976, a direção local do MDB estava nas mãos do grupo mais próximo a Jadiel. A resolução do candidato único prejudicaria Raul e beneficiaria Sebastião, o preferido do prefeito.⁷¹

A espinhosa temática veio à baila mais uma vez no dia 10 de julho de 1976, numa nova reunião do MDB para escolher o candidato a prefeito. Três nomes continuavam com maior evidência: Raul Ferraz, Sebastião Castro e Aliomar Coelho. A decisão foi postergada mais um pouco. O grupo jadielista⁷² estava com Sebastião ou Aliomar. Uma grande facção estava com Raul: cerca de 300 militantes haviam ido à casa do advogado para apoiar sua candidatura. Lá, estiveram lideranças de distritos e vereadores. José Góes, Hélio Silveira Dias, Elias Dias Lima e Naason Carvalho afirmaram que não seriam candidatos se Raul não fosse candidato a prefeito.

Os presentes à casa de Raul acusaram o Diretório de formar uma “panelinha familiar” e criticaram Jadiel, Elquisson, Sebastião e Pedral de ser responsáveis por uma possível derrota nas eleições. Acusaram ainda a cúpula do MDB de Vitória da Conquista de repetir as práticas que criticava no Diretório Regional, com Ney Ferreira e Clemens Sampaio. As lideranças ligadas a Raul resolveram pressionar Jadiel e Pedral.⁷³

A reunião do Diretório do MDB do dia 4 de julho de 1976 havia delegado a Jadiel Matos e José Pedral a escolha do candidato a prefeito. Em reunião de cúpula no dia 10 de julho, Jadiel declarou Raul Ferraz como candidato único. No dia seguinte, em reunião na casa de Sebastião Castro, com a maioria do Diretório, a decisão da cúpula foi posta em xeque. Ilza Matos procurou o cunhado Jadiel Matos e destacou a politização do grupo de Sebastião e o apoio que ele tinha da maioria do Diretório. Jadiel refletiu e recuou, decidindo que Tião também seria candidato.⁷⁴

⁷¹ *O Jornal de Conquista*, 10/7/1976.

⁷² Aliados e/ou militantes do MDB mais próximos ao prefeito Jadiel Matos.

⁷³ *Tribuna do Café*, 10/7/1976.

⁷⁴ *O Jornal de Conquista*, 17/7/1976.

O novo posicionamento foi confirmado na terceira reunião do Diretório para tratar da matéria, no dia 17 de julho. O Diretório Municipal do MDB decidiu pela homologação das candidaturas de Raul Ferraz e Sebastião Castro. O primeiro candidato foi por decisão de Pedral e Jádriel: Raul, como único. A reação do grupo de Tião e da maioria do Diretório abriu espaço para o segundo candidato. Jádriel Matos garantiu que a Prefeitura Municipal não seria aparelhada por nenhum dos candidatos.⁷⁵ Por fim, vingou a proposta de Aníbal Lopes Viana, derrotada na reunião do dia 4 de julho.⁷⁶ A fissura não foi apenas para aquela eleição, pois o outrora aparentemente coeso MDB marcharia explicitamente dividido entre os seguidores de José Pedral e aqueles que contra ele se rebelavam.

Gildásio Cairo foi escolhido como o vice de Raul. A outra chapa do MDB foi composta por Sebastião Castro e Eduardo Khoury.⁷⁷ A convenção do partido para homologação formal na Justiça Eleitoral foi realizada no dia 21 de agosto e contou com cerca de 100 convidados. Destacou-se a presença de Josaphat Marinho e dos deputados federais, João Gilberto, do Rio Grande do Sul, e Araújo Jorge, do Rio de Janeiro.⁷⁸

Em comício realizado no dia 17 de setembro de 1976, na Praça do Carvão,⁷⁹ Raul Ferraz disse que, se fosse eleito, o primeiro nome do seu secretariado, para a Secretaria de Obras, seria José Pedral Sampaio. O convite foi imediatamente aceito. Pedral poderia, pela primeira vez após 1964, participar de forma ativa e aberta da administração pública.⁸⁰

Pesquisa realizada pela *Tribuna do Café* – sem informar o método utilizado – sobre a preferência do eleitorado conquistense pelos candidatos a prefeito apontava: Raul Ferraz (MDB) 34%; Edvaldo Flores (ARENA) 26%; Nilton Gonçalves (ARENA) 18%; Sebastião Castro (MDB) 12%; Emmanoel Machado (ARENA) 2% e sem definição 8%.⁸¹

A campanha do MDB não seguiu o clima de aparente unidade e parceria de 1972. Foram realizados quatro comícios conjuntos, nos quais

⁷⁵ *O Jornal de Conquista*, 24/7/1976.

⁷⁶ *O Jornal de Conquista*, 17/7/1976.

⁷⁷ *Tribuna do Café*, 10/8/1976.

⁷⁸ *O Jornal de Conquista*, 21/8/1976.

⁷⁹ Situada no bairro Brasil, atual Praça Desembargador Mármore Neto, zona oeste de Vitória da Conquista.

⁸⁰ *Tribuna do Café*, 18/9/1976.

⁸¹ *Tribuna do Café*, 21/9/1976.

as divergências internas tornaram-se públicas, com o extrapolar por parte de apoiadores das duas candidaturas. Em comício no dia 3 de outubro de 1976, na Praça Misael Marcílio,⁸² vaia prolongada contra o deputado estadual Elquisson Soares, por parte de “raulistas”, decepcionaram muitos dos presentes, levando alguns a declarar mudança de voto de Raul para Sebastião.⁸³ Por outro lado, Elquisson Soares tornou públicas disputas internas em comício realizado na Praça Barão do Rio Branco para cerca de 5 mil pessoas e chocou a muitos quando declarou que renunciaria ao mandato de deputado estadual caso Raul Ferraz fosse eleito prefeito. As rusgas no MDB levaram ao crescimento das expectativas arenistas nas eleições municipais.⁸⁴

Talvez tardiamente, Jádriel Matos optou por Sebastião Castro como o seu candidato à sucessão. A definição pública de Matos se deu por meio de um manifesto direcionado aos “homens, mulheres e crianças de Conquista”. No manifesto, o prefeito criticava o capital estrangeiro, que, na sua avaliação, esmagava a economia e concentrava nas mãos de poucos o trabalho da nação. Apresentava o momento político como grave, considerava que o salário mínimo não atendia às necessidades do trabalhador, constatava a inflação fora de controle e afirmava que o povo brasileiro estava afastado e marginalizado do processo político do país. Relembrava a campanha de 1972 e se apresentava como homem de oposição ao Regime, defensor de Vitória da Conquista na qualidade de capital regional. Afirmava, por fim, que fizera um trabalho de base, no qual estudou e buscou resolver os problemas mais importantes da cidade, promovendo o crescimento.

Dando sequência, Jádriel Matos, numa espécie de balanço ou prestação de contas da sua administração, relacionou seus feitos: plano diretor urbano; luta para fortalecer a economia regional apoiando a cafeicultura; prioridade aos problemas da zona rural com estradas, escolas e atendimento médico e odontológico e valorização da urbanização dos bairros periféricos. Reivindicou para si o implantar de uma semente nova

⁸² Situada no bairro Guarani, parte alta de Vitória da Conquista.

⁸³ *O Jornal de Conquista*, 9/10/1976.

⁸⁴ *Tribuna do Café*, 23/10/1976.

na administração, sem os vícios do clientelismo e controles familiares do passado, a qual passou a pôr o interesse da maioria acima dos interesses de um pequeno grupo de poderosos, que via Vitória da Conquista como sua propriedade. Encerrou reconhecendo que muito ainda havia por fazer e indicava o voto para Sebastião Castro e Eduardo Khoury, como participantes diretos do projeto de 1972 e mais preparados para administrar a cidade e expressar o melhor espírito do MDB, podendo fazer um governo de continuidade e dignidade.⁸⁵

Relativamente à avaliação do seu mandato, Jádriel Matos ficou marcado no imaginário político da cidade como um dos melhores prefeitos que tivera, pois, com austeridade, imprimiu realizações que superaram às dos anteriores: calçamento de bairros populosos e periféricos, construção de prédios escolares na sede e no interior do município, extensão da rede elétrica, construção de aguadas e açudes na zona rural, assistência médica em todo o município e luta junto à Embasa para que fosse estendido o abastecimento de água nos bairros (VIANA, 1982). Toda a referência popular e o capital político advindo não foram o bastante para que Matos elege-se o sucessor de sua preferência, nem tivesse forças para superar a liderança de Pedral no partido.

O MDB venceu as eleições, todavia, numa cidade que, desde a eleição anterior, construía a imagem de baluarte oposicionista ao Regime, o segundo candidato mais votado individualmente foi um arenista. As divergências internas abalaram mais o MDB, que, ao torná-las públicas, decepcionou parte do seu eleitorado e desviou a atenção das velhas fissuras existentes na ARENA. Dos 50.034 eleitores, 35.195 (70,39% do eleitorado inscrito) compareceram às urnas. Destes, 411 (1,17% dos votos válidos) votaram em branco e 568 (1,61%) anularam os votos. O MDB obteve 20.298 votos (57,82%), 11.116 para Raul Ferraz e 9.182 para Sebastião Castro. A ARENA recebeu 13.918 votos (39,65%), 10.852 para Edvaldo Flores, 2.748 para Nilton Gonçalves e 318 para o insistente Emmanoel Machado Lopes.⁸⁶ Nilton Gonçalves reassumiu a chefia do Centro Regional Integrado de Vitória da Conquista, do qual havia se afastado para disputar a Prefeitura Municipal.⁸⁷

⁸⁵ *O Jornal de Conquista*, 9/11/1976.

⁸⁶ *O Jornal de Conquista*, 20/11/1976.

⁸⁷ *O Sertanejo*, 8/1/1977.

3.3 A CONQUISTA DO MDB – O APROFUNDAMENTO DOS CISMAS LOCAIS

Após a eleição municipal de 1976, a luta pelo controle do Diretório do MDB em Conquista recrudescceu. Zerenildo Rocha declarou que era hora de separar a água do óleo e que o Diretório do MDB precisava ser dissolvido, por ser controlado pela família do ex-prefeito Jadiel Matos.⁸⁸ A direção local do partido, após a derrota de Sebastião Castro, enfatizou a sua postura independente em relação ao prefeito eleito e a José Pedral, que era acusado abertamente de caciquismo e de pessedismo (foi do PSD), de querer submeter demais lideranças ao seu controle e de decidir pelo MDB nas disputas eleitorais. O grupo formado por Jadiel Matos, Elquisson Soares e Sebastião Castro contestava Pedral, não como líder político de forte representatividade na cidade, mas como um chefe na agremiação partidária. Para Gildásio Cairo, Pedral era um líder natural e autêntico, já Elquisson era árvore infrutífera.⁸⁹

No dia 27 de dezembro de 1976, foram diplomados os vereadores eleitos⁹⁰ no pleito de novembro. O MDB conquistou sete cadeiras no parlamento municipal.⁹¹ O posicionamento das forças e grupos políticos na Câmara de Vereadores não estava plenamente definido, pois ainda se desenvolveram ações judiciais que traziam a sombra da indecisão e da transitoriedade no Legislativo local. Por seis votos a um, o TRE havia acolhido a impugnação da tentativa de reeleição do vereador Ney Ferreira e Silva, o mais votado. A decisão foi motivada pela denúncia que pesava contra o vereador conquistense de crime contra o patrimônio.

⁹²Zerenildo Rocha entrou na Justiça para solicitar a impugnação de Ilza e Jesiel, por serem cunhados de Jadiel – Jesiel da ARENA, Ilza do

⁸⁸ *Tribuna do Café*, 27/11/1976.

⁸⁹ *Tribuna do Café*, 2/12/1976.

⁹⁰ *O Jornal de Conquista*, 1/1/1977.

⁹¹ José Flordoaldo Góes, Ilza Viana Matos, Antônio Reis, Natelino Ribeiro Prado, Fernando Eleodoro de Santana, Florivaldo Oliveira Leite e Naason Carvalho Silva. A ARENA, por sua vez, conseguiu cinco vagas na Câmara: Jesiel Norberto da Silva, Jordaens Rodrigues Silva, Gésner de Oliveira Chagas e Manoel Ramaldes Rocha. Misael Marcílio dos Santos (ARENA) não compareceu. Ficaram como suplentes do MDB: 1º) Ney Ferreira e Silva; 2º) Zerenildo Rocha (não compareceu) e 3º) Elias Dias Lima. Os suplentes da ARENA foram: 1º) Lanteny Nunes Braga; 2º) Erasthostenes Menezes e 3º) Pedro Alexandre Jardim (não compareceu).

⁹² *Tribuna do Café*, 14/10/1976.

MDB, mas ligada a Jadiel e Sebastião. Zerenildo, num só ato, concederia três vitórias ao grupo de Pedral, ao qual estava ligado: retiraria um vereador da ARENA, excluiria uma vereadora da outra facção do MDB e ingressaria como edil a serviço da nova administração.⁹³ Pedro Alexandre Massinha da Rocha Jardim, conhecido popularmente como Massinha, pela segunda vez candidato arenista, obteve 645 votos, mas foram excluídos 141 com a inscrição “Massinha” e não com o seu nome registrado na Justiça Eleitoral, o que não foi aceito como válido para o pleito.. O candidato também moveu ação para impugnar a eleição de Jesiel Norberto (ARENA), pelo parentesco com Jadiel Matos.⁹⁴ Foi iniciado o período legislativo sem a definição final dessas querelas jurídicas.

Ilza Matos e Jesiel Norberto tiveram os seus mandatos preservados. Todavia, a Câmara passaria a ter nova composição quando, no dia 11 de novembro de 1977, por decisão do Superior Tribunal Federal, Lanteny Nunes de Lima Braga (ARENA) assumiu o lugar de Humberto Murilo Flores Santos (MDB), que teve o seu diploma cassado. O MDB passou a ter sete vereadores e a ARENA seis. A perda do diploma de Humberto Flores deveu-se ao fato de Ney Ferreira e Silva (MDB) ter a sua candidatura cassada pela juíza eleitoral nas eleições de 1976. Ney recorreu e ganhou junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas a ARENA apelou, e em 23 de março de 1977 o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificou a decisão da primeira instância. Os votos dados a Ney Ferreira foram subtraídos, e o MDB perdeu uma vaga na Câmara, justamente a de Humberto Flores, que passou à condição de primeiro-suplente. Humberto foi auxiliar de Régis Pacheco (quando este era governador da Bahia) e era considerado um dos membros históricos do MDB, pertencente à ala liderada por Pedral e era filho do ex-intendente deposto na Revolução de 1930, Otávio Santos. Em substituição a Humberto Flores na vice-presidência da casa, foi eleito Naason Carvalho (sete votos do MDB), que derrotou Misael Marcílio (seis votos da ARENA).⁹⁵

⁹³ *Tribuna do Café*, 9/12/1976.

⁹⁴ *O Jornal de Conquista*, 27/11/1976.

⁹⁵ *O Fife*, 15/11/1977.

Raul tomou posse em solenidade realizada no Fórum João Mangabeira no dia 1º de fevereiro de 1977,⁹⁶ e, finalmente, quatro dias depois, foi anunciado o secretariado.⁹⁷ Apesar de anunciado desde a campanha, José Pedral não comporia formalmente o secretariado. Segundo Raul Ferraz, o grupo político avaliou que poderia soar provocação ao Regime nomear Pedral para alguma secretaria, pois ele ainda estava sob as restrições legais de um cassado político e vivia-se numa época pré-anistia. Todavia, Ferraz afirmou que Pedral Sampaio tinha assento nas reuniões dos secretários que ocorriam toda segunda-feira na Prefeitura Municipal, com uma participação ativa na administração.⁹⁸

A eleição de Raul Ferraz ocorreu num período de início do processo que ficou conhecido como o da Abertura, mas que sofreu marchas e contramarchas. Em 17 de janeiro de 1976, nas dependências do II Exército em São Paulo, morreu o operário Manuel Fiel Filho. O episódio, somado à morte do jornalista Vladimir Herzog nas mesmas dependências em outubro do ano anterior, levou o presidente Ernesto Geisel a exonerar do comando do II Exército o general Ednardo D'Ávila Melo. A eleição já foi realizada sob as normas da “Lei Falcão”, que impunha severas restrições à propaganda eleitoral na TV (SKIDMORE, 1988). Para a Vitória da Conquista daqueles dias, tal condição restritiva era inócua, pois o sinal recebido era transmitido por emissoras de Salvador muito precárias, com chuviscos e quedas constantes.

O ano de 1977, primeiro do mandato de Ferraz, foi marcado logo no início pelo recesso de quatorze dias do Congresso Nacional, decretado pelo presidente Geisel. Durante tal período, em 13 de abril, foi editado um conjunto de leis, que pejorativamente ficaria conhecido como “Pacote de Abril”, composto de uma emenda constitucional e de seis decretos-leis, que, uma vez outorgados, alteravam o futuro pleito. Para as eleições de

⁹⁶ *O Jornal de Conquista*, 5/2/1977.

⁹⁷ Djalma Evandro Nobre (chefe de Assessoria e Relações Públicas); Gilberto Quadros de Andrade (chefe de Gabinete); José Willian de Oliveira Nunes (secretário do prefeito); Maria Celeste Rosa França (secretária de Administração); Clóvis Raimundo Gomes de Assis (secretário de Saúde e Bem-Estar Social); Vivaldo Bacelar de Oliveira (secretário de Finanças); José Marcelino Rosa e Silva (secretário de Obras e Urbanismo); Vicente Cassimiro (secretário de Educação e Cultura); Carlos Murilo Pimentel Marmore (chefe de Assessoria Jurídica).

⁹⁸ FERRAZ, Raul Carlos Andrade. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

1978, foram renovados dois terços do Senado Federal, porém o temor do governo a um novo revés, como em 1974 – quando perdeu na maioria das unidades da Federação –, fez com que uma nova regra garantisse a maioria governista no Senado do país: metade das vagas em disputa foi preenchida pelo voto indireto do colégio eleitoral, cuja composição comportava os membros da Assembleia Legislativa e delegados das Câmaras Municipais. Desse modo, um terço dos senadores não foram sufragados pelo voto direto e sim referendados após uma indicação do presidente da República, os chamados “senadores biônicos”. Tal medida visava garantir ao Regime uma bancada maior no Congresso Nacional. O “pacote” também estabelecia a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos, a manutenção de eleições indiretas para governadores e o aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso Nacional. No último dia do ano, Geisel lançou a candidatura do general João Batista de Oliveira Figueiredo para sucedê-lo (FAUSTO, 2001).

Um dos marcos fundamentais na administração Raul Ferraz foi a criação da Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista⁹⁹ (EMURC).¹⁰⁰ Segundo Ferraz, a EMURC foi um instrumento imprescindível para o desenvolvimento de obras no município, pois o poder público municipal tinha sérias limitações para as suas ações. O salário do prefeito era quase simbólico, ainda assim um secretário só poderia receber no máximo 80% do valor recebido pelo chefe do Executivo e os funcionários, a partir do terceiro escalão, no máximo 80% dos proventos de um secretário. Tal situação praticamente impossibilitava o recrutar de técnicos capacitados ao valor que o mercado oferecia. O município também tinha restrições de crédito por seu endividamento que o impediam de tomar empréstimos ou comprar com prazo no mercado e então viabilizar obras de maior envergadura. Limitações desse nível foram superadas pela EMURC, que tinha prerrogativas para contratar técnicos e especialistas ao

⁹⁹ *Tribuna do Café*, 14/2/1978.

¹⁰⁰ A empresa foi criada por meio da Lei Municipal n.º 134, de 23 de novembro de 1977. Sua primeira diretoria foi constituída, segundo o Decreto 955, de 10 de fevereiro de 1978, do prefeito, que nomeou Carlos Murilo Marmore Pimentel para presidente; Tharcísio Augusto de Azevedo para diretor administrativo; e Sílvio Gomes Correia para diretor técnico. Carlos Murilo Marmore, bacharel em direito pela UFBA, era ex-assessor jurídico da Prefeitura Municipal. Ele ocupou a diretoria administrativa e financeira da Cia. Telefônica de Vitória da Conquista e esteve à frente do Clube de Televisão.

preço do mercado, acessar crédito, além de ser autossuficiente, na medida em que poderia prestar serviços a empresas privadas e a outros municípios.

Para Raul, sem a EMURC seria muito difícil a sua administração realizar obras da relevância do Ginásio de Esportes, do Cristo de Mário Cravo, da duplicação da Avenida Bartolomeu de Gusmão e do viaduto do bairro Guarani e também adquirir a usina de asfalto. As obras e a própria empresa foram no conjunto um legado do seu período à frente da Prefeitura.¹⁰¹

A criação da EMURC se deu por iniciativa do Executivo, mas houve relevante participação da Câmara no seu aprimoramento, por meio de discussões e debates. Os vereadores Fernando Eleodoro, Ilza Matos e Jesiel Norberto foram a Campo Grande, em Mato Grosso, para conhecer projeto semelhante. O Legislativo Municipal promoveu reunião com economistas, advogados e outros especialistas para reunir informações técnicas e propôs modificações no projeto. O prefeito aceitou: proibição de secretários exercerem função remunerada na EMURC; bens da EMURC aprovados previamente e informados à Câmara Municipal; e abertura de crédito para a empresa. No entanto, apresentou vetos: aval da Prefeitura Municipal à EMURC só mediante aprovação da Câmara Municipal; proibida a participação de representantes de entidades de classe no Conselho da EMURC. A Comissão de Justiça da Câmara optou pela queda dos vetos. Foi mantido aquele relativo ao aval da Prefeitura e derrubado o impedimento à participação de representantes de entidades de classe.¹⁰²

O prefeito Raul Ferraz, por sua habilidade em tratar com a oposição e por certa dose de adesismo oportunista na ARENA local, não teve maiores problemas dentro do Legislativo local. O comportamento arenista demonstrava a continuidade da falta de coesão apresentada em momentos passados e já abordada no presente texto. Dois vereadores votavam favoravelmente ao prefeito. Os vereadores em questão eram Ramaldes Rocha e Jordaens Rodrigues – o primeiro fora ardente opositor do ex-prefeito Jadiel Matos.

¹⁰¹ FERRAZ, Raul Carlos Andrade. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

¹⁰² *O Fíjô*, 1/11/1977.

A postura arenista na Câmara pode ser explicada pelo artificialismo dos partidos após o Ato Institucional n.º 2, de 1965, que, com as limitações na organização partidária, praticamente impôs o bipartidarismo. Os partidos existentes, ARENA e MDB, eram, na verdade, frentes políticas pró e contra o Regime, respectivamente, e abarcavam as mais díspares posições políticas.

O mandato de Raul Ferraz terminaria em janeiro de 1981, todavia, em 1980, o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo decretou a prorrogação dos mandatos municipais¹⁰³ de prefeitos e vereadores por dois anos. Os eleitos em novembro de 1976 permaneceram na direção de municípios até 31 de janeiro de 1983. Raul se afastou em 1982 para se candidatar a uma cadeira na Câmara Federal. Consequindo tal feito, não retornaria à Prefeitura, tendo sido o seu mandato concluído pelo vice, Gildásio Cairo.

Com a posse de Cairo na Prefeitura de Vitória da Conquista, a cidade ficou sem vice até 28 de maio de 1982, quando, em sessão presidida por Ilza Viana Matos, a Câmara Municipal elegeu Oriosvaldo Silva Pontes¹⁰⁴ para aquela função. Oriosvaldo Pontes havia sido vereador e chefe de Gabinete da Prefeitura no governo Jadiel Matos.

No processo eleitoral de 1978, o MDB de Vitória da Conquista apresentou, respectivamente, como candidatos a deputado estadual e federal os seguintes nomes dispostos em duas chapas: Gilberto Quadros com Antônio José, e Jadiel Matos com Elquisson Soares. Cogitou-se ainda a possibilidade da dobradinha Ilza Matos e Elquisson Soares, ficando Jadiel Matos como candidato a vice-prefeito numa possível futura chapa encabeçada por Sebastião Castro, o que não se confirmou.¹⁰⁵

No campo da ARENA, a ordem do presidente Geisel era que seu partido se unificasse. Quem ganhou em Conquista foi Leônidas Cardoso. Com a possibilidade do retorno de Antônio Carlos Magalhães à chefia do Executivo Estadual e Orlando Spínola como vice, Leônidas ficou na expectativa de ser o único candidato da ARENA local à Assembleia

¹⁰³ Emenda aprovada pela Mesa do Congresso Nacional no dia 9 de setembro de 1980.

¹⁰⁴ Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, a qual estabeleceu os princípios básicos do atual sistema eleitoral brasileiro e ampliou o campo de atuação dessa Justiça especializada.

¹⁰⁵ *Tribuna do Café*, 13/1/1978.

Legislativa.¹⁰⁶ Orlando ficaria frustrado mais uma vez na sua expectativa de se tornar vice-governador, contudo conseguiria mais um mandato para a Assembleia Legislativa (oitava eleição consecutiva). Também foram eleitos para o parlamento do Estado Leônidas (ARENA) e Jadiel Matos (MDB). Para o Congresso Nacional, a cidade elegeu apenas Elquisson Soares, perdendo uma cadeira com a não reeleição de Antônio José Sá Nascimento.

¹⁰⁶ *Tribuna do Café*, 13/1/1978.

CAPÍTULO IV

VELHAS DISPUTAS NO NOVO QUADRO PARTIDÁRIO

4.1 O FIM DO BIPARTIDARISMO E AS NOVAS DINÂMICAS NA BUSCA POR ESPAÇO DE PODER NO NOVO CONTEXTO

Significativos passos foram dados no processo de abertura política em 1979. No dia 1º de janeiro, foi declarado extinto o Ato Institucional n.º 5, que havia plenificado a Ditadura, em termos de restrição de direitos dos cidadãos, em dezembro de 1968. Com a promessa de fazer do Brasil uma democracia e de ser o último presidente do ciclo militar, tomou posse, em 15 de março, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que, em 28 de agosto, decretaria a Lei da Anistia, que ainda fez restrições aos que foram condenados pelos crimes considerados mais graves pelo Regime, isentou de responsabilidades os que haviam torturado e matado em nome da Ditadura, mas que, enfim, permitiu a libertação de detidos, o retorno de exilados e restabeleceu os direitos políticos dos cassados. Com o projeto de lei enviado ao Congresso¹ e aprovado em novembro de 1979 (SKIDMORE,

¹ Lei n.º. 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da lei n.º. 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do art. 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional n.º. 11, de 1978. Dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei n.º. 1.541, de 14 de abril de 1977.

1988), suprimiu-se o modelo de organização partidária imposto pelo Ato Institucional nº. 2, de 1965, e restabeleceu-se o pluripartidarismo.

A partir de 1980 restabeleceu-se o sistema pluripartidário, com partidos nacionalmente organizados. O MDB tornou-se PMDB, com o “P” necessário para o registro e cuja exigência aparentemente visava descaracterizar a sigla. A ARENA (ou segmentos dela) tornou-se um certo Partido Democrático Social (PDS), de sustentação do governo, e perdeu importância mais tarde com a ascensão do governo do PMDB. Outras três legendas organizaram-se inicialmente. [...] Na esteira da tradição do antigo PTB, digladiaram-se na justiça eleitoral Ivete Vargas, reivindicando, pelo sobrenome e tradição política, a antiga legenda e Leonel Brizola, antigo líder radical do PTB, assumindo a tradição reformista do trabalhismo. A justiça concedeu a Ivete Vargas a cobiçada legenda, cabendo a Brizola a legenda do PDT (Partido Democrático Trabalhista), no qual instalou-se com seus correligionários. [...] A partir das greves do ABC paulista, em 1979, surgiu a nível nacional um novo Partido de esquerda, o PT (Partido dos Trabalhadores), sob a liderança do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Um efêmero PP (Partido Popular) foi organizado com políticos egressos da ARENA e MDB, contando com inúmeros banqueiros em seus quadros. Esse Partido fundiu-se ao PMDB (FERREIRA NETO, 1995).

Em 13 de novembro de 1980, o Congresso Nacional restabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais e extinguiu as eleições indiretas para parte do Senado, acabando com a figura do “senador biônico”.

Em Vitória da Conquista, tanto os antigos arenistas quanto os antigos mdbistas reproduziram, de certo modo e em menor escala, os movimentos e as tendências de organização das novas agremiações em âmbito estadual e federal.

O Partido Democrático Social (PDS) foi o destino praticamente absoluto dos antigos membros da extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O novo partido – sigla de plantão na defesa e com identidade direta com o Regime instalado em 1964 –, no início de 1980, dava os seus primeiros passos em Conquista. No dia 27 de fevereiro de 1980, no

auditório da Coopmac – Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense –, ocorreu uma reunião dos líderes do partido na cidade, presidida pelo membro da Executiva Estadual, o deputado Orlando Spínola, com a participação de Herbert Paranhos, Antônio Nery, Emmanoel Machado e Orlando Leite. Os presentes defenderam um partido forte e coeso.

Participaram também da reunião Edvaldo Flores e Iran Gusmão. Este apresentou o PMDB de Vitória da Conquista como um “saco de gatos” dividido entre dois grupos: Pedral com Raul e Jadiel com Elquisson, mas, mesmo assim, forte.² Iran Gusmão, considerado um dos mentores do PDS local, informou à *Tribuna do Café* que, no segundo semestre, a Executiva Estadual deveria encaminhar o material de filiação para instalar na cidade a comissão executiva, que procederia à eleição do Diretório local³ em até 60 dias. Entretanto, o próprio Iran Gusmão rompeu com o grupo que articulava o PDS e tornou-se presidente do Partido Popular em Vitória da Conquista.⁴

O novo partido escolhido por Iran não teve vida longa. Acompanhando o rumo tomado nacionalmente, vinte e um membros do Partido Popular (PP) do Diretório de Vitória da Conquista se reuniram para decidir a incorporação do partido ao PMDB. Foi escolhida uma comissão⁵ para manter contatos com o PMDB na cidade e reivindicar um terço do Diretório e indicar Antônio José Nascimento e Altamirando (Iran) Gusmão como candidatos, respectivamente, a deputado federal e estadual, Clóvis Flores e Robério Sampaio para prefeito e vice-prefeito, respectivamente, e Aníbal Lopes Viana como candidato a vereador. O presidente local do PP enviou ofício ao PMDB no qual demarcava tais exigências, feitas para a consumação da fusão partidária.⁶ Com a união PMDB/PP, a oposição ao Regime, e seus representantes no Estado, poderia ficar com quatro candidatos à Assembleia Legislativa em Vitória da Conquista, Ilza Matos, Coriolano Sales, Jordaens Rodrigues e Iran Gusmão, e com três candidatos

² *Tribuna do Café*, 1/3/1980.

³ *Tribuna do Café*, 13/3/1980.

⁴ *Tribuna do Café*, 29/10/1981.

⁵ A comissão foi formada por Altamirando (Iran) Gusmão Cunha, Robério Sampaio e Antônio José Nascimento. Assumiram a suplência Afrânio Garcez e Aníbal Lopes Viana, esse último em substituição ao vereador Jordaens Rodrigues, que se recusou a participar.

⁶ *Tribuna do Café*, 15/1/1982.

a deputado federal, Raul Ferraz, Elquisson Soares e Antônio Nascimento.⁷ Ao cabo do processo eleitoral de 1982, para a Câmara Federal, foi eleito Raul, e reelegeu-se Elquisson. Nascimento não mais se reelegeria para o parlamento. Conquistam cadeiras na Assembleia Legislativa Coriolano Sales e Altamirando (Iran) Gusmão.

Voltando à questão das organizações partidárias, em 5 de outubro de 1980 ocorreu eleição do Diretório Municipal do PDS. Segundo Leônidas Cardoso, o ex-presidente da extinta ARENA, Renato Rebouças, controlava a maioria dos 400 convencionais. As chapas foram oficializadas no dia 25 de setembro, com o despontar de nomes como: Raimundo Bahia Nova, Edvaldo Flores, Pedro Moraes, Fernando Spínola e Jaymilton Gusmão Cunha. Renato Vaz Rebouças, líder da ARENA por anos, abriu mão da presidência, ele que era o principal mantenedor financeiro da velha ARENA e continuou a exercer tal papel no novo partido.⁸

No segundo semestre de 1981, o ponto central das pautas dos partidos passou a ser a sucessão municipal, prevista para o ano seguinte. No dia 24 de outubro de 1981, ocorreu reunião do PDS com a presença dos deputados Leônidas Cardoso e Edvaldo Flores e do vereador Lantenei Nunes Braga, visando o fortalecimento do partido na cidade. O nome de Margarida Oliveira Cunha⁹ foi lançado como possível candidata à Prefeitura

⁷ *Tribuna do Café*, 12/12/1981.

⁸ *Tribuna do Café*, 24/9/1980.

⁹ Nasceu em 9 de setembro de 1950, em Salvador. Atuou como advogada e funcionária pública. Foi: funcionária do Ministério da Previdência Social (1965-1983); agente da Previdência Social, em Vitória da Conquista; diretora do Centro Regional Integrado (CERIN) da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; suplente do secretário de Planejamento, no Conselho Administrativo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1983-1986); membro titular para representar o Ministério da Educação no Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); delegada do Ministério da Educação na Bahia (1986-1990); superintendente legislativo da Assembleia Legislativa (1995-1998); e técnica da Superintendência Legislativa (1999-2000). Aposentou-se como procuradora autárquica federal do Ministério da Previdência Social. Desde 1990, dedica-se a atividades sociais ligadas à religião evangélica. Foi eleita para deputada estadual pelo PFL (1991-1995) e vice-prefeita de Vitória da Conquista (1993-1996), tendo renunciado ao mandato. Foi secretária da Executiva Regional do PFL desde 1993; e vice-líder da Maioria (ALBA, 1991-1994). Na Assembleia Legislativa, atuou como: presidente da CPI sobre Convênios Eleitorais (1993); vice-presidente da Comissão de Educação, Esportes e Serviços Públicos (1993); titular das Comissões: Proteção ao Meio Ambiente (1991), Educação, Esportes e Serviços Públicos (1991-1994), Desenvolvimento Econômico e Turismo (1993-1994); suplente das Comissões: Desenvolvimento Econômico e Turismo (1991-1992), Fiscalização e Controle (1991-1992), Defesa do Consumidor (1992-1994), CPI sobre o Hospital da Mulher de Feira de Santana (1992), CPI da Corrupção (1992), CPI sobre a Caixa de Previdência Parlamentar (1992-1993), CPI da Nordeste Linhas Aéreas (1993), Direitos Humanos (1993-1994) e Proteção ao Meio Ambiente (1993-1994).

Municipal, devendo ter o apoio do então candidato do partido ao governo do Estado, Clériston Andrade. O vereador Lanteneu afirmou para a *Tribuna do Café* que, até aquele momento, só existia o partido da *Aspas*.¹⁰ Lanteneu assegurou que o partido estaria aberto a todos, até a Renato Rebouças, e teria reuniões quinzenais, independentemente da presença de Renato, já que até então o PDS só se reunia com a presença daquele empresário. Lanteneu afirmou que as decisões seriam democráticas e que todos os membros seriam ouvidos e votariam em igualdade de condições.¹¹ O posicionamento do vereador indicava a tendência do partido em Conquista de romper com a tutela econômica de Rebouças, que havia sido útil aos representantes locais do Regime desde a década de 1960. Muitos partidários o consideravam um mal necessário ou “o dinheiro de Renato é que era necessário”. E o PDS de Conquista, sem o apoio financeiro de Renato Rebouças, iria funcionar? Eis a questão que, em 1982, seria posta em evidência.

As facções do PDS em Conquista apresentavam práticas e hábitos cultivados na velha ARENA e que lhes custavam constantes derrotas eleitorais. Oriundo do MDB, o advogado Djalma Nobre externou a preocupação com o imobilismo do PDS e apontou a necessidade de antecipação às ações do partido, para evitar os erros da ARENA, que só se movimentava quando dos pleitos.¹²

Nesse sentido, ainda sob a presidência de honra de Renato Rebouças, os pdsistas de Conquista começaram a ensaiar reformulações e a discutir nomes para a sucessão municipal, mesmo reconhecendo a popularidade de Margarida Oliveira, galgada especialmente pelo trabalho do INPS local, o que lhe dava uma base eleitoral junto à população carente. Também reconhecendo a força do ferrenho opositor ao Executivo Municipal, Lanteneu Nunes, a avaliação mais corrente no partido era de que o único candidato capaz de enfrentar José Pedral Sampaio, na sucessão de Raul Ferraz, seria Nilton Gonçalves, último dos arenistas a ser eleito prefeito, com uma trajetória política que remontava à década de 1950.

¹⁰ Aspas, empresa de construção civil pertencente a Renato Vaz Rebouças, presidente de honra do partido e principal financiador da legenda em Vitória da Conquista.

¹¹ *Tribuna do Café*, 25/10/1981.

¹² *Tribuna do Café*, 25/10/1981.

O temor se firmava na certeza de que Pedral seria candidato. Após ter restabelecidos os seus direitos políticos, voltaria não mais como o grande articulador de lideranças das campanhas de outros, como foi com Jádriel e Raul, ou como eminência parda das administrações desde 1973, mas voltaria como candidato, com a força do capital político que acumulou, cujas características podem ser assim especificadas: imagem construída na trajetória de jovem prefeito eleito em 1962; identificação com Brizola/Jango na turbulenta conjuntura do início dos anos 60; vítima do golpe de 1964, que lhe tirou um mandato legítimo; expressiva liderança oposicionista na Bahia, e, em 1982, poderia legitimar e legalmente retomar ao cenário político.¹³

A reflexão em torno da unidade e do fortalecimento do PDS para enfrentar José Pedral com seus direitos plenamente restabelecidos no palco da política conquistense não se materializou. As facções existentes desde a ARENA, que, às vezes, aparentavam unidade nos palanques, mas que sempre cultivaram sérios conflitos internos, continuaram na nova agremiação. Assim coexistiam grupos distintos ao final de 1981. O presidente de honra, Renato Rebouças, tinha sua ala e convidava seus liderados a assumir candidaturas. As outras facções eram: grupo dos Spínola; grupo Edvaldo Flores/Leônidas Cardoso/Lanteney Braga; e os “novíssimos progressistas”, grupo composto, entre outros integrantes, por Adail Paixão, João Carlos Ferraz, Ademário Santos, Arivaldo Santana e Oswaldo Ladeia. Falava-se em palanques separados. Dois candidatos disseram “sim” e estavam em campanha pelo PDS: Lanteney Nunes Braga e José de Oliveira Sales. A terceira sublegenda foi disputada por Margarida Oliveira Cunha, Jesiel Norberto, Raimundo Bahia Nova, Ruy Alves Brito, Nelival Pereira Sá (pelo grupo progressista) e Guilherme Lamego, entre outros candidatos.¹⁴

Depois de muita indecisão, o Diretório do PDS de Vitória da Conquista oficializou a candidatura de Margarida Oliveira à Prefeitura. Para compor a chapa, dois nomes estavam em evidência: Gilberto Quadros [ex-MDB] e Fernando Spínola. Entretanto, uma comissão do PDS progressista

¹³ *Tribuna do Café*, 12/12/1981.

¹⁴ *Tribuna do Café*, 12/12/1981.

liderada por Orlando Ribeiro foi à casa do presidente de honra do partido, Renato Rebouças, para levar assinaturas e exigir uma sublegenda, o que foi concedido, tendo sido aberta a possibilidade de lançar o nome de José de Souza Filho ou de Ademário Santos, os mais cotados. A disputa interna perduraria por mais quatro meses, até o partido local decidir por três sublegendas, com as candidaturas de: Isnard Vasconcelos, Margarida Oliveira Cunha e Manoel Augusto Sales Figueira.¹⁵

No âmbito da disputa pelo Executivo Estadual, o candidato do PDS foi o pastor, ex-presidente do Baneb – Banco do Estado da Bahia –, o carlista Clériston Andrade, que faleceu no dia 1º de outubro de 1982, num acidente de helicóptero nas montanhas do município de Caatiba,¹⁶ em plena campanha eleitoral. Ele foi substituído pelo ex-prefeito de Feira de Santana, João Durval Carneiro, que teve como vice o conquistense Edvaldo Flores. Este estava insatisfeito com os progressistas locais que apoiaram a candidatura dos deputados Henrique Brito e João Alves Almeida (PDS) à reeleição e também o secretário de Educação, Eraldo Tinoco, também candidato a deputado. O que sobraria para ele?¹⁷ Sobrou de imediato a vaga na Câmara Federal, pois saíria da suplência para substituir Henrique Brito,¹⁸ todavia surgiu a surpreendente vaga de vice-governador.¹⁹

O galgar de Flores à condição de candidato a vice-governador na chapa de João Durval, posição que havia sido desejada por Orlando Spínola em conjunturas passadas, deu um fôlego maior ao PDS de Conquista, com o aceno da promessa de maior acesso ao Executivo Estadual. Esse novo ânimo se refletiu também na campanha municipal, com aparente unidade da legenda, que teve como auge a realização de um grande comício, em frente ao Seminário Nossa Senhora de Fátima,²⁰ com os três candidatos do PDS à Prefeitura Municipal: Isnar Vasconcelos, Manoel Augusto e

¹⁵ *Tribuna do Café*, 24/7/1982.

¹⁶ Município localizado na Região Sudoeste do Estado da Bahia, distante 76 quilômetros de Vitória da Conquista e 552 de Salvador.

¹⁷ *Tribuna do Café*, 12/12/1981.

¹⁸ Henrique Brito Naomar Alcântara, Rogério Rego, Luís Calmon, Adauto Pereira, Fernando Presídio e Fernando Babelos morreram no acidente de helicóptero em que também morreu o candidato a governador pelo PDS, Clériston Andrade, próximo à cidade de Caatiba, na Região Sudoeste do Estado.

¹⁹ *Tribuna do Café*, 9/10/1982.

²⁰ Situado no encontro das avenidas Brumado e Frei Benjamin, no Bairro Brasil, na Zona Oeste da cidade.

Margarida Oliveira. O ato foi organizado pelo Comitê Central Edvaldo Flores e encerrado pelo próprio candidato a vice-governador. Aquele foi o momento de maior expressão de força isolada – sem adesão ou fusão com grupos de peso do antigo MDB – que tiveram os partidários da velha ARENA em Vitória da Conquista. Sonhavam ganhar a Prefeitura, e teriam a vice-governadoria.²¹

No campo do extinto MDB, da mesma forma que aconteceu em âmbito nacional, ocorreu dispersão em siglas diversas: PMDB, PP, PTB, PDT e PT. Os velhos arenistas migraram, em bloco, para o PDS e ainda contaram com o adesismo de alguns ex-mdbistas,²² como foi o caso em Vitória da Conquista de Gilberto Quadros.²³

O PMDB recebeu a maioria dos antigos membros do MDB, mas não todos. Setores ligados à Igreja Católica e vinculados às Comunidades Eclesiais de Base, militantes de esquerda com inspiração marxista de diferentes tendências, intelectuais, sindicalistas e estudantes fundaram um, ainda incipiente, Partido dos Trabalhadores.

Quando a sigla não havia sido ainda apropriada por Ivete Vargas, ensaiou-se fundar por estas terras o Partido Trabalhista Brasileiro, liderado por Leonel Brizola. O ex-governador dos gaúchos teve que se contentar em criar uma legenda, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), para abrigar a si e a seus seguidores. Convidados pelos líderes Waldir Pires, Josaphat Marinho e Rômulo Almeida, os oposicionistas de Vitória da Conquista, Carlos Murilo Mármore e Gilberto Quadros (antes de aderir ao PDS), participaram de reunião em Salvador com a presença de Brizola e ficaram incumbidos de organizar o partido na cidade, o que não foi levado adiante.²⁴

O PMDB, no dia 28 de setembro de 1981, fez uma grande demonstração de força, mas também transpareceria o preservar das velhas fissuras. Realizou-se um grande comício na Praça Barão do Rio Branco,

²¹ *Tribuna do Café*, 26/10/1982.

²² *Tribuna do Café*, 15/7/1982.

²³ Ex-candidato a prefeito, pelo MDB, em 1966, quando foi o mais votado individualmente, e em 1972; vereador e ex-candidato a deputado estadual pelo MDB. Quando ligado ao grupo pedralista, foi secretário municipal. Não apenas filiou-se ao partido dos velhos adversários como também resolveu atender aos pedidos e foi concorrer, pelo PDS, a uma cadeira na Câmara Municipal.

²⁴ *Tribuna do Café*, 6/3/1980.

com a presença de grandes líderes da agremiação. Falaram no ato: o presidente local do partido, Everardo Públio de Castro, o prefeito Raul Ferraz, José Pedral Sampaio, o presidente regional do PMDB, Rômulo Almeida, e o possível candidato ao governo do Estado, Waldir Pires.

Os oradores se pautaram em temas relacionados à carestia, à fome e a críticas ao Regime e ao governo do Estado. As fissuras foram expostas pelas comentadas ausências do deputado Francisco Pinto, também postulante ao governo baiano, e do médico Sebastião Castro, que buscava suceder a Raul Ferraz. A comitiva, que havia passado por 15 municípios, retornou para Salvador. O evento foi animado por um trio elétrico pertencente ao vice-prefeito Gildásio Cairo.²⁵

4.2 O PROCESSO ELEITORAL DE 1982

Para o pleito de 1982, a candidatura de José Pedral Sampaio era considerada natural. Foi a primeira eleição em vinte anos que o experiente líder poderia se candidatar. No seu grupo político, a disputa era pela condição de vice na sua chapa. José Willian de Oliveira Nunes partiu em uma peregrinação buscando apoio para ser vice na chapa do PMDB na sucessão de Raul Ferraz. Willian, então secretário de Expansão Econômica, fez um abaixo-assinado nos distritos, mas afirmava que, no último caso, seria candidato a vereador. De fato, pegou o caminho do Legislativo local.²⁶ Chegou-se a cogitar os nomes de Clóvis Flores e Fernando Dantas Alves,²⁷ mas a escolha recaiu sobre Hélio Ribeiro,²⁸ que foi contatado em nome do grupo por Dilson Ribeiro de Oliveira, primo de José Pedral. Segundo Hélio, o convite foi uma busca do grupo pedralista de um nome de fora que ampliasse a inserção em novos setores, buscando inclusive uma

²⁵ *Tribuna do Café*, 30/9/1981.

²⁶ *Tribuna do Café*, 12/12/1981.

²⁷ *Tribuna do Café*, 11/3/1982.

²⁸ Hélio Ribeiro dos Santos nasceu em Japomirim, distrito de Boa Nova. Ele passou a infância em Jequié. Nessa cidade, cursou Contabilidade na Escola Técnica e trabalhou como escriturário na Casa Moderna. Atuou no Banco do Brasil, à disposição da Ceplac, de 1965 a 1968. Em Vitória da Conquista, trabalhou na agência do Banco do Brasil até 1975, quando se exonerou para dedicar-se a empresa da família; assumiu a presidência do laticínio Lavisa, entre 1976 e 1982; foi coordenador de Cursos Masculinos, da Igreja Católica; presidiu a comissão de festa da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias; e foi presidente do Rotary Club.

aproximação com a Igreja Católica e o envolvimento com a Diocese, além de uma atuação à frente do grupo de Concílio²⁹, a qual já o credenciava. Segundo Hélio, o aceitar do convite se baseou na convicção de que o católico deveria ter também inserção na vida política da sociedade, em consonância com a doutrina social da Igreja, em especial as orientações emanadas da Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Puebla (México) no final dos anos 70. Ao aceitar a condição de candidato a vice, afirmou que, em caso de êxito na eleição, seria participativo na administração municipal.³⁰

A candidatura de José Pedral Sampaio não foi a única do PMDB. As lideranças que rivalizavam com ele desde o final do mandato de Jadiel e no processo eleitoral de 1976 lançaram também a postulação de Sebastião Rodrigues Castro, que havia concorrido com Raul no pleito anterior.³¹

A convenção do PMDB, no dia 6 de agosto, no Cine Madrigal³², durou das 16 às 23 horas e homologou a Chapa 1 – José Fernandes Pedral Sampaio e Hélio Ribeiro – e a Chapa 2, com Sebastião Castro e Jadiel Matos, após a leitura da ata de encerramento, configurando a divisão do PMDB.

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores já havia realizado, no dia 1º de agosto de 1982, na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, a convenção para a escolha de candidatos para o pleito de 15 de novembro e também ratificou os candidatos a governador e vice pela legenda. A chapa homologada foi composta pelo advogado Ruy Hermann Araújo Medeiros e pelo trabalhador rural Noeci Ferreira Salgado³³, candidatos a prefeito e vice-prefeito respectivamente.³⁴

O cartório da 40ª Zona Eleitoral, presidida pelo juiz José Bispo, anunciou oficialmente a inscrição de 69.377 eleitores para o pleito de 15 de novembro de 1982.³⁵ A cidade se consolidava como o terceiro colégio eleitoral do Estado da Bahia.

²⁹ Concílio Familiar Cristão, grupo católico com atual pastoral voltada para casais e famílias.

³⁰ RIBEIRO, Hélio. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

³¹ *Tribuna do Café*, 24/7/1982.

³² Maior cinema de então, com cerca 800 lugares, situado no centro da cidade.

³³ Militante oriundo do trabalho de base da Igreja Católica, atuante na defesa dos posseiros do Pau-Brasil (Barra do Choça), membro do comando de greve dos catadores de café em 1980 e dos organizadores da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista.

³⁴ *Tribuna do Café*, 31/7/1982.

³⁵ *Tribuna do Café*, 27/10/1982.

Mesmo com o reforço de Edvaldo Flores na vice-governadoria e da votação expressiva de Margarida Oliveira, o PDS foi derrotado, repetindo a saga arenista ocorrida desde 1972. De forma análoga ao pleito anterior, apesar do respeitado Jádriel Matos como vice, Sebastião Castro, mais uma vez, foi derrotado pelo grupo liderado por Pedral. Ainda sendo um dos articuladores mais importantes das campanhas do MDB desde a fundação do partido e tendo tido uma liderança basilar para os êxitos em Conquista e fortalecimento no Estado, a eleição de 1982 era especial para José Pedral, pois marcava o seu retorno, pelo voto popular, ao cargo do qual o arbítrio o havia retirado – voltava ao controle da municipalidade, como chefe do Executivo, sem intermediários. Em Vitória da Conquista, o processo de redemocratização se apresentava mais concreto. De certo modo, era um reencontro com um passado e um projeto interrompido pelo Golpe Empresarial-Militar de 1964. Era uma revanche, dentro da lei e no campo democrático. Auspiciosa também foi a notícia de que, em seu conjunto, a oposição conquistara a maioria na Câmara dos Deputados e vencera para os governos de dez estados da Federação, sendo absoluta no sudeste, onde o PMDB elegeu Franco Montoro em São Paulo, Gerson Camata no Espírito Santo e Tancredo Neves nas alterosas mineiras e o PDT conquistou o Rio de Janeiro com Leonel Brizola.

Na votação de 1982, José Fernandes Pedral Sampaio conquistou 16.664 votos (34% dos votos válidos); Sebastião Rodrigues Castro adquiriu 15.319 (31,26%); Margarida Oliveira alcançou 14.333 votos (29,25%); Manoel Augusto Sales Figueira chegou a 1.929 (3,93%); Ruy Hermann Araújo Medeiros obteve 638 (1,3%) e Isnard Vasconcelos limitou-se a 121 votos, ou seja, a apenas 0,24% dos votos válidos (VIANA, 1982).

O retorno de Pedral (PMDB 1), entretanto, foi maculado pelas denúncias de fraude eleitoral feitas por Lanteny Nunes Braga (PDS) e Ilza Matos (PMDB 2) na Câmara Municipal. Ambos o acusavam de ser favorecido por irregularidades. Os pontos principais da denúncia eram pautados na utilização de ônibus vindos de cidades vizinhas a serviço do PMDB 1, substituição de cédulas de Sebastião Castro (PMDB 2) encontradas no lixo por cédulas de José Pedral e uso de 500 carros com numeração de José Pedral no transporte de eleitores no dia do pleito.³⁶

³⁶ *Tribuna do Café*, 1/12/1982.

O advogado Orlando Leite Júnior, em visita à *Tribuna do Café*, afirmou que delegados da Polícia Federal, designados pelo TRE, estiveram em Vitória da Conquista, no dia 14 de dezembro, a fim de apurar possíveis irregularidades nas eleições.

Margarida Oliveira, candidata a prefeita pelo PDS 1, e Orlando Leite Júnior, delegado do partido, deram entrada no TRE, em novembro daquele ano, solicitando abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico³⁷ e desvio ou abuso do poder de autoridade em benefício de candidato ou partido político por parte do juiz da 40ª Zona Eleitoral, José Bispo dos Santos, e do PMDB 1. O juiz foi citado por considerar que a eleição havia sido tranquila e ordeira, já o PMDB 1 por pintar o número dos candidatos nos carros e transportar eleitores.

Segundo Orlando Leite Júnior, a Polícia Federal ouviu: Elquisson Soares (deputado federal), Leônidas Cardoso (deputado estadual), Herzem Gusmão (radialista), Nívea Gouveia (jornalista), Adalmária de Carvalho Mello (advogada), Carlos Nápoli (advogado) e o comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar em Vitória da Conquista, o coronel Francisco Menezes.³⁸

Apesar dos protestos do PDS e do PMDB 2, no dia 16 de dezembro de 1982, na Câmara de Vereadores, foram diplomados os eleitos no dia 15 de novembro:³⁹ No governo do estado, tomou posse João Durval Carneiro, o ex-prefeito de Feira de Santana e participante dos governos de Antônio Carlos Magalhães (1971-1974 e 1979-1983) como chefe do Centro de Desenvolvimento Industrial e da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Na condição de vice-governador, assumiu Edvaldo Flores – três vezes deputado federal entre os anos de 1959 e 1975, havia iniciado sua carreira política como prefeito de Vitória da Conquista, no

³⁷ Lei nº. 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

³⁸ *Tribuna do Café*, 16/12/1982.

³⁹ José Fernandes Pedral Sampaio e Hélio Ribeiro, prefeito e vice-prefeito respectivamente, os vereadores eleitos pelo PMDB, José Willian de Oliveira Nunes, Virgílio Mendes (Vivi), Everardo Públio de Castro, José Flordaldo Góes, Pedro Alexandre Massinha da Rocha Jardim (Pedro Massinha), Ariosvaldo Silva Prado, Osvaldo Pedro, Ilza Viana Matos, Ubirajara Mota e Robério Sampaio, e os vereadores eleitos pelo PDS, Lanteny Nunes Braga, Manoel Ramaldes Rocha, Gésner de Oliveira Chagas, Eugênio Flores e Antônio Aragão. Houve renovação de dois terços do Legislativo Municipal. Da extinta ARENA, retornaram Lanteny Nunes Braga, Ramaldes Rocha e Gésner Chagas; do antigo MDB, apenas se reelegeram Ilza Matos e José Góes.

período de 1954 a 1958.⁴⁰ Em Vitória da Conquista, afirmando naquela conjuntura sua identidade oposicionista ao Regime e a seus representantes no Estado, mormente o grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães, o mais votado candidato ao governo do estado foi Roberto Santos, com 31.078 votos, mais que o dobro dos votos conquistados por João Durval, com 15.085. Edival Passos, do Partido dos Trabalhadores, que contava como vice em sua chapa com o líder camponês José Gomes Novais⁴¹, o qual possuía domicílio político em Conquista, limitou-se a 606 votos, número muito próximo ao alcançado pelo candidato do partido à Prefeitura, Ruy Medeiros, o que talvez indique uma identidade entre os eleitores da agremiação naquele contexto.

4.3 ARTICULAÇÕES DAS ELITES LOCAIS E POSICIONAMENTOS PARA A CONQUISTA DE ESPAÇOS DE PODER

Pouco depois da posse de José Pedral, já começavam a emergir nomes de postulantes à sua sucessão. O mais cotado era o do vice-prefeito Hélio Ribeiro, mas também figuravam, ainda no campo do pedralismo, os nomes do ex-prefeito Gildásio Cairo, do presidente da EMURC, Carlos Murilo Mármore e do ex-secretário de Saúde, Clóvis Assis. No PDS, despontavam os nomes de Margarida Oliveira, Athemiro Correia Leite, Manoel Augusto e Lanteneu Nunes Braga. Com forte tendência a migrar para o PDT – legenda que despontava como alternativa aos descontentes no PMDB local –, aparecia o sempre prefeiturável Sebastião Castro. O empresário Jório Pereira também não escondia suas pretensões à Prefeitura Municipal.⁴²

⁴⁰ *O Radar*, 15/3/1983.

⁴¹ José Gomes Novais nasceu em 29 de outubro de 1928, no distrito de Pariconha, município de Água Branca, em Alagoas. Participou da criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais em seu Estado natal; participou da Ação Popular; foi vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas e da Confederação Nacional dos Trabalhadores (1963); fundou a Cooperativa Agropecuária dos Trabalhadores Rurais de Água Branca; foi vereador pelo MDB em Água Branca (1966); vinculando-se ao PC do B, fez parte do Comitê Central; na clandestinidade, foi deslocado para Vitória da Conquista, onde atuou junto à Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base; foi fundador do Partido dos Trabalhadores; fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, sendo secretário Rural Nacional e posteriormente vice-presidente para a Região Nordeste do Brasil, membro da Executiva Estadual e primeiro presidente da Regional do Sudoeste da Bahia. Faleceu em 22 de junho de 1992, quando estava na linha de frente nas articulações da candidatura de Guilherme Menezes (PV) e José Raimundo Fontes (PT) para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

⁴² *Tribuna do Café*, 25/3/1983.

Ainda no primeiro ano de mandato de Pedral, as peças no tabuleiro político de Conquista começavam a assumir uma configuração surpreendente, ao considerarmos os embates políticos desde a década de 1950 e os principais sujeitos de tais embates. Apresentando discursos pragmáticos, José Pedral afirmava não ter falado de falta de prestígio do vice-governador Edvaldo Flores e este, por sua vez, afirmava que a hora era de união por Conquista, pois não estavam em disputa eleitoral.

O vereador José Willian de Oliveira Nunes, outrora resistente a qualquer aproximação com os arenistas, afirmou na Câmara que eram necessários o apoio estadual e o federal ao prefeito e que as rixas deveriam ser esquecidas naquele momento em que o vice-governador estava se mostrando aberto ao diálogo.

Algo de novo começava a ser gerado na capital do Sertão da Ressaca.⁴³ Essa aproximação de velhos e ferrenhos adversários poderia ser aproveitada pelo grupo do PMDB 2 para desqualificar o grupo político do prefeito Pedral perante o eleitorado. Desde meados dos anos 70, o grupo que se agregava ao PMDB 2 se apresentava como o mais autêntico e politizado da oposição na Bahia e, por meio do deputado Elquisson Soares, estava sempre, de forma feroz, pronto para acusar de adesistas os que buscassem qualquer aproximação, negociação ou relação pragmática com o governo do Estado. Contudo, novos acontecimentos começavam a fragilizar o aparente discurso combativo. Por ato do governador João Durval Carneiro, o médico Sebastião Castro foi nomeado para o Conselho da UESB, onde estavam o próprio governador e o secretário Estadual de Educação. Castro entrou como representante da comunidade conquistense (expressão imprecisa), mas não foi eleito, não teve nenhuma referência de apoio, especialmente no meio acadêmico. Sem posicionamentos críticos, aceitou ser um corpo estranho imposto à nascente instituição pelo governador ao qual ele e o seu grupo afirmavam fazer oposição.⁴⁴

⁴³ Denominação usada no século XVIII para designar o altiplano entre o Rio Pardo (ao sul) e o Rio das Contas, a grosso modo correspondente à região Sudoeste do Estado da Bahia, onde se situa Vitória da Conquista.

⁴⁴ *Tribuna do Café*, 16/9/1983.

Os ventos da mudança do final da Ditadura, que trazia os ares da reconciliação dos setores contentes com os descontentes com o Golpe Empresarial-Militar de 1964, também cruzavam as arredondadas elevações da Serra do Periperi. As movimentações no campo pedralista, na perspectiva da sucessão municipal, continuariam ao longo de todo o mandato dos eleitos em 1982, de forma semelhante ao que ocorrera em 1976, e revelariam fissuras no grupo liderado pelo prefeito. O vice-prefeito Hélio Ribeiro, que assumia a Prefeitura a toda ausência do titular, sempre apresentando muita autonomia, era visto como forte candidato. Clóvis Assis, ex-secretário de Saúde, considerado como homem forte da ala raulista, sempre reafirmava a sua pretensão. Murilo Mármore, presidente da EMURC desde a sua fundação, era considerado o candidato de Pedral, que, na condição de prefeito e líder do grupo, não se pronunciava. O ex-prefeito Gildásio Cairo, por sua vez, não abria mão de ser candidato e se apresentava com o slogan “o que é bom repete, Gildásio na Prefeitura”. Sebastião Castro, independentemente da legenda a que se vinculasse, continuava a acalantar a vontade de ser prefeito de Vitória da Conquista.⁴⁵

O governador João Durval Carneiro demonstrava preocupação com o PDS de Vitória da Conquista: a desorganização foi considerada fator preponderante do desempenho nas eleições de 1982. Na avaliação de Carneiro, não foi o PMDB que venceu, mas o PDS que perdeu. Antonio Carlos Magalhães, ao nomear Margarida Oliveira para o CERIN, gerou celeuma no partido, pois demitiu o presidente local, Nilton Gonçalves. Além disso, outros ficaram com ciúme, pois tinham a pretensão de ocupar o cargo.

O periódico *Radar* considerou correto o ato do ex-governador, por prestigiar Margarida Oliveira, que conquistou 14 mil votos, 60% dos votos do partido. O governador João Durval marcou encontro para preencher cargos de confiança com lideranças do PDS de Vitória da Conquista. Nesse sentido, foi realizada reunião das lideranças pedessistas da cidade com o vice-governador Edvaldo Flores, o deputado estadual Leônidas Cardoso e a diretora do CERIN. Tal iniciativa levou à união na composição do

⁴⁵ *Tribuna do Café*, 11/2/1984.

Diretório Municipal: presidente, Edvaldo Flores; vice-presidente, Margarida Oliveira; Leônidas Cardoso, como delegado. Isnar Vasconcelos apelou para a lealdade entre as facções do PDS e lembrou o nome de Manoel Augusto para integrar a executiva, o que foi aceito.⁴⁶

O ano 1984 teve o seu primeiro semestre agitado pela campanha das “Diretas Já”, iniciada em fevereiro do ano anterior, a qual por todo o país realizou comícios e diversas manifestações em apoio ao PEC (Projeto de Emenda Constitucional) do deputado Dante de Oliveira, que apontava para a escolha do sucessor do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo pelo voto direto. Também em Conquista foi realizado um comício pelas Diretas no dia 23 de março, com a participação de todos os partidos de oposição ao Regime, sindicatos, movimentos estudantis e organizações populares. O evento, realizado na Praça Barão do Rio Branco, coincidiu com o comício do Rio de Janeiro.⁴⁷

Quando o “carneval das diretas se transformou no baile de máscaras do colégio eleitoral”,⁴⁸ com a recusa da citada emenda em votação na Câmara de Deputados, em 25 de abril de 1984, a política no país e no Estado passou por transformações que levaram a novas composições e alianças, que seriam consideradas improváveis em anos anteriores. O marco inicial de tais transformações foi a divisão do PDS, seguida pelo advento do Partido da Frente Liberal. A nova legenda partidária agregou os ex-pdsistas, velhos arenistas, para embarcarem na “Aliança Democrática” – criada e firmada em compromisso escrito em 7 de agosto de 1984, com o objetivo de apoiar a chapa de candidatura à Presidência da República formada por Tancredo Neves e José Sarney⁴⁹ para disputa do pleito indireto no colégio eleitoral.

Os signatários deste documento, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da Frente Liberal,

⁴⁶ *Tribuna do Café*, 10/9/1983.

⁴⁷ *Tribuna do Café*, 31/1/1984.

⁴⁸ MEDEIROS, Ruy Herman de Araújo. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 17 de julho de 2010.

⁴⁹ Tancredo Neves e José Sarney venceram no colégio eleitoral a disputa com Paulo Maluf pela Presidência da República no dia 15 de janeiro de 1985. Em razão da enfermidade de Tancredo, José Sarney tomara posse no dia 15 de março. Tancredo Neves faleceria em 21 de abril do mesmo ano.

objetivando a consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social, deliberam constituir uma “Aliança Democrática”, aberta aos partidos políticos e demais forças democráticas, para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República às próximas eleições e instituir um Governo que promova o encontro do Estado com sociedade e concretize o bem comum (CHACON, 1985).

A tendência de reposicionamento dos agrupamentos políticos no fito de dominar espaços de poder também se deu em Vitória da Conquista, com uma ampla movimentação de políticos do PDS para outras agremiações. O caminho trilhado pela maioria dos ex-pdsistas levou-os para o Partido da Frente Liberal, agremiação escolhida pelo governador João Durval e pelo ministro das Comunicações e ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Naturalmente o PFL tornou-se a legenda preferida dos políticos ligados ao carlismo.⁵⁰ Todavia, na nova sigla, as velhas fissuras provocadas pelas facções desde a ARENA e o PDS se reproduziriam. No campo carlista da cidade, a liderança que ganhava maior projeção era Margarida Oliveira, ex-candidata a prefeita de Vitória da Conquista, em 1982, pelo PDS. Ela havia sido nomeada para o Cerin – desde o período da direção de Nilton Gonçalves, tal órgão serviu como uma agência de clientelismo aos correligionários do governador de plantão no Estado –, em janeiro de 1983, por Antônio Carlos Magalhães, permanecendo no cargo até 7 de março de 1986, quando foi nomeada para a Delegacia do Ministério da Educação e Cultura em Salvador. A posse de Margarida Oliveira no novo cargo contou com a presença de prefeitos, do vice-governador Edvaldo Flores, do deputado estadual Leônidas Cardoso e do diretor da 20ª Dires – Direção Regional de Saúde –, Antônio Nápoli.⁵¹

A ascensão de Margarida provocava ciúmes e acirrava as disputas no seio do partido. Fazia oposição interna à nova liderança o grupo liderado pelo deputado estadual Leônidas Cardoso e composto, entre outros militantes partidários, por: Berenice Marcílio, Antônio Aragão, Antônio Nápoli, Lanteny Nunes Braga, Lourdes Novato, Nélío Mendes

⁵⁰ *Tribuna do Café*, 8/1/1984.

⁵¹ *O Radar*, 15 a 31/3/1986.

e Herbert Paranhos – este último costumava afirmar que o grupo detinha 70% dos 1.847 filiados.⁵²

Na convenção municipal do PFL,⁵³ no dia 6 de julho de 1986, a tônica foram os insultos e as disputas acirradas entre os grupos do deputado Leônidas Cardoso e o da delegada do MEC.⁵⁴ No entanto, apesar da animosidade, surgiu uma chapa de conciliação com Margarida Oliveira e o diretor da Dires, Antônio Nápoli, que era ligado a Cardoso. A briga parecia ter sido adiada no ano eleitoral. Para as eleições daquele ano, o nome de Josaphat Marinho foi aclamado como candidato do Partido da Frente Liberal ao governo do Estado. No discurso de encerramento, o deputado Leônidas Cardoso destacou o fato de buscar um candidato no antigo MDB por visar o melhor para a Bahia, numa referência ao vínculo anterior às hostes oposicionistas do candidato Josaphat, considerado no passado um líder da ala “autêntica”: “Na ala ‘autêntica’, havia um líder que vinha de antes de 64, Josaphat Marinho, o último dos líderes fundadores do MDB ainda na política” (FLEISCHER, 1981).

Os advogados Herbert Paranhos e Afrânio Garcez, ligados a Leônidas, ainda ameaçaram anular a convenção, mas se limitaram à ameaça.⁵⁵ Ao final, prevaleceu a chapa apresentada como a fusão na “experiência e liderança”, eleita para o Diretório Municipal com uma comissão executiva⁵⁶ e quarenta e cinco membros e quinze suplentes.

As novas composições e alianças causavam estranheza mesmo em velhos políticos. Altamirando Novais, que foi atuante vereador antipedralista no PTB e mais ainda na ARENA, dizia-se desencantado ao ver Josaphat Marinho, outrora oposicionista, com o governador João Durval e com Antônio Carlos Magalhães e Waldir Pires com o ex-governador Luís Viana

⁵² *Tribuna do Café*, 4/7/1986.

⁵³ Esteve presente à Convenção do Partido da Frente Liberal Aníbal Lopes Viana, um dos líderes do MTR no pleito de 1962 e também um dos detidos quando do impacto do Golpe de 1964 na cidade – posteriormente, foi vereador pelo MDB, e, juntamente com José Gil Moreira (ex-PTB e ARENA), passou a integrar o Diretório do PFL.

⁵⁴ Participaram 682 convencionais, representando 40% dos filiados, num total de 1.700.

⁵⁵ *Tribuna do Café*, 8/7/1986.

⁵⁶ A comissão executiva passou a ser composta por: Margarida Maria Lisboa Oliveira (presidente); Antônio Carlos Nápoli (vice-presidente); Orlando Silva Leite Júnior (secretário); Berenice Maria Marcílio dos Anjos (tesoureira); Antônio Aragão (primeiro-suplente); Mário Seixas Pereira (segundo-suplente) e Nelito Alves Mendes (terceiro-suplente).

Filho. Afirmou que, ao contrário de outros políticos, não iria para o PFL, ficaria no PDS, apesar de o PDS de Vitória da Conquista ter decidido pelo apoio à chapa do PMDB, composta por Waldir Pires e Nilo Coelho, para a disputa da vaga de governador e vice do Estado da Bahia no pleito de 1986.⁵⁷ Essas novas conformações partidárias determinariam o resultado da eleição para o governo do Estado da Bahia em 1986.

⁵⁷ *Tribuna do Café*, 29/5/1986.

CAPÍTULO V

A CONQUISTA DA BAHIA – ENCONTROS E DESENCONTROS NUMA DEMOCRACIA EM CONSTRUÇÃO

5.1 O GOVERNO WALDIR E A PROJEÇÃO DE CONQUISTA E DO PEDRALISMO NO ESTADO DA BAHIA

A eleição para o governo do Estado da Bahia, como não poderia deixar de ser, foi o processo político mais acentuado do ano de 1986. O PDS, que havia optado pelo apoio à chapa oposicionista, teve uma presença marcante no comício de Waldir Pires, realizado no mês de novembro, em Vitória da Conquista, com a participação de vinte e três diretórios do partido da região circundante. Em Conquista, o PDS, que apoiou Waldir Pires, contou com Geraldo Spínola (ex-diretor da Santa Casa, responsável pela expulsão de Jadiel Matos e filho do ex-prefeito arenista, Fernando Spínola), Ademário Santos, Adail Paixão, Ivonilton Gonçalves: o Vonca (filho do ex-prefeito arenista e ex-presidente do PDS, Nilton Gonçalves), Edvaldo Flores Júnior (filho do vice-governador Edvaldo Flores), Eugênio Flores, Herly Flores, Alfredo Nova, Djalma Nobre (candidato a vice-prefeito em 1982) e Isnard Vasconcelos (um dos candidatos a prefeito pelo PDS em 1982 e proprietário do jornal *Tribuna do Café*).¹

¹ *Tribuna do Café*, 12/11/1986.

Na campanha vitoriosa de Waldir Pires, Conquista teve participação relevante. A coordenação-geral foi exercida por José Pedral Sampaio, que, juntamente com o chefe do departamento da capital, Mário Kertész, a propaganda e a imprensa, chefiadas por Tarso Franco,² e ainda um conselho político, formou o núcleo diretor da campanha até a eleição. Durante os quatro meses de afastamento de Pedral da Prefeitura de Conquista, a chefia do Executivo Municipal foi entregue ao vice, Hélio Ribeiro.

No pleito de 1986, foram candidatos à reeleição na Assembleia Legislativa: Altamirando Gusmão (Iran Gusmão) e Coriolano Sales pelo PMDB, bem como Leônidas Cardoso pelo PFL. Pleiteavam um primeiro mandato: Sebastião Castro (PDT) e Jordaens Rodrigues (PFL).³ Obtiveram sucesso: Coriolano Sales, Leônidas Cardoso e Sebastião Castro. Para a Câmara Federal, apenas foi eleito Raul Ferraz. Elquisson Soares tentava reeleição, mas não conseguiu a votação esperada.

Para o governo do Estado, a votação de Waldir Pires foi esmagadora em Vitória da Conquista, com 56.086 votos (66,46%)⁴ contra 16.264 (19,30%) de Josaphat Marinho. Era propalado que Pedral deu 78% dos votos de Conquista a Waldir.⁵

Para o Senado, a vitória da chapa do PMDB também foi esmagadora: Ruy Bacelar (PMDB), com 44.407 votos, Jutahy Magalhães (PMDB), 43.407, contra 16.189 de Lomanto Júnior (PFL) e 13.206 de Félix Mendonça (PFL).⁶

No dia 15 de março de 1987, no Palácio da Aclamação, tomou posse o novo governador da Bahia, Francisco Waldir Pires de Souza, e seu secretariado. O cargo foi transmitido pelo governador em exercício, o conquistense Edvaldo Flores. O presidente Sarney foi representado pelo deputado federal Carlos Santana. O ex-governador, João Durval Carneiro, não participou da posse, para evitar constrangimento na festa dos eleitos, pois, na aguerrida campanha, as ofensas proferidas levaram a inevitável

² *Tribuna do Café*, 8/12/1986,

³ *Tribuna do Café*, 13/8/1986.

⁴ Demais números para o governo do Estado: Delma Gama, 825; Agostina Rocha, 548; votos nulos, 3.230; e votos em branco, 7.415.

⁵ *Tribuna do Café*, 8/12/1986.

⁶ Demais números para o Senado Federal: Geracina Aguiar (PT) – 3.177; Roque Aras (PT) – 1.779; Hélio França – 1.521; Getúlio Rocha – 1.460; votos nulos – 5.201; votos em branco.

desgaste.⁷ Flores, após transmitir o cargo a Waldir, foi à posse do secretário de Transportes,⁸ José Pedral Sampaio.

Com a ida do prefeito José Pedral Sampaio para a Secretaria dos Transportes, o vice-prefeito Hélio Ribeiro assumiu definitivamente a Prefeitura, em solenidade de posse que ocorreu no dia 12 de março de 1987⁹, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.¹⁰

Com o início do governo Waldir, Conquista despontava no Estado com a maior representação e influência política desde a administração de Régis Pacheco, no início da década de 1950, período em que o político, com base na cidade, chegou à chefia do Executivo Estadual. Na Assembleia Legislativa, a projeção também era marcante, com Coriolano Sales (PMDB) na condição de presidente e Leônidas Cardoso como vice-presidente (PDS). José Pedral, como secretário de Transportes, levou para sua secretaria considerável número de políticos¹¹ com base em Vitória da Conquista.¹²

⁷ *O Radar*, 15 a 31/3/1987.

⁸ *Tribuna do Café*, 25/3/1987.

⁹ *O Radar*, 15 a 31/3/1987.

¹⁰ A mesa da posse foi composta por: José Pedral, Dona Zica (esposa de Pedral), Hélio Ribeiro, D. Jônia (esposa de Hélio), José Willian de Oliveira Nunes (presidente eleito da Câmara Municipal), Gildásio Cairo, Carlos Murilo Mármore (presidente da EMURC), Iara Cairo (secretária de Educação), Ubirajara Mota (vereador e presidente do PCdoB), José Cerqueira (presidente da Associação de Moradores da Urbis I) e o funcionário municipal Adelino Costa. O mestre de cerimônia foi o radialista Edmundo Macedo. O presidente da EMURC leu o termo de posse nº. 622/87, de acordo com o Decreto Municipal 48/87. Iara Cairo falou em nome de todos os secretários municipais. O vereador Ubirajara Mota lembrou o afastamento de José Pedral após o Golpe de 1964 e afirmou que Pedral estimulou Vitória da Conquista e região a lutar contra a Ditadura Militar e que não iria decepcionar na equipe do governo estadual e ainda que Hélio Ribeiro iria dar sequência à sua obra no município. O presidente da Câmara, e consequente vice-prefeito, José Willian, falou do belo futuro de José Pedral, destacando a transparência da administração Pedral/Hélio. José Cerqueira, representando os presidentes de associações de moradores, destacou o momento histórico vivido, e Adelino Costa, em nome dos servidores públicos municipais, fez um relato das principais ações de José Pedral, que deixava a cidade, mas já estava a pensar em perspectivas políticas futuras. Murilo Mármore – diretor da EMUC – falou em nome do conjunto da administração municipal, apontando as perspectivas de José Pedral na Secretaria de Transportes do Estado e de Hélio Ribeiro na Prefeitura. Ao som da *Valsa da despedida*, de Francisco Petrónio, Pedral, aos prantos, só conseguiu falar obrigado. O último a falar foi o prefeito Hélio Ribeiro, que agradeceu a José Pedral e disse que administrar Vitória da Conquista era o maior desafio da sua vida até então.

¹¹ *Tribuna do Café*, 26/3/1987.

¹² Elísio Santana (chefe de Gabinete); Norberto Aurich (Navegação Baiana); Aliomar Coelho dos Santos (diretor-geral do DERBA); Telma Duarte (diretora de Administração); Wilson Marcílio (assessor especial) e Dirlei Bittencourt (inspetora de Finanças). Os nomes de Jordaens Rodrigues e Armênio Santos também estavam em evidência para possíveis cargos.

O grupo carlista, ao perder as eleições, lançou mão da tática da terra arrasada, característica dos derrotados em retirada. Waldir recebeu um Estado endividado e foi alvo de toda sorte de boicotes em âmbito federal – mesmo sendo ex-ministro da Previdência, teve que amargar a crescente influência do seu maior desafeto, Antonio Carlos Magalhães, no governo Sarney (GOMES, 2001). Com grupos de comunicação ao seu dispor, por meio do poder no Ministério das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães passou a ocupar a condição de braço direito de Sarney.

Antônio Carlos conseguiu articular a mudança do regimento da Constituinte, buscando meios de aprovar cinco anos de mandato para o presidente. O então líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que Sarney se antecipou e apoiou o parlamentarismo ao “nomear” Antônio Carlos seu “primeiro-ministro”. Junto com Prisco Viana (ministro do Interior e filiado ao PMDB), foi Antonio Carlos Magalhães um dos articuladores do “centrão” e o responsável por buscar apoio de deputados nos estados de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Bahia, prometendo benesses ou perseguição. Com todo esse poder, trabalhava para desmoralizar o governador Waldir.¹³

Os recursos de comunicação de que dispúnhamos eram irrisórios se comparados ao arsenal controlado por Antônio Carlos Magalhães. Embora vivamos num país de desmemoriados e de imprensa sujeita a periódicos surtos de conveniente amnésia, certamente não há quem se esqueça do nocivo trabalho que ele realizou durante o governo Sarney, como ministro das Comunicações. Foi o mentor e condutor do pródigo processo de concessão de emissoras de rádio e televisão que provocou, na época, sucessivas manchetes, revestindo-se de tamanha gravidade que até Comissão Parlamentar de Inquérito instituiu-se por meio do Senado para examinar o assunto, da qual foi relator o senador peemedebista Wilson Barbosa Martins. [...] sem o menor constrangimento ético, confessava em público que fazia “uso político das concessões de rádio e televisão” [...] a “generosidade” ministerial com os “amigos” tinha também uma função política, consolidando o malfadado Centrão

¹³ O Radar, 10/2/1988.

e reforçando o esquema de Sarney na votação da Constituinte (GOMES, 2001).

Em articulação com o prefeito Hélio Ribeiro e outras lideranças conquistenses, como Pedral Sampaio (secretário dos Transportes), Coriolano Sales (presidente da Assembleia Legislativa) e Raul Ferraz (deputado federal), o governador Waldir Pires decidiu deslocar-se para Vitória da Conquista, nos dias 21 e 22 de agosto de 1987, para manter contatos com prefeitos, vereadores e líderes da região.¹⁴ A comitiva foi composta por vários assessores e secretários de Estado. A candidatura de Waldir (quando ainda ministro da Previdência) havia sido lançada em Vitória da Conquista, e Pedral Sampaio foi o coordenador-geral da campanha, cujo lema foi “A Bahia vai mudar”.

De forma semelhante ao que fez Lomanto Junior em 1962 – quando Pedral era prefeito em seu encurtado primeiro mandato –, Vitória da Conquista voltou a sediar o governo do Estado, desta feita com o governador Waldir Pires e quase todo o seu secretariado. A propaganda oficial anunciava que a palavra de ordem era atender todas as reivindicações que visassem à melhoria dos diversos segmentos da cidade. Hélio Ribeiro cedeu a sede do Executivo Municipal ao governador e passou a assessorá-lo.

No dia 21 de agosto, deu-se a instalação oficial do governo da Bahia em Vitória da Conquista. Waldir Pires afirmou que orientou os seus secretários para ouvir o povo da cidade e região. Em seguida, a ata foi assinada por todas as autoridades presentes. Na tarde do dia 21, os secretários estaduais ocuparam as salas da Prefeitura, despachando e dando entrevistas. Waldir Pires, por sua vez, acompanhado por Hélio Ribeiro e pelos deputados Coriolano Sales, Sebastião Castro, Raul Ferraz e Filemon Matos, instalou-se na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para ouvir os líderes regionais que apoiavam o seu governo. Com o tempo de quatro minutos controlados pelo secretário da Assembleia Legislativa, Bonfim, cada representante apresentou suas reivindicações.¹⁵ Uma série

¹⁴ *Tribuna de Conquista*, 20/8/1987.

¹⁵ *Tribuna de Conquista*, 5/9/1987.

de atividades foram desenvolvidas¹⁶ no tempo em que a Governadoria funcionou na cidade.¹⁷ De forma muito semelhante à experiência de Lomanto Júnior em 1962, a visita de Waldir não teve efetivo resultado prático. As obras inauguradas já estavam prontas e foram encaminhadas antes da gestão do governador visitante. Às demandas apresentadas pela comunidade com maior custo, naquela conjuntura, o Estado não poderia responder. O evento serviu como propaganda do governo do Estado e demonstração do prestígio do grupo pedralista.

Com o controle político da municipalidade nas mãos do seu grupo e um grande prestígio em âmbito estadual, somados à adesão de antigos adversários, destacou-se Edvaldo Flores, que demonstrava a vontade de prosseguir na política, em especial de Vitória da Conquista, e estaria disposto a atrelar-se à liderança de José Pedral e a apoiar Murilo no pleito de 1988.¹⁸ Desde que iniciou sua carreira política, José Pedral vivia o seu melhor momento, tanto que passava cada vez mais a acalantar o sonho de ser governador do Estado. Todavia, a condição que havia galgado poderia conspirar contra suas pretensões.

Para Pedral, a Secretaria dos Transportes foi muito mais fonte de desgastes, que não aplanariam o seu caminho para a governadoria. As demandas de um setor fundamental para a infraestrutura do Estado eram numerosas e caras. A construção ou as reformas de estradas, que custariam milhões, não poderiam ser levadas a efeito pelo secretariado em um Estado falido. O não realizar de obras de grande envergadura, esperadas pelas diversas comunidades da capital e do interior, deixou para aquela administração, no seu conjunto, e para o secretário dos Transportes, em particular, a pecha da inoperância.¹⁹

¹⁶ No sábado dia 22, às 9 horas, José Carlos Capinam, secretário de Cultura, deu posse ao novo diretor do Centro de Cultura, o empresário Vicente Quadros. Às 10 horas, os secretários continuaram a despachar na Prefeitura, enquanto o governador se encontrava com representantes de entidades religiosas, clubes de serviço e movimentos filantrópicos. Na Câmara Municipal, às 12h30min, Waldir Pires e representantes da comunidade assinaram convênios. Às 15 horas, a comitiva seguiu para almoço na fazenda de Aliomar Coelho, próxima ao povoado dos Campinhos. O governador inaugurou, com o prefeito Hélio Ribeiro, feira coberta do bairro Brasil, situada no encontro das avenidas Ilhéus e Itabuna com a Avenida Brumado.

¹⁷ *Tribuna de Conquista*, 5/9/1987.

¹⁸ *Tribuna do Café*, 25/3/1987.

¹⁹ FERRAZ, Raul Carlos Andrade. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

5.2 QUERELAS LOCAIS E O PROCESSO ELEITORAL DE 1988

Passada a euforia da vitória, com a posse de Waldir Pires, e da “conquista da Bahia”, pelo prestígio pedralista, tentava-se voltar a uma rotina administrativa em Vitória da Conquista. Hélio Ribeiro determinou austeridade e, visando conter despesas, proibiu qualquer ajuda de custo superior a mil cruzados. As prioridades passaram a ser os pagamentos dos funcionários e dos fornecedores. A medida foi bem aceita pelo corpo administrativo e funcionários da Prefeitura Municipal.²⁰

As disputas e os descontentamentos em meio ao movimentado grupo pedralista voltavam a se acirrar e a mudar a disposição no tabuleiro político-partidário. A primeira mudança foi fruto de uma fatalidade: o falecimento, vítima de infarto, no dia 23 de abril de 1987, do vereador pelo PMDB, Robério Sampaio, cuja vaga na Câmara foi ocupada pelo primeiro-suplente e então secretário particular do prefeito, Humberto Flores.²¹

As demais mudanças foram produtos das defecções no próprio PMDB e no grupo pedralista. Em visita a Vitória da Conquista, José Pedral amargou a perda para a oposição do vereador Osvaldo Pedro e do engenheiro Nudd de Castro. Existia ainda a possibilidade de os vereadores Everardo Públio de Castro, Vivi Mendes, Zinho do Prado, José Góes e Ilza Matos também irem para o PDT, de Leonel Brizola. Pedral não confirmava a crise, mas admitia o desgaste em razão do descalabro – alta inflacionária e fisiologismo por exemplo – do governo Sarney e confessara que o governador Waldir estaria “disposto a investir nas prefeituras” para ter o apoio político, exceto naquelas com aliados de Antônio Carlos Magalhães.²²

O vereador Everardo Públio de Castro (PMDB) demonstrava insatisfação: “enquanto a pobreza aumenta, a única preocupação do presidente Sarney é com o seu mandato, o que está acabando com o PMDB”. Por sua vez, a vereadora Ilza Matos conclamava os vereadores

²⁰ *Tribuna de Conquista*, 14/4/1987.

²¹ *Tribuna de Conquista*, 13/5/1987.

²² *O Radar*, 10/2/1988.

para agir contra a onda de aumentos que assolava a cidade.²³ Ilza Matos, tradicional aliada de Sebastião Castro e Elquisson Soares, só esteve com Pedral quando chefiou o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).²⁴ Apesar desses atritos internos, os vereadores Everardo Públio, Zinho do Prado, José Góes e Ilza Matos permaneceram no PMDB e participaram ainda da chapa 2 do grupo de Pedral, Hélio e Murilo na convenção do PMDB em 27 de março de 1988.²⁵

Relegadas a segundo plano no ano eleitoral de 1986, as movimentações, articulações e composições na perspectiva da sucessão do prefeito Hélio Ribeiro foram retomadas no ano seguinte. No dia 30 de maio de 1987, ocorreu uma reunião do PMDB para analisar as candidaturas, quando emergiram três postulantes: Carlos Murilo Mármore (presidente da EMURC), Antônio Dantas e o ex-prefeito Gildásio Cairo.²⁶

Murilo Mármore era considerado o mais provável candidato à sucessão de Hélio Ribeiro pelo PMDB, pois contava com o apoio declarado da cúpula do Diretório; do secretário de Transportes do Estado; do prefeito; do deputado Coriolano Sales e do presidente da legenda, José Willian Nunes. Murilo habilmente aguardou o apoio de outros membros, como do ex-prefeito Gildásio Cairo, para declarar-se candidato.²⁷ Hélio Ribeiro – vinte e três dias depois – revalidou a avaliação de que, naquela conjuntura, Murilo era o mais preparado para a sucessão, em grande parte por sua experiência de uma década à frente da EMURC.²⁸

A decisão só foi tomada na convenção do PMDB. Ocorreram reuniões secretas, emergiram vários candidatos e aprofundaram-se as disputas nos bastidores. O presidente do PMDB em Vitória da Conquista, José Willian de Oliveira Nunes, resolveu socializar a discussão e marcou reunião na Câmara Municipal para 8 de setembro de 1987.

²³ *Tribuna de Conquista*, 7/6/1987.

²⁴ *Tribuna do Café*, 26/5/1988.

²⁵ *Tribuna do Café*, 26/3/1988.

²⁶ *Tribuna do Café*, 29/5/1987.

²⁷ *Tribuna do Café*, 10/7/1987.

²⁸ RIBEIRO, Hélio. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

O deputado federal Coriolano Sales vinha sendo reconhecido como o nome de consenso, mas outros surgiram: o deputado estadual Sebastião Castro, o ex-deputado federal Elquisson Soares, Clóvis Assis – que afirmou só abrir mão de sua candidatura em favor de Raul Ferraz: do contrário, continuaria na luta para fazer vinte mil filiações e tomar o Diretório –, Aliomar Coelho e Clóvis Flores, que também se destacaram e contavam com o apoio de Sebastião Castro e Elquisson Soares, que afirmavam não apoiar Murilo Mármore.²⁹ O encontro não surtiu o efeito unificador pretendido, pois Mármore continuou como o candidato oficial do pedralismo e os outros postulantes mantiveram suas movimentações no sentido de inverter o quadro até a convenção. Tentando reforçar a candidatura oficial, o prefeito Hélio Ribeiro se reuniu com os vereadores do PMDB, em seu gabinete na Prefeitura, para discutir a sucessão municipal, e o nome de Murilo saiu fortalecido.³⁰

O PDT de Vitória da Conquista apontava a tendência de apoiar Sebastião Castro, caso ele retornasse à legenda. Isso não ocorrendo, o nome do ex-prefeito e ex-deputado Jádriel Matos vinha sendo suscitado como o possível candidato.³¹

No campo pedralista, Clóvis Flores continuava a se afirmar como candidato a candidato pelo PMDB. Secretário de Finanças da Prefeitura, provedor da Santa Casa de Misericórdia, professor do Instituto de Educação Euclides Dantas (Escola Normal), ele declarava que, se não saísse candidato, apoiaria Murilo Mármore. Clóvis Assis continuava a se afirmar como candidato à convenção do PMDB, marcada para o dia 31 de janeiro de 1988. O ex-secretário de Saúde do governo, Raul Ferraz, era proprietário da Clínica de Urgência Pediátrica (CUPE), onde, sem nenhum pudor, dizia já ter atendido mais de 30 mil crianças, bancando alimentação e medicamentos por exemplo, e argumentava: “eu espero ser recompensado, gratificado com seu voto...”³² (claro, contava com os votos dos agradecidos pais). José Pedral afirmou ao *Radar*, no final de 1987, que as filiações feitas por Clóvis Assis não assustaram, pois muitos votariam no candidato do seu grupo. Pedral

²⁹ *Tribuna do Café*, 3/9/1987.

³⁰ *Tribuna do Café*, 6/10/1987.

³¹ *Tribuna do Café*, 7/10/1987.

³² O *Radar*, 4 a 9/11/1987.

também negou o seu retorno à Prefeitura, já que confiava na competência de Hélio Ribeiro no comando do processo de campanha.

Com todas as marchas e contramarchas, Murilo continuava sendo afirmado o candidato oficial. Lideranças políticas do PMDB passaram a organizar uma passeata em apoio a tal candidatura. Mármore se afastou do cargo de diretor-presidente da EMURC, em 28 de janeiro de 1988. Líderes de associações de moradores, maçonarias, sindicatos e clubes de serviços e funcionários públicos municipais fizeram uma reunião na área externa da empresa (final da Avenida Siqueira Campos) em homenagem a Murilo. Uma passeata saiu às 17 horas rumo à Prefeitura Municipal. Entre outras várias lideranças,³³ estava presente o secretário de Transportes do Estado, José Pedral. Faixas com a frase “Vá você também abraçar Murilo” foram confeccionadas. A participação de entidades tão diversas podia ser considerada um forte indício da capilaridade do pedralismo na cidade.³⁴ A passeata foi o grande ato de lançamento da candidatura de Murilo Mármore e uma grande demonstração de força e representatividade do grupo pedralista na cidade.³⁵

Como previsto, no dia 27 de março de 1988 aconteceu no Ginásio de Esportes a esperada e movimentada convenção do PMDB, na qual foram escolhidos os membros do Diretório e, consequentemente, o grupo político que teve força para escolher o candidato a prefeito. O evento foi agitado, com a circulação de veículos de portes diversos no transporte de convencionais e apoiadores de candidaturas e a ação dos cabos eleitorais das chapas 1 e 2: a chapa 1 bancada pelo médico Clóvis Assis e a chapa 2 da cúpula do partido, com Pedral, Hélio, Raul, Coriolano, Gildásio e Murilo. A chapa 2 obteve a vitória, com a margem favorável de 395 votos.³⁶

³³ Alberto de Oliveira Magalhães, o “Pombinho” (dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista), Armênio Santos (diretor da Coordenação da Defesa Civil do Estado da Bahia), Antônio Ferreira Coelho (presidente da Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal), Pedro Alexandre Massinha da Rocha Jardim, o Massinha (vereador e presidente da Liga Conquistense de Desportos Terrestres), José Willian de Oliveira Nunes (presidente da Câmara de Vereadores e vice-prefeito), Hélio Ribeiro (prefeito) e José Pedral, que decidiu acompanhar de perto a campanha em sua base eleitoral.

³⁴ *Tribuna do Café*, 26/7/1988.

³⁵ *Tribuna do Café*, 30/1/1988.

³⁶ *Tribuna de Conquista*, 2/4/1988.

A composição da chapa vitoriosa revelou a influência e a presença capilar do pedralismo em diferentes segmentos e organizações da sociedade, gravitando no entorno da grande estrela política conquistense de então.³⁷

A convenção marcou o cisma do PMDB, a intensa rivalidade, e a vitória do grupo pedralista levou Clóvis Assis a reclamar de fraude e do uso da máquina da Prefeitura Municipal.³⁸ Assis partiu para uma aproximação com Sebastião Castro, que se lançou candidato pelo PDT, negando a divulgada aliança com Pedral, patrocinada por Waldir Pires.³⁹

³⁷ Configuração e composição do Diretório: Antônio Gomes Dantas, Ariosvaldo (Zinho) Rodrigues do Prado (vereador), Everardo Públio de Castro (vereador), Ilza Viana Matos (vereadora), José Willian de Oliveira Nunes (vereador), José Flordaldo Góes (vereador), Pedro Alexandre Massinha da Rocha Jardim (candidato a vereador pela ARENA na década de 1970, suplente de vereador na ARENA de 1977 e vereador eleito pelo PMDB em 1982), Aliomar Lima, Eugênio dos Santos Flores (vereador), Humberto Murilo Flores dos Santos (ex-secretário municipal e do Estado e ex-vereador), Álvaro Pithon Brito, Iara Cairo de Azevedo (secretária de Educação), Clóvis Ribeiro Flores (ex-secretário municipal), Alexandre José Brasil Pedral Sampaio, Cláudio Assis Cordeiro, José Cerqueira da Costa (funcionário da Embratel, sindicalista na delegacia regional do Sintel – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações – e presidente da Associação de Moradores da Urbis I), Gildelson Felício de Jesus (ex-líder estudantil no Instituto de Educação Euclides Dantas e um dos fundadores da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, em 1984), Ubirajara Ramos Cairo, Willian Lopes França, Alcino José Gonçalves, Ivonilton Borges Gonçalves (vereador e filho do ex-prefeito arenista Nilton Gonçalves e administrador municipal no distrito de José Gonçalves), Abelmiro Freire Sena (presidente da Associação de Moradores do Bairro Jurema), Paulo César Aguiar Brito, Marlene Flores Melo de Almeida, Alberto de Oliveira Magalhães, José de Almeida Barreto (Zequinha da Serra Grande – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista), Jordaens Rodrigues da Silva (presidente da ala jovem da ARENA em 1975, eleito vereador pela ARENA em 1976, participou da fundação do PP na cidade em 1981 e com a incorporação seria candidato pela legenda em 1986) e pelo PFL em 1986), Adisson Villas Boas Gomes, Fernando Antonio Pinheiro Costa, José Henrique Garcia Padre (médico), Gilmar Dias Ferraz (presidente do Sindicato dos Comerciantes de Vitória da Conquista), Hélio Silveira Dias, Israel Araújo Orrico, Antonio Ferreira Coelho Filho, Íris M. Araújo Medeiros, Odir Dantas Nono, Valdentures Teixeira Santos, Flávio Andrade Filho, Gisson Silva Meira, Carlos Humberto Pinto dos Santos, Manoel Eufrásio Magalhães da Silva e Amélia Ferraz Lopes. Para a suplência do Diretório: Valdemar Correia de Melo, Genivan Silva Néri (ex-líder estudantil no Instituto de Educação Euclides Dantas e um dos fundadores da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, em 1984), Ivo Moreira, Iza Mary Araújo Medeiros Silva, Hélio Silva Dias, Lea Maria Cardoso Fernandes, Íris Néri do Prado, Ariosvaldo Souza Barreto, Itamar José Rodrigues, Manoel José dos Santos, Diobaldo José dos Santos, Claudionor Alves Chaves de Oliveira e Liosvaldo Alves dos Santos. Delegados à convenção regional: Armênio Souza Santos, Elísio Veiga Santana, Hélio Ribeiro Santos, José Fernandes Pedral Sampaio, Raul Carlos Andrade Ferraz, Coriolano Souza Sales, Carlos Murilo Pimentel Mármora, Adelino Costa Pinheiro, Gildásio Cairo dos Santos, Antônio Dirley Bittencourt Santos, Vilson Marcílio dos Santos, Edgar Larry (membro da Academia Conquistense de Letras) e Sebastião Rodrigues Leite (presidente da Associação de Ex-Combatentes). Suplentes de delegados: Marinho Rosa e Silva, Manoel Euclides Soares da Rocha, Agnaldo José da Silva Tavares, Fernando Dantas Alves, Enil Manoel Lemos, Antônio José dos Reis, Ananias Viriato de Souza, João Melo Filho, Herbert Dutra Barreto, Elve Cardoso Pontes, Auremoar Mendes de Andrade Filho, Divaldo Alves de Melo, Dometilde Botelho da Silva e José Carlos dos Santos Oliveira (ex-líder estudantil no Instituto de Educação Euclides Dantas, um dos fundadores da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, em 1984).

³⁸ *O Radar*, 30/3 a 15/4/1988.

³⁹ *Tribuna do Café*, 7/7/1988.

No dia 22 de maio de 1988, no auditório da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a cúpula do PMDB de Vitória da Conquista se reuniu para debater a sucessão municipal. Presenças em destaque: Hélio Ribeiro; José Pedral Sampaio; o candidato a vice-prefeito, Clóvis Flores; e Pedro Alexandre Jardim (Massinha). A reunião foi motivada pelos comentários do deputado Raul Ferraz nas rádios de que o PMDB estava acéfalo.

Em convenção realizada no início de agosto, na Câmara de Vereadores, Murilo Mármore e Clóvis Flores⁴⁰ tiveram suas candidaturas homologadas formalmente, passando a encabeçar uma frente formada pelos partidos PMDB, PSDB, PDC e PSB. Após a formalidade, foi realizado um ato político na Praça Barão do Rio Branco, com a presença de cerca de 10.000 pessoas, que foram, provavelmente, em sua maioria, assistir ao show com Luiz Gonzaga, Carlinhos Axé e Banda Rastafari.⁴¹

A candidatura de Murilo ainda enfrentaria problemas no encaminhamento: Pedral precisou licenciar-se da Secretaria dos Transportes do Estado por quatro meses para comandar pessoalmente a campanha.⁴² Os problemas surgiam até mesmo no próprio partido, pois o grupo do deputado federal Raul Ferraz considerava que a candidatura de Murilo não decolava e levantou a possibilidade de substituí-la.⁴³

Os antigos arenistas, após a vitória de Waldir e diante do predomínio pedralista em Conquista, tentavam se reerguer, mas, conservando sua velha tradição, encontravam em sua divisão, em diversas facções, o principal limitador de sua reação. Os liderados pelo deputado Leônidas Cardoso (agora no PFL), magoados com o que consideravam traição dos antigos carlistas que apoiaram a campanha de Waldir, decidiram que iriam se separar de Margarida Oliveira. Na nova conjuntura pós-86, os “margaridistas” desejavam uma união com o PDT, do deputado Sebastião Castro, e os “cardosistas” buscaram se aproximar do PMDB pedralista.⁴⁴

Margarida Oliveira, que havia se tornado presidente do PFL local, foi convidada por Antônio Carlos Magalhães para assumir a coordenação

⁴⁰ *Tribuna de Conquista*, 2/6/1988.

⁴¹ *Tribuna do Café*, 11/8/1988.

⁴² *Tribuna do Café*, 11/8/1988.

⁴³ *Tribuna do Café*, 20/9/1988.

⁴⁴ *Tribuna do Café*, 16/12/1986.

administrativa regional do partido. A perspectiva era de fortalecer o partido para as próximas eleições municipais. A dirigente buscou, junto ao Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), a concessão de uma emissora de rádio para Vitória da Conquista. Com o apoio do seu padrinho político e ministro das Comunicações e com o apoio financeiro do deputado federal João Alves de Almeida,⁴⁵ fundou a emissora FM 100,1.⁴⁶

Outro bloco de ex-arenistas partiu para fundar o Partido Social Cristão, dirigido na cidade por Aloísio Pereira, Jesiel Norberto (ex-vereador pela ARENA), Altamirando (Iran) Gusmão (ex-ARENA, ex-PDS, ex-PP, deputado estadual pelo PMDB) e Manoel Augusto (candidato a prefeito pelo PDS em 1982).⁴⁷ Alguns ex-arenistas – liderados por Carlos Nápoli – adeririam ao PTB, que realizou convenção em 24 de abril de 1988 e elegeu Diretório.⁴⁸ Segundo Carlos Nápoli, o partido pretendia ter candidato próprio para a Prefeitura. Essa também era a pretensão do PDS, segundo o ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal, Altamirando Novais.⁴⁹

As pesquisas apresentadas pela *Tribuna do Café* – não foi informado o método utilizado – apontavam a preferência do eleitorado para Sebastião Castro, do PDT. Carlos Murilo Mármore (PMDB) se apresentava em segundo. O quadro mostrava notáveis distorções, como a preferência de 13,1% dos pesquisados para Gilberto Quadros na primeira pesquisa, 3,6% na segunda e o não constar desse nome na terceira.

Segundo Hélio Ribeiro, que estava na coordenação da campanha de Murilo Mármore, as pesquisas apresentadas pela *Tribuna do Café* refletiam a tendência do eleitorado até poucos dias antes do pleito.⁵⁰

A trajetória do candidato Sebastião Castro, desde as eleições de 1976 e de 1982, havia sido marcada por um discurso que o colocava como mais

⁴⁵ Nasceu em Maceió, no dia 28 de setembro de 1919, e faleceu em Salvador, no dia 14 de novembro de 2004. Foi deputado federal de 1963 a 1994. Renunciou ao cargo por ter o nome vinculado ao escândalo da “máfia do orçamento”. O deputado formava, junto a outros parlamentares envolvidos no escândalo, o grupo dos “anões do orçamento”.

⁴⁶ *Tribuna do Café*, 28/1/1988.

⁴⁷ *Tribuna de Conquista*, 7/6/1987.

⁴⁸ Máximo Ricardo Benedictis (presidente); José Augusto Alves Fagundes (vice-presidente); Anabel Andrade (secretária); Alberto Nápoli (tesoureiro) e Carlos Nápoli (delegado).

⁴⁹ *O Jornal de Conquista*, 13/5/1988.

⁵⁰ RIBEIRO, Hélio. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

oposicionista ao regime do que Pedral, a quem acusava de personalista e cacique político. Todavia, na campanha de 1988, formou a frente partidária “União da Conquista rumo à Prefeitura”, que pôs o PDT explicitamente na condição de aliado aos partidos das diferentes facções dos velhos arenistas e carlistas da cidade: PFL, PSC, PTB e PL,⁵¹ desconstruindo a imagem que tentara construir até então. Uma das primeiras exigências dos novos aliados de Castro foi a retirada do PCdoB de sua base de apoio e da campanha, o que foi prontamente aceito.⁵²

Sebastião Castro já havia aceitado a nomeação pelo governador João Durval para o Conselho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como representante da comunidade (mesmo sem ter nenhuma referência de representatividade acadêmica), mas tal episódio era pouco conhecido e sequer lembrado. Mas a aliança formada para a campanha eleitoral de 1988 o transformava no candidato de Antônio Carlos Magalhães em Conquista. No entanto, se essa marca ficou para Sebastião, não apenas ele se aproximou dos velhos arenistas.

Se Tião com Eduardo Khoury foi buscar apoio de Edvaldo Flores, também o fez Murilo Mármore, acompanhado por José Pedral, oferecendo uma secretaria à indicação do partido. Edvaldo Flores ponderou que, no caso de união PDS-PMDB, líderes estaduais como Antônio Carlos Magalhães (PFL) e autoridades vinculadas ao PDS não poderiam ser atacados nos palanques. Murilo e Pedral garantiram que a união era restrita às questões locais. Edvaldo marcou reunião com o vice do partido, Altamirando Novais, para que pudessem decidir entre Murilo e Tião.⁵³ O presidente do PDS acertou com Pedral, Murilo e Clóvis Flores. Hélio Ribeiro partiu para convencer velhos pdsistas, como Nilton Gonçalves, Lourdes Novato e Terezinha Mascarenhas (professoras da rede estadual), Ademário Santos e Antônio Nápoli, conseguindo o apoio a Murilo. Sem candidatos próprios, os velhos arenistas se dividiram: PDS com Murilo e o PFL com Sebastião.⁵⁴

⁵¹ *Tribuna do Café*, 6/10/1988.

⁵² O defenestrado Partido Comunista do Brasil, para não ficar isolado no pleito e correr o risco de não eleger nenhum vereador, partiu para apoiar a candidatura de Murilo Mármore.

⁵³ *Tribuna do Café*, 19/10/1988.

⁵⁴ *Tribuna do Café*, 2/11/1988.

A rigor, a configuração das campanhas de Murilo e Sebastião não trazia um espectro estranho à política local. Desde a implantação do pluripartidarismo, no final de 1979, que o transitar de velhos mdbistas e velhos arenistas entre os campos, alianças e campanhas haviam se tornado comuns, inicialmente de forma individual ou em pequenas facções. Entretanto, com a implantação da Nova República e da campanha de Waldir Pires para o governo do Estado, a movimentação tornou-se mais massiva e explícita. Entre essas lideranças locais o que estava em jogo em suas disputas “paroquiais” era o posicionamento tático e oportunista para o desenvolvimento de estratégias que permitissem o controle da municipalidade e o controle sobre espaços políticos em âmbito estadual e, se possível, federal (um assento no Congresso). Não se tratava de disputas no campo ideológico e menos ainda por hegemonia de classe ou segmento desta. Buscavam conquistas de espaços e momentos de hegemonia nos diferentes níveis do Estado. Os grupos envolvidos eram identificados pela liderança de “caciques” ou pretensos “caciques políticos”, que traziam ainda o velho ranço do tradicionalismo, a marca do personalismo, e que ancoravam suas bases de apoio no reproduzir práticas clientelistas da sociedade local.

A apenas uma semana do pleito, a crença numa vitória fácil de Sebastião era grande entre os seus aliados. Em pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizada em Vitória da Conquista entre 30 de outubro e 3 de novembro, os números apresentados eram de 45% para o candidato do PDT e 34% para Murilo Mármore. Said Sufi (PDT) proclamou: “Nossa vitória está consumada e a vantagem estará em torno de 8 mil votos”. Iran Gusmão (PSC) seguia a mesma trilha: “Tião vencerá com mais de 7 mil votos”.⁵⁵ A disputa se acirrava com os grandes comícios: o PMDB na Praça Barão do Rio Branco com Ulysses Guimarães e o PDT na Praça do Carvão (Bairro Brasil) com o governador Waldir Pires.⁵⁶

Para alguns, foi o uso da máquina da Prefeitura, para outros, a grande capilaridade social do pedralismo. O grande número de votos

⁵⁵ *O Radar*, 9/11/1988.

⁵⁶ *Tribuna do Café*, 2/11/1988.

anulados ou em branco poderia indicar o descontentamento e decepção de parte do eleitorado com a descaracterização (ou o revelar da verdadeira face) das velhas lideranças, com suas alianças pragmáticas e despojadas de princípios políticos ou ideológicos. O fato é que, negando todos os prognósticos realizados ao longo da campanha, Murilo Mármore foi eleito prefeito de Vitória da Conquista, com 25.252 (41,35%) votos. Sebastião Castro conquistaria 20.315 (34,12%) e Walter Pires (candidato do PT), 918 (1,73%). Deixaram o voto em branco 9.314 (15,74%) eleitores e anularam suas cédulas 4.109 (7,06%).⁵⁷

5.3 ENTRE QUERELAS E CONGRACAMENTOS, RECOMPOSIÇÕES DAS ELITES NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO: O PROCESSO ELEITORAL DE 1992

Murilo Mármore à frente da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista teve uma atuação marcada pela realização de obras: Hospital Esaú Matos (Bairro Patagônia); desenvolvimento do Plano Municipal de Habitação Popular (PLAMHAP), com sete assentamentos populares para cerca de 20 mil pessoas; ampliação da rede de esgotamento sanitário e obras nos distritos, com maior destaque para estradas e quadras esportivas.⁵⁸ O início do seu mandato coincidiu com o final do governo Sarney em âmbito federal. No ano de 1989, a inflação mensal chegou à casa de mais de 80% ao mês, o que era, realmente, um fator comprometedor no tocante à administração.

O processo de aproximação entre os velhos rivais da política conquistense e baiana – que se enfrentavam em campos opostos desde a década de 1950 e que, durante o Regime Militar, tiveram o fosso que os separavam aprofundado – já havia sido iniciado desde 1983, com a abertura do diálogo entre o então prefeito José Pedral e o vice-governador Edvaldo Flores. Em 1986, os ex-arenistas do PDS apoiaram a campanha de Waldir Pires ao governo do Estado, aproximando-se do coordenador-geral da campanha, Pedral, o que ficou bem estampado nas páginas da *Tribuna do Café*, de propriedade do pdsista Isnad Vasconcelos.

⁵⁷ *Tribuna do Café*, 18/11/1988.

⁵⁸ PIMENTEL, Carlos Murilo Mármore. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, agosto de 2010.

Na eleição de 1988, os ex-arenistas se dividiram entre os dois candidatos, que emergiram das velhas hostes do MDB. O bloco maior (PFL, PSC, PTB e PL) apoiou Sebastião Castro, e o PDS, confirmando tendência apontada desde o final do governo João Durval de se aproximar do pedralismo em Conquista, apoiou Murilo Mármore. Com a eleição de Mármore, as bases para uma futura aliança entre os velhos rivais dariam passos mais largos e firmes.

A pedra angular do discurso que doravante denominaremos de *aliancista* em Vitória da Conquista era: a necessidade de unir velhos adversários em prol da cidade. Tal discurso começaria a ser enfatizado pelo vereador Oriosvaldo Pontes, líder do prefeito Murilo Mármore na Câmara Municipal. O edil lamentava a falta de obras do governo federal na cidade nos 20 anos anteriores e conclamava a união em torno da defesa dos interesses de Vitória da Conquista. Pediu especialmente aos deputados estaduais (eleitos em 1990) Sebastião Castro (PMDB), Coriolano Sales (PSB) e Margarida Oliveira (PFL) para juntos irem ao governador Antônio Carlos Magalhães em busca de apoio para o município.

A posição do vereador apontava o sinal verde do prefeito para um processo de aproximação com o governo do Estado. Murilo e o vice, Clóvis Flores, já vinham buscando contatos, tentando um bom relacionamento, tudo justificado pelo êxito administrativo.⁵⁹ Assim, a aproximação com o governador foi se materializando em diferentes momentos. Acompanhado do secretário municipal de Obras e Urbanismo, Alexandre Pedral Sampaio⁶⁰, e do governador, Antônio Carlos Magalhães, o prefeito Murilo Mármore foi recebido pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, em Brasília, onde pediu a liberação de recursos para Vitória da Conquista já aprovados no orçamento federal pelo Congresso Nacional.⁶¹

Posteriormente, no dia 13 de agosto de 1992, o prefeito Murilo Mármore se reuniu com o governador Antônio Carlos Magalhães no Palácio de Ondina. No encontro, também estava presente o novamente candidato a prefeito, José Pedral. O prefeito pleiteou: melhorias no

⁵⁹ *Tribuna do Café*, 3/4/1991.

⁶⁰ Sobrinho do ex-prefeito José Fernandes Pedral Sampaio.

⁶¹ *Tribuna do Café*, 12/3/1991.

abastecimento d'água; conclusão do esgotamento do Bairro Brasil; beneficiamento das estradas Conquista–Belo Campo–Urandi e Conquista–Barra do Choça–Caatiba; e a construção de nova adutora para a cidade. A aproximação permitiu a Mármore realizar mais ações de governo nos últimos 120 dias de mandato do que nos outros três anos e oito meses. Das verbas do governo estadual, do federal e do municipal, na última leva foi destinado à cidade um bilhão de cruzeiros, do Ministério da Educação, para a sequência das obras da Escola Técnica Federal.⁶²

Três anos antes, em 1989, quando da saída de Waldir Pires do governo do Estado para candidatar-se a vice-presidente na chapa do PMDB encabeçada pelo deputado paulista Ulysses Guimarães, a governadoria foi assumida pelo vice-governador Nilo Coelho, que não tardou a demitir José Pedral Sampaio da Secretaria de Transporte, no dia 29 de novembro de 1989.⁶³ Pedral retornou desgastado e sem poder apresentar nenhuma obra de envergadura em Conquista, em razão dos limites já apresentados e problemas enfrentados pelo governo Waldir.⁶⁴

A saída da secretaria e as divergências com o governador levaram José Pedral Sampaio a cancelar sua filiação no PMDB e a buscar filiar-se ao PSB, levando consigo o seu grupo político. Pedral acusou o governador de servir à direita, criticou ex-companheiros e afirmou confiar no PSB e em sua ideologia. A filiação do ex-prefeito de Conquista ao PSB foi acertada com os deputados Domingos Leonelli e Abigail Feitosa. Não conseguindo lançar-se candidato ao governo do Estado⁶⁵ pela coligação PSB, PCB e PCdoB, Pedral decidiu candidatar-se à Câmara Federal.

Segundo Murilo Mármore, a decisão de Pedral foi de coerência com o seu passado e para manter a unidade das esquerdas contra o autoritarismo e o atraso. Por isso, o líder conquistense decidiu apoiar a candidatura de José Sergio Gabrielli, do PT, ao governo do Estado, em 1990.⁶⁶

⁶² *Impacto*, 7 a 13/12/1992.

⁶³ *O Radar*, dezembro/1989.

⁶⁴ *O Radar*, dezembro/1989.

⁶⁵ *O Radar*, março/1990.

⁶⁶ *Tribuna de Conquista*, 5/7/1990.

O ano de 1990, marcado pelas eleições para o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa, colocava os candidatos conquistenses na berlinda. Em Vitória da Conquista, surgiu um grande número de postulantes aos parlamentos. Leônidas Cardoso buscava o seu quarto mandato: na condição de deputado estadual, fez oposição ao governo Waldir Pires e tinha redutos eleitorais de peso fora de Conquista, onde, em 1986, obteve mais de seis mil votos.

Coriolano Sales, com nome vinculado ao pedralismo, buscava eleger-se para a Assembleia Legislativa. Margarida Oliveira, que havia sido bem votada no pleito de 1982 em Vitória da Conquista (mais de 14 mil votos), deu votação expressiva ao deputado Francisco Benjamin. Em 1986, ainda exercia em março o papel de delegada do MEC na Bahia e possuía contatos com prefeitos e lideranças em todo o Estado, mas se afastou da função em meados do ano. O ex-deputado Altamirando (Iran) Gusmão, tentaria voltar à Assembleia Legislativa. Sebastião Castro, que havia sido eleito em 1986 com expressiva votação em Conquista, aliou-se a Pedral no apoio a Lula no segundo turno das presidenciais de 1989 e desgastou-se com a derrota do candidato na cidade. Parte de sua antiga corrente não mais estava disposta a segui-lo.

Castro era acusado de fazer barganhas, trocando posições por cargos, além de ter retornado ao PMDB, fazendo aliança com Raul Ferraz, que rompeu com Pedral e aliou-se ao governador Nilo Coelho. Ferraz tentaria reeleger-se para a Câmara Federal, mas no âmbito da eleição para a Executiva Regional do PMDB foi derrotado por Aloísio Lago e acabou por contentar-se em ser tesoureiro.

Nas eleições de 3 de outubro de 1990, o resultado foi surpreendente. Para a Câmara Federal, obtiveram sucesso Clóvis Assis e Coriolano Sales (reeleito), Margarida Oliveira e Sebastião Castro (reeleito) para a Assembleia Legislativa.⁶⁷ O deputado federal Clóvis Assis se elegeu graças ao desempenho de Waldir Pires, que, com sua expressiva votação, garantiu mais cadeiras na Câmara Federal para sua legenda e coligação. Condição inversa foi a de Pedral Sampaio: apesar da votação expressiva, a fraca coligação da qual participava inviabilizou sua eleição, colocando-o

⁶⁷ *Tribuna de Conquista*, 24/10/1990.

numa posição arriscada para o pleito de 1992, pois Margarida Oliveira se afirmava como principal liderança carlista na cidade. Foi uma das mais bem votadas da coligação “Vamos salvar a Bahia”, que elegeu Antônio Carlos Magalhães com mais de 50,71% dos votos, o que representou mais de 600 mil votos à frente do segundo colocado, Roberto Santos, com 32,10%⁶⁸. Além da pretensão dos carlistas, Elquisson Soares e Raul Ferraz, candidatos a deputado derrotados – segunda eleição consecutiva de Elquisson e não reeleição de Raul –, também estavam focados na Prefeitura e em choque contra Pedral.

No segundo semestre de 1991, despontavam múltiplos postulantes a candidato a prefeito em Vitória da Conquista, além de José Pedral, apoiado pelo prefeito Murilo Mármore, que, mesmo com o desgaste após a passagem pela Secretaria de Transportes do Estado e tendo perdido eleição para deputado no ano anterior, ainda contava com um bom capital político na cidade. Não por ordem de importância ou possibilidade eleitoral, entraram na sequência: Ivonilton Gonçalves, vereador que ocupava a presidência da Câmara Municipal e estava entusiasmado em ser o candidato de ACM, com quem manteve contatos. Era também cogitado como vice numa chapa com Josué Andrade. Guilherme Lamego era o presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), ligado a Sebastião Castro. Era cotado como possível vice de Raul Ferraz. O ex-prefeito Raul Ferraz, que não conseguira se reeleger deputado federal, era forte candidato e esperava contar com o apoio do ex-governador Nilo Coelho. O médico Josué Figueira Andrade contava com um comitê suprapartidário e manteve contato com o governador, pois também era um pleiteante a candidato carlista na cidade. Gilberto Luna,⁶⁹ apesar dos desmentidos, havia recebido apoio de parte do empresariado. O vereador Vivi Mendes, naquela época considerado um dos homens de confiança de Antônio Carlos Magalhães, tentava costurar uma chapa com Josué Andrade e Gilberto Luna, para prefeito e vice respectivamente. O deputado estadual em segunda legislatura, Coriolano Sales, liderava o PDT e teve o apoio do ex-governador Waldir Pires. Também em segunda legislatura o deputado Sebastião Castro,

⁶⁸ Fonte TRE

⁶⁹ Empresário do setor comercial.

que se candidatara nos três pleitos anteriores, apresentava-se como sério postulante e havia se aproximado de Raul e Nilo Coelho, o que abria a possibilidade de forte aliança e composições. Como Vonca, Adail Paixão despontava como nova liderança: foi o segundo vereador mais votado, vinha do PDS, com trabalho frente à DIRES – Diretoria Regional de Saúde –, e contava com o apoio do setor evangélico, médico e empresarial. Por fim, o nome mais forte entre os carlistas, Margarida Oliveira, deputada estadual pelo PFL, tinha o apoio do PL, do ex-deputado Leônidas Cardoso. Após “aparar as arestas”, esperava a definição do chefe ACM.⁷⁰ O número de postulantes à chefia do Executivo Municipal que requisitavam o apoio do governador revelava a possibilidade de o carlismo ter um representante à frente da municipalidade conquistense.

No campo pedralista, o líder continuava como favorito para as eleições de 1992. Enfrentaria os mesmos adversários os quais estava acostumado a vencer, e sua principal adversária, Margarida Oliveira, não apresentaria equipe de trabalho político para, de fato, ameaçar vencê-lo. Em fevereiro, quando da inauguração do Diretório do PSDB na cidade, com a presença do presidente regional, Fernando Schmidt, dos deputados federais Jutahy Magalhães Júnior e Jabes Ribeiro, vereadores e presidentes de outras agremiações, Pedro Alexandre Massinha da Rocha Jardim, presidente local do partido, explicitou a pretensão de ter José Willian, secretário de Assuntos Distritais da administração Murilo Mármore, como vice de José Pedral na coligação PSB/PSDB para as eleições municipais.⁷¹

No campo carlista, “pretensão” era a palavra em destaque: sentindo-se fortalecidos com os resultados de 1990 e percebendo as fragilidades do campo pedralista, no final de 1991, vários postulantes se arvoravam em candidato a candidato. Entre nomes expressivos, ao contrário da última eleição, com Sebastião Castro, então no PDT, agora havia um número maior de pretendentes. Contudo, na embaralhada sucessão em Vitória da Conquista, efetivamente a cúpula ligada ao governador passava a investir na retomada da aproximação com pedralistas e ex-pedralistas, diretamente

⁷⁰ *Tribuna do Café*, 5/9/1991.

⁷¹ *Tribuna do Café*, 25/2/1992.

com José Pedral, e na busca da aproximação com Raul Ferraz, havendo uma corrente que já defendia a deputada Margarida Oliveira como vice.⁷²

Na aliança que se vislumbrava no horizonte, o vice-prefeito Clóvis Flores filiou-se ao PTB, de Máximo Ricardo Benedictis. Clóvis havia apoiado ACM para governador em 1990 e vinha sendo assediado pelo carlismo desde então. Clóvis Flores era apontado por lideranças tanto do pedralismo quanto do carlismo como uma possibilidade para a sucessão de Murilo. Estiveram presentes à filiação: Carlos Nápoli (delegado do PTB), Ricardo Máximo Benedictis Júnior (secretário), Pedro Alcântara Rocha Cardoso (presidente do PL), Manoel Alexandre Reis (presidente do PFL), Isnard Vasconcelos (presidente do PDS), o empresário Gilberto Luna, que também se filiou ao PTB, e José Pedral Sampaio, candidato a prefeito pelo PSB. Esse evento nada tinha de fortuito – tão amplo leque partidário presente era um claro sintoma do amadurecimento do “aliancismo” para o próximo pleito municipal.⁷³ Era a tendência que vinha se desenhando ao longo de nove anos, desde as aproximações em 1983 entre Pedral e o então vice-governador Edvaldo Flores, passando pela campanha de Waldir Pires em 1986, pela ampla base partidária de apoio à candidatura de Murilo Marmore, até a aproximação da administração deste com o governador Antônio Carlos Magalhães. José Fernandes Pedral Sampaio e Margarida Oliveira homologaram a candidatura com o apoio dos partidos: PDS, PFL, PTB, PL, PRN, PTR, PSC, PSDB, PSB e PPS. Finalmente, selava-se uma aliança entre o pedralismo e o carlismo.

Em entrevista que concedeu no espaço da Câmara de Vereadores, José Pedral e Margarida Oliveira – candidatos a prefeito e vice respectivamente, da coligação “Conquista acima de tudo” – apresentaram suas propostas de governo. Pedral enfatizou: “não cabia, naquele momento, a fixação em ideologias políticas”. Margarida destacou o interesse de Antônio Carlos Magalhães em estar presente em Vitória da Conquista e Pedral concluiu: “iremos governar juntos”.⁷⁴

A passagem de Pedral pelo PSB foi conturbada. Em convenção do Partido Socialista Brasileiro em 1992, o nome de Pedral figuraria

⁷² *Tribuna do Café*, 25/2/1992.

⁷³ *Tribuna do Café*, 10/3/1992.

⁷⁴ *Tribuna do Café*, 14/7/1992.

entre os titulares do Diretório local⁷⁵. Todavia, três meses depois, foi encaminhado o seu processo de expulsão. Itamar Aguiar, presidente do Diretório Municipal do PSB afirmava que o partido fora traído por José Pedral, que articulava uma aliança com os partidos de base carlista. Segundo Aguiar, o seu afastamento do cargo de secretário municipal de Desenvolvimento Social se deu por pressão dos carlistas a Pedral e deste sobre o prefeito Murilo. Pedral foi expulso do PSB.⁷⁶ Itamar Aguiar, em entrevista ao jornal *Impacto*, voltava a afirmar que sua demissão da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura foi em razão das divergências políticas. Ele se dizia decepcionado com Pedral, por aliar-se às forças carlistas, e esta foi a base da divergência e da demissão. Afirmava que a direção do PSB não tinha conhecimento da aliança Pedral e ACM até a decisão final. Diante do sentimento de traição, a proposta de saída de Pedral da legenda foi feita pelo presidente nacional, Jamil Haddad.

O partido, por conveniência oportunista ou por inexplicável ingenuidade, havia fechado os olhos aos passos da aproximação entre o pedralismo e o carlismo. O PSB local não formalizou nenhum ato de coligação nem registrou candidatura a prefeito na convenção. Em 23 de julho, o Diretório do PSB em Vitória da Conquista foi dissolvido por ato de intervenção do Diretório Regional – ninguém teria competência para encaminhar a candidatura de Pedral.⁷⁷ A querela com o partido continuaria, pois foi pedida a impugnação da candidatura de Pedral. A justificativa do PSB era a proibição do partido de aliança com partidos que apoiassem o governo do presidente Fernando Collor de Mello, o que se configurava em Conquista com a aliança entre Pedral e aliados ao governador Antônio Carlos Magalhães. O Diretório local do PSB não acatou a presidente regional e, por maioria de votos, aprovou a candidatura de Pedral. O

⁷⁵ Diretório do PSB: José Fernandes Pedral Sampaio, Itamar Pereira de Aguiar, Genivan Silva Néri, Gildelson Felício de Jesus, José Carlos dos Santos Oliveira, Sebastião Rodrigues Leite, Manoel Rolph Viveiro Cabeceiras, Elísio Veiga Santana, Alfredo O. da Nova, Ranolfo Dias Lima, Vicente Quadros Silva Filho, Alberto de Oliveira Magalhães, Arivaldo de Santana Vieira, Marli Rosa Nunes Pinto, Manoel José das Neves Silveira, Hélio Silveira Dias, Rivelito Teixeira da Silva, José Itamário S. Oliveira, Edvaldo Correia Fonseca e Antônio Gomes Dantas (líder na Câmara Municipal). Suplentes: José Rubens O. Chagas Dias, Valéria Viana Souza, Denise Alves Santos, Virgílio de Oliveira Brito, Rita de Cássia C. Cangussu, Genésio Pereira da Silva. Delegado titular à convenção regional: Elísio Veiga Santana; suplente: Gildelson Felício de Jesus.

⁷⁶ *Hoje*, 16/5/1992.

⁷⁷ *Impacto*, 19 a 26/7/1992.

primeiro comício da coligação “Conquista acima de tudo” foi realizado dia 8 de agosto de 1992, na Praça Barão do Rio Branco.⁷⁸

Clóvis Flores, advogado, provedor da Santa Casa de Misericórdia, ex-presidente da EMURC, foi lançado também como candidato do PTB a prefeito de Vitória da Conquista. Nas graças de ACM, desde que subiu em palanque e apoiou a sua candidatura ao governo do Estado, apesar de 0% na pesquisa da Rádio Clube, manteve a candidatura, caso a candidatura de Pedral fosse impugnada, e poderia ter o apoio do PDS e PL, tendo como vice Isnard Vasconcelos.

Pela aliança PV, PT e PCdoB, foram candidatos Guilherme Menezes⁷⁹ e José Raimundo Fontes,⁸⁰ a prefeito e vice respectivamente. O minúsculo PDC lançou o empresário Antonio Cruzes. Ainda foram lançadas as candidaturas de Raul Ferraz e Alvinéia Matos, pela coligação PMDB e PDT. ⁸¹Raul Ferraz, que se afastou de Pedral em 1988, quando decidiu apoiar Sebastião Castro e Pedral apoiou Murilo Mármore, criticava a administração desse último, que, segundo Raul, transformou a cidade em “Derrota da Conquista”. Ferraz negava ter buscado apoio de ACM, mas reconhecia não recusar apoio dos dissidentes do PFL. Reconheceu em Alvinéia a força do voto feminino e do professorado, que foi massacrado por Murilo. Lamentava o fato de Jádriel Matos (esposo de Alvinéia) ter deixado a vida política.⁸²

Mesmo com a já citada desgastante passagem pela Secretaria de Transportes e a derrota na eleição para deputado federal, Pedral ainda preservava considerável capital político na cidade. Poderia até ter declinado

⁷⁸ *Impacto*, 26/7 a 2/8/1992.

⁷⁹ Guilherme Menezes de Andrade, natural do município baiano de Iguaí, nasceu em 12 de dezembro de 1943. Médico formado pela Escola Baiana de Medicina, foi secretário de Saúde no segundo mandato de José Pedral Sampaio na Prefeitura de Vitória da Conquista, função da qual se afastou por divergências políticas.

⁸⁰ Graduou-se em História pela Universidade Federal da Bahia (1977) e em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia (1976). Especializou-se em Conteúdo e Métodos de Ensino Superior no Módulo de Ensino Superior pela Universidade Federal da Bahia (1977) e em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (1990). Kursou mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1982) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1996). Aposentou-se como professor titular pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde ministrou aulas no Curso de Estudos Sociais (1977-1985), e foi um dos fundadores do Curso de História.

⁸¹ *Hoje*, 16/7/1992.

⁸² *Hoje*, 16/7/1992.

da Aliança, mas ainda assim retornaria à chefia do Executivo Municipal, sem a marca de ter se aliado aos velhos adversários. Segundo José Pedral, o próprio Antônio Carlos Magalhães havia declarado, em praça pública, que o candidato a prefeito não necessitava da aliança com o governador para se eleger.⁸³

Segundo Menezes (2012, p. 45-46),

Para o próprio Pedral e assessores diretos, politicamente foi uma jogada acertada, pois o objetivo era conseguir recursos mais vultosos e obras de grande porte para Vitória da Conquista (o que não aconteceu); para os dissidentes, foi um tiro no pé, uma aliança espúria, um erro do grande Mestre ter de submeter-se aos caprichos e à prepotência do governador Antônio Carlos Magalhães [...]. Do ponto de vista político, a intenção de Pedral era a melhor possível. Naquela época estava decretada a falência das prefeituras de todo o Brasil, a situação financeira e econômica dos municípios era uma lástima, a pior possível, todos estavam “à beira do abismo” e “com o pires na mão”. Como diz o ditado popular: “se ficar o bicho come; se correr o bicho pega”. E, em se tratando de Prefeitura de oposição, não havia opção...

A sondagem da rejeição ao longo das pesquisas apontava uma média de 7,71% para José Pedral e 5,35% para Raul Ferraz. Antes da aliança, quando o seu nome ainda constava nas consultas, a média de recusa ao nome de Margarida Oliveira era de 4,56%. Guilherme Menezes e Toninho Cruzes apresentavam 2,12% e 2,6% respectivamente. A baixa rejeição desses últimos candidatos pode ser creditada ao fato de serem desconhecidos pela maioria do eleitorado. Margarida, por sua vez, nunca havia exercido a chefia da municipalidade – para parte do eleitorado, o seu vínculo com o carlismo poderia ser um fator de recusa. Quanto a Pedral e Raul, que passaram por mandatos na Prefeitura e eram, portanto, conhecidos do eleitorado conquistense, a rejeição um pouco maior era previsível – mesmo assim permaneceu em níveis confortáveis para os candidatos, revelando considerável margem de crescimento.

⁸³ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

Raul cresceu ao longo da pesquisa e se colocou na condição de maior opositor da Aliança naquele pleito. O crescimento poderia ser creditado, entre outros fatores, à retomada do discurso do PMDB como herdeiro legítimo do velho MDB da resistência vivida na cidade, o que foi tentado pela frente “Conquista somos nós”, que o apoiava. O momento foi marcado pelo “Fora Collor” e pela iminência de o PMDB assumir a presidência com Itamar Franco. O presidente nacional do PMDB e ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia, participou de comício da coligação, na Praça Barão do Rio Branco, como convidado dos candidatos Raul Ferraz e Alvinéia Matos. Segundo o ex-prefeito, era a vez de Itamar e Raul, salientando o acesso que teria ao governo federal na viabilização de obras para a cidade e externando a certeza de que o vice-presidente assumiria o lugar de Fernando Collor. Quércia, em seu discurso, considerou Vitória da Conquista como um exemplo de resistência democrática. Tudo isso favorecia o candidato do partido, todavia o fôlego foi curto para ultrapassar o velho líder.

Em termos de preferência partidária, nas mesmas sondagens do *Impacto*, foi demonstrado crescimento dos que optavam pelo PT (4,14%) e pelo PCdoB (2,45%), o que coincidia com o momento mais frenético de manifestações contra o presidente Collor. Mas no quesito partido preferido do eleitorado o grande destaque era o PMDB (23,04%), demonstrando como a sigla, apesar de todos os embaraços das disputas locais e decepções no âmbito estadual com o governo de Waldir Pires e na esfera federal com o mandato de José Sarney, ainda era identificada com o MDB da resistência, o que calava fundo no imaginário do eleitorado conquistense. Havia pouco reconhecimento dos demais partidos, como havia pouca referência ao inexpressivo candidato do PDC (0,92%), Toninho Cruzes.

Sem apontar os métodos utilizados, o jornal *Hoje*, de propriedade do carlista e presidente do PTB, Ricardo Benedictis, apresentou a manchete: “Pedral tem 45% dos votos”. Faltando 14 dias para as eleições, a matéria noticiava: José Pedral Sampaio obteve 45% do universo de 1.000 entrevistados que consideraram irrelevante a união de Pedral a ACM e a Margarida. A perspectiva era de algo em torno de 45.000 votos. Pedral

teve uma rejeição de 13% de eleitores com maior renda e de 6% entre os de renda baixa.⁸⁴

No dia 30 de setembro, novamente sem apontar os métodos utilizados, o jornal de Benedictis, dez dias após a sondagem anterior, apresentou Pedral Sampaio com os mesmos 45%, seguido por Raul Ferraz, com 23%, Guilherme Menezes, com 11%, e Antônio Cruzes, na lanterna, com 4%. Os que pretendiam deixar em branco eram 10% e votos nulos ficavam na perspectiva de 7%.⁸⁵ Pelo próprio comprometimento político dos responsáveis pelo periódico, as informações veiculadas soavam como “missa encomendada”.

No bojo das campanhas municipais, Vitória da Conquista, a exemplo de todo o país, foi sacudida com as manifestações contrárias ao governo Collor. No dia 27 de agosto de 1992, milhares de pessoas participaram da passeata “Fora, Collor”. O percurso foi do Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima para a Praça 9 de Novembro (aproximadamente 2,5 km). Vários candidatos engrossaram as fileiras e levaram seus cabos eleitorais a distribuir material de campanha. O encerramento se deu com os discursos de lideranças sindicais, estudantis, populares e de partidos de oposição, os quais enfatizavam o repúdio ao governo federal. Os jovens estavam com os rostos pintados.⁸⁶

Cinco dias depois, em 1º de setembro de 1992, a coligação “Conquista acima de tudo” reuniu milhares de pessoas nas ruas da cidade, que fizeram o percurso do Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima até a Avenida Frei Benjamin (cerca de 3,7 km). À frente, estavam José Pedral, Murilo Mármore, Armênio Santos e outros, com a faixa: “Pela honra de ser político, fora, Collor”. Grande parte dos participantes eram cabos eleitorais arregimentados pelos candidatos da coligação, e parte dos envolvidos fizera campanha para Collor. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, principal apoiador externo da coligação, e o governador de Alagoas eram os únicos que ainda apoiavam o presidente, eleito em 1989. Para o deputado Sebastião Castro (PMDB), que apoiava Raul Ferraz, a passeata da coligação “Conquista acima de tudo” foi uma tentativa de

⁸⁴ *Hoje*, 20/9/1992.

⁸⁵ *Hoje*, 30/9/1992.

⁸⁶ *Impacto*, 30/8 a 6/9/1992.

enganar o povo. Para Castro, o grupo forte da coligação era o PFL e esse partido não tinha interesse em afastar Collor.⁸⁷

No número seguinte [Revista Veja] (1.7.92) já não apresenta o mesmo ânimo. Produz uma capa com teste de múltipla escolha e um xis em “Collor continua fraco”, deixando de lado as opções “impeachment”, “renúncia”, “parlamentarismo já” e “Collor continua forte”. Internamente, ela revela que “a CPI se embaralha em meio às fortes denúncias, a Receita não encerra a auditoria nas contas de PC Farias e a turma do abafa ganha terreno com a crise”. A reportagem revela que o “líder nacional do abafa” é o governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães (JOSÉ, 1996, p. 65).

O ex-prefeito Hélio Ribeiro também apoiou a candidatura de José Pedral, contudo a sua declaração de apoio só foi externada no final de setembro, quando declarou ao jornal *Hoje* que apoiaria Pedral por ele ser um democrata.⁸⁸ Hélio declarou posteriormente que a Aliança de 1992:

Foi um erro de Pedral, pois negou sua trajetória política. Pedral se reuniu comigo e com Gildásio Cairo para comunicar a decisão, afirmando que a aliança era apenas administrativa, eu discordei, mas não deixei de apoiar Pedral.⁸⁹

As eleições de 3 de outubro de 1992 confirmariam os posicionamentos que foram indicados pelas pesquisas eleitorais. Dos 116.533 eleitores cadastrados, houve a participação de 88.545 votantes, dos quais 16.570 anularam o voto ou deixaram em branco. O total de votos válidos ficou em 71.975. José Pedral Sampaio conquistou 35.488, cerca de 50% dos votos válidos. Raul alcançou 20.286, Guilherme Menezes angariou 13.883 e Toninho Cruzes limitou-se a 2.318 votos.⁹⁰

No processo de apuração, já despontava uma composição do Legislativo Municipal muito favorável ao prefeito eleito José Pedral, que deveria contar com 15 vereadores, podendo formar um verdadeiro “rolo

⁸⁷ *Impacto*, 6 a 13/9/1992.

⁸⁸ *Hoje*, 20/9/1992.

⁸⁹ RIBEIRO, Hélio. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 20 de julho de 2010.

⁹⁰ *Impacto*, 18 a 21/10/1992.

compressor”. Tendiam a fazer parte da futura bancada governista um variado grupo de vereadores. Pelo PDS, foi eleito o ex-delegado regional Wilson Feitosa, o mais votado, que visitou Pedral e afirmou-se como um pedralista na Câmara. O PSB elegeu Maria Lúcia Santos Rocha (Lúcia da feira ou do mercadão), a terceira mulher a ocupar uma cadeira no parlamento municipal da cidade. Formaram com ela a bancada do partido: Vitalino Bispo de Oliveira e Issac Nunes, todos pedralistas naquela conjuntura.

A bancada do PSDB foi formada por José Willian Oliveira Nunes, Paulo Brito, Edmilson do Prado e Ivonilton Gonçalves. A bancada do PDC compôs-se de Otavio Santa Rosa e Aliomar Ferraz do Prado. O PL elegeu o médico Antônio Nápoli e Hermínio Oliveira. O PFL elegeu o filho da vice-prefeita Margarida Oliveira, Roberto Oliveira. O PDT, formalmente partido oposicionista, elegeu Vivi Mendes, que abandonou a campanha de Raul Ferraz e apoiou Pedral. Na oportunidade em que Vivi Mendes mais uma vez mudava de lado em sua trajetória política, ela fez uma declaração lapidar à imprensa⁹¹ para afirmar o discurso do “aliancismo”, como outrora o haviam feito José Willian e Oriosvaldo Pontes (citados anteriormente): “[...] chega de ser trincheira da oposição e agora vamos ser vanguarda em progresso e melhorias para a nossa gente”. Estariam na oposição os ditos independentes Abelmiro Freire Sena, Wellington Jurema e Edvaldo Ferreira – somava-se a esse grupo o liderado e afilhado político do deputado federal Clóvis Assis, Arlindo Santos Rebouças. Edvaldo Ferreira, eleito pelo PMDB, seria o 16º voto governista. Raul Ferraz, além de perder para Pedral com margem superior a 15.000 votos, não conseguiu eleger a sua esposa Maria Célia, nem o seu irmão, Batista Andrade Ferraz (Batistão), que tiveram 209 e 247 votos respectivamente.⁹²

Quando o quadro da Câmara Municipal parecia definido, a reclamação de candidatos levou a Justiça Eleitoral a determinar a recontagem de votos para vereadores duas semanas após o pleito. Duas pessoas foram indiciadas em inquérito da Polícia Federal, sob a acusação de fraude: Lenira Maria Figueiredo, que adulterou votos na seção 75 para o candidato Miguel Felício, do PCdoB, e Berenice Maria Marcílio dos Anjos,

⁹¹ *Opinião*, 28/8 a 4/9/1992.

⁹² *Tribuna do Café*, 10/10/1992.

que adulterou rascunhos das seções para beneficiar Roberto Oliveira, do PFL.⁹³ A recontagem durou cinco dias, com duas alterações relevantes, a saída de Aliomar Ferraz do Prado e o ingresso de Diná Carvalho. O “clube dos reeleitos” ficou formado por: José Willian, Ivonilton Gonçalves, Vitalino, Vivi Mendes, Edvaldo Ferreira, Wellington Jurema e Paulo Brito, todos eles com forte base eleitoral no interior do município.⁹⁴

José Pedral foi eleito para prefeito de Vitória da Conquista pela terceira vez, porém, desta feita, com o apoio de uma aliança com os velhos adversários, cujos combates nos anos 60, 70 e início dos 80 contribuíram para a construção da imagem de líder oposicionista ao Regime e a seus representantes no Estado da Bahia. Pedral passou a viver o seu ocaso político, uma vez que o pleito de 1992 foi a sua última vitória eleitoral.

O declínio não foi apenas em Conquista. Fora da cidade, a influência de Pedral também foi reduzida. O prefeito José Pedral Sampaio assumiu a direção da Associação dos Municípios do Sudoeste da Bahia (AMUSB). A associação deveria congregar 52 municípios, mas na primeira reunião, realizada no plenário da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, compareceram apenas 27. Paralelamente existia a Associação dos Pequenos Municípios da Região Sudoeste, ou Associação dos Municípios da Microrregião do Sudoeste do Estado da Bahia (AMIRS), com sede em Poções. Dos 12 membros, apenas o prefeito José Piau, de Planalto, compareceu à reunião da AMUSB e deu o seu aceite. O objetivo da reunião da AMUSB era formar um bloco político para fazer reivindicações ao governo estadual e ao federal.

Em artigo assinado por Paulo Nunes, no jornal *Hoje* – periódico que havia apoiado a campanha da Aliança –, avaliou-se que a liderança de José Pedral, de fato, não conseguia ir além da Serra do Periperi (elevação do entorno de cidade).⁹⁵ Pedral teria um orçamento de 140 bilhões de cruzeiros, ou seja, poucos recursos para muitos problemas. Contava com a expectativa incerta de uma reforma tributária. Na prática, enfrentaria problemas financeiros. A Aliança foi, também, uma tentativa de saída

⁹³ *Impacto*, 18 a 25/10/1992.

⁹⁴ *Impacto*, 25/10 a 1/11/1992.

⁹⁵ *Hoje*, 9/5/1993.

para essas limitações.⁹⁶ José Pedral afirmou⁹⁷ que a sua vitória eleitoral já estava assegurada em 1992, porém o município não teria como resolver seus problemas estruturais – em especial, o fornecimento de água encanada – sem o apoio do Estado, daí a necessidade do acordo político e administrativo. Sobre a Aliança, Menezes (2012, p. 46) diz:

Se deu certo, não importa agora! Pelo menos teve a coragem de enfrentar esse seriíssimo problema. Por isso pagou um tributo muito alto, foi politicamente o mais sacrificado.

Em dezembro de 1992, Pedral anunciou o seu secretariado, com uma mescla de pedralistas e carlistas à imagem e semelhança da Aliança.⁹⁸ Pouco mais de um ano depois, exoneraria secretários, justificando economia. O prefeito anunciou, no dia 12 de março de 1994, medidas de contenção de despesas: cortes de horas extras, fim de gratificações de função e suspensão de doações por parte da Prefeitura Municipal. Isnard Vasconcelos (filiado ao PDS e ligado ao carlismo) foi exonerado da Secretaria de Expansão Econômica e designado para a Assessoria de Imprensa no lugar de Nilton Júnior (pedralista ligado ao PPS). Os secretários de Finanças e de Serviços Públicos, Antônio Dantas e Eudes Mendes, assumiriam as secretarias de Planejamento e Expansão nos lugares outrora ocupados por Laércio Barbosa e Isnard Vasconcelos. Também foram demitidos o assessor especial Humberto Flores e os coordenadores Márcio Prado, Nelson Quadros e Alberto Nápoli.⁹⁹

Os problemas se acumulariam no terceiro ano de mandato. A prioridade era o pagamento de salários, a limpeza pública e a redução do

⁹⁶ *Impacto*, 8 a 15/11/1992.

⁹⁷ SAMPAIO, José Fernandes Pedral. [Entrevista concedida a] Belarmino de Jesus Souza. Vitória da Conquista, 11 de agosto de 2010.

⁹⁸ Secretário do Planejamento – Laércio Barbosa; secretário de Finanças – Antônio Dantas; secretário de Administração – Vicente Quadros; secretário de Expansão Econômica – Isnard José Gautério de Vasconcelos; secretário de Saúde – Uagnes Souza; secretária de Educação – Zélia Chéquer Freire de Souza; secretário de Bem-Estar Social – Sebastião Leite; secretário de Obras – Fernando Gomes; secretário de Serviços Públicos – Eudes Mendes; secretário de Assuntos Distritais – José Willian de Oliveira Nunes; secretário particular – Aliomar Lima; chefe do Gabinete Civil – Wilson Marcílio; assessor de Imprensa – Nilton Júnior; procurador-geral – Gildásio Costa; auditor-geral – José Marcelino Rosa e Silva; presidente da EMURC – Alexandre Pedral Sampaio; diretor administrativo da EMURC – Hamilton Nogueira; e diretora técnica da EMURC – Sibéria Correia.

⁹⁹ *Folha de Conquista*, 1 a 5/4/1994.

peso da máquina do município. No dia 9 de fevereiro de 1995, a Prefeitura pagou o último lote salarial do mês de dezembro do ano anterior, ficando ainda pendente o mês de janeiro. Anteriormente, o município esteve a dever três meses de proventos ao funcionalismo.¹⁰⁰

A falta de crédito da Prefeitura e dos seus servidores chegou a situações de limite. No momento mais grave, em vez de salário, os funcionários municipais recebiam “vales-compras” para serem trocados no comércio local, que, por causa da inadimplência do poder público municipal, passou a recusar o recebimento, levando os trabalhadores à raia do desespero.

Relativamente à definição de sua vida partidária, Pedral enfrentaria percalços após a eleição. A expulsão de Pedral do PSB foi confirmada em meados de 1993,¹⁰¹ o que o levou novamente às hostes do PMDB. Tal acontecimento resultou em festa na Câmara Municipal de Salvador no dia 15 de outubro de 1993, quando Pedral assinou a ficha de filiação e marcou sua volta ao antigo partido, juntamente com vereadores, políticos, assessores, o ex-prefeito Murilo Mármore, o ex-vice-prefeito Clóvis Flores e o ex-deputado Elquisson Soares, um dos mais festejados.¹⁰²

O retorno ativou rugas entre as facções partidárias internas no partido em Conquista. Trinta dos quarenta e cinco membros do Diretório Regional enviaram carta ao presidente do PMDB, Ruy Bacelar, para apoiar o retorno de Pedral. Sebastião Castro e o presidente do partido na cidade, Raul Ferraz, protestaram e afirmaram que Pedral era carlista e queria tomar o PMDB que e o seu retorno foi uma articulação do governador Antônio Carlos Magalhães.¹⁰³ É relevante lembrar que, nas eleições de 1988, Sebastião foi apoiado pelos carlistas e em especial pelo grupo de Margarida Oliveira.

Os recursos quanto à aceitação ou não da filiação, em âmbito estadual e federal, tendiam favoravelmente para o prefeito, que contava com apoio do presidente e do Diretório Regional. O deputado federal Genebaldo Correa, um dos trunfos de Raul Ferraz, caíra em desgraça política, pois

¹⁰⁰ *Tribuna de Conquista*, 16 a 28/2/1995.

¹⁰¹ *Folha de Conquista*, 24/5 a 6/6/1993.

¹⁰² *Folha de Conquista*, 15 a 30/10/1993.

¹⁰³ *Folha de Conquista*, 20/6 a 4/7/1993.

foi identificado o seu envolvimento no escândalo que ficou conhecido como “Anões do Orçamento”. Esse fato enfraqueceu o presidente local da legenda.¹⁰⁴

Raul e Pedral contavam com um longo percurso comum. Em 1976, Pedral apoiou Raul como candidato a prefeito em detrimento do outro candidato do MDB, Sebastião Castro. No ano de 1989, Raul vacilou entre Sebastião e Murilo Mármore (candidato pedralista). Pedral não o perdoou: Ferraz não foi convidado para a posse, nem recebeu o convite para dirigir a EMURC, fundada no seu governo e que teve Murilo como diretor por dez anos.

Nas eleições de 1992, Pedral e Raul, concorrentes à Prefeitura, buscaram o apoio dos carlistas, o que foi conseguido por Pedral. Com o retorno de Pedral ao PMDB, Raul sumiu com as fichas de filiação. Elquisson Soares filiou-se ao PMDB de Anagé e poderia ser o único candidato a deputado federal do grupo pedralista, ao qual retornou após anos de rixas.¹⁰⁵ Motivado pelo processo movido por Ivonilton Gonçalves, Clóvis Flores e Murilo Mármore, cujas fichas de filiação ao PMDB estavam nas mãos do presidente municipal do partido, o juiz da 40ª Zona Eleitoral, José Porto Carinhanha, decretou a prisão preventiva de Raul Ferraz. O magistrado determinou a devolução das fichas em tempo hábil, mas o prazo para filiação e disputa havia expirado dia 10 de janeiro de 1994, quando foi decretada a prisão.

A postura de Raul se contrapunha à posição da Direção Regional e, em especial, do seu presidente, Ruy Bacelar, que apoiou a filiação do grupo pedralista. A prisão decretada causou impacto nos meios políticos da região, do Estado e da Federação. Todavia, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Aloísio Batista, concedeu liminar suspendendo a ordem de prisão e a fiança determinadas contra Raul Ferraz pelo juiz eleitoral José Porto Carinhanha.¹⁰⁶ Por fim, ficariam todos dentro da sigla partidária. O partido que derivava da frente política de oposição à Ditadura Empresarial-Militar, com o processo de redemocratização, aprofundou cada vez mais o caráter de uma frente de facções políticas e caciques tradicionais que se aliam ou se afastam ao ritmo das conveniências das disputas fisiológicas por espaços nos diferentes níveis do Poder de Estado.

¹⁰⁴ *Tribuna de Conquista*, 1/11/1993.

¹⁰⁵ *Hoje*, 15/1/1994.

¹⁰⁶ *Hoje*, 1/2/1994.

No PMDB, Pedral liderou cisão contra Nilo no contexto das eleições de 1994. Mesmo antes das prévias do partido, Pedral, Virgildásio Sena e Chico Pinto articulavam uma dissidência em caso de vitória de Nilo Coelho como candidato do partido, o que se confirmou. Pedral estava disposto a apoiar Antônio Carlos Magalhães para o Senado, mas, a princípio, não apoiaria Paulo Souto, candidato do PFL ao governo do Estado da Bahia.

Pedral também teve dificuldade de apoiar João Durval ou Waldir Pires. Como justificaria o apoio aos inimigos de ACM ao seu eleitorado? Se, no entanto, ele apoiasse outro candidato fora do PMDB, poderia justificar a acusação de infidelidade partidária por parte de Nilo Coelho e Raul Ferraz. Se o Senador Ruy Bacelar passasse nas prévias, Pedral o apoiaria no primeiro turno e ficaria livre no segundo turno para seguir Antônio Carlos.¹⁰⁷

Em entrevista concedida à *Folha de Conquista*, Pedral afirmava que a aliança com ACM não havia mudado sua ideologia.

[...] Na Aliança com correligionários do governador Antônio Carlos Magalhães, a convivência administrativa é a melhor possível. [...] A hora exige criatividade para conseguir empregos tão necessários à comunidade. Nunca aceitei ser chamado de mito. O que tenho é o respeito do povo. [...] Eu continuo um homem marxista. A vida inteira trabalhei a favor do socialismo.¹⁰⁸

Essas afirmações ao periódico local foram uma tentativa de resgatar a imagem do líder oposicionista ao Regime e a seus representantes na Bahia. Tal tentativa era, porém, absolutamente impossível após toda a trajetória de construção do “aliancismo” desde 1983.

Ao longo de mais de três décadas de um processo político imerso em conjunturas das mais conturbadas e difíceis da história do Brasil, o jovem prefeito eleito em 1962 viu construir entre seus correligionários e contemporâneos uma imagem de mito. Pedral, que trazia de suas origens a tradição da oligarquia conquistense e assumia um perfil endogâmico, soube também, em sintonia com o contexto polarizado da época, desenvolver um

¹⁰⁷ *Folha de Conquista*, 1 a 15/5/1995.

¹⁰⁸ *Folha de Conquista*, 8 a 18/4/1993.

discurso afinado nacionalmente com Brizola e Goulart. Foi vítima do golpe e preso e teve seus direitos políticos cassados, o que o qualificou como um dos líderes locais e estaduais da resistência oposicionista no MDB. Esteve presente nas vitórias de 1972, 1976 e 1982 nos pleitos municipais e foi um dos coordenadores na conquista pela candidatura de Waldir Pires em 1986. Se a passagem pelo secretariado de Waldir e a eleição de Murilo Marmore em 1988 atingiram a sua culminância, a sua última vitória eleitoral com a Aliança em 1992 marcaria efetivamente o seu ocaso e a negação do mito.

O processo de redemocratização revelou a verdadeira face das contendas políticas em Vitória da Conquista. As lideranças dessas paragens estavam a disputar posicionamentos táticos e oportunistas para possibilitar o desenvolvimento de estratégias que consentissem o controle do poder municipal e a influência sobre espaços políticos na esfera estadual e se possível na federal (onde o máximo vislumbrado era uma vaga no Congresso Nacional).

As disputas não eram no terreno ideológico ou de hegemonia de classe – o problema era bem menos complexo. As lideranças dos principais partidos e facções partidárias apresentavam um perfil social e econômico muito semelhante: eram profissionais liberais (predominavam médicos, advogados e engenheiros), empresários urbanos (comerciantes e membros do setor de transportes por exemplo) e proprietários rurais. Após a implantação do polo cafeeiro, a partir dos anos 70, tornou-se comum os profissionais liberais e empresários urbanos investirem no agronegócio. Em sua atuação no palco da política local, essas lideranças procuravam galgar espaços e períodos de preeminência nos diferentes níveis do Estado.

Os grupos ou facções eram identificados pela liderança de “caciques” políticos ou daqueles que se viam ou buscavam ser como tais. Essa liderança trazia ainda o velho ranço do “tradicionalismo” e do “personalismo”, firmando alicerces de apoio na reprodução de práticas “clientelistas” dentro da sociedade local. O conservar de tais traços acabou por comprometer o desenvolvimento de uma efetiva “cultura política democrática”. Os recorrentes discursos de autenticidade e a propalada defesa dos interesses da cidade e de sua população de forma mais eficaz que os rivais eram apenas recursos cosméticos a encobrir o verdadeiro semblante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contendas políticas em Vitória da Conquista, além de ser produzidas pela busca do controle da municipalidade, portanto pelas disputas do poder local, representavam aspectos da política do Estado da Bahia e do Brasil.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a rivalidade entre “peduros” e “meletes” era no plano do poder local, mas também refletia a política baiana do período “seabrista”. Nos anos após a Revolução de 1930, as querelas não se limitavam aos “deraldistas” e “registas”, eram também posicionamentos locais frente ao poder da interventoria Juracy Magalhães. Após o Estado Novo, as agremiações partidárias que agitaram o cenário nacional e estadual nas décadas de 1940, 1950 e início da década de 1960 também se fizeram presentes na cidade, envolvendo-a nos debates políticos e ideológicos que transpassavam as instâncias superiores e eram somados às disputas locais.

Os setores conservadores locais, mormente os representados pela UDN e aliados a vereadores eleitos pelo PTB, tiveram no Golpe Empresarial-Militar de 1964 a oportunidade de tomar o controle da municipalidade e mantiveram a posição até 1972, sob a legenda da ARENA. Sob o pretexto da detenção do chefe do Executivo local, a Câmara

Municipal votou o impedimento do prefeito Pedral Sampaio, ocasião em que elegeu Orlando Leite para substituí-lo.

O golpe teve forte impacto numa cidade que era governada por um prefeito do PSD e que apresentava uma oratória afinada com as ideias reformistas do presidente deposto João Goulart. Periódicos foram fechados, dezenas de pessoas foram detidas juntamente com o prefeito e passaram a responder inquéritos.

A habilidade do MDB de Vitória da Conquista em equacionar dissensões, concorrências e vaidades internas, mantendo a unidade na ação, colaborou para o crescimento da legenda ao longo dos pleitos de 1966, 1970 e 1972: no primeiro momento, com Gilberto Quadros, o aspirante mais votado individualmente; no segundo, com o sufrágio expressivo e a derrota de Jadiel Matos sob a dúvida da franqueza da eleição; por fim, no terceiro momento, com a vitória, que não foi apenas de Jadiel Matos, mas foi também de uma empreitada legitimamente oposicionista do MDB, a qual marcava o retorno pedralista ao controle da Prefeitura Municipal.

Vitória da Conquista, terceiro maior colégio eleitoral do Estado da Bahia, desde o êxito no pleito municipal de 1972, passou a construir a marca de centro oposicionista. Essa marca foi enfatizada com a realização do seminário do MDB para avaliar o resultado das eleições de 1974, que se constituiu um momento na afirmação da cidade como um centro de resistência à Ditadura e aos seus representantes no Estado.

As eleições de 1976 e 1982 revelariam divergências em meio ao grupo que havia conquistado a Prefeitura no pleito de 1972. Nas primeiras eleições, surgiram dois candidatos: Raul Ferraz e Sebastião Castro, apoiados, respectivamente, pela maior liderança do MDB local – José Pedral Sampaio – e pelo prefeito Jadiel Matos. Em 1982, Sebastião Castro fez frente com uma sublegenda no PMDB à candidatura do próprio José Pedral, que foi eleito, retornando para a Prefeitura vinte anos após sua primeira vitória e dezoito após ser afastado pelo Golpe Empresarial-Militar.

Em 1979, com o retorno do pluripartidarismo, a tendência majoritária em Vitória da Conquista foi de os antigos arenistas filiares-se ao PDS e os oposicionistas do MDB à nova sigla PMDB. De forma

minoritária, alguns se dispersaram indo para outras legendas, tais como: PDT, PP (que foi incorporado ao PMDB), PTB e PT. O fluxo individual (mesmo que pequeno) entre as novas legendas de frouxa definição ideológica e programática, somado ao pragmatismo marcante no processo de redemocratização, apontava para a possibilidade de aproximação entre antigos rivais da política local e da estadual.

Ainda em 1983, primeiro ano do segundo mandato de Pedral, as peças no tabuleiro político de Conquista começavam a assumir arrumações surpreendentes ao considerarmos os embates políticos desde a década de 1950 e os sujeitos envolvidos em tais confrontos. Prestando discursos pragmáticos, José Pedral elogiava o vice-governador Edvaldo Flores e este, por sua vez, afirmava que era hora de união por Conquista, pois não estavam em disputa eleitoral.

José Willian de Oliveira Nunes, vereador que já havia sido contrário a composições dos antigos arenistas, afirmou na Câmara que era necessário o apoio estadual e federal ao prefeito e que as rixas deveriam ser deslembadas naquele momento em que o vice-governador estava se mostrando aberto ao diálogo.

As relações políticas em Vitória da Conquista estavam mudando. A estranha aproximação de outrora ferrenhos adversários poderia ter sido aproveitada pelo grupo do PMDB 2, que, desde meados dos anos 70, posicionava-se como o mais autêntico e politizado da oposição na Bahia. Por meio do deputado Elquisson Soares, era um grupo que estava sempre pronto para acusar de adesistas qualquer um que buscasse aproximação, negociação ou relação pragmática com o governo do Estado. No entanto, por ato do governador João Durval Carneiro, o médico Sebastião Castro foi nomeado para o Conselho da UESB, do qual faziam parte o próprio governador e o secretário de Educação. Sebastião entrou como representante da comunidade conquistense, sem maiores posicionamentos críticos.

As mudanças do final da Ditadura, que trazia a tendência da reconciliação dos setores contentes com os descontentes com o Golpe Civil-Militar de 1964, também chegavam às arredondadas elevações da Serra do Periperi.

Os novos consórcios e conciliações causavam espanto mesmo em velhos políticos. Altamirando Novais, que foi atuante vereador antipedralista desde o PTB e mais ainda na ARENA, decepcionou-se ao ver Josafhat Marinho, velho oposicionista, com o governador Antônio Carlos Magalhães e Waldir Pires com o ex-governador Luís Viana Filho. O PDS de Vitória da Conquista apoiou Waldir Pires na campanha coordenada por José Pedral em 1986. Após a eleição, Pedral ocuparia a Secretaria de Transportes, momento de apogeu do pedralismo, projetando-se naquela conjuntura como uma força representativa no Estado.

Nas eleições municipais de 1988, Sebastião Castro – que desde 1976 havia construído uma trajetória marcada por um discurso que o apresentava como mais autêntico oposicionista que Pedral, a quem acusava de personalista e cacique político – formou a frente partidária “União da Conquista rumo à Prefeitura”. Essa frente levou o PDT a aliar-se explicitamente aos partidos das diferentes facções dos velhos arenistas e carlistas da cidade – PFL, PSC, PTB e PL – no apoio à candidatura de Sebastião Castro e Margarida Oliveira a prefeito e vice, respectivamente.

Por sua vez, no mesmo pleito, o candidato pedralista Murilo Mármore, acompanhado do próprio José Pedral, buscou o apoio do ex-governador Edvaldo Flores, que, em acordo com o presidente local do PDS, Altamirando Novais, levou a legenda ao palanque dos adversários do passado.

O núcleo oposicionista na Bahia que havia sido Vitória da Conquista cada vez mais se assemelhava a uma nova Troia, fortaleza de duradoura resistência que arredava seus portões dos capciosos inimigos. A necessidade de unir velhos contendores em prol de Conquista, ponto básico do argumento conciliador na cidade, foi anunciada pelo edil Oriosvaldo Pontes, líder do prefeito Murilo Mármore no Parlamento Municipal, ao deplorar a falta de obras do Governo Federal na cidade e conclamar a união em torno da defesa dos interesses locais. Solicitava principalmente aos deputados estaduais Sebastião Castro (PMDB), Coriolano Sales (PSB) e Margarida Oliveira (PFL) a ida ao governador Antônio Carlos Magalhães em busca de apoio para o município. O vereador externava o sinal positivo

do prefeito Murilo e obviamente do seu grupo político na aproximação com o governo do Estado, rompendo barreiras ideológicas, sob a justificativa do sucesso da gestão.

A aliança que despontava no horizonte levou o vice-prefeito Clóvis Flores a filiar-se ao carlista PTB, sob o aplauso de outras lideranças carlistas locais e até com a presença de José Pedral Sampaio, candidato a prefeito pelo PSB. Estavam criadas as condições para uma aliança entre velhos adversários. O enlace ocorreria a seguir: Pedral Sampaio e Margarida Oliveira homologaram suas candidaturas a prefeito e vice, respectivamente, para o pleito de 1992, com o apoio dos partidos: PDS, PFL, PTB, PL, PRN, PTR, PSC, PSDB, PSB e PPS. Enfim, após quase uma década de movimentações, selava-se a aliança entre o pedralismo e o carlismo.

Encerrava-se um período, avançava-se nos anos pós-ditadura, mas os partidos não representavam verdadeiramente projetos, programas e concepções ideológicas. Despojados de significativas diferenças, o pragmatismo campearia absoluto na busca pelo controle das instâncias do poder estatal, a começar pela municipal. Direita, Centro e Esquerda passaram a embolar seus passos nas novas danças das alianças e composições. Em Vitória da Conquista, não foi diferente. Em regimes democráticos, a política é a arte da convivência com as diferenças, e governar na normalidade democrática é também gerir as forças vivas atuantes na sociedade. Por fim, mas a incerteza e de fato serás um democrata.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Histórias dentro da história – fontes orais. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ABREU, H. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

AGUIAR, E. P. A reportagem como veiculação ideológica. O contexto político de 1962/1964 e a imprensa escrita de Vitória da Conquista. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n. 4, p. 163-199, 1999. Dossiê: Política: O poder em disputa Vitória da Conquista e Região.

ARAÚJO, P. C. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENEVIDES, S. C. O. *É proibido proibir – uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BORTONE, E. A. A presença de empresários do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) nas empresas estatais federais: o caso do setor financeiro (1964-1967). In: PICCOLO, M. (org.). *Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo: rupturas e continuidades*. São Luís: Editora UEMA, 2016.

BRITO, A. M. F. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

_____. *O golpe militar de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CERQUEIRA, A. S. L. G. A validade do conceito de cultura política. *LPH – Revista de História*, n. 6, p. 76-82, 1996.

CHACON, V. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UnB, 1985.

CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

COELHO, M. A. T. *Herança de um sonho*: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONY, C. H. *O ato e o fato*: crônicas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

DANTAS, E.; FONSECA, H. J.; MEDEIROS, R. H. A. *Régis Pacheco 1895-1897 – esboços biográficos. Memória Conquistense*, Vitória da Conquista: Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia n. 1, 1995.

DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma – a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DIAS, J. A. *A subversão da ordem*: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

_____. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, G. C. *Ditadura militar na Bahia – novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. Poder local e repressão na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. *Memória Conquistense*, n. 4, Vitória da Conquista: Museu Regional

de Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, p. 200-211, 1999. Dossiê: Política: o poder em disputa Vitória da Conquista e Região.

_____. *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a Ditadura (1966-1982)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DINES, A.; FERNANDES Jr., F.; SALOMÃO, N. (org.) *Histórias de poder – 100 anos de política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000. 3 v.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUTRA NETO, C. *Café e desenvolvimento sustentável – perspectivas para o desenvolvimento no Planalto de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2004.

ESPIÑEIRA, M. V. *O partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros de Salvador*. Salvador: EDUFBA: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevir, 1997. p. 61-89.

FALCON, G. *Um Caminho Brasileiro para o Socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERRAZ, A. E. Q. *O urbano em construção – Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FERREIRA, E. S. *Memórias silenciadas de professores: relações de poder em uma escola pública de Vitória da Conquista-Ba, no período da Ditadura civil-militar no Brasil*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). *O Brasil Republicano (4) – o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, M. G. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/busca?searchword=O%20Golpe%20de%20Estado%20de%201964%20na%20Bahia&searchphrase=all>. Acesso em: 13 set. 2018.

FERREIRA, M. M. Entrevista com Maria Yedda Linhares. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 216-236, 1992.

FICO, C. *Além do Golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLEISCHER, D. V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. v. 2.

FONSÊCA, H. J. Formação política da região sudoeste da Bahia. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n. 4, p. 20-54, 1999. Dossiê: Política: O poder em disputa Vitória da Conquista e Região.

_____. História e cotidiano no Planalto da Conquista. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n. 3, 1998.

FREITAS, A. *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, F. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, J. C. T. *Memória das trevas* – uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- GOENDER, J. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GUIMARÃES, A. *As eleições baianas de 1970*. 1973. Tese apresentada no concurso público para professor titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1973.
- IVO, I. P. Poder local e mandonismo na cidade da Conquista: violência e administração pública. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, n. 4, p. 55-95, 1999. Dossiê: Política: O poder em disputa Vitória da Conquista e Região.
- _____. *O anjo da morte contra o Santo Lenho* – poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- JOSÉ, E. *Imprensa e poder*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Hucitec, 1996.
- JOSÉ, E.; MIRANDA, O. *Lamarca o capitão da guerrilha*. 11. ed. Rio de Janeiro: Global, 1987.
- JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- KRIEGER, D. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- LAMOUNIER, B. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium, 2005.
- LAPA, J. R. A. *História e historiografia* – Brasil pós 64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEÃO, S. O. A Bahia está urbanizada? *Bahia, Análise & Dados*, Salvador: CEI, v. 4, n. 2/3, p. 180-191, dez./1994.

LIMA, T. M. Entre a repressão e a reação: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia. In: PICCOLO, M. (org.). *Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo: rupturas e continuidades*. São Luís: Editora UEMA, 2016.

MARQUES, A.; BERUTTI, F. e FARIA, R. *História da Tempo Presente*. São Paulo: Contexto, 2003.

MEDEIROS, R. H. A. Ensaios Conquistenses. *O Fifó*, Vitória da Conquista: edições de outubro de 1977 a dezembro de 1978.

_____. *História Local e Memória – limites e validade*. Campinas: Librum Editora, 2013.

MELLO, E. C. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENDES, G. F. *Luzes do saber aos sertões: memória e representações da Escola Normal de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

MENEZES, D. L. *O pedralismo – um fenômeno social*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2012.

MILLS, C. W. As altas rodas. In: _____. *A elite do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 11-40.

MIRANDA, E. G.; ALVES, V. S. Vitória da Conquista: da redemocratização (1945) às sucessões municipais de 1950 e 1954. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia n. 4, p. 134-162, 1999. Dossiê: Política: o poder em disputa Vitória da Conquista e Região

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia – bases sócio-poéticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MORAES, J. Q. O colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, C. N. (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997.

NASCIMENTO, A. D. *Organização de Base – a reinvenção da participação popular*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

NOVA, C.; NÓVOA, J. (org.) *Carlos Mariguella – o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OLIVEIRA, A. E. A. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

OLIVEIRA, D. R. J. *Pedral e o golpe de 64*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2007.

OLIVEIRA, F. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, C. N. (org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, J. M. *A imprensa e o coronelismo no sertão do Sudoeste*. Vitória da Conquista: Edição do autor, 2005.

_____. *Uma Conquista cassada – cerco e fuzil na cidade do frio*. Salvador: Assembleia Legislativa, 2014.

ORRICO, I. A. *Mulheres que fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Artes Gráficas, 1982.

PAULA, E. D. As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o “Lavoura e Comércio” de Uberaba. In: PICCOLO, M. (org.). *Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo: rupturas e continuidades*. São Luís: Editora UEMA, 2016.

PENNA, L. A. *Uma história da república*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

POMAR, P. E. R. *Massacre na Lapa – como o exército liquidou o comitê central do PC do B*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella val Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944). Mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

- RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFEJ, 1996.
- REIS FILHO, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIBEIRO, S. P. O perfil diferenciado das cidades da Bahia. *Bahia Análise e Dados*, Salvador: SEI, v. 7, n. 3, p. 56-66, dez. 1997.
- RODRIGUES, J. H. Os estudos brasileiros e os “brasilianistas”. *Revista de História*, ano 28, v. 54, n. 107, p. 189-219, jul./set. 1976.
- SAMPAIO, R. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- SANI, G. Cultura política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.) *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- SANTOS, A. C. *Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SILVA, J. T. Contra Thomas Skidmore: silêncio ou urariocoera? In: SILVEIRA, Ê. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 209-222.
- SILVA, S. R. B. da “Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SILVA, V. G. *A aliança para o progresso no Brasil: de propaganda anticomunista à instrumento de intervenção política (1961-1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, A. A.; AGUIAR, E. P. *José Gomes Novaes: vida e ação política*. *Cadernos CEAS*, Salvador, n. 204, p. 65-87, mar./abr. 2003.

SOUSA, M. A. S. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SOUZA FILHO, A. R. *A Guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional* (Rio de Contas e Caetité). 2003. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, B. J. *Arreios, currais e porteiras – uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. *Memória Conquistense*, n. 4 Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999, p. 96-133. Dossiê: Política: o poder em disputa Vitória da Conquista e Região.

SOUZA, S. R. B. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

STEPAN, A. C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TANAJURA, M. *História de Conquista – crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TAVARES, F. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

VELLARDE, J. C. Seráfico: memória do golpe na Amazônia paraense. In: PICCOLO, M. (org.). *Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo: rupturas e continuidades*. São Luís: Editora UEMA, 2016.

VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Gráfica de “O Jornal de Conquista”, 1982. 2 v.

VIANA FILHO, L. *O governo de Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VILLA, M. A. *Ditadura à brasileira 1964-1985 – a democracia golpeada à esquerda e a direita*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

VOLDMAN, D. Definições e usos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ZACHARIADHES, G. *CEAS: Jesuítas e a questão social durante a Ditadura Militar*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. (org.) *Ditadura militar na Bahia – novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. *Os jesuítas e o apostolado social durante a Ditadura Militar – A atuação do Ceas*. Salvador: EDUFBA, 2010.